

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MARIAH RIBEIRO SALGADO

Sistemas alimentares, movimentos sociais e a reprodução crítica do capitalismo: uma análise da experiência de comercialização da Rede de Agroecologia Povos da Mata na Bahia

São Paulo

Janeiro, 2024. **Versão corrigida.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MARIAH RIBEIRO SALGADO

Sistemas alimentares, movimentos sociais e a reprodução crítica do capitalismo: uma análise da experiência de comercialização da Rede de Agroecologia Povos da Mata na Bahia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia.
Versão corrigida.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Larissa Mies Bombardi

São Paulo
Janeiro, 2024

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Mariah Ribeiro Salgado****Data da defesa: 1/12/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): Larissa Mies Bombardi**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30/01/2024



Assinatura do (a) orientador (a)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S164s Salgado, Mariah Ribeiro
Sistemas alimentares, movimentos sociais e a
reprodução crítica do capitalismo: uma análise da
experiência de comercialização da Rede de
Agroecologia Povos da Mata na Bahia / Mariah Ribeiro
Salgado; orientador Larissa Mies Bombardi - São
Paulo, 2024.
252 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Agrária. 2. Agricultura Sustentável.
3. Comércio Agrícola. 4. Fome. 5. Bahia. I. Bombardi,
Larissa Mies, orient. II. Título.

RESUMO

As discussões apresentadas nesta dissertação inserem-se no quadro mais amplo dos debates acerca da fome e da insegurança alimentar no mundo. Partimos da concepção adotada por Holt-Giménez & Shattuck (2011) sobre a atual fase do sistema alimentar global, denominada regime alimentar corporativo, caracterizado pelo poder de mercado sem precedentes, por lucros recordes das empresas monopolistas agroindustriais — ao mesmo tempo em que vemos os níveis de fome e insegurança alimentar se agravarem ao redor do mundo — e por impactos negativos crescentes nos agroecossistemas. A noção de soberania alimentar, enquanto perspectiva crítica dos movimentos sociais na luta por uma agricultura sustentável, do ponto de vista social e ambiental, é apresentada como conceito chave para os debates sobre o direito humano à alimentação. Soma-se a isso a Agroecologia, apresentada por seus teóricos como um novo paradigma social (CAPORAL e COSTABEBER, 2009) capaz de responder às questões filosóficas em torno das relações sociais, e destas com a natureza, constituindo-se também enquanto um conjunto de práticas e técnicas produtivas para uma agricultura ecológica. Assim, o objetivo central deste trabalho foi, a partir do quadro de premissas descrito, abordar a problemática da comercialização da produção camponesa e da pequena agricultura familiar na particularidade da Rede de Agroecologia Povos da Mata, com especial atenção às experiências dos núcleos Serra Grande e Raízes do Sertão, localizados nos territórios de identidade Litoral Sul e Irecê do estado da Bahia, respectivamente. Procuramos entender como a formação de Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) e de mercados alternativos, enquanto estratégia de comercialização e organização socioeconômica dos Sistemas Agroalimentares Alternativos (SAA) (RETIÈRE, 2014), são capazes de fortalecer a agricultura camponesa e a agricultura familiar de base agroecológica frente ao regime alimentar corporativo. Ademais, abordamos os limites colocados pela reprodução capitalista através da legislação nas transformações sociais propostas pelo movimento agroecológico. Buscando compreender em que medida a regulamentação da produção e certificação de produtos orgânicos reforça o processo de profissionalização do agricultor enquanto método de seleção daqueles que estão aptos a incorporar a modernização capitalista neoliberal da agricultura e aqueles que serão marginalizados (BRUNO, 2016). Por fim, problematizamos as categorias campesinato e agricultura familiar a partir das contribuições oferecidas por Wanderley (2003) através das noções de pontos de rupturas e continuidades.

Palavras-chave: soberania alimentar, Rede de Agroecologia Povos da Mata, Agroecologia, agricultura familiar, circuitos curtos de comercialização.

ABSTRACT

The discussions presented in this dissertation are situated within the broader framework of debates concerning hunger and food insecurity worldwide. We begin from the conceptualization put forth by Holt-Giménez & Shattuck (2011) regarding the current phase of the global food system, referred to as the corporate food regime. This regime is characterized by unprecedented market power, record profits of monopolistic agribusiness corporations — while simultaneously witnessing worsening levels of hunger and food insecurity worldwide — and increasing negative impacts on agri-ecosystems. The notion of food sovereignty, as a critical perspective from social movements advocating for sustainable, socially and environmentally oriented agriculture, is introduced as a key concept in discussions about the human right to food. Additionally, Agroecology, as presented by its theorists (CAPORAL e COSTABEBER, 2009), emerges as a new social paradigm capable of addressing philosophical questions concerning social relations and their interactions with nature. It also constitutes a set of practices and productive techniques for ecological agriculture. Thus, the central objective of this work was, based on the outlined premises, to address the issue of marketing peasant production and small family farming within the context of the network Rede de Agroecologia Povos da Mata. Special attention was given to the experiences of the Serra Grande and Raízes do Sertão units, situated in the identity territories of Litoral Sul and Irecê in the state of Bahia, respectively. We sought to understand how the formation of Short Food Supply Chains (SFSC) and alternative markets, as strategies for marketing and socioeconomic organization of Alternative Agri-food Systems (AAS) (RETIÈRE, 2014), can strengthen peasant and agroecological-based family farming in the face of the corporate food regime. Furthermore, we addressed the limitations imposed by capitalist reproduction through legislation on the social transformations proposed by Agroecology as a social movement. We aimed to comprehend to what extent the regulation of organic production and certification reinforces the process of farmer professionalization as a means of selecting those who are suited to incorporate neoliberal capitalist modernization of agriculture and those who will be marginalized (BRUNO, 2016). Lastly, we critically examined the categories of peasantry and family farming based on the contributions offered by Wanderley (2003) through the concepts of rupture and continuity.

Keywords: food sovereignty, Rede de Agroecologia Povos da Mata, Agroecology, family farming, short food supply chains.

Agradecimentos

Ao longo do percurso desta pesquisa, inúmeras vezes eu me peguei pensativa... imaginado, emocionada, se eu conseguiria transpor em palavras a minha gratidão pelas pessoas que me apoiaram e me acompanharam nessa caminhada. Agora, no momento deste difícil exercício, percebo que as palavras não serão suficientes, nem as linhas caberiam todos os nomes que merecem ser citados. Tampouco a forma é adequada, pois eu gostaria mesmo era de poder agradecer a cada um de vocês, pessoas maravilhosas que eu tenho a honra de conhecer, com um forte abraço, desses que duram tanto tempo que a gente fica até constrangido de deixar soltar. Contudo, para aquelas que não conhecem a mim e nem a vocês, e para que fique registrado e ninguém nunca possa desdizer o que hoje pulsa em meu peito, deixo aqui o meu mais profundo e sincero agradecimento.

Os aprendizados que essa pesquisa me trouxe, as pessoas que conheci, o conhecimento que pude acessar e com o qual espero humildemente poder contribuir, nada disso teria sido possível sem a parceria e apoio incondicionais de Raquel Salgado, minha mãe. Dos incontáveis dias de estudos, em preparativo para as provas de ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, aos últimos minutos de ansiedade para a finalização deste trabalho, ela esteve presente e atuante, aliviando sempre que lhe foi possível a carga de uma mulher-mãe-pesquisadora. A você, mãe, a minha gratidão eterna!

Às famílias agricultoras da Rede de Agroecologia Povos da Mata, agradeço por compartilharem suas experiências direta e indiretamente comigo, agradeço a confiança e, acima de tudo, agradeço pelo trabalho precioso que vocês fazem na luta e prática de uma agricultura agroecológica, na preservação dos ecossistemas e por levarem comida para a mesa de tantas outras famílias. Agradeço as pessoas que compartilharam o relato de suas experiências em entrevistas, aos agricultores do Núcleo Raízes do Sertão por me receberem em suas casas e, em especial, agradeço a Paula Ferreira que, com paciência e generosidade, tanto me ensinou.

Ao grupo de trabalho Questão Alimentar da AGB/SP e seus membros, pelos debates e estudos conjuntos, responsáveis por me iniciar nas discussões acerca da fome, da insegurança alimentar no Brasil e na perspectiva da Soberania Alimentar.

Agradeço a Ga e Jana pelo acolhimento na época da Quitandoca, nosso compartilhar foi o germe de todo esse trabalho.

Às minhas amigas e amigos, pelo apoio e incentivo, pelas conversas bobas e pelas sérias, pelo ombro e ouvidos atentos, obrigada! À Caju, Kalindi, Ceci e Lucimara, minhas musas divinas, vocês são a fundação sólida do meu ser, é uma honra te-las como amigas-irmãs. Um salve especial pra Lucimara, Cecilia e Jujuba que tanto me ajudaram a pensar os caminhos deste trabalho, minhas co-orientadoras maravilhosas, vocês me ensinam muito. A Davi, pela amizade e boemia. A Julio, pela amizade de uma vida na Geografia, pela morada e pela confiança no mundo. Agradeço com carinho especial ao Eva, responsável pela produção dos mapas utilizados nesta dissertação.

Agradeço à minha família de sangue e de coração por me amarem e torcerem por mim, a meu pai, à Aninha, Beto, Dandara, Cauê, Maran, Nane, Sonia, Virgínia, Zezo e Priscila Siqueira. Às minhas crianças, Anita, Tom, Celeste e Betina agradeço a paciência e generosidade do amor e da alegria de vocês. Ao meu companheiro Leo, pela generosidade e abundância do seu amor, por me abrigar das tempestades, pela sua escuta ativa e cuidadosa, pela parceria na batalha cotidiana da reprodução de uma família grande (e feliz) em tempos modernos.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Professora Larissa Bombardi pelos anos de orientação, pelos momentos de empatia e compreensão do que é ser mulher-mãe-pesquisadora. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudos concedida durante dois anos desta pesquisa.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	p. 16
---------------------------	-------

Capítulo I

<i>A crise alimentar no regime alimentar corporativo — fome, segurança alimentar, soberania alimentar e os sistemas alimentares alternativos</i>	p. 26
<i>Introdução</i>	p. 27
<i>O regime alimentar corporativo</i>	p. 30
<i>Segurança alimentar e soberania alimentar no discurso dos movimentos sociais pela alimentação no mundo e no Brasil</i>	p. 35
<i>Agroecologia e Sistemas Agroalimentares Alternativos</i>	p. 41

Capítulo II

<i>A Rede de Agroecologia Povos da Mata: um Sistema Participativo de Garantia</i>	p. 45
<i>Introdução</i>	p. 46
<i>Sistema Participativo de Garantia e o OPAC Associação Povos da Mata Certificação Participativa</i>	p. 49
<i>Estrutura organizacional e operacional da Associação</i>	p. 53
<i>Os caminhos da certificação</i>	p. 55
<i>Localização e perfil dos núcleos da Rede</i>	p. 61
• <i>Núcleo Serra Grande</i>	p. 62
• <i>Núcleo Raízes do Sertão</i>	p. 65
• <i>Núcleo Monte Pascoal</i>	p. 71
• <i>Núcleo Pratigi</i>	p. 74
• <i>Núcleo Recôncavo</i>	p. 77
• <i>Núcleo Mongoió</i>	p. 80
• <i>Núcleo Polo Verde</i>	p. 83

Capítulo III

<i>Estudo de caso: As experiências do Núcleo Serra Grande e Raízes do Sertão e os entraves da comercialização</i>	p. 86
<i>Introdução</i>	p. 87
<i>O projeto “Circuitos Agroecológicos” de comercialização</i>	p. 88

<i>O Litoral Sul e o Núcleo Serra Grande, sobreposições do processo histórico de formação da economia do território na proposta de agroecologia da Rede</i>	p. 92
<i>Relações entre o perfil socioeconômico e mercado consumidor do TI Litoral Sul e a produção e comercialização do Núcleo Serra Grande</i>	p. 103
<i>Os circuitos curtos de comercialização dentro do Núcleo Serra Grande, a grande indústria e o “bom consumidor”</i>	p. 106
<i>O Território de Identidade de Irecê e a história do Núcleo Raízes do Sertão</i>	p. 111
<i>Perfil fundiário, produtivo e socioeconômico do território de Irecê</i>	p. 115
<i>A comercialização no Núcleo Raízes do Sertão</i>	p. 121
<i>Os circuitos agroecológicos na experiência da Rede de Agroecologia Povos da Mata</i>	p. 130

Capítulo IV

<i>Campesinato, agricultura familiar e agroecologia no debate sobre a profissionalização da agricultura na reprodução crítica do capitalismo</i>	p. 135
<i>Introdução</i>	p. 136
<i>Reflexões sobre o campesinato brasileiro e o que ele personifica</i>	p. 138
<i>Um excluído político e a modernização</i>	p. 142
<i>O processo de trabalho camponês</i>	p. 147
<i>Das contradições I - Agroecologia na esteira da profissionalização da agricultura e de seus sujeitos</i>	p. 151
<i>Das contradições II - a certificação orgânica, a comercialização e a Lei na seleção do empreendedor familiar rural</i>	p. 155
 <i>Considerações Finais</i>	 p. 162
 <i>Referências Bibliográficas</i>	 p. 170
 <i>Anexos</i>	 p. 176

Lista de Anexos

Anexo A - Estatuto Social da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa	p. 177
Anexos B - Manual de procedimentos operacionais para a avaliação da conformidade orgânica na Associação Povos da Mata de Certificação Participativa	p. 192
Anexo C - Ficha de cadastro e termo de responsabilidade	p. 202
Anexo D - Plano de manejo da unidade de produção para o sistema de produção orgânico. Dados gerais da unidade produtiva	p. 204
Anexo E - Plano de manejo da unidade de produção para o sistema de produção orgânico. Escopo de produção primária vegetal	p. 209
Anexo F - Plano de manejo da agroindústria para o sistema de produção orgânico. Escopo processamento vegetal	p. 217
Anexo G - Caderno de campo para controle interno da produção primária vegetal e qualidade do produto orgânico	p. 226
Anexo H - Caderno de campo para agroindústria	p. 230
Anexo I - Roteiro da visita de verificação e avaliação da conformidade orgânica: escopo produção primária	p. 234
Anexo J - Roteiro da visita de verificação e avaliação da conformidade orgânica: escopo produção processada vegetal e animal	p. 244

Lista de Figuras

Figura 1 - Imagem do selo SisOrg	p. 59
Figura 2 - Selos de certificação orgânica da Rede de Agroecologia Povos da Mata	p. 59
Figura 3 - Circuitos de circulação e comercialização entre Redes de Agroecologia 2021	p. 90
Figura 4 - Número e área por município dos projetos de reforma agrária da Microrregião de Ilhéus-Itabuna	p. 95
Figura 5 - Rotas de comercialização do Núcleo Raízes do Sertão 2021	p. 122
Figura 6 - Rotas de comercialização da Rede de Agroecologia Povos da Mata 2021	p. 131

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localização dos núcleos da Rede de Agroecologia Povos da Mata nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia	p. 19
Mapa 2 - Localização dos núcleos da Rede de Agroecologia Povos da Mata nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia	p. 48
Mapa 3 - Núcleo Serra Grande Set/2023	p. 64
Mapa 4 - Núcleo Raízes do Sertão Set/2023	p. 68
Mapa 5 - Pré Núcleo Sertão do São Francisco Set/2023	p. 69
Mapa 6 - Pré Núcleo Semi Árido Forte Set/2023	p. 70
Mapa 7 - Núcleo Monte Pascoal Set/2023	p. 73
Mapa 8 - Núcleo Pratigi Set/2023	p. 76
Mapa 9 - Núcleo Recôncavo Set/2023	p. 79
Mapa 10 - Núcleo Mongoió Set/2023	p. 82
Mapa 11 - Núcleo Polo Verde Set/2023	p. 84
Mapa 12 - Atividades econômicas (2017) e Renda Per Capta (2019) do território Litoral Sul - Núcleo Serra Grande	p. 97
Mapa 13 - Bahia Intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola: municípios (2007 - 2014) ..	p. 114
Mapa 14 - Atividades econômicas (2017) e Renda Per Capta (2019) do Núcleo Raízes do Sertão - Territórios de Irecê e Chapada Diamantina	p. 117

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Perfil do Núcleo Serra Grande - Jun/2023	p. 62
Tabela 2 - Perfil do Núcleo Raízes do Sertão - Jun/2023	p. 66
Tabela 3 - Perfil do Núcleo Monte Pascoal - Jun/2023	p. 71
Tabela 4 - Perfil do Núcleo Pratigi - Jun/2023	p. 74
Tabela 5 - Perfil do Núcleo Recôncavo - Jun/2023	p. 77
Tabela 6 - Perfil do Núcleo Mongoió - Jun/2023.....	p. 80
Tabela 7 - Perfil do Núcleo Polo Verde - Jun/2023	p. 83
Tabela 8 - Coeficiente de Gini - Bahia, TI Litoral Sul 2000/2010	p. 100
Tabela 9 - Coeficiente de Gini - Bahia, TI Irecê - 2010	p. 118

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Proporção de população em extrema pobreza - Bahia, TI Litoral Sul 2010	p. 100
Gráfico 2 - População em extrema pobreza - Bahia, TI Irecê - 2010	p. 119

Lista de abreviações

AAS - Alternative Agri-food Systems

ABAG - Associação Brasileira de Agrobusiness

AGROCOOP - Cooperativa de trabalho agropecuária mista de Barro Alto

ANAP - Associação Nacional de Agricultores Pequenos de Cuba

AoA - Acordo sobre Agricultura

ALC - Acordos de Livre Comércio

Bahiater - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

CAN - Comissão de Avaliação do Núcleo

CAR-BA - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do estado da Bahia

CCC - Circuitos Curtos de Comercialização

CCR - Circuito de Comercialização da Rede de Agroecologia Povos da Mata

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CPOrg - Comissão de Produção Orgânica

DTC - Declaração de Transação Comercial

FAO - Food and Agriculture Organization

FIAN - Rede Internacional pelo Direito à Alimentação

FMI - Fundo Monetário Internacional

GARRA - Grupo de Apoio a Resistência Rural e Ambiental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibia - Instituto Ibi de Agroecologia

JUCEB - Junta Comercial do Estado da Bahia

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NEDET - Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial

OAC - Organismos de Avaliação de Conformidade

OCS - Organização de Controle Social

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Política Agrícola Comum

PAE - Política de Ajuste Estrutural

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNSA - Política Nacional de Segurança Alimentar

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAF - Sistema Agroflorestal

SFSC - Short Food Supply Chains

SISORG - Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica

SPG - Sistema Participativo de Garantia

TI - Território de Identidade

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

USP - Universidade de São Paulo

VAB - Valor Adicionado Bruto

APRESENTAÇÃO

Antes de apresentarmos o trabalho de pesquisa desta dissertação de mestrado, faz-se necessário falar sobre a trajetória por nós percorrida durante os cinco anos que decorreram desde a nossa admissão no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP) em 2018. Nos dias de hoje é incomum que uma pesquisa de mestrado se estenda por tanto tempo, também não é sempre que a humanidade vivencia algo como foi a pandemia de COVID-19 e, assim como tantas outras pessoas pesquisadoras, fomos atravessadas e interrompidas por ela. A possibilidade de realizar e finalizar este trabalho, deve-se à decisão da USP e do Departamento de Geografia em conceder a extensão dos prazos para pesquisadoras/es que foram “pegos” pela pandemia, mas não só, foi preciso muita força de vontade e apoio para vencer os desafios e não desistir.

É realmente uma vitória terminar esse trabalho em meio a essa sociedade machista, ser mulher-mãe-pesquisadora não foi nada fácil. Quando eu entrei no programa de pós graduação em 2018 eu já era mãe (“solo”, diga-se de passagem) de duas crianças lindas, a Anita e o Tom, que na época tinham 4 e 2 anos. Um ano antes, quando passei pelo processo de seleção pela primeira vez, fui questionada por uma professorA do Departamento de Geografia, na ocasião da entrevista com a banca avaliadora do projeto de pesquisa, se eu conseguia fazer o mestrado com duas crianças “a tiracolo”. Foi uma violência tão inesperada que eu silencieei, intimidada não consegui responder a altura, tampouco consegui denunciar oficialmente aquela atitude discriminatória. Até hoje me pergunto se esse questionamento me teria sido colocado caso eu fosse um homem, pai de duas crianças.

Em 2022 nasceu minha terceira filha, Celeste. Foi um ano conturbado, cheio de preocupações e cuidados com uma criança recém nascida — intensificadas pelo fim da rigidez dos cuidados sanitários com a pandemia. Foi um ano de puerpério e uma tentativa constante e exaustiva de retomar a vida acadêmica. Quando finalmente consegui me organizar para solicitar à Universidade a minha licença maternidade, tive o meu pedido negado, eu havia perdido o prazo. O regimento da USP permite que a mulher solicite a sua licença maternidade dentro do prazo de 6 meses a partir do nascimento da criança, fazendo-o no primeiro dia após o nascimento ou no último dia do prazo, aquela mulher terá os mesmos seis meses de licença garantida. Descobri que eu não era a única mulher a ter passado por essa situação, haviam outras iguais a mim e não havia espaço para recurso.

Trago esse relato para expor o absurdo e o machismo estrutural dessa sociedade, mas sobretudo desta instituição, que deveria estar caminhando, se não à frente, ao menos ao lado dos avanços do conhecimento social e dos debates em torno das questões de gênero, discriminação e minorias. Depois de uma pandemia, de uma gestação e de um puerpério, os seis meses de licença maternidade que me foram negados teriam sido qualitativamente importantes para esta dissertação de mestrado. Assim, o trabalho que apresento aqui é uma vitória, que dedico à todas as pessoas de grupos minoritários submetidas a este sistema de regras (jurídicas, sociais, econômicas e morais) que se utiliza de uma falsa simetria para mascarar a sua evidente discriminação, fingindo cinicamente ser equitativo.

∞

O interesse pela problemática da comercialização agrícola no contexto da produção camponesa e da pequena agricultura familiar foi despertado a partir das investigações realizadas durante a graduação acerca do paradigma da Economia Solidária. Tais discussões foram desenvolvidas em dois projetos de Iniciação Científica e no Trabalho de Graduação Individual, apresentado ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP¹. Nestes trabalhos, analisamos a comercialização de produtos agrícolas orgânicos e agroecológicos, provenientes da produção camponesa e da agricultura familiar, a partir da perspectiva do consumo e do consumidor, no âmbito do movimento do consumo responsável.

O ímpeto de investigar a comercialização a partir da perspectiva dos produtores, ainda que sustentado pelo acúmulo de discussões da nossa trajetória de pesquisa, nasceu da experiência de trabalho com a loja *Quitandoca*². O projeto da loja era comercializar produtos agroecológicos, majoritariamente provenientes da pequena agricultura familiar, além de realizar um trabalho de

¹ As pesquisas de IC, assim como o TGI, ocorreram sob orientação da professora Dr^a. Valéria de Marcos. Projetos de Iniciação Científica: *Economia Solidária na cidade de São Paulo: o caso das cooperativas de consumo* (2010-2011); *O consumo tecendo relações entre produtor agrícola e consumidor na cidade de São Paulo* (2011-2012). Trabalho de Graduação Individual: *Entre a produção agrícola e o consumo responsável: limites e possibilidades. A organização do consumo coletivo: o caso da cooperativa de consumo Comerativamente e da empresa social Sementes de Paz* (2014).

² A loja contava com um espaço físico situado na rua Guaicuí, próximo ao Largo da Batata no bairro de Pinheiros — região da cidade de São Paulo que vem há anos passando por um processo de gentrificação e que hoje é frequentada por um público de alto poder aquisitivo —, e com um website de e-commerce e delivery. Ao longo de 2018 a *Quitandoca* se transformou em *Instituto Ibi de Agroecologia* (Ibia), abandonando sua figura jurídica de comércio com o intuito de focar os esforços e recursos em projetos de desenvolvimento e fortalecimento dos produtores agroecológicos e na formação de redes de cooperação entre estes atores. O Instituto Ibia foi parceiro da Rede de Agroecologia Povos da Mata em algumas dos seus projetos.

apoio e assistência técnica junto as famílias produtoras, auxiliando na organização da produção, planejamento e logística de comercialização. Assim, para além das funções objetivas/operacionais da loja, as suas atividades se desdobravam, no campo da militância, na articulação e envolvimento com os produtores, cooperativas e redes de produção e comercialização agroecológicas.

Foi nesse contexto que, entre 2017 e 2018, tive a oportunidade de conhecer e acompanhar as atividades comerciais estabelecidas entre a Quitandoca e uma quantidade expressiva de produtores agroecológicos de diversas regiões do Brasil. Havia naquele momento um movimento de articulação para a criação de um entreposto da agricultura familiar na cidade de São Paulo, do qual faziam parte a Quitandoca, a Rede Ecovida de Agroecologia, a Cooperapas, o Instituto Chão, o Instituto Feira Livre, a Rede de Agroecologia Povos da Mata, entre outros. A proposta do entreposto, na época, era criar um espaço de agricultores, para agricultores, que recebesse produtos orgânicos e agroecológicos de diferentes regiões do Brasil, com vistas a possibilitar não apenas o acesso ao mercado consumidor paulistano, como também a troca de produtos sazonais entre regiões e grupos de produtores, na perspectiva de superar as entre safras e manter os seus respectivos mercados abastecidos o ano inteiro.

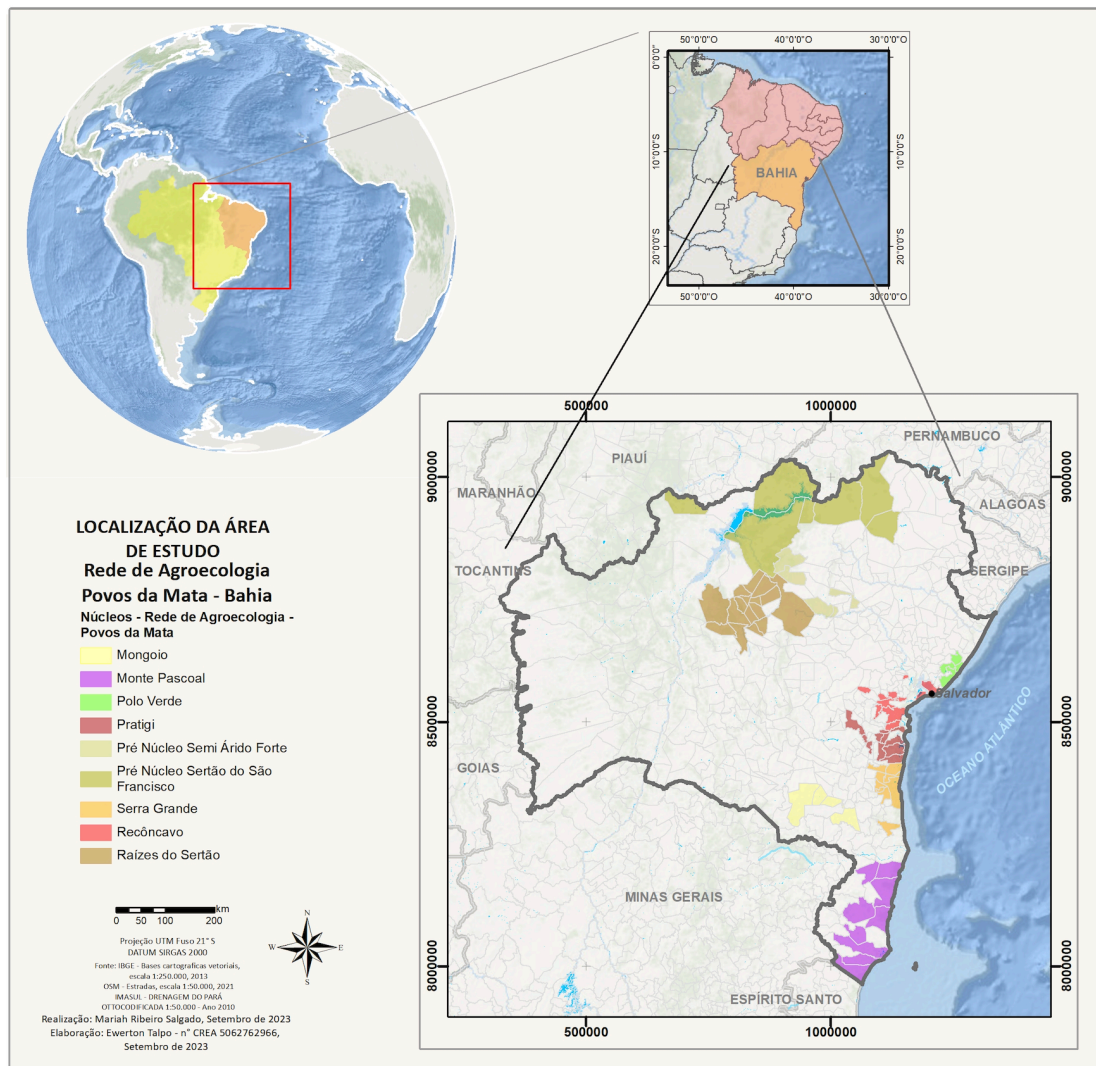
Assim, iniciamos esta pesquisa com o objetivo de estudar a experiência e atuação da Rede Ecovida de Agroecologia³ em seu movimento de expansão para novos mercados, a partir do qual víamos o projeto do entreposto (Estação São Paulo) com grande interesse. Contudo, no início de 2020, tivemos a oportunidade de realizar um trabalho de campo para conhecer mais de perto a Rede de Agroecologia Povos da Mata, no qual visitamos um de seus núcleos, o Raízes do Sertão, localizado no Território de Identidade de Irecê/BA. Este trabalho de campo foi um divisor de águas na nossa trajetória de pesquisa e, a partir do exame de qualificação realizado na sequência dele, e sob orientação dos membros da banca avaliadora, passamos a focar nossa investigação no estudo da experiência da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Localizada no estado da Bahia, a Rede de Agroecologia Povos da Mata é uma experiência de articulação de produtores agroecológicos em um Sistema Participativo de Garantia (SPG), organizada a partir da OPAC Associação Povos da Mata de Certificação

³ Oficializada em 1998, a Rede Ecovida de Agroecologia é referência em agroecologia e certificação participativa na região sul do Brasil. Ademais, atua há mais de vinte anos com a perspectiva de circuitos curtos de comercialização (CCC) — isto é, aqueles que possibilitam uma aproximação relacional e geográfica entre os produtores e os consumidores finais, como estratégia social e econômica de fortalecimento das economias locais, da agricultura familiar e do consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.

Participativa. Atualmente, é composta por sete núcleos e dois pré núcleos (Mapa 1), ao todo aglutinam 83 grupos de agricultores, com 470 unidades produtivas e um total de 1.056 CPFs inseridos no cadastro nacional de produtores orgânicos⁴. Os *núcleos* são as unidades operacionais da Rede, são responsáveis pela organização e articulação dos membros de uma mesma região.

Mapa 1 - Localização da área de estudo: Rede de Agroecologia Povos da Mata - Bahia



A discussão apresentada nesta dissertação teve como objetivo geral analisar as contradições que emergem da relação entre o Capitalismo de mercado e a Agroecologia na comercialização da produção camponesa e da pequena agricultura familiar na particularidade da Rede de Agroecologia Povos da Mata, com especial atenção às experiências dos núcleos Serra

⁴ De acordo com dados atualizados em Junho de 2023 e fornecidos pela coordenação da Rede nesse período.

Grande e Raízes do Sertão, localizados nos territórios de identidade Litoral Sul e Irecê do estado da Bahia, respectivamente. Esta discussão está inserida no quadro dos debates acerca da fome e da insegurança alimentar no mundo, a partir do qual tomamos como premissa a concepção adotada por Holt-Giménez e Shattuck (2011) sobre a atual fase do sistema alimentar global, denominada regime alimentar corporativo.

Na perspectiva deste trabalho, a noção de soberania alimentar dos povos constitui-se como pano de fundo dos debates sobre Agroecologia e, em particular, sobre a formação de mercados alternativos e a construção de Circuitos Curtos de Circulação (CCC) — enquanto estratégia de comercialização e organização socioeconômica dos Sistemas Agroalimentares Alternativos (SAA) — nas estratégias de garantia ao acesso à uma alimentação em quantidade e qualidade para todos.

Assim, pensar a soberania alimentar é falar de mercado de commodities, de agroindústria, de êxodo rural e urbanização, de cadeias alimentares, é falar do regime alimentar corporativo e das transformações das relações sociais de produção que nos trouxeram até aqui. Por isso, a importância de tratar do processo de modernização da agricultura, conhecido como Revolução Verde, e de suas consequências no campo brasileiro. Nesse sentido, buscando compreender em que medida a regulamentação da produção e certificação de produtos orgânicos reforça o processo de profissionalização do campesinato enquanto método de seleção daqueles que estão aptos a incorporar a modernização capitalista neoliberal da agricultura e aqueles que serão marginalizados (BRUNO 2016). Por fim, problematizamos as categorias campesinato e agricultura familiar a partir das contribuições oferecidas por Wanderley (2003) através das noções de pontos de rupturas e continuidades.

Referencial Teórico Metodológico

Por fornecer uma lente analítica que se concentra nas relações sociais, econômicas e políticas, buscando entender como essas relações moldam a sociedade ao longo do tempo, o materialismo histórico foi o referencial teórico que orientou as observações e análises deste trabalho de pesquisa, fornecendo uma base teórica sólida para a compreensão das dinâmicas sociais e históricas.

Em *A ideologia Alemã*, Marx e Engels (1998) começam a dar substância ao materialismo histórico enquanto método das ciências sociais. A partir da crítica ao pensamento de Feuerbach e suas limitações, os autores explicitam a intrínseca relação entre o “fazer história” do homem com a necessidade primordial da sua reprodução material cotidiana, isto é, dos meios de subsistência, da satisfação das suas necessidades básicas (o viver). Assim, apresentam como objeto central de análise e interpretação histórica a ação humana de reprodução da vida, expressa na categoria *trabalho*.

Dessa forma, o materialismo histórico defende que as forças motrizes da história devem ser procuradas na organização material das sociedades, ou seja, na maneira como produzem as condições de sobrevivência, e não nas idéias ou intenção dos homens. É através desse método dialético que buscamos compreender a organização da produção agroecológica no contexto da agricultura camponesa e familiar, assim como a sua interação com o mercado, no quadro do regime alimentar corporativo. Ademais, partimos deste referencial teórico para analisar de forma crítica as contradições que surgem de um fazer histórico determinado pela relações sociais capitalistas e a proposta filosófica da agroecologia, que se propõe alternativa ao atual sistema.

Associado ao nosso referencial teórico, adotamos a pesquisa qualitativa como método investigativo buscando, a partir da condução das entrevistas, da análise de documentos e da observação em campo, contextualizar os eventos e as experiências da Rede de Agroecologia Povos da Mata, dentro de um contexto histórico mais amplo da estrutura do sistema capitalista. Assumindo a indução como processo de raciocínio, no qual a direção da análise se define conforme os dados chegam ao nosso conhecimento, assim, “as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos vão se agrupando” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 50).

Inicialmente, a proposta metodológica deste trabalho previa um primeiro momento para a revisão bibliográfica e participação nas disciplinas obrigatórias. Em seguida, no segundo momento, prevíamos a realização de três trabalhos de campo com o objetivo de realizar a coleta direta de dados em seu ambiente natural (Bogdan e Biklen, op.cit., p. 47), isto é, o espaço-tempo produzido e vivido pelas famílias agricultoras associadas à Rede Povos da Mata. As informações coletadas seriam registradas a partir de três procedimentos principais: a feitura de um caderno de campo, o registro fotográfico, a realização de entrevistas semi-estruturadas e a sua transcrição direta. Contudo, a pandemia de COVID-19 forçou uma mudança de estratégia e colocou limites

importantes na abordagem originalmente programada. Dois dos trabalhos de campo foram inviabilizados devido às medidas sanitárias restritivas da pandemia.

Realizamos um trabalho de campo em janeiro de 2020 para o Núcleo Raízes do Sertão, situado no território de identidade Irecê. Este teve por finalidade compreender a organização e o funcionamento da Rede de Agroecologia Povos da Mata, através da experiência de um dos seus núcleos, assim como observar a composição e perfil dos associados do núcleo e suas estratégias de comercialização. Intencionava-se que este campo fosse a nossa porta de entrada, ajudando a orientar o planejamento dos campos subsequentes nas outras regiões de atuação da Rede.

É fundamental salientar que todas as conversas e entrevistas realizadas com as pessoas da Rede de Agroecologia Povos da Mata foram precedidas por uma apresentação e explicação sobre o trabalho. A todas as pessoas citadas nominalmente neste trabalho foi pedido consentimento para fazê-lo. Para as entrevistas, foi pedido permissão para realizar anotações e gravá-las em áudio, sendo que, em todos os momentos da coleta de dados, as informações ditas, bem como as resultantes da observação direta, foram consideradas para análise. Tal abordagem objetiva enfatizar que as informações verbais e não verbais são indissociáveis no conhecimento tradicional ligado à atividade agrícola e ao modo de vida dos povos do campo. Compreensão que dá importância vital ao *significado*, buscando nas percepções dos sujeitos sobre as experiências por eles vividas o nexo entre os processos históricos e a consciência social.

A seleção inicial para as entrevistas partiu de indicações das lideranças do Núcleo Raízes do Sertão, sendo que nas primeiras conversas já foram indicadas as pessoas a serem entrevistadas em seguida de acordo com a pertinência e domínio dos temas abordados, e assim por diante. Esse método, conhecido como ‘bola de neve’ (*snow-ball*), proporcionou durante o trabalho de campo a participação de diferentes perfis dos associados da Rede – agricultores mais antigos, técnicos, associados participantes da gestão.

As entrevistas aconteceram em três momentos distintos, as primeiras entrevistas foram presenciais e aconteceram durante as visitas do trabalho de campo em 2020, nesse momento conversamos com agricultores e agricultoras do Núcleo Países do Sertão, neste grupo de pessoas encontravam-se agricultores/as, técnicos e pessoas da coordenação e outras instâncias de gestão, como o responsável pela comissão de comercialização. O segundo momento ocorreu durante o período da pandemia de COVID-19, sobretudo entre 2021 e 2022, no qual realizamos entrevistas de forma remota (pela internet) com técnicas, pessoas envolvidas em alguma instância de

coordenação e com representantes das ONGs parceiras, nesse momento também retomamos contato com pessoas com quem havíamos feito entrevista durante o trabalho de campo.

Por fim, o último ciclo de entrevistas aconteceu no ano de 2023, no qual realizamos entrevistas remotas e presenciais com agricultoras e agricultores da Rede, todas participantes de algum cargo de gestão da Rede (fosse no grupo, núcleo ou na diretoria da Rede). Por ocasião da feira Bio Brazil Fair⁵, na qual a Rede de Agroecologia Povos da Mata estava representada por membros dos núcleos Raízes do Sertão, Serra Grande, Pratigi e Mongoió, tivemos a oportunidade de realizar um ciclo de entrevistas presenciais durante os dias do evento.

Ademais, realizamos o levantamento de documentos e dados oficiais sobre a Rede e sobre os territórios de identidade onde atua. Os materiais da Rede analisados foram documentos e dados oficiais fornecidos a nós pela diretoria da Rede⁶, assim como documentos públicos disponíveis no site oficial da Rede e outros. Os dados e informações complementares, referentes aos territórios de identidade foram retirados da internet — de fontes oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia — e de artigos científicos. No tocante aos dados do Censo Demográfico do IBGE é importante observar que estes, em sua maioria, foram retirados da pesquisa de 2010, não tendo sido possível realizar a atualização dos mesmos, devido ao atraso verificado na realização e divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2022.

Alguns dos dados coletados sobre a Rede foram utilizados na elaboração de mapas temáticos e de localização. Os mapas foram elaborados a partir da base cartográfica do IBGE (2013), da base da SEI (2019) sobre os Territórios de Identidade e a partir das informações oficiais da Rede sobre os núcleos.

Por fim, a redação do texto desta dissertação buscou romper com a norma gramatical que tende a favorecer o uso do gênero masculino como padrão linguístico. Entendemos que essa prática é uma manifestação da assimetria de gênero na linguagem, onde o masculino é usado como um marcador genérico, enquanto o feminino é marcado como específico. Fenômeno que manifesta a hegemonia do gênero masculino na sociedade, uma vez que, nos termos de Marx e

⁵ Realizada na cidade de São Paulo, entre os dias 14 e 17 de Junho de 2023. De acordo com os organizadores “A BIO BRAZIL FAIR | BIOFACH AMÉRICA LATINA é o grande encontro anual do mercado orgânico no país e o maior evento de negócios do setor da América Latina”. Fonte: <https://biobrazilfair.com.br/pt/>. Acessado em 08/07/23.

⁶ A diretoria vigente até Julho de 2023.

Engels (1998), a *linguagem* é a consciência real e, da mesma forma que esta, surge da necessidade de intercâmbio entre seres humanos, sendo assim, um produto social. Dessa forma, acreditamos que a linguagem tem um papel importante na promoção da inclusão e da representatividade, bem como na mudança social em direção a uma sociedade anti machista, anti homofóbica e anti racista.

Por essa razão tentamos, sempre que foi possível, adotar uma terminologia neutra ou feminina no texto. Esta escolha fez com que em alguns momentos tenhamos optado pelo uso da palavra “pessoas” como forma neutra de linguagem (pessoas produtoras, pessoas agricultoras), ou ainda famílias agricultoras ou produtoras. Em outros momentos optamos pelo uso de / para incluir masculino e feminino, como em “os/as produtores/as”. Contudo, procuramos manter termos como camponês e agricultor familiar, nos momentos em que era importante marca-los enquanto categorias de análise.

Dos capítulos e sua organização

O primeiro capítulo abre as discussões abordando o atual momento do regime alimentar global, denominado regime alimentar corporativo, fruto da fase de expansão do capitalismo neoliberal e responsável, segundo os seus estudiosos, pelo cenário mundial de vulnerabilidade alimentar que atinge, sobretudo, os países do Sul (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011). Em seguida, tratamos do movimento mundial pela alimentação, no seu balanço pendular entre liberalismo e reformismo (POLANYI, 2021), no sentido de reconstituir o processo histórico de formação das noções de *segurança* e de *soberania* alimentar, frequentemente entendidas como sinônimas, mas que têm em suas propostas projetos políticos distintos. O objetivo desse capítulo é formar a base sobre a qual a discussão acerca dos *Circuitos Curtos de Comercialização* (CCCs) dentro da perspectiva mais ampla dos *Sistemas Agroalimentares Alternativos* (SAA) (RETIÈRE, 2014), e destes como premissa do movimento Agroecológico, será desenvolvida.

O segundo capítulo consiste na apresentação da Rede de Agroecologia Povos da Mata enquanto um Sistema Participativo de Garantia (SPG) e tem um caráter mais expositivo. Nele fazemos um breve relato histórico das origens da Rede e explicamos o que é um SPG e como a Rede se organiza a partir desse preceito. A estrutura organizacional e operacional da Rede é descrita, assim como os procedimentos de certificação do OPAC Associação Povos da Mata de Certificação Participativa. Ao final do capítulo, abordamos o perfil de cada um dos sete núcleos,

localizando-os em seus territórios de identidade a partir de mapas e trazendo um breve contexto do perfil dos territórios, objetivando criar um mosaico que nos ajude a visualizar a diversidade de contextos históricos, econômicos e culturais, que atravessam a experiência de articulação da Rede Povos.

A partir dos momentos anteriores, o terceiro capítulo apresenta o que foi o projeto de comercialização dos circuitos agroecológicos que buscava, em uma escala mais ampla, a cooperação entre Redes de agroecologia e a expansão do acesso a mercados consumidores mais distantes. Em seguida, aprofunda o olhar para as realidades dos Núcleos Serra Grande e Raízes do Sertão dentro do contexto socioeconômico específico dos territórios de identidade onde estão inseridos — TI Litoral Sul e TI Irecê, respectivamente. Para isso, tentamos apresentar o perfil socioeconômico desses territórios, dando ênfase ao perfil de ocupação fundiária, aos processos históricos de constituição das relações de trabalho e de reprodução do capital, buscando fazer o paralelo com o perfil dos núcleos e as experiências acerca da produção e comercialização neles observadas. Por fim, tratamos do fracasso dos circuitos agroecológicos dentro da Rede de Agroecologia Povos da Mata e fazemos um balanço das diferenças em torno da comercialização observadas nos núcleos estudados.

Finalmente, o quarto e último capítulo deste trabalho buscou explorar a modernização da agricultura e reestruturação em diálogo com os debates acerca das categorias campesinato e agricultura familiar no contexto brasileiro. Esta análise envolve a percepção de que a ideologia da elite latifundiária brasileira é responsável tanto por manter o campesinato como um excluído político, quanto por criar uma categoria que representa o seu projeto político de agronegócio — a agricultura familiar. Na qual o agricultor familiar aparece como um sujeito que se encontra preso entre um passado camponês, tido como atrasado e superado, e um futuro empreendedor rural familiar, no processo de profissionalização e seleção de quem consegue se adaptar a essa nova roupagem da racionalidade capitalista no campo. A partir dessa discussão, abordamos as contradições observadas no decorrer da pesquisa aqui apresentada na experiência da Rede de Agroecologia Povos da Mata. Em especial ao que se refere a atuação da Agroecologia, enquanto ciência e movimento social, na reprodução dos processos de profissionalização da agricultura e de seleção dos/as agricultores/as vocacionados/as, buscando evidenciar a natureza e peso das relações estabelecidas com o Estado através do conjunto de leis e normativas que buscam regular a atividade da produção orgânica no país.

CAPÍTULO I

A crise alimentar no regime alimentar corporativo —
fome, segurança alimentar, soberania alimentar e os
sistemas alimentares alternativos

Introdução

A problemática alimentar é um campo complexo, inclui diferentes esferas da reprodução social e refere-se a uma série de desafios, questões e preocupações relacionadas à: alimentação e nutrição, fome, soberania alimentar, cadeias alimentares, agroindústria, ao mercado de *commodities*, ao regime alimentar, aos impactos na saúde humana e no meio ambiente, entre outros. Neste capítulo, abordaremos a problemática alimentar a partir da perspectiva de uma crise civilizatória gestada pelo regime alimentar corporativo (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011), no qual o sistema produtivo agroindustrial aparece como causa contemporânea dos problemas sócio ambientais relacionados à fome, desigualdade e à poluição em escala mundial. Ao mesmo tempo em que assistimos à safras recordes de grãos, ao aumento no preço dos alimentos e ao crescimento dos lucros das corporações agroindustriais.

A análise dos “regimes alimentares” surge no fim da década de 1980, com Friedmann e McMichael⁷, combina economia política, ecologia política e análise histórica para explicar como relações particulares entre produção e consumo de alimentos são centrais para o funcionamento e reprodução do capitalismo mundial. Para estes autores, a definição básica de um regime alimentar é uma estrutura governada por normas de produção e consumo de alimentos em escala mundial⁸ (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, op. cit.).

Três regimes alimentares são descritos por Holt-Giménez e Shattuck (2011) no contexto dos trabalhos de Friedmann e McMichael. O primeiro regime alimentar é historicamente situado entre 1870 e 1930 e tem como característica principal o fluxo de alimentos baratos e matérias-primas das colônias do sul — embora nesse período, as colônias de povoamento, como os Estados Unidos da América, estão igualmente incluídas — em direção à Europa industrial em consolidação no norte. Este regime alimentou, literalmente, a industrialização dos países europeus com comida para a classe operária e matéria-prima para a indústria. Contudo, a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e os seus desdobramentos nas economias do mundo encerraram esse período.

A década de 1930, por sua vez, foi marcada por um fenômeno contraditório no que diz respeito ao campo da alimentação humana. Na esteira da crise de 1929, os países industrializados

⁷ Friedmann, H. and P. McMichael. 1989. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, 29(2), 93–117.

⁸ “‘The basic definition of a food regime is a rule-governed structure of production and consumption of food on a world scale’ (Friedmann 1993a, 30-1, in McMichael, 2007)” (Holt-Giménez & Shattuck, 2011, p. 110).

passavam por um momento de excedentes de produção agrícola impossíveis de serem absorvidos por um mercado de consumo empobrecido, o problema da superprodução gerava a queda dos preços, deixando os agricultores ainda mais fragilizados economicamente. Ao mesmo tempo, especialistas em nutrição começavam a chamar atenção para a situação de subalimentação e fome no mundo. Diante deste fenômeno, observado sobretudo nos países em desenvolvimento houve, na época, um certo esforço político e científico na busca por respostas, contudo, a Segunda Guerra Mundial pôs um fim precoce à essas iniciativas (CHONCHOL, 2005).

No início dos anos de 1930, os especialistas em nutrição humana alertavam sobre a necessidade de aumentar as disponibilidades alimentares simultaneamente ao fato de que os economistas recomendavam reduzir a produção agrícola para resolver o problema dos excedentes invendáveis. (CHONCHOL, 2005, p. 33)

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), cria-se também a FAO⁹, o que representou a retomada dos debates e ações acerca da temática da fome e subalimentação no mundo. Nos anos subsequentes, com a superação da etapa de reconstrução dos países no pós guerra, o mundo volta a experimentar um fenômeno similar ao da década de 1930, assistindo a retomada de excedentes agrícolas em 1953, sobretudo nos EUA, ao mesmo tempo que via em 1954 os países do Extremo Oriente passarem por situações de fome. É neste contexto político econômico que a FAO irá propor a eliminação dos excedentes por meio de doações aos países com déficit de alimentos (CHONCHOL, op. cit.).

Nesse contexto, inicia-se o segundo regime alimentar, que dura de 1950 a 1970, e é caracterizado pela inversão do fluxo de alimentos, no qual os excedentes agrícolas do norte, sobretudo dos Estados Unidos, passam a ir para o sul em forma de ajuda humanitária (*food aid*). Este regime alimentar é marcado pela modernização da agricultura mundial do período pós Segunda Guerra, de acordo com Chonchol (2005), esse processo se desenvolve como uma resposta à problemática alimentar do século XX, isto é, ao fenômeno descrito anteriormente da contradição entre a superprodução de alimentos e as crises de fome.

A modernização da agricultura nesse período visava aumentar a produtividade agrícola e a produção de alimentos, pois entendia que o fenômeno da fome no mundo era consequência de um problema de oferta, frente a uma demanda crescente. De acordo com Chonchol (2005), em

⁹ A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (Food and Agriculture Organization) é a agência da ONU que lidera os esforços para a erradicação da fome e combate à pobreza no mundo.

1960 a fome assolou os países do Extremo Oriente e, em resposta a esta situação, a FAO criou o “Programa Alimentar Mundial”, iniciando o desenvolvimento e produção de sementes de alto rendimento. A década de 1960 assiste, assim, o nascimento do que ficou conhecido como a “Revolução Verde”, período em que houve uma série de inovações tecnológicas — como o desenvolvimento de variedades de plantas resistentes a pragas e doenças, a mecanização agrícola e a adoção de práticas intensivas, com o uso generalizado de insumos (fertilizantes químicos e pesticidas) — que transformaram a forma como a agricultura era realizada em muitas partes do mundo.

A comunidade científica internacional apóia os esforços de produção de sementes de trigo e de arroz de alto rendimento, e, por volta de 1965, começa na Ásia o desenvolvimento da Revolução Verde, que se estende mais tarde à América Latina. Embora os resultados dessa revolução fossem espetaculares em termos produtivos, suas conseqüências sociais foram muito menos favoráveis. Antes da Revolução Verde, na Índia, 18% do campesinato não possuía terras. Em 1970, essa porcentagem havia aumentado para 33%. (CHONCHOL, 2005, p. 33)

Todavia, embora a expansão mundial da agricultura industrial orientada para e pelo mercado tenha alcançado com sucesso o seu objetivo de aumentar a produção de alimentos, a modernização também gerou impactos ambientais, sociais e econômicos negativos — como a dependência de insumos químicos, a degradação e contaminação do solo e ecossistemas e a concentração de terras. Teve como consequência o enfraquecimento da agricultura camponesa promovida pela concentração de poder político e econômico nas mãos dos latifundiários e a expulsão das populações rurais do campo, provocando um êxodo rural e aumentando as situações de pobreza e desigualdade. No campo social, as décadas de 1960, 1970 e 1980 viram a intensificação da luta do movimento camponês na reivindicação por redistribuição de terra através de reforma agrária, crédito produtivo, mercados “justos” (*fair trade*) e o direito a vida e cultura camponesa dignas, isto é, o direito ao seu modo de vida (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, op. cit.).

Para os autores Holt-Giménez e Shattuck (2011), o terceiro regime alimentar é o que caracteriza o sistema agroalimentar atual. Chamado de regime alimentar corporativo¹⁰, inicia-se na década de 1980 inaugurando a atual fase de expansão do capitalista neoliberal. Os autores

¹⁰ Contudo, de acordo com Holt-Giménez & Shattuck (2011), a existência de um terceiro regime alimentar não é consenso entre os estudiosos do tema, para alguns, o atual momento seria apenas a fase neoliberal do segundo regime.

afirmam que este regime é o responsável pelo aumento do preço dos alimentos e da fome mundial. Nesse contexto, o movimento mundial pela alimentação — composto pelos movimentos sociais, ONGs e organizações internacionais — pode ser analisado a partir do duplo movimento do capitalismo de mercado que, segundo Polanyi (2021), oscila entre momentos de liberalismo e reformismo.

É portanto, nos desdobramentos do encontro entre a perspectiva do regime alimentar corporativo com o movimento mundial pela alimentação que buscaremos os elementos de compreensão das noções de *segurança* e de *soberania* alimentar. Para tanto, faremos uma breve retomada do contexto histórico que levou aos processos de geração e construção destas duas noções que, frequentemente, podem passar por sinônimas, mas que têm em suas propostas projetos políticos bem distintos. A intensão desse capítulo inicial é, portanto, formar a base sobre a qual a discussão acerca dos *Circuitos Curtos de Comercialização* (CCCs) dentro da perspectiva mais ampla dos *Sistemas Agroalimentares Alternativos* (SAA), e destes como premissa do movimento Agroecológico, será desenvolvida.

O Regime Alimentar Corporativo

O terceiro regime alimentar em que vivemos, denominado “corporativo”, inicia-se na década de 1980 e, de acordo com Holt-Giménez e Shattuck (2011), emergiu dos choques econômicos da década de 1970. Esta foi marcada pela queda da produção mundial de grãos e o esgotamento dos estoques disponíveis provocado pelas compras maciças da URSS. Junto a isso, o mundo observou crises de fome em Bangladesh e na Etiópia e, a grande seca que assolou a região do Sahel africano entre 1968 e 1973, provocou nos anos seguintes uma grave crise alimentar na região responsável pela morte de milhares de pessoas (CHONCHOL, 2005).

Diante desses eventos, a década de 1970 assistiu ao aumento da desigualdade entre os países em desenvolvimento. No que toca às disponibilidades alimentares, a África Subsaariana viu os seus níveis baixarem, enquanto que houve estagnação (em níveis baixos) na Ásia do Sul, ao passo que “as disponibilidades médias melhoram no Oriente Próximo, na África do Norte, na América Latina e no Leste da Ásia”¹¹. Importante salientar que, a melhora dos níveis médios de

¹¹ Idem.

disponibilidade alimentar observada nas macro regiões mencionadas teve grande influência do aumento das importações.

(...) o que distingue os anos de 1970 dos decênios que os precederam e que os seguiram é o fato de que uma parte do melhoramento da disponibilidade alimentar por habitante dos países em desenvolvimento foi assegurada pelo rápido aumento das importações alimentares provenientes dos países desenvolvidos. As importações líquidas de cereais mais do que triplicaram entre 1969-1971 e 1979-1981. (CHONCHOL, 2005, p. 34)

Durante os anos 1980, observa-se a diminuição das grandes crises de fome no mundo e a mudança do discurso político, este passará a pautar não mais o aumento da produção agrícola dos países produtores, mas o “desenvolvimento” rural e agrícola dos países em desenvolvimento. Observa-se aqui, um exemplo de como o *desenvolvimento desigual*¹² é a expressão geográfica sistemática das contradições da constituição e da estrutura do capital no fim do século XX. A lógica do desenvolvimento desigual, de acordo com Neil Smith (1990), deriva da tendência, inerente ao capitalismo, de diferenciação e equalização simultâneas dos níveis e condições de produção. A “produção da natureza” aparece como fundamento filosófico, mas também como resultado real do modo de produção capitalista, no qual o desenvolvimento desigual é um padrão e um processo concreto da produção da natureza (SMITH, op. cit.).

Portanto, a orientação neoliberal das políticas econômicas do FMI — com os Programas de Ajuste Estrutural¹³ (PAEs) da década de 1980, adentrando 1990 — criaram uma projeto de desenvolvimento a sua imagem e semelhança. Segundo Holt-Giménez e Shattuck (2011), o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, e seu Acordo sobre Agricultura (AoA), institucionalizaram o processo de liberalização agrícola em escala global, enfraquecendo o direito e a capacidade dos Estados soberanos de regulamentar a agricultura e as políticas de alimentos¹⁴.

¹² (Smith, 1990).

¹³ Os PAEs desmantelaram tarifas, desativaram conselhos de marketing nacionais, eliminaram garantias de preços e destruíram os sistemas nacionais de pesquisa e extensão agrícola nos países do Sul Global. Essas políticas foram incorporadas a tratados internacionais por meio de Acordos de Livre Comércio (ALCs) bilaterais e internacionais (Holt-Giménez & Shattuck, 2011).

¹⁴ De acordo com Matioli e Peres (2020), “Philip McMichael (...) e Harriet Friedmann (...), entendem que há duas mudanças-chave na era neoliberal em relação à alimentação. Além de o Estado deixar rolar fusões e aquisições, perde a soberania na definição das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, que passam a ser regidas globalmente.” (MATIOLI e PERES, 2020, p. 69)

O regime alimentar corporativo é atualmente caracterizado pelo poder de mercado e lucros sem precedentes do monopólio das corporações agroalimentares, cadeias globais de proteína animal globalizadas, crescentes conexões entre as economias de alimentos e combustíveis, uma ‘revolução supermercadista’, comércio globalizado liberalizado de alimentos, concentração cada vez maior da propriedade da terra, uma base de recursos naturais em declínio e crescente oposição dos movimentos alimentares em todo o mundo (Holt-Giménez et al. 2009, McMichael 2009).¹⁵ (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011, p. 111)

Embora não se utilize do conceito de regime alimentar corporativo Carneiro (2010), ao tratar da temática da alimentação na atualidade, fala de uma crise civilizatória, à qual descreve como resultado dos mesmos fatores e fenômenos que compõem a caracterização deste conceito¹⁶. O autor ressalta como as mudanças dos hábitos alimentares dos países centrais no pós-guerra, orientada para uma "dieta predominantemente carnívora", resultou das transformações provocadas pela Revolução Verde que “deslocou a nossa dependência de energia solar para uma dependência de combustíveis fósseis na agricultura, ou seja, cada vez mais comemos petróleo”¹⁷ (CARNEIRO, op. cit.).

Esse modelo de uso de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural), de agricultura de um só produto em vastas áreas varridas por agrotóxicos e fertilizantes sintéticos expandiu uma superprodução que não serviu para acabar com a fome e a subnutrição mundial mas para aumentar o food power dos grandes produtores (sobretudo os EUA) e para criar uma cultura do excesso, do dispêndio perdulário e do hiperconsumo. A carne de animais alimentados por rações e criados em condições de confinamento absorve metade dos antibióticos produzidos no mercado estadunidense e é consumida numa hipertrofia tão grande que criou a maior epidemia de obesidade da história humana. (CARNEIRO, 2010, p. 101)

¹⁵ Tradução livre. Texto original:

“The corporate food regime is currently characterized by the unprecedented market power and profits of monopoly agrifood corporations, globalized animal protein chains, growing links between food and fuel economies, a ‘supermarket revolution’, liberalized global trade in food, increasingly concentrated land ownership, a shrinking natural resource base, and growing opposition from food movements worldwide (Holt-Giménez et al. 2009, McMichael 2009).”

¹⁶ “(...) falar de alimentação é falar de cadeias alimentares, de agroindústria, de mercado de commodities, de “*food power*”, elemento estratégico nas relações internacionais. E é também falar de uma crise civilizatória, um sistema produtivo agroindustrial que a comunidade científica de forma praticamente unânime vem apontando como responsável pelo aumento da emissão de derivados de carbono na atmosfera, além de outros problemas de agropoluição.” (CARNEIRO, 2010, p. 94)

¹⁷ Em complemento a essa perspectiva,

“Em última instância, como escreveu Michael Pollan, todos comemos um pedacinho do sol, pois dele as plantas tiram a energia para constituir as suas cadeias complexas de carbono. Hoje em dia, comemos também o combustível fóssil que cada vez mais se incorpora ao processo produtivo e distributivo da agroindústria.” (CARNEIRO, 2010, p. 94)

O impacto das mudanças no perfil da produção de alimentos, provocada pela adoção do agronegócio como modelo de desenvolvimento rural, bem como a mudança dos hábitos alimentares nos países ricos, é mais um fator que coloca pressão sobre a disponibilidade alimentar e o preço dos alimentos no mundo. De acordo com Chonchol (2005), a produção animal consome uma grande parcela da produção de cereais, pressionando o aumento do preço desses alimentos, o que causa um efeito duplo na alimentação das populações pobres, excluindo-as tanto do consumo direto da carne, uma vez que esta é um alimento caro, quanto do acesso e consumo direto de cereais. Sobre as consequências perceptíveis do processo de homogeneização dos hábitos de consumo e alimentares, Matioli e Peres atestam que,

“É crescente o corpo de evidências científicas que associam as transformações no ambiente alimentar com as mudanças de padrão alimentar que desembocaram na explosão dos índices de diabetes, hipertensão, câncer e doenças cardiovasculares. A partir das grandes cidades se irradiou um modo de organização do espaço urbano que privilegia a oferta de refrigerantes, salgadinhos, biscoitos, iogurtes repletos de açúcar - hoje, esse é o sonho de consumo e a maneira de organização do comércio em uma comunidade ribeirinha, em uma megalópole, em uma cidade média, em praticamente qualquer parte do mundo.” (MATIOLI e PERES, 2020, p. 17)

Até o início dos anos de 1980, o problema dos grandes déficits alimentares era compreendido, de acordo com Chonchol (2005), sobretudo pela perspectiva dos fenômenos climáticos negativos. Esta compreensão mudou na década de 1990, quando os conflitos políticos passaram a ser a causa número um das situações de fome e insegurança alimentar no mundo, com necessidade de intervenção pelo viés da ajuda humanitária.

Todavia, a década de 1990 também é marcada pela tentativa de modernizar a economia mundial, custe o que custar e, nesse contexto, vemos a noção de “globalização” se fortalecer, assim como os seus acordos transnacionais de livre comércio. De acordo com Matioli e Peres (2020), é nesse momento em que se dissemina a ideia de que exigiria um “sistema alimentar global”.

“A justificativa central para a abertura de fronteiras era resolver a fome no mundo. No papel, Organização Mundial de Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e coligados diziam que, sem barreiras comerciais, a comida circularia e resolveria a questão. Ou seja, se um país tem excedente de uma coisa e falta de outra, basta exportar e importar. (...)
(...)

O suíço Jean Ziegler, primeiro relator da Organização das Nações Unidas para o Direito à Alimentação (2000-2008), recorda que OMC, FMI e Banco Mundial são a tríade que rege a alimentação global. Com o detalhe de que nenhuma delas é uma organização voltada à alimentação, e sim ao comércio e às finanças.” (MATIOLI e PERES, 2020, p. 68)

Ao fazer a caracterização do terceiro regime alimentar, os autores Holt-Giménez e Shattuck (2011) combinam as ideias de Polanyi, sobre o duplo movimento do capitalismo de mercado, com as ideias de Friedmann e McMichael sobre a tese dos regimes alimentares. Identificam, assim, duas tendências principais para o regime alimentar corporativo, a *neoliberal* — cujas características vimos anteriormente e que é representada pela tríada mencionada no trecho acima — e a *reformista*, dirigida por braços mais fracos das mesmas instituições¹⁸.

Para a tendência reformista as estratégias para lidar com a fome mundial não miram em eliminar as causas da fome ou solucionar esses problemas, mas em alimentar a população com o excedente da indústria e da agricultura. Nesse sentido, a saída buscada é, por um lado através da (r)estabilização social do regime alimentar corporativo e por outro, através do uso da tecnologia e mercados globais.

Na compreensão de Holt-Giménez e Shattuck (2011), as duas tendências do regime alimentar corporativo compartilham as “classes corporativas” em comando como base do seu poder e refletem as duas direções do duplo movimento capitalista descrito por Polanyi. Tal movimento resulta, na opinião dos autores, mais em uma afinção do projeto neoliberal do que de uma mudança substantiva de direção.

Nos anos 2000, as questões ambientais e os fenômenos climáticos associados ao aquecimento global voltam para renovar o debate sobre a situação alimentar no mundo. Todavia, isto não tirou os conflitos políticos do debate, uma vez que continuam sendo a causa de situações de fome, insegurança alimentar, empobrecimento das populações urbanas e rurais nas regiões onde acontecem¹⁹.

¹⁸ Sendo um exemplo a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD), ambos braços do Banco Mundial.

¹⁹ Um exemplo é a atual guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022 a partir da invasão russa do território ucraniano. Esta guerra, corrente até o momento de finalização desta pesquisa, é responsável por impactos negativos na cadeia alimentar global, gerando uma crise energética e de abastecimento, com a diminuição das exportações e da produção agrícola de grãos nesses países, assim como a diminuição das exportações de insumos químicos para a agricultura, como fertilizantes e agrotóxicos, campo no qual a produção russa tem protagonismo mundial.

Segurança alimentar e soberania alimentar no discurso dos movimentos sociais pela alimentação no mundo e no Brasil

Em “*A Grande Transformação: as origens de nossa época*”, Karl Polanyi (2021) argumentou que se os mercados fossem livres de regulação eles destruiriam tanto a sociedade quanto a própria base dos recursos naturais. O autor identifica no capitalismo um movimento cíclico, no qual se alternam períodos de pouca ou nenhuma regulação dos mercados e períodos de intervenções estatais com função social protetora, o qual chamou de duplo movimento do capitalismo liberal.

A partir da compreensão do movimento pendular capitalista de Polanyi, Holt-Giménez e Shattuck (2011) identificam que a variação entre momentos liberais e momentos reformistas é determinada pelo “equilíbrio” entre a oposição social e as políticas liberais, argumentam que é possível gerar mudanças regulatórias significativas em regimes alimentares liberais a partir das pressões e lutas sociais. Os autores somam a esta leitura o conceito Gramsciniano de que a sociedade civil é uma arena de lutas, na qual as classes dominantes exercem um poder supra estatal ao buscarem um consenso hegemônico através de coerção cultural e ideológica²⁰. A partir dessa leitura os autores afirmam que o alcance e o caráter político de uma possível mudança no regime alimentar depende tanto do “duplo movimento” do capitalismo quanto da natureza política e do dinamismo dos movimentos sociais.

Em resposta aos fracassos sócioambientais do regime alimentar corporativo surgiram diversos movimentos sociais pela alimentação e agricultura em diferentes escalas (locais, nacionais e internacionais). As reivindicações desses “movimentos pela alimentação” — como reforma agrária, soberania alimentar, agricultura agroecológica e sustentável, comida livre de agrotóxicos, comércio justo, circuitos curtos, segurança alimentar das comunidades, entre outras — refletem, segundo Holt-Giménez e Shattuck (2011), a ala da agricultura alternativa. Do outro lado, governos, indústrias e instituições globais também criaram um amplo leque de instituições, programas e campanhas de ajuda humanitária e desenvolvimento rural.

²⁰ “The wide range of political possibilities for social opposition and government reforms to liberalized markets suggests that the social demands driving Polanyi’s double movement are a reflection of social and political contestation that is played out within civil society. This would be consistent with Antonio Gramsci’s (1971) concept of civil society as an arena of struggle in which ruling classes exercise power beyond the ‘state-as-force’, by seeking hegemonic consensus through cultural and ideological coercion.” (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011, p. 113)

Existem dentro desses movimentos compreensões diferentes acerca dos conceitos de fome e pobreza, alguns tratam como uma oportunidade de negócio, buscando soluções baseadas em parcerias público-privadas e nas noções de eficiência corporativa e competitividade (Hindo, 2008)²¹. Outros tratam fome de forma normativa e insistem que governos e empresas devem ser responsabilizados quando atuam de forma a subjugar o direito humano a alimentação. Os esforços em relação ao tema se separam em tendências ideologicamente diferentes entre aqueles que querem estabilizar o regime alimentar corporativo e aqueles que querem transformá-lo, tais tendências dos movimentos sociais pela alimentação são caracterizadas por Holt-Giménez e Shattuck (op. cit) como *progressista* e *radical*, respectivamente.

De acordo com os autores acima mencionados, a tendência progressista do movimento pela alimentação tem o seu foco de ação no local, com práticas e modelos alternativos de sistemas alimentares. Ademais, propõe alternativas para a agroindústria, como sustentabilidade, agricultura agroecológica e orgânica, redes de apoio entre consumidores e produtores, majoritariamente dentro da ideia do capitalismo existente, sem grandes rupturas. Junto a isso, soma-se o discurso pelo direito a comida e justiça alimentar tanto para grupos marginalizados (auto declarados em função de etnia, gênero e condição sócio-econômica), quanto no sentido do “desejo por prazer, qualidade e autenticidade no sistema alimentar” (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011).

Entendemos que a noção de *segurança alimentar* localiza-se dentro da tendência progressista. Ela se dissemina nos países capitalistas centrais no período do pós Segunda Guerra, de acordo com Moruzzi Marques (2010), seus propósitos aparecem nos textos fundadores da Política Agrícola Comum (PAC) de 1962, na Europa. Tinham uma estratégia de abastecimento dos mercados alimentares a partir do suporte à produção de alimentos estratégicos e da administração de estoques públicos²². Assim, as ações focavam mais na produção do que em políticas para garantir o acesso, uma vez que as políticas de bem-estar social no contexto dos países europeus respondiam a essa questão. Como vimos anteriormente neste capítulo, esse período também é marcado pela modernização da agricultura, processo que seleciona as famílias agricultoras aptas a produzir no modelo “moderno”.

²¹ In: Holt-Giménez e Shattuck (2011).

²² Esta orientação das ações para a segurança alimentar é designada hoje em dia como *produtivista* e vem sendo criticada pelos seus efeitos sociais e ambientais perversos.

“(…) uma intervenção rigorosa do Estado, sobretudo no pós-guerra, foi decisiva para conformar certo modelo de exploração agrícola, que correspondia a uma empresa familiar equipada e produtiva, ajustada ao desenvolvimento capitalista e industrial.” (MORUZZI MARQUES, 2010, p. 80)

O contexto histórico que originou a noção de segurança alimentar, bem como o seu desenvolvimento posterior, conferiu a ela essa característica polissêmica, a partir da qual concebe-se tanto medidas de proteção da agricultura local, quanto a liberalização do comércio internacional de alimentos (MORUZZI MARQUES, op. cit.).

No Brasil, de acordo com esse autor, a noção de segurança alimentar foi mobilizada no momento da transição política para a democracia. Aparece nos documentos elaborados pela oposição, em especial na Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), que propunha a democratização e acesso à cidadania, o que inclui o acesso aos alimentos, a partir de uma proposta abrangente que incluía a reforma agrária, produção de alimentos, políticas de emprego e de renda.

No governo do presidente Itamar Franco (de 1992 a 1995), foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) que promoveu programas de combate à fome e a miséria. Havia no jogo político da época a proposta da sociedade civil, mas também a do agronegócio. Através da Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG), os representantes do agronegócio propunham o “aumento substancial da oferta de alimentos” como a forma mais eficaz de combate à fome e a subalimentação (MORUZZI MARQUES, op. cit.). Assim, suas reivindicações giravam em torno da demanda por mais infra estrutura e estabilidade econômica para investimentos.

(…) a posição produtivista supõe e propaga a ideia de que o comércio internacional de alimentos constitui o fator chave para a segurança alimentar e mesmo para o direito à alimentação. Nesta linha de raciocínio, o desenvolvimento sem entraves do comércio internacional de produtos agrícolas favorece a redução dos preços dos alimentos, o que já satisfaz os requisitos de segurança alimentar e de direito à alimentação. (MORUZZI MARQUES, 2010, p. 81)

Três décadas se passaram e o Brasil bate recorde de safras de grãos e cereais a cada ano, mas o discurso do “agro é pop”²³ continua a propagar a ideia de que é ele que alimenta o país e o mundo, contudo, os dados apontam para um fenômeno distinto, da mesma forma que as safras,

²³ “Agro é pop, agro é tech, agro é tudo” foi o slogan usado pelas propagandas transmitidas pela rede *Globo* a partir de 2016, estas traziam a ideia de que o modelo de agricultura do agronegócio era a solução dos problemas do país.

crece também a fome, agravada pela pandemia de COVID-19 e seus impactos nas cadeias produtivas. De acordo com o último relatório da FAO (2023) sobre o estado da segurança alimentar e nutricional no mundo, a recessão econômica global causada pela pandemia contribuiu para “um aumento estimado de quase 90 milhões de pessoas enfrentando a fome em apenas um ano”, entre 2019 e 2020.

Embora o ano de 2021 tenha observado alguma recuperação da economia, o que teve reflexos modestos nos níveis de pobreza e insegurança alimentar, esta ocorreu de maneira altamente desigual entre países do Sul e do Norte Global, o que contribuiu para um aumento adicional de cerca de 38 milhões de pessoas em situação de fome no mundo nesse ano (FAO, 2023). Em 2022, estima-se que entre 691 e 783 milhões de pessoas estavam em situação de fome no mundo, o equivalente a 9,2% da população mundial.

Contudo, quando também levamos em consideração a parcela da população mundial que está nos espectros de insegurança alimentar moderada e severa, adicionamos aos números apresentados 2.4 bilhões de pessoas²⁴ para o ano de 2022 (FAO, 2023). Isto significa dizer que 38,8% da população total do planeta Terra não tem acesso a alimentação em quantidade e qualidades suficientes para a manutenção de um nível seguro de saúde biológica, isso sem nem levar em consideração a tragédia socioeconômica que estes dados anunciam.

O Brasil, por sua vez, tem seguido a tendência mundial em relação à fome. O país voltou ao mapa da fome das Nações Unidas e assiste o seu contingente de famintos crescer, registrando um aumento de cerca de 3 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar entre 2015 e 2020²⁵. De acordo com dados do IBGE (2020), até 2018 o número de brasileiras e brasileiros nessa situação era de 10,3 milhões, a região Nordeste, onde situa-se a experiência estudada, reúne 41,5% do total de famintos no país. Importante notar que, proporcionalmente, as populações rurais são mais afetadas pela fome e insegurança alimentar no país do que as populações urbanas. Segundo dados de 2018 do IBGE (2020), aproximadamente 40% da população rural vive em insegurança alimentar, enquanto que esse número é de 23% para as populações urbanas. Este dado levanta questões importantes sobre as condições de vida no campo brasileiro, consequência direta da lógica capitalista na agricultura.

²⁴ O que representa 29,6% da população mundial.

²⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-crece-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml>. Acessado em 13/08/2023.

A tendência radical dos movimentos pela alimentação, por sua vez, também reivindica mudanças no sistema alimentar com base no direito — no sentido de um direito inalienável²⁶, como uma prerrogativa do ser humano —, contudo, frequentemente apresenta uma orientação anticapitalista, anti imperialista e contra as corporações. De acordo com Holt-Giménez e Shattuck (op. cit), busca reformas estruturais do mercado, do regime de propriedade, da redistribuição de terra, água e recursos na perspectiva das lutas de classe, com um viés militante que prioriza a atuação no campo das políticas nacionais e internacionais.

É neste campo dos movimentos alimentares que situamos a noção de *soberania alimentar*. Ela surge e se dissemina justamente pela ambivalência das propostas feitas pela *segurança alimentar* (MORUZZI MARQUES, op. cit.), segundo Meirelles (2004), a noção de soberania alimentar foi desenvolvida pela Via Campesina, na luta contra a liberalização do comércio internacional no campo agroalimentar, e levada ao debate público durante a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma em 1996. O evento foi patrocinado pela FAO, nele os países participantes assumiram o compromisso de reduzir pela metade o número de famintos no mundo até 2015, na época 800 milhões de pessoas sofriam com a fome e subalimentação (Siliprandi, 2001).

É importante salientar que a FAO²⁷ está inserida no mesmo contexto de outras instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que buscavam se estabelecer como órgãos de regulação do capitalismo em âmbito mundial. Nesse sentido, a fome era entendida a partir de uma perspectiva desenvolvimentista, na qual aparece simultaneamente como sintoma e causa do subdesenvolvimento. Tal perspectiva apresenta o desenvolvimento econômico como única forma de superação da fome, e o Estado como regulador da economia e gestor de políticas que promovam este desenvolvimento.

Contudo, estas instituições, entre outras que “controlam” a “ordem” mundial, são vistas pelos movimentos de luta social — sobretudo por aqueles da vertente radical dos movimentos alimentares — como responsáveis pela imposição de políticas agrícolas, agrárias e alimentares que estão na raiz da tragédia social e ambiental causada pela lógica da tendência neoliberal do regime alimentar corporativo, sobretudo nos países do sul global.

²⁶ No texto original os autores usam o termo *entitlement*.

²⁷ Todavia, segundo Holt-Giménez e Shattuck (2011), a FAO diferencia-se do FMI e do Banco Mundial por estar situada no vertente reformista do regime alimentar corporativo, enquanto que os últimos inserem-se na perspectiva neoliberal.

A evidência de que a lógica exclusiva do livre mercado não é capaz de garantir a segurança alimentar dos povos, e inclusive a deteriora, impõe como urgente e necessária a construção de alternativas democráticas e de inclusão social que combatam efetivamente o “fundamentalismo” neoliberal. (SILIPRANDI, 2001, p. 17)

A hegemonia da tendência neoliberal do regime alimentar corporativo, segundo Holt-Giménez e Shattuck (op. cit.), pode ser observada pela ubiqüidade ideológica, tanto no regime alimentar quando nas organizações do movimento pela alimentação. Um exemplo trazido pelos autores é o caso da ala majoritária do movimento internacional por comércio justo (*fair trade*)²⁸ que sustenta a ideia de que é através da iniciativa individual que a mudança é possível, sem que seja necessária qualquer outra mobilização política organizada. Em relação à crise alimentar mundial, esta vertente ora nega a sua existência, ora lida como se fosse uma oportunidade de negócios, pressionando ainda mais na direção da liberalização do mercado, das terras e do trabalho.

No ano de 2000 aconteceu em Cuba o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, convocado pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos de Cuba (ANAP), pela Rede Internacional pelo Direito à Alimentação (FIAN), pela Via Campesina, entre outros movimentos sociais. Foi um momento de avaliação do que havia sido feito até então em relação aos compromissos assumidos na Cúpula de Roma e propor novas ações. O Fórum de Havana foi um marco na definição de propostas da sociedade civil para enfrentar o problema da fome mundial, nele definiu-se soberania alimentar da seguinte forma,

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação para toda a sua população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental. (SILIPRANDI, 2001, p. 18)

Em suma, na perspectiva da soberania alimentar, observa-se as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental, relacionadas ao direito de acesso ao alimento, a produção e oferta de produtos alimentares. Igualmente importante é o acesso a alimentos de qualidade

²⁸ De acordo com os autores, representado nas campanhas de comércio justo (*fair trade*), comércio local e *slow food* sobretudo nos países da Europa e nos Estados Unidos.

(sanitária e nutricional), a conservação da base genética do sistema alimentar, bem como as relações comerciais que se estabelecem em torno do alimento. Consequentemente, os conhecimentos tradicionais e diversidade de formas de produção dos pequenos e médios produtores agrícolas são privilegiados, visando garantir o seu direito de produzir seus próprios alimentos.

Este conceito torna-se, assim, uma bandeira inegociável da luta camponesa, buscando ser uma alternativa de produção, comercialização e consumo, que faz frente ao modelo de desenvolvimento agrícola do agronegócio e das políticas neoliberais, colocando-se a serviço do interesse popular e acima das exigências do mercado capitalista. Reivindica que o comércio de alimentos seja subordinado ao direito humano à alimentação, de maneira que produtos agrícolas deveriam estar fora da OMC.

Agroecologia e Sistemas Agroalimentares Alternativos

A produção de alimentos necessária para sustentar a população humana mundial é há muito tempo tida como um enorme desafio. Conforme as taxas de crescimento populacional cresceram de maneira exponencial, em meados do século passado, consolidou-se um modelo de agricultura de base industrial, fortemente dependente do pacote tecnológico composto por fertilizantes químicos, defensivos agrícolas e variedades vegetais mais resistentes (ALTIERI, 2012).

Chamado de Revolução Verde, esse pacote aumentou rapidamente a capacidade humana de produzir comida, mas também trouxe como consequências diversos problemas ambientais: erosão e salinização do solo, resultando na diminuição drástica de sua fertilidade; explosão das populações de pragas agrícolas; eutrofização e assoreamento de cursos d'água; esgotamento e contaminação de lençóis freáticos; perda progressiva da agrobiodiversidade; entre tantos outros (RIGOTTO 2011; SHIVA, 2003).

Para Lutzenberger (2001), o principal contraditório aos métodos da agricultura moderna está justamente em sua raiz socioeconômica, uma vez que o seu desenvolvimento foi atrelado não só ao pacote tecnológico de insumos industriais, mas também à manutenção e expansão da monocultura colonialista. Nesse sentido,

Os poderes coloniais não podiam extrair muito do campesinato tradicional cuja produção esteve concentrada em safras altamente diversificadas, voltadas para a subsistência e eventualmente direcionadas para os mercados regionais e locais. Eles – os poderes coloniais – queriam grandes quantidades de algodão, açúcar, café, chá, cacau entre outros produtos. Isto conduziu à marginalização milhões de pessoas e também esteve na raiz do tráfico de escravos da África para as Américas, uma das maiores calamidades da história da humanidade.

O problema fundamental com a agricultura moderna é que ela não é sustentável. Mesmo se fosse tão produtiva quanto é afirmado, o desastre seria apenas postergado e, então, muito pior. (LUTZENBERGER, 2001, pp. 61-62)

O termo sustentabilidade em nível global, portanto, surge como um importante qualitativo para os sistemas agroalimentares, questionando o uso predatório dos recursos naturais e a violenta modificação do meio, resultantes da produção de alimentos nos moldes da agricultura industrial.

Há que se considerar que a promessa de alimentar a humanidade, usada como justificativa para a globalização da Revolução Verde nos anos 70, nunca foi cumprida, ainda que a produção de alimentos mundial seja há décadas mais do que suficiente para suprir as necessidades de todos. A fome inclusive tem sido compreendida como um fenômeno muito mais complexo, histórica e socialmente deflagrado em determinados lugares e populações, sendo atrelado à má distribuição dos alimentos e ao desperdício, entre outros fatores (FAO, 2023).

Como um contraponto a esse panorama, a Agroecologia se apresenta enquanto ciência multidisciplinar, buscando investigar tanto os processos biológicos quanto as relações socioeconômicas fundamentais à construção de sistemas agroalimentares sustentáveis (SEVILLA GUZMÁN, 2005). Para Caporal (2009, p. 04), integrando conhecimentos de diversas esferas, desde tradições agrícolas ancestrais às técnicas modernas, a Agroecologia permite “tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural”.

Sob o viés do manejo, os agroecossistemas utilizam as dinâmicas da própria natureza na busca da produtividade, a exemplo das relações simbióticas e para ampliação da biodiversidade. Assim, as sobras energéticas não extraídas na forma de alimentos são geralmente direcionadas ao próprio sistema, promovendo a auto-regulação e diminuindo significativamente, em médio-longo prazo, a necessidade de *inputs* externos como fertilizantes. Quando verificados desequilíbrios ou deficiências específicas, o enriquecimento do agroecossistema pode ser realizado, por exemplo, através de fertilizantes naturais e controle biológico (GLIESSMAN, 2005). A capacidade

produtiva dos sistemas agroecológicos também merece destaque: quando comparados aos métodos convencionais e sua imensa demanda energética na forma de insumos industriais e/ou externos ao sistema, a energia obtida em relação à investida pode ser muito maior (DRINKWATER, 1998; CANUTO, 2011; MARCELINO & MAZALLA NETO, 2019), o que reitera o potencial dos sistemas agroecológicos como alternativas reais para a agricultura.

Já na perspectiva dos mercados regionais e circuitos curtos, de acordo com Souza et al. (2020), os sistemas agroalimentares ecológicos integram conceitos relacionados ao desenvolvimento rural local, como mercados institucionais e arranjos produtivos locais, bem como mudanças no padrão de consumo, entre outros exemplos que serão aprofundados em tópicos específicos deste trabalho.

A noção de Circuito Curto de Comercialização (CCC), por sua vez, é um desdobramento das discussões provenientes do que tem sido desenvolvido a nível prático e teórico dentro do contexto dos Sistemas Agroalimentares Alternativos (SAAs)²⁹, estas noções estão mundialmente inseridas nas discussões sobre segurança alimentar e opõem-se, de acordo com Lamine (2005), à desregulação e globalização que influenciam os circuitos alimentares e à degradação dos ecossistemas, incluindo os agrícolas.

Dessa maneira, os CCCs são um exemplo de SAAs que propõe um novo modelo de desenvolvimento em contraposição aos circuitos dominantes, pautando, nas versões mais politizadas, a realocação do abastecimento de alimentos e privilegiando sistemas de produção mais ecológicos, econômicos e autônomos (RETIÈRE, 2014). São caracterizados por uma dupla relação de proximidade: por um lado, a proximidade relacional entre produtores e consumidores; por outro lado, associada à proximidade relacional, temos a distância espacial percorrida pelos produtos até chegar no consumidor final. Esta última desperta o debate sobre o que é *local*, isto é, qual a escala geográfica aceitável para um circuito ser considerado “curto”.

No âmbito da pesquisa aqui apresentada, a Agroecologia se apresenta como nexo qualitativo entre a *agricultura familiar e campesinato*, enquanto categorias de análise, e o conceito de *circuito curto de comercialização*, enquanto estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Auxilia-nos, por esse motivo, a destacar o recorte de observação e análise escolhido,

²⁹ De acordo com Retière (2014), a noção de SAAs é ampla e sua definição abarca desde iniciativas de valorização do território, através dos selos de garantia de origem, às “diferentes formas de venda direta, associações e parcerias entre produtores e consumidores, produção direta pelos consumidores ou ainda estruturas territoriais de abastecimento e distribuição alimentar”.

no qual o objeto de análise (CCCs) da investigação faz parte da perspectiva social caracterizada pelo conjunto de premissas da Agroecologia. Contudo, é relevante problematizar as contradições inseridas nesse processo de construção social de uma prática e filosofia que se propõem “alternativas”, mas que estão inseridas no movimento de reprodução crítica do capital e são por ele determinadas no movimento dialético do “dever a ser”. Vejamos o que a experiência da Rede de Agroecologia Povos da Mata tem para nos ensinar.

CAPÍTULO II

A Rede de Agroecologia Povos da Mata Um Sistema Participativo de Garantia

Introdução

A Rede de Agroecologia Povos da Mata foi fundada em Julho de 2015, com sede no município de Ilhéus/ Bahia, pela necessidade de estruturação de um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPAC) no estado. De acordo com o seu site, ela é formada por produtores da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, por técnicos e consumidores³⁰. Tem como meta expressa “fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos por seus membros”³¹.

Desde 2016, a Rede é certificada pelo OPAC Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, este foi o primeiro organismo de certificação participativa do estado da Bahia credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA. Com ele os membros da rede podem utilizar o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica, o que amplia as possibilidades de comercialização e é instrumento que agrega valor aos produtos. Ademais, permite aos consumidores identificar os produtos orgânicos em conformidade com os regulamentos e normas técnicas estipulados pelo MAPA para a produção orgânica, conferindo aos produtos e seus produtores credibilidade.

Embora naquele momento existissem diversas experiências com agroecologia e produção orgânica na Bahia, ainda não havia nenhum Sistema Participativo de Garantia (SPG), toda a certificação orgânica era feita por auditoria. Foi nesse contexto que um grupo de pessoas começou uma articulação para criar uma rede e viabilizar o primeiro SPG do estado. A parceria firmada entre Gustavo Grando e Fabíola Ribeiro³², um casal recém chegado à região, e a ONG Mecenas da Vida, localizada em Serra Grande, foi o que deu o pontapé inicial desse movimento.

A trajetória do casal — que atualmente mora em Algodões, na península de Marau/ BA — é muito relevante para a compreensão das origens da Rede de Agroecologia Povos da Mata. Oriundos de Santa Catarina, foram membros da Rede Ecovida de Agroecologia e, antes de estabelecerem-se na Bahia, haviam participado da organização de uma SPG no estado de Minas Gerais, chamada “Brota Cerrado”. Em paralelo, estavam no apoio da criação dos “circuitos

³⁰ Fonte: <https://povosdamata.org.br/quem-somos/>. Acessado em 15/08/22.

³¹ Fonte: <https://povosdamata.org.br/sobre-rede/quando-onde-e-porque-ela-foi-criada/>. Acessado em 26/04/23.

³² Gustavo é engenheiro agrônomo e Fabíola é zootecnista.

agroecológicos” da Rede Ecovida no eixo São Paulo. Em entrevista, Gustavo (2023) relatou que o impulso do casal de se envolver na articulação de uma SPG na Bahia veio no embalo dos projetos semelhantes que haviam realizado até aquele momento. Além da necessidade de reprodução da vida, tanto no sentido do acesso a uma alimentação saudável, quanto no sentido de produzir de forma agroecológica e conseguir comercializar sua produção.

A experiência adquirida na formação do SPG Brota Cerrado foi essencial para eles escreverem um projeto que estivesse atualizado acerca dos caminhos burocráticos da legislação para o credenciamento de uma OPAC junto ao MAPA. Igualmente importante foi a parceria com a ONG Mecenass da Vida³³, que iniciou uma articulação entre sujeitos e instituições interessadas em construir coletivamente esse movimento. Uma dessas instituições que juntou forças na articulação da proposta foi o Instituto Cabruca — que trabalha com agricultores de cacau com “a missão de conservar e valorizar o sistema de produção conhecido como ‘cacau-cabruca’”³⁴. O resultado dessas articulações foi a formação de um grupo de aproximadamente 30 associações de agricultores interessados em construir juntos o SPG. Em 2016 o primeiro núcleo da Rede é formado com essas pessoas e instituições, nasce o Núcleo Serra Grande.

Atualmente a Rede abrange dezesseis dos vinte e sete Territórios de Identidade³⁵ do estado³⁶, além de estar presente em dois biomas, a Mata Atlântica e a Caatinga. É formada por sete núcleos, a saber: Serra Grande, Raízes do Sertão, Monte Pascoal, Pratigi, Recôncavo, Mongoió e Polo Verde.

Durante o trabalho de campo realizado para o Núcleo Raízes do Sertão — localizado no Território de Identidade de Irecê —, no início de 2020, averiguamos que havia naquele momento dois pré núcleos, o Recôncavo e o Polo Verde de Camaçari; em 2021 surgiu o pré núcleo Mongoió. Como podemos ver, até meados de 2023, os três pré núcleos mencionados já haviam

³³ A ONG Mecenass da Vida foi fundada em 2007 em Itacaré/BA e atua com projetos voltados para as áreas da agricultura, agroecologia, preservação ambiental, turismo sustentável, povos originários e mudanças climáticas.

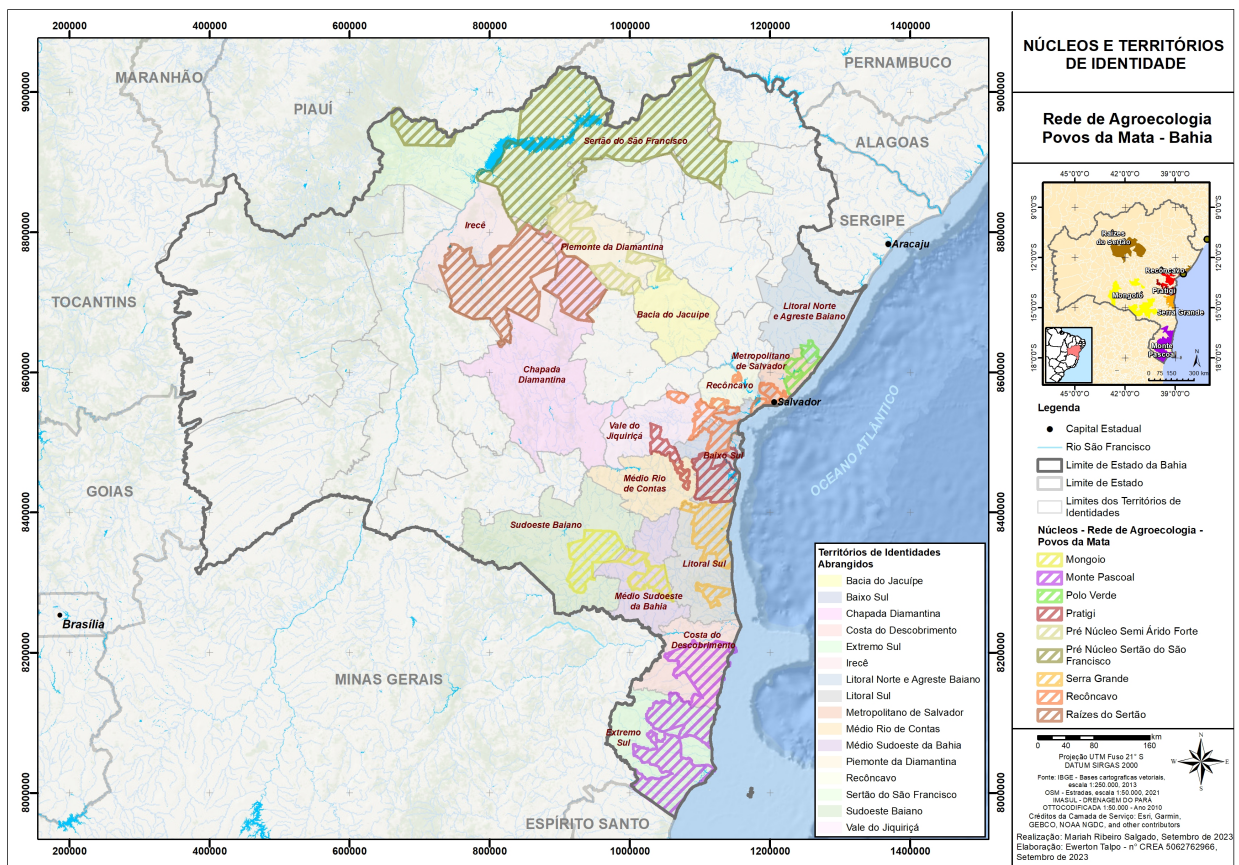
³⁴ Fonte: <https://www.cabruca.org.br/Secoes/1/Quem-Somos>. Acessado em 10/07/23.

³⁵ Os *Territórios de Identidade* (TI) são divisões administrativas regionais do estado da Bahia adotadas a partir de 2007. De acordo com o site da Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, foram "demarcados por critérios ambientais, econômicos e culturais, entre outros, além de observar as populações como grupos sociais relativamente distintos, os quais indicam identidade, coesão social, cultural e territorial". Fonte: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>. Acessado em 25/02/22.

³⁶ São eles: Extremo Sul, Costa do Descobrimento, Vale do Jequiriçá, Médio Rio de Contas, Litoral Sul, Baixo Sul, Recôncavo, Metropolitano de Salvador, Litoral Norte e Agreste Baiano, Médio Sudoeste da Bahia, Sudoeste Baiano, Irecê, Chapada Diamantina, Sertão do São Francisco, Piemonte da Diamantina e Bacia do Jacuípe.

se consolidado como núcleos independentes, enquanto dois novos pré núcleos foram criados — o Semiárido Forte (Jacobina) e o Sertão do São Francisco (Juazeiro). Ademais, outros dois pré núcleos estavam sendo articulados no TI Chapada Diamantina, um na região do Morro do Chapéu e outro e na região de Seabra. Todos os atuais pré núcleos têm como padrinho o Núcleo Raízes do Sertão. Percebemos com isso um evidente movimento de crescimento e expansão da Rede no semi árido baiano.

Mapa 2 - Localização dos núcleos da Rede de Agroecologia Povos da Mata nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia



Sistema Participativo de Garantia e o OPAC Associação Povos da Mata Certificação Participativa

O Sistema Participativo de Garantia³⁷ é uma abordagem alternativa de certificação de produtos, sobretudo orgânicos, que envolve a participação ativa de produtores, consumidores e outras partes interessadas. Ao contrário do sistema de certificação por auditoria, no qual uma terceira parte é contratada para realizar a verificação e certificação, o SPG é baseado na confiança, na colaboração e na participação coletiva. Outra diferença importante entre essas duas modalidades de avaliação de conformidade é o custo financeiro, os serviços de avaliação de conformidade e de certificação das empresas de auditoria costumam ter preços elevados, enquanto que os procedimentos de controle social do SPG tornam a certificação mais acessível para pequenos e médios produtores. De acordo com o site oficial da Rede,

“Um **SPG – Sistema Participativo de Garantia**, é constituído por dois componentes: por um Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) e pelos membros do sistema. Esses membros podem ser pessoas jurídicas ou físicas e são divididos em duas categorias:

- colaboradores: técnicos, organizações parceiras, consumidores;
- fornecedores: produtores, comercializadores, distribuidores, transportadores e armazenadores.

Todos os membros tem responsabilidade coletiva na gestão participativa do sistema e seu foco é em assegurar a qualidade de todo o processo. Isso tudo é feito baseado em confiança, transparência e a troca de conhecimentos e informações.”³⁸

Nos SPGs, produtores, técnicos, consumidores e outros membros do sistema trabalham juntos para estabelecer padrões e práticas de produção, realizar inspeções e monitorar a conformidade baseados na legislação que regulamenta a produção de orgânicos no país, além de possuírem mecanismos de tomada de decisão participativa. Caracteriza-se por ser um tipo de organização com um volume grande de trabalho e que depende do engajamento e participação ativa dos seus associados e associadas, o que resulta na sobrecarga das pessoas que ao mesmo tempo que se dedicam para a agricultura, precisam também assumir uma outra demanda grande de trabalho — esse trabalho costuma ser voluntário. Esta característica do SPG aparece como

³⁷ Os SPGs são regulamentados pela instrução normativa nº 46/2011 (atualizada pela instrução normativa nº 17/2014) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que regulamenta a Lei dos Orgânicos — Lei nº 10.831/2003.

³⁸ Fonte: <https://povosdamata.org.br/sobre-rede/spg-sistema-participativo-de-garantias/>. Acessado em 26/04/23.

um desafio nos relatos das entrevistas, realizadas com membros de diferentes esferas de coordenação, e será melhor explorada no terceiro capítulo deste trabalho.

Para a Rede Povos da Mata, “o Sistema Participativo de Garantia envolve um processo horizontal de avaliação da conformidade, no qual a decisão é compartilhada entre todos os participantes, isto é, ocorre a instituição de um poder compartilhado”³⁹. Com o envolvimento ativo e colaborativo das famílias produtoras e seus parceiros no processo de certificação, este ganha credibilidade, torna-se um “espaço de articulação estruturada em rede de agricultores familiares, quilombolas, assentamentos, reservas indígenas, e pessoas envolvidas e simpáticas com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos”⁴⁰.

Uma prática tradicional da agricultura camponesa, que ilustra a ideia manifesta no parágrafo anterior, é o *mutirão*⁴¹ — modalidade de trabalho coletivo e gratuito, que devido as mudanças da estrutura social e de trabalho no campo foi se perdendo, mas que resiste e vem sendo cada vez mais resgatada. A prática do mutirão cria e estreita os laços de ajuda mútua, cooperação e troca de conhecimentos entre famílias, sendo, no contexto do SPG, responsável por fortalecer relações de confiança e corresponsabilidade.

No grupo Águas Claras⁴², por exemplo, os mutirões costumavam ser mensais e ocorriam junto com a visita de pares, contudo, segundo relato de Ayala Baez⁴³, recentemente o grupo passou a fazer mutirões semanais e dissociados da visita de pares. Assim, as pessoas circulam entre as fazendas e a cada semana uma propriedade recebe o mutirão de trabalho, dedicado a trabalhar no que os produtores estiverem precisando.

O ambiente social do grupo é o mais eficaz quando pensamos em troca de experiência e conhecimento entre produtores, uma vez que, a *visita de pares* é obrigatoriamente realizada pelos membros em todas as propriedades do grupo que, na maioria dos casos, estão próximas geograficamente, o que além de facilitar os encontros, representam também uma realidade

³⁹ Fonte: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/rede-de-agroecologia-povos-da-mata>. Acessado em 26/04/23.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ O mutirão é uma mobilização coletiva para auxílio mútuo de caráter gratuito, especialmente realizada entre trabalhadores do campo por ocasião de roçada, colheita etc.

⁴² O grupo, que faz parte do Núcleo Serra Grande, tem oito unidades produtivas, seis certificadas e duas em processo de certificação.

⁴³ Ayala é produtora de cacau e chocolate e está na coordenação do grupo Águas Claras, além de ser vice coordenadora do Núcleo Serra Grande.

ambiental e produtiva parecida. Para as agricultoras e agricultores capacitados e membros da Comissão de Avaliação⁴⁴, a visita de “olhar externo” também é uma rica oportunidade de troca de saberes, uma vez que o Comitê de Verificação visita todos os grupos do núcleo em processo de certificação, como podemos verificar no relato de Ayala,

Ayala Baez (2023)

“A parte que eu mais gostei de participar da Rede foi quando eu me capacitei para poder fazer olhar externo, porque aí eu saí do meu grupo e eu circulei no núcleo então eu consegui ir em outro grupo... se meu grupo ele tem um jeito de agir, um jeito de olhar, quando eu vou em outro grupo que produz cacau, que é a mesma coisa que eu produzo e aí eles têm um coxo, que é num lugar com saída pra... Pro mel escorrer e não ter e pingar então isso é muito legal, isso é a parte que eu mais gosto, porque eu vejo outras fazendas e consigo trocar saberes.”

A participação ativa das pessoas associadas ao SPG é o condicionante básico (subjetivo e objetivo) para a instituição efetiva de um “poder compartilhado” de controle social e de troca de saberes. Todavia, a baixa participação dos membros⁴⁵ em alguns núcleos, observada através das entrevistas e relatos, enfraquece essa estrutura e resulta em uma sobrecarga e/ou perpetuação por longos períodos das mesmas pessoas nos cargos e papéis que ocupam, por falta de quem as substituam. Uma das consequências desse tipo de situação é, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, uma certa estagnação proporcionada pelo empobrecimento das relações entre agricultoras e agricultores. Não por acaso, os núcleos nos quais esses relatos apareceram são os mesmos que apresentam mais dificuldade de articulação de ações coletivas de fortalecimento das famílias agricultoras — sejam ações que organizem compras coletivas de insumos, mutirões de trabalho ou ações de comercialização conjunta.

O OPAC, como vimos anteriormente, é o segundo componente de um SPG, ele é o seu representante legal e assume a responsabilidade formal pela avaliação da conformidade orgânica de propriedades e agricultores do sistema, segundo a Lei Brasileira de Orgânicos⁴⁶. Por essa razão, organiza-se como pessoa jurídica. De acordo com o site da Rede, um OPAC:

⁴⁴ Veremos mais adiante que todos os grupos precisam ter membros capacitados para fazer o processo de avaliação de conformidade nas unidades produtivas do seu Núcleo.

⁴⁵ É importante dizer que o nível de participação dos membros no funcionamento da Rede não se trata apenas de maior ou menor grau de comprometimento pessoal. São muitos os condicionantes envolvidos, a própria necessidade de trabalho no cultivo e manutenção da produção é um importante limitante da disponibilidade de tempo das pessoas envolvidas, como já mencionamos anteriormente.

⁴⁶ Lei dos Orgânicos — Lei nº 10.831/2003.

“Tem a finalidade de regular a certificação dos produtores orgânicos; coordenar os procedimentos de avaliação da conformidade; regular o funcionamento do sistema no cumprimento das normas de produção e comercialização dos produtos agrícolas e agro industrializados; funcionar como uma agência certificadora sob o controle social.”⁴⁷

De acordo com o seu Regimento Interno, a Associação Povos da Mata de Certificação Participativa é responsável hoje pela avaliação de conformidade e certificação de três escopos de produção: 1) produção primária animal e vegetal; 2) Processamento de produtos de origem animal e vegetal; e 3) Extrativismo sustentável orgânico.

Ademais, partindo da perspectiva do controle social, também podem fazer parte dos grupos famílias produtoras que não estejam interessadas na avaliação de conformidade realizada pela associação, mas que tenham um processo de produção agroecológico dentro das normas da Rede. Essa possibilidade é prevista no capítulo II do Regimento Interno da Associação, que diz no seu artigo 8º que “para acessar o mercado de produtos orgânicos a família integrante da Rede de Agroecologia Povos da Mata também pode fazer parte de uma OCS (Organização de Controle Social) segundo os termos do art. 28 do decreto 6.323 e o parágrafo 1o do art. 3o da Lei 10.831”; além de ser garantida pela lei brasileira, que dispensa a necessidade de certificação nas modalidades de comercialização direta ao consumidor por parte dos agricultores, desde que haja o controle social e a rastreabilidade do produto seja assegurada.

“Art. 28. Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.

§ 1º No caso previsto no caput, os agricultores terão de garantir a rastreabilidade de seus produtos e o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento (...)” (BRASIL, 2007)

E também,

“Art. 3o Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 1o No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.” (BRASIL, 2003, p. 02)

⁴⁷ Fonte <https://povosdamata.org.br/sobre-rede/opac-o-que-e-e-como-funciona/>. Acessado em 26/04/23.

Estrutura organizacional e operacional da Associação

A Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, de acordo com o artigo 18º do seu estatuto⁴⁸, é constituída por seis órgãos diretivos, a saber: a Assembléia Geral, a Coordenação Geral, o Conselho Fiscal, as Comissões de Avaliação (dos núcleos e da associação), os Conselhos de Recursos e a sua Comissão Técnica. Sendo a Assembléia Geral o seu órgão máximo de decisão e deliberação. De acordo com o artigo 24º do mesmo documento, a Coordenação Geral é composta por presidente, secretário/a geral e tesoureiro/a, eleitos em assembléia e com mandato de dois anos, além dos/as coordenadores/as das Comissões de Avaliação dos Núcleos. As atividades dos cargos da coordenação geral e do conselho fiscal não podem ser remuneradas, salvo no que se refere ao “ressarcimento de despesas para a participação das atividades demandadas pela associação”, segundo o artigo 32º do estatuto.

A estrutura operacional da Rede de Agroecologia Povos da Mata, por sua vez, foi construída da seguinte maneira: famílias agricultoras, técnicos, consumidores e organizações de apoio, próximas espacialmente, se juntam e se organizam em um **grupo**; os grupos, geralmente de uma mesma região, compõem o **núcleo**⁴⁹; a articulação do conjunto dos núcleos, por sua vez, é o que forma a **Rede**. Ademais, existem os **pré núcleos**, unidades em formação e que atuam sob a tutela de um núcleo padrinho até que consigam ser reconhecidos pelo OPAC em assembléia, momento no qual se tornam um núcleo independente oficial.

Para formar um grupo é necessário, no mínimo, três membros⁵⁰ e um grupo já certificado que será o seu padrinho. Este fica responsável por capacitar o novo grupo, uma vez que, de acordo com Rubens⁵¹, no contexto atual não há recursos para centralizar essa capacitação. No caso de uma família que queira fazer parte da Rede, ela deve procurar o grupo mais próximo dela, o que facilita a sua participação nas reuniões mensais e no controle social, embora isso não seja uma regra e sim uma recomendação. Existem, segundo os relatos coletados nas entrevistas, situações nas quais o grupo é composto por famílias situadas cada uma em um município diferente, o que torna mais demorada e onerosa as visitas de controle social. Ao mesmo tempo

⁴⁸ Ver anexo A.

⁴⁹ Os núcleos são as unidades funcionais da OPAC, organizam-se regionalmente e são responsáveis pela organização e articulação dos membros de uma mesma região.

⁵⁰ Destes três é necessário que, no mínimo, dois sejam unidades produtivas.

⁵¹ Rubens é agricultor do assentamento Dois Riachões e, até Julho de 2023, ocupava a tesouraria da direção da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

que há situações nas quais um município tem mais de um grupo de agricultores, como por exemplo Ibirapitanga, que pertence ao Núcleo Pratigi, que tem 4 grupos diferentes.

Embora haja um mínimo de unidades produtivas e membros para a criação de um grupo, não existe um máximo. Em geral, a Rede orienta para que cada grupo tenha no máximo 10 unidades produtivas, com vistas a facilitar a organização e as visitas de pares, mas isso não é uma norma oficial. Os assentamentos, por exemplo, costumam ser um grupo composto por todas as famílias interessadas em participar, como os lotes são próximos e vizinhos uns aos outros, o processo de visita de pares é muito mais fácil, o que elimina a necessidade de limitar o número de participantes.

O grupo tem as mesmas responsabilidades do OPAC, mas numa escala menor — é responsável pelo cadastro de todos os seus agricultores e agroindústrias, pela organização de toda a documentação relativa ao controle social, pela organização e realização das visitas de pares ao longo do ano, por repassar essas informações atualizadas para a coordenação do núcleo, e assim por diante. A sua estrutura de gestão é formada por uma pessoa responsável pela coordenação do grupo e uma suplente, embora os grupos também tenham autonomia para terem outras funções, como tesouraria e secretariado. Tudo realizado por meio de trabalho voluntário de seus membros, qualquer falha pode levar à multas e consequências sérias para o grupo e eventualmente para o núcleo.

Os núcleos, por sua vez, seguem um critério semelhante de formação que um grupo, precisam de no mínimo três grupos e ficam sob a tutela de um núcleo padrinho, que deve acompanhar e orientar a formação e capacitação deste enquanto for um “pré núcleo”. A criação de um núcleo representa uma grande responsabilidade e os grupos envolvidos nessa criação precisam estar seguros desse passo, uma vez que em geral já atendem a uma demanda grande de trabalho relativo às atividades e burocracias do próprio grupo. De acordo com Gustavo Grando, o peso dessa responsabilidade frequentemente faz com que grupos mais isolados territorialmente prefiram se deslocar por maiores distâncias, a fim de conseguir participar das reuniões e atividades do seu núcleo, do que articular um núcleo próprio. O que explica porque alguns núcleos apresentam uma composição mais “espalhada” regionalmente, com grupos mais distantes dos seus espaços “centrais”.

Na estrutura administrativa dos núcleos estão previstas as seguintes funções: coordenador/a, vice coordenador/a, tesoureiro/a e secretário/a⁵². Esta última é responsável por toda organização da documentação do núcleo e seus processos burocráticos, atualizando as informações mensalmente e repassando-as para a diretoria da OPAC — a/o secretariada/o desta, por sua vez, tem que registrar as atualizações mensalmente junto ao MAPA. A remuneração (ou não) da coordenação dos núcleos não é descrita no estatuto da Associação e nem no seu regimento interno da Rede, embora o artigo 7º do estatuto expresse que os recursos da associação não podem ser “distribuídos” entre os seus sócios e diretores⁵³. Sabemos que o núcleo Serra Grande, por exemplo, oferece uma ajuda de custo aos membros da coordenação, esse recurso é proveniente da anuidade do núcleo e a prática é controversa dentro da Rede, não havendo consenso a respeito.

Os caminhos da certificação

No SPG da Rede de Agroecologia Povos da Mata o processo de certificação inicia-se com a manifestação de interesse da nova família agricultora em participar do grupo e da Rede, esta também deve receber a indicação de um membro do grupo — ao todo o processo pode durar de seis meses a dois anos, a depender do estágio de transição ou conversão de cada um⁵⁴. De acordo com o Regimento Interno, uma vez que esse processo é iniciado em uma reunião do grupo, “alguns integrantes do grupo visitarão a unidade de produção para conhecer o histórico da

⁵² Embora essa estrutura não esteja regulamentada no estatuto social da Associação e nem no regimento interno da Rede, ela foi acordada na plenária de núcleos e referendada em assembléia, aparece nos relatos de todas as pessoas entrevistadas. Ademais, a Associação apresentou ao MAPA um estatuto reformulado no qual oficializa, de acordo com Paula Ferreira, esta estrutura de gestão dos núcleos. O documento ainda está aguardando aprovação do ministério.

⁵³ “Art. 7º - Todos os recursos sob administração da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa deverão ser aplicados inteiramente na realização de seus objetivos, sendo vedada qualquer distribuição entre seus sócios e/ou diretores de eventuais excedentes operacionais ou não operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, sendo proibida, outros sim, a remessa de numerário para fora do país.” (Estatuto Social da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, 2017, p. 03)

⁵⁴ Em relação às famílias agricultoras já certificadas que desejem se juntar à Rede de Agroecologia Povos da Mata, o artigo 9 do regimento interno explica que:

“A família que já possua documentos que ateste sua conformidade orgânica, quer através de certificadoras, OPACs ou OCS, terá aceita sua condição, mas terá que cumprir ainda um prazo de 6 meses para se integrarem no Sistema Participativo de Garantia da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa. Antes deste prazo não terão direito ao Certificado de Conformidade Orgânica e não poderão comercializar seus produtos com o selo da Rede/Associação Povos da Mata de Certificação Participativa e do SISORG.”

família, da terra e explicar o funcionamento da Rede de Agroecologia Povos da Mata e da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa”. A aprovação da nova família se dá após a primeira visita, mediante a aceitação dos membros integrantes do grupo e registro em ata, essa agora deve participar ativamente das dinâmicas deste. A nova família deve então preencher os documentos de cadastro que, além do *cadastro* propriamente dito, incluem um *termo de responsabilidade*, o *plano de manejo* e a *caderneta de campo*⁵⁵.

Cada grupo organiza, ao longo do ano (equivalente a um ciclo de certificação), visitas periódicas de pares às unidades produtivas de todas as famílias cadastradas, utiliza o documento *Roteiro de Visitas*⁵⁶ para fazer a avaliação da propriedade e processo produtivo. No momento em que o grupo entende que suas unidades produtivas estão aptas a serem certificadas deve encaminhar, através da sua coordenação, uma solicitação de *Olhar Externo* ao núcleo do qual faz parte. Os núcleos são responsáveis pela avaliação de conformidade dos grupos que os formam, realizam essa tarefa através da Comissão Avaliação.⁵⁷

A Comissão de Avaliação do Núcleo (CAN)⁵⁸ é composta por dois integrantes de cada um dos grupos, é uma instância decisória autônoma de avaliação de todo o processo de certificação das unidades produtivas do núcleo. Quando uma visita de *olhar externo* é requisitada por um grupo, a CAN é responsável por montar o “Comitê de Verificação” com no mínimo três pessoas — o qual pode ser formado por qualquer membro da CAN (agricultor/a, consumidor/a ou técnico/a), desde que capacitado. O Comitê produz os pareceres de cada unidade produtiva e agroindústria visitada, além da visita em si, é responsável por analisar as documentações e os roteiros de visitas de pares realizadas naquele ano pelo grupo. A Comissão fica então responsável por avaliar os pareceres produzidos pelo Comitê e emitir pareceres conclusivos acerca da

⁵⁵ Ver anexos C; D, E e F; G e H, respectivamente.

⁵⁶ Ver anexos I e J.

⁵⁷ Fonte: <https://povosdamata.org.br/o-que-fazemos/como-fazer/>. Acessado em 26/04/23.

⁵⁸ A Associação tem uma Comissão de Avaliação própria, de acordo com o artigo 34º do Estatuto Social, ela é formada pelas pessoas coordenadoras das Comissões de Avaliação dos Núcleos. Sua função é ajudar a diretoria na coordenação do OPAC, é uma instância consultiva das ações da diretoria, por onde passam as decisões gerais que são posteriormente levadas para a assembleia. Segundo o seu artigo 36º, compete à esta comissão, “I. Revisar e propor à Assembleia Geral adequações e atualizações periódicas do Manual de Procedimentos Operacionais e Normas Técnicas da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa; II. Atuar na mediação de contraditórios nos pareceres das Comissões de Avaliação dos Núcleos”

conformidade orgânica dos solicitantes, emitir o Certificado de Conformidade Orgânica, além de organizar, atualizar e manter arquivado os cadastros dos membros do Núcleo⁵⁹.

Os Comitês de Verificação também são responsáveis por realizar visitas de acompanhamento das unidades produtivas que estejam sob alguma penalidade, verificam o cumprimento das mesmas e das medidas corretivas. Caso o descumprimento das normas seja confirmado pelo grupo ou pela Comissão de Avaliação, o Estatuto Social prevê os seguintes procedimentos:

- “I - Interrupção imediata do certificado e do uso do selo;
- II - Advertência e encaminhamento de orientação à família/grupo/empreendimento acionado para modificações nos procedimentos;
- III - Sugestão para que família/grupo/empreendimento participe de processos de capacitação em agroecologia;
- IV - A família/grupo/empreendimento que tenha sido desqualificado na avaliação de conformidade poderá solicitar à CAN nova avaliação, após período hábil para voltar a cumprir as normas;
- V - Os responsáveis pelas avaliações questionadas não poderão participar das decisões em relação à análise dos recursos;

b) Se a família, o processador ou comerciante não mostrar interesse em sanar as não conformidades num prazo de trinta dias, o grupo deve pedir por escrito à CAN a suspensão do integrante, sob pena de, se não o fizer, todo o grupo ser igualmente penalizado;

c) A reincidência no descumprimento de normas da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa será avaliada caso a caso pelo grupo ou Comissão de Avaliação do Núcleo, que decidirá pela suspensão por 90 dias ou ainda, pela exclusão da família, grupo ou núcleo.” (Estatuto Social, 2017, p. 07)

Os grupos são responsáveis por indicar duas pessoas para receber a capacitação que as prepara para a realização das visitas de olhar externo. A capacitação é gratuita e deve ser oferecida pelo núcleo, ela é válida por dois anos. De acordo com o relato da vice coordenadora no Núcleo Serra Grande, este fez um pedido ao OPAC de que haja uma padronização da capacitação nos núcleos, isto é, que haja uma capacitação unificada dos técnicos que fazem a capacitação dos associados em cada núcleo. Objetiva-se com isso diminuir as diferenças e padronizar o processo de capacitação e os critérios de verificação de conformidade, evitando que cada núcleo tenha o seu conjunto específicos de critérios a depender da abordagem individual de quem faz a capacitação dos membros.

O Certificado de Conformidade Orgânica é emitido quando a Comissão de Avaliação do Núcleo aprova os processos verificados durante a visita de *olhar externo* às famílias agricultoras

⁵⁹ Para mais detalhes ver anexo A (pp. 12-13).

e agroindústrias do grupo, e tem validade de um ano. O ciclo anual de visitas periódicas às unidades produtivas realizada pelos grupos varia conforme o tipo de produção e de certificado almejado. Para a certificação vegetal, por exemplo, são necessárias duas visitas anuais para culturas de hortaliças e plantas de ciclo curto, enquanto que para culturas perenes, como frutíferas arbóreas, realiza-se a visita uma vez por ano, esclarece Ayala Baez. De acordo com o Manual de Procedimentos da Associação⁶⁰, as visitas de verificação de conformidade devem ocorrer no mínimo uma vez ao ano e “no intervalo entre essas visitas, as reuniões dos grupos ou visita de pares serão consideradas mecanismos de controle social”.

A participação ativa das famílias nas reuniões de grupo é, também por esse motivo, de extrema importância para o funcionamento de todo o processo de controle social e avaliação de conformidade, sendo consideradas complementares às visitas de verificação de conformidade. Assim, “a família que tiver 40% de faltas às reuniões no seu grupo em um período de 12 meses, não terá direito a solicitar a visita do Comitê de Verificação e, caso já possua o Certificado de Conformidade Orgânica, este será suspenso” (Regimento Interno, p. 2) e o seu cadastro excluído do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Nesses casos, a família continua participando do grupo, mas deve cumprir um período de transição definido pelo grupo até que possa solicitar a visita de conformidade orgânica novamente.

Cada certificado emitido vai em nome de uma pessoa da família, mas inclui os CPFs de todas as pessoas da família envolvidas no processo produtivo, dessa forma, todas são incluídas no cadastro do MAPA. Atualmente, a Rede tem 502 famílias certificadas e em processo de certificação, ao todo são 1.056 CPFs registrados junto ao MAPA em 383 unidades produtivas e 20 agroindústrias certificadas. O que faz da Rede Povos da Mata a segunda maior do Brasil, ficando atrás apenas da Rede Ecovida de Agroecologia, de acordo com Rubens, atual tesoureiro da Rede.

Quando o Certificado de Conformidade Orgânica é concedido à uma unidade produtiva, família produtora ou agroindústria, estas passam a poder utilizar o selo da Rede Povos da Mata e o selo do SisOrg⁶¹ para identificar seus produtos. Este último é um selo público oficial,

⁶⁰ Ver anexo B - “Manual de procedimentos operacionais para a avaliação da conformidade orgânica na Associação Povos da Mata de Certificação Participativa” (p. 02).

⁶¹ O Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG) é administrado pelo MAPA e tem como objetivo identificar e controlar a produção nacional de alimentos orgânicos.

concedido pelos Organismos de Avaliação de Conformidade (OAC) credenciados pelo MAPA para identificar e controlar a produção de orgânicos no Brasil, é utilizado desde 2011.

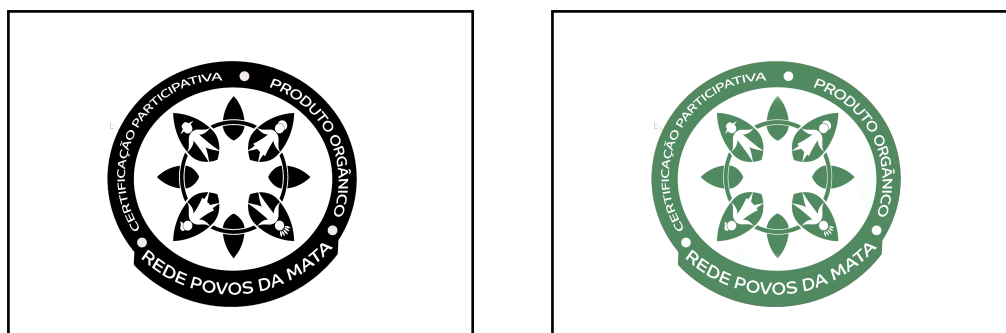
Figura 1 - Imagem do selo SisOrg



A Rede de Agroecologia Povos da Mata desenvolveu um selo próprio como estratégia de fortalecimento, valorização e divulgação do seu trabalho. A seguir temos a concepção do design do selo nas palavras da Rede, bem como as imagens dos três designs utilizados em seus produtos.

“Consagrou o selo de produção orgânica com certificação participativa como compilação de alguns de seus pilares: união, colaboração, diversidade e igualdade. Como resultado, o selo abaixo: uma ciranda de pessoas e ações pela natureza, mostrando a consciência de que processo participativo traz resultados sociais, econômicos e ecológicos.”⁶²

Figura 2 - Selos de certificação orgânica da Rede de Agroecologia Povos da Mata



⁶² Fonte: <https://povosdamata.org.br/quem-somos/selo-organico/>. Acessado em 26/04/23.



Da mesma maneira como novas famílias agricultoras precisam ser aceitas pelos integrantes do grupo, novos grupos também passam por um processo semelhante de aceite. No resumo do projeto vencedor do edital do programa “Transforma! Rede de Tecnologias Sociais” da Fundação Banco do Brasil, apresentado pela Rede em 2017, esse procedimento é explicado da seguinte forma,

“O grupo deve mostrar interesse em participar do Núcleo, comparecendo a uma das reuniões regulares do Núcleo mais próximo. Ele deverá ser indicado por um dos integrantes do Núcleo. Após esta primeira reunião, alguns integrantes do Núcleo visitarão o grupo para conhecê-lo e explicar o funcionamento da Rede/ Associação de Agroecologia Povos da Mata. A aprovação da inclusão do novo grupo deve ser registrada no livro ata da Comissão de Avaliação do Núcleo e o grupo deve preencher o cadastro de grupo. O grupo, depois de aceito, escolherá para representá-lo na Comissão de Avaliação do Núcleo, dois de seus membros, um titular e um suplente.”⁶³

Tal qual acontece com as famílias produtoras, o grupo que tiver 51% de faltas nas reuniões da Comissão de Avaliação do Núcleo no período de um ano, “não terá direito a solicitar a visita de olhar externo e, caso seus integrantes já possua o Certificado de Conformidade Orgânica, estes serão suspensos”⁶⁴ e excluídos do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos até que seus membros tenham cumprido novamente o tempo de conversão. No caso de omissão do grupo em relação às possíveis não conformidades nas práticas de seus membros, o Manual de Procedimento⁶⁵ dispõem que a CAN poderá adotar sanções e penalidades sobre todo o grupo.

A participação de outras pessoas — como técnicos, consumidores ou entidades (ONGs e outras associações) — nos grupos da Rede de Agroecologia Povos da Mata é mais simples,

⁶³ Fonte: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/rede-de-agroecologia-povos-da-mata>. Acessado em: 17/04/23.

⁶⁴ Regimento Interno.

⁶⁵ Ver anexo B.

bastando que manifestem o seu interesse durante uma reunião do grupo e sejam aprovados por seus integrantes. Nesse momento registra-se o nome em ata tornando-o um membro oficial do grupo, a partir de então, poderá participar das visitas, do processo de avaliação de conformidade e das esferas de gestão, desde que faça os treinamentos e a capacitações e seja ativo nas dinâmicas do grupo. Existe também a possibilidade de ingresso direto no Núcleo, nesse caso, prioriza-se grupos de consumidores e técnicos ao invés de participações individuais⁶⁶.

Localização e perfil dos núcleos em Rede

Apresentamos a seguir uma visão geral da Rede de Agroecologia Povos da Mata, através da exposição do perfil de cada núcleo e pré núcleo que a compõem. Procuramos contextualizar os núcleos nos espaços que atuam, localizando, nos seus respectivos mapas, a área de abrangência nos Territórios de Identidade (TI) pelos quais se distribuem. A delimitação da área de abrangência de cada núcleo acompanha os limites dos municípios com presença de grupos daquele núcleo, os nomes destes municípios foram destacados em negrito. Todavia é preciso sublinhar que a atuação e alcance das ações de cada núcleo não está restrita apenas aos municípios com grupos de famílias agricultoras.

Os dados quantitativos relativos a estrutura e composição dos núcleos foram obtidos através da diretoria do OPAC e da análise da sua documentação institucional. Enquanto que os dados qualitativos foram obtidos por meio de trabalho de campo e das entrevistas remotas e presenciais realizadas com pessoas associadas à Rede⁶⁷. Os pré núcleos foram apresentados dentro do contexto do seu núcleo padrinho. Por fim, o aprofundamento da análise sobre o Núcleo Serra Grande e Núcleo Irecê será realizado no capítulo três deste trabalho, momento no qual propomos um estudo de caso e análise comparativa destes núcleos.

⁶⁶ De acordo com o artigo 10º e 19º, respectivamente, do Regimento Interno da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa.

⁶⁷ Os dados apresentados sobre os núcleos nesta seção foram atualizados pela última vez em Julho de 2023, a partir de documentos e informações disponibilizadas pela diretoria interina da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa naquele momento. Somaram-se a eles as informações compartilhadas conosco pelas pessoas da Rede, entrevistadas no primeiro semestre de 2023.

Núcleo Serra Grande

O Núcleo Serra Grande é considerado o núcleo mãe da Rede de Agroecologia Povos da Mata. Fundado em 2016 na região de Ilhéus, funcionou inicialmente como núcleo “guarda chuva”, possibilitando a capacitação e certificação das pessoas associadas à Rede e posterior multiplicação da experiência em novos núcleos independentes.

Situado no TI Litoral Sul, este núcleo abrange cinco municípios e é formado por 11 grupos, com 43 unidades produtivas certificadas e 66 CPFs inscritos no MAPA. É interessante notar que este núcleo sofreu uma redução, de acordo com os dados encontrados no site oficial da Rede (atualizado em 2020), anteriormente estava presente em dez municípios⁶⁸, com 44 unidades produtivas certificadas e 98 agricultores certificados⁶⁹. A produção deste núcleo tem forte influência da vocação produtiva histórica do TI e é focada sobretudo no cultivo e beneficiamento do cacau.

Tabela 1 - Perfil do Núcleo Serra Grande - Jun/2023

Núcleo Serra Grande	
Grupos	11
Unid. Produtivas (UP)	49
UP Certificadas	43
Famílias	37
CPFs certificados	66
Agroindústrias	7
Agroindústrias certificadas	5
Famílias Quilombolas	0
Famílias da Ref. Agrária	7
Entrepósitos	0

Dados fornecidos pela diretoria da Rede de Agroecologia Povos da Mata em Junho de 2023.

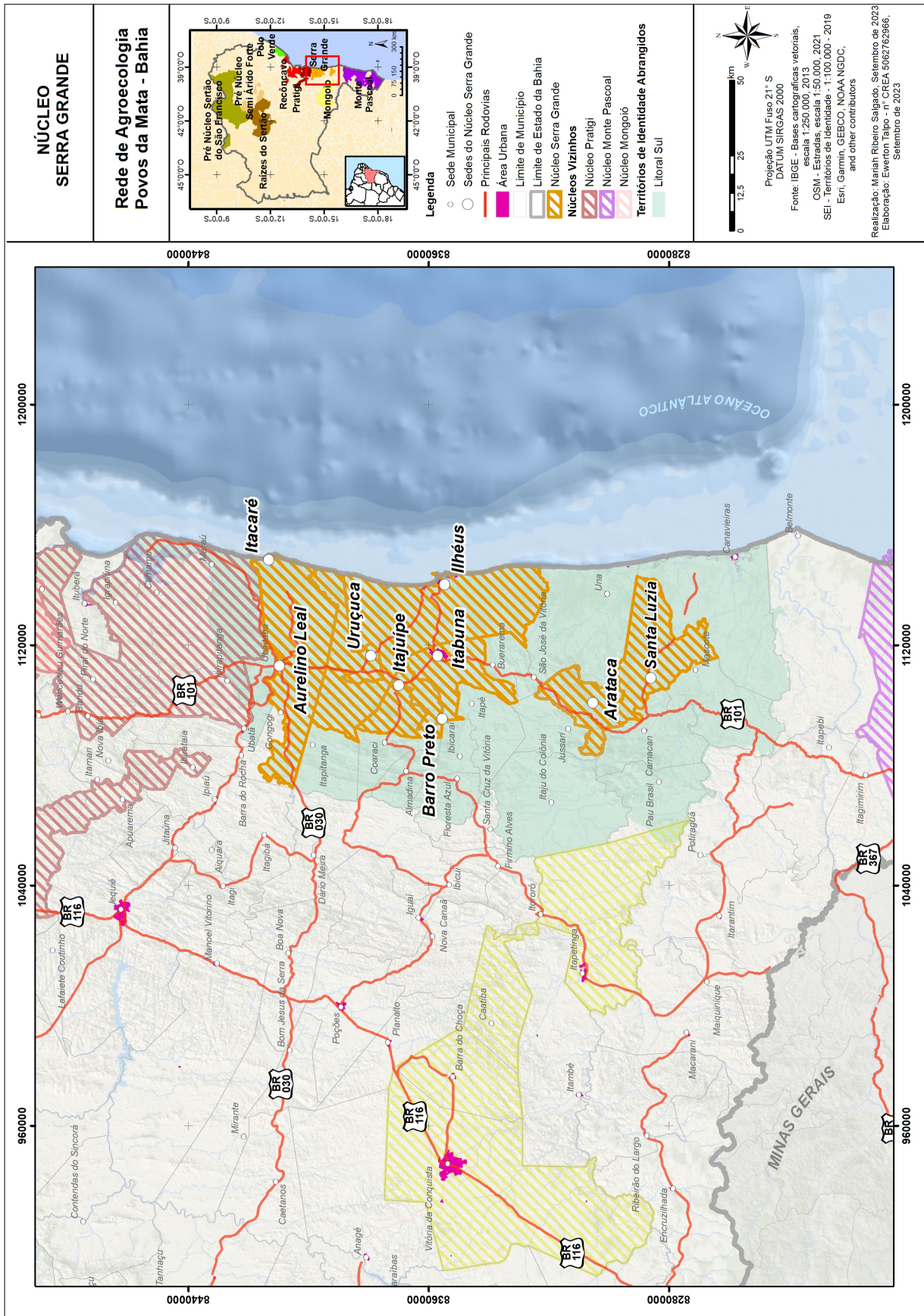
⁶⁸ Atualmente abrange os municípios de Barro Preto, Ilhéus, Itajuípe, Santa Luzia, Uruçuca e Arataca*. Contudo, além dos municípios já mencionados, chegou a estar presente nos municípios: Aurelino Leal, Taboquinhas, Uma e Itabuna, que saíram da Rede; e Itacaré que agora pertence ao Núcleo Pratigi.

*este município já foi do núcleo, mas se desmobilizou. Temos notícia de que está se recompondo.

⁶⁹ Fonte: <https://povosdamata.org.br/onde-estamos/nucleo-serra-grande/>. Acessado em 26/04/23.

O TI Litoral Sul, também conhecido como Costa do Cacau, apresenta predominantemente clima úmido e é composto por Mata Atlântica, reservas da lavoura cacauceira e um extenso litoral de praias de água morna, o que lhe confere um forte perfil turístico. É o quarto Território de Identidade mais populoso do estado com 720.508 habitantes segundo dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE) e com uma área total de 14.665 km² (SEI, 2015).

Mapa 3 - Núcleo Serra Grande Set/2023



Realização: Mariah Ribeiro Salgado, Setembro de 2023
Elaboração: Everton Tavares, CFEA 5.662.762966,
Setembro de 2023

Núcleo Raízes do Sertão

O Núcleo Raízes do Sertão foi constituído em 2016, formado inicialmente por 5 grupos de agricultores que, de acordo com o site da Rede, “historicamente praticavam a agroecologia no território”⁷⁰. Sendo o maior núcleo da Rede atualmente, abrange quatro Territórios de Identidade — Irecê, Chapada Diamantina, Piemonte da Diamantina e Sertão do São Francisco — e se estende ao todo por 31 municípios⁷¹, é formado por 35 grupos com 205 unidades produtivas e 621 CPFs certificados. Inserido majoritariamente no Bioma Caatinga, o núcleo tem sua produção voltada para itens essenciais da alimentação da mesa dos brasileiros.

Atualmente é padrinho de dois pré núcleos, o Pré Núcleo Semiárido Forte, localizado no município de Jacobina no TI Piemonte da Diamantina; e o Pré Núcleo Sertão do São Francisco, localizado em Juazeiro no TI Sertão do São Francisco. A iniciativa de formação desses pré núcleos partiu da demanda de organizações da sociedade civil que historicamente atuam com agroecologia na região, fazendo um trabalho de base com famílias da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária e comunidades quilombolas, e prestando assistência técnica. Foi assim que, através do Projeto Pró-Semiárido do governo do Estado da Bahia⁷², a Rede Povos, por meio do Núcleo Raízes do Sertão, entrou como capacitadora dos técnicos e das famílias produtoras dessas organizações com o objetivo de promover uma formação em sistemas participativos de garantia. Como resultado do processo de capacitação e articulação das famílias produtoras esses pré núcleos foram consolidados.

Outras duas iniciativas de articulação e formação de dois novos pré núcleos estavam em andamento no momento de finalização dessa pesquisa, ambas sendo articuladas no TI Chapada Diamantina e com o apoio do Núcleo Raízes do Sertão. A primeira, encabeçada pelo grupo Cambuí nos arredores do município de Morro do Chapéu, buscava organizar famílias

⁷⁰ Fonte: <https://povosdamata.org.br/onde-estamos/nucleo-raizes-do-sertao/>. Acessado em 26/10/22.

⁷¹ TI de Irecê: Barro Alto, Barra do Mendes, Canarana, Lapão, Ibititá, Ibipêba, Irecê, São Gabriel, Central, Jussara, Uibaí, Presidente Dutra, João Dourado, Gentio do Ouro e Ipupiara.
TI Chapada Diamantina: Morro do Chapéu

⁷² O Projeto Pró-Semiárido é uma iniciativa de desenvolvimento rural do Governo da Bahia que, em conjunto com outras iniciativas do governo estadual, visa a “erradicação da pobreza, levando serviços e investimentos diretamente para a população, a partir de um acordo de empréstimo firmado com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da Organização das Nações Unidas (ONU)”. Atua nas áreas de assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contínua e especializada; fomento às atividades de segurança hídrica e de produção sustentável; agroindustrialização e comercialização da produção; e acesso às políticas públicas para o meio rural e a Agricultura Familiar (Pronaf, Água para Todos, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, PAA, PNAE, Cefir, Regularização Fundiária, Garantia Safra, entre outros). Fonte: <http://www.car.ba.gov.br/projetos/pro-semiarido>. Acessado em 07/06/23.

agricultoras próximas, interessadas em fazer a capacitação do processo de certificação participativa. A outra, trata-se da aproximação da Cooperbio, uma cooperativa de produtores orgânicos e biodinâmicos que atua na produção de café na região de Seabra e arredores. Segundo Paula Ferreira, a Cooperbio é uma referência de produção orgânica certificada no TI Chapada Diamantina, contudo, sua certificação é realizada por meio de empresa de auditoria, agora a cooperativa estuda fazer a transição para a certificação participativa.

Tabela 2 - Perfil do Núcleo Raízes do Sertão - Jun/2023

Núcleo Raízes do Sertão	
Grupos	35
Unid. Produtivas (UP)	205
UP Certificadas	202
Famílias	267
CPFs certificados	621
Agroindústrias	6
Agroindústrias certificadas	6
Famílias Quilombolas	2
Famílias da Ref. Agrária	12
Entrepósitos	2

Dados fornecidos pela diretoria da Rede de Agroecologia Povos da Mata em Junho de 2023.

O TI Irecê concentra a maior parte dos grupos do Núcleo Raízes do Sertão. Conhecido popularmente como “Terra do Feijão”, está situado no Semiárido baiano e integra o Bioma Caatinga. Possui 20 municípios em uma área de 26.638 km² (IBGE, 2013), abrigando uma população de 413.673 habitantes⁷³.

O TI Chapada Diamantina, por sua vez, possui 24 municípios abrangendo uma área de 32.664 km² e, de acordo com o Censo Demográfico 2022 (IBGE), totaliza uma população de 383.853 habitantes. Este Território é fortemente marcado pela história do garimpo de diamante e ouro, foi a partir o seu declínio que as atividades agrícolas começaram a se desenvolver com mais força, atualmente destacam-se a cafeicultura e a produção de hortícolas irrigadas (batata

⁷³ Fonte: <https://infovis.sei.ba.gov.br/demografia/>. Acessado em 23/07/23.

inglesa, cebola, alho)⁷⁴. Apenas um município deste Território de Identidade tem participantes do Núcleo Raízes do Sertão, o Morro do Chapéu, geograficamente muito próximo ao TI *Irecê*.

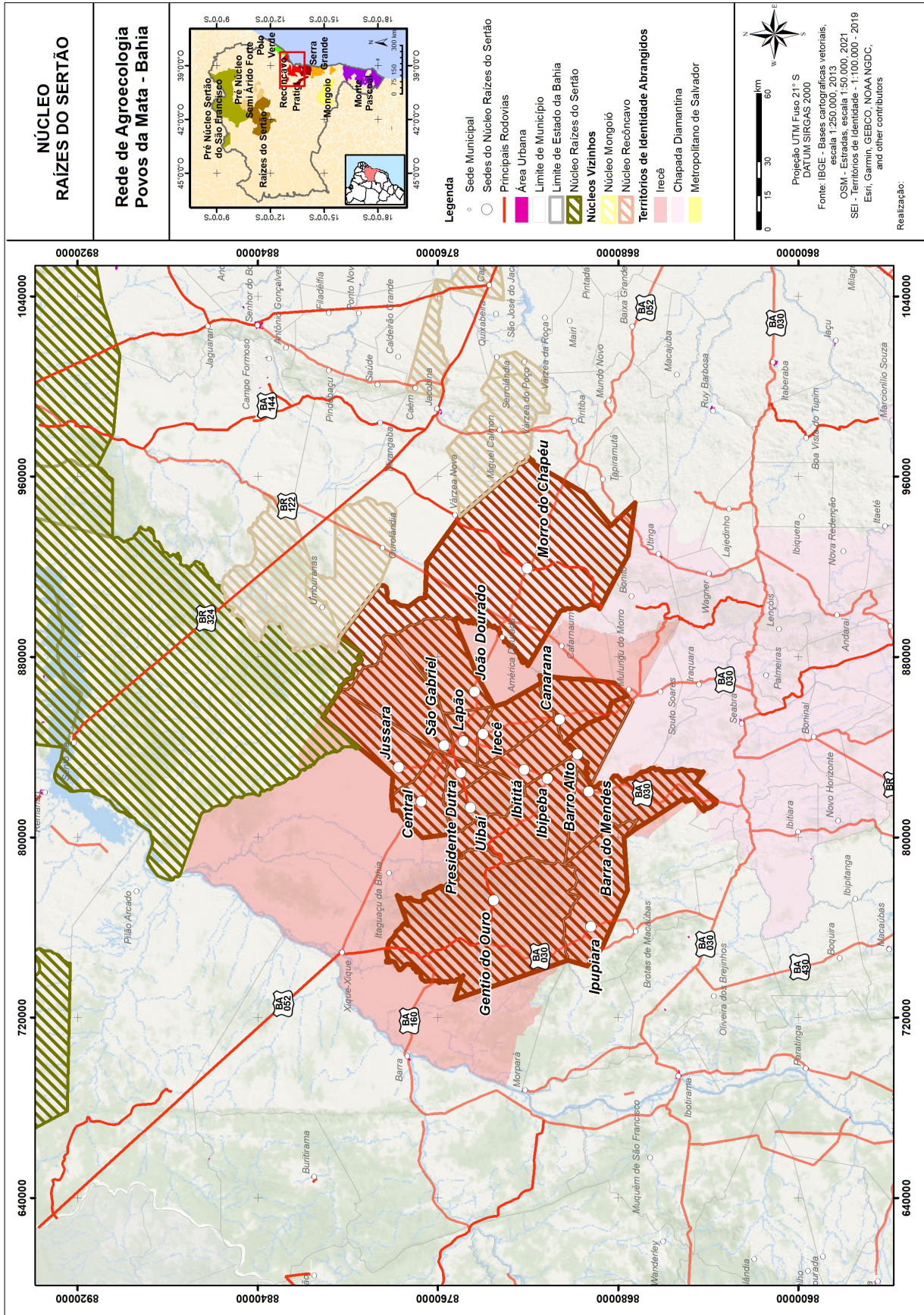
O TI Piemonte da Diamantina está localizado no centro norte baiano e ocupa 11.660 km² (IBGE, 2013), segundo o Censo Demográfico 2022 (IBGE) sua população é de 203.444 habitantes que dividem-se quase que na metade entre áreas urbanas e rurais. Suas principais atividades agrícolas são a criação de gado e as culturas agrícolas ditas essenciais. Antes da chegada dos bandeirantes e jesuítas, o território era habitado pelo povo indígena Paiaiás (Cariris), posteriormente, o que deixou sua marca no território foi a escravidão de povos negros durante a época do garimpo, o que pode ser atestada nas 29 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares⁷⁵.

O TI Sertão do São Francisco está localizado majoritariamente no Vale Sanfranciscano da Bahia e ocupa uma área de 61.610 km² (IBGE, 2013), com uma população de 553.098 habitantes, segundo o Censo Demográfico 2022 (IBGE), tem o município de Juazeiro como pólo regional. O processo histórico de ocupação do Vale do São Francisco, iniciado no século XVI, foi fortemente influenciado pelo sistema de Sesmarias adotado pela coroa. A presença dos frades Franciscanos, a partir do final do século XVII, para realizar a catequização dos índios Cariris e Tapuias foi um importante fator de transformação socioespacial da região. Atualmente, os povos indígenas Atikúm, Tumbalalá e Truká ainda resistem no território, evidenciando sua importância na formação cultural do TI. Outro episódio histórico que marca a formação deste território é a Guerra de Canudos, 1896-1897.

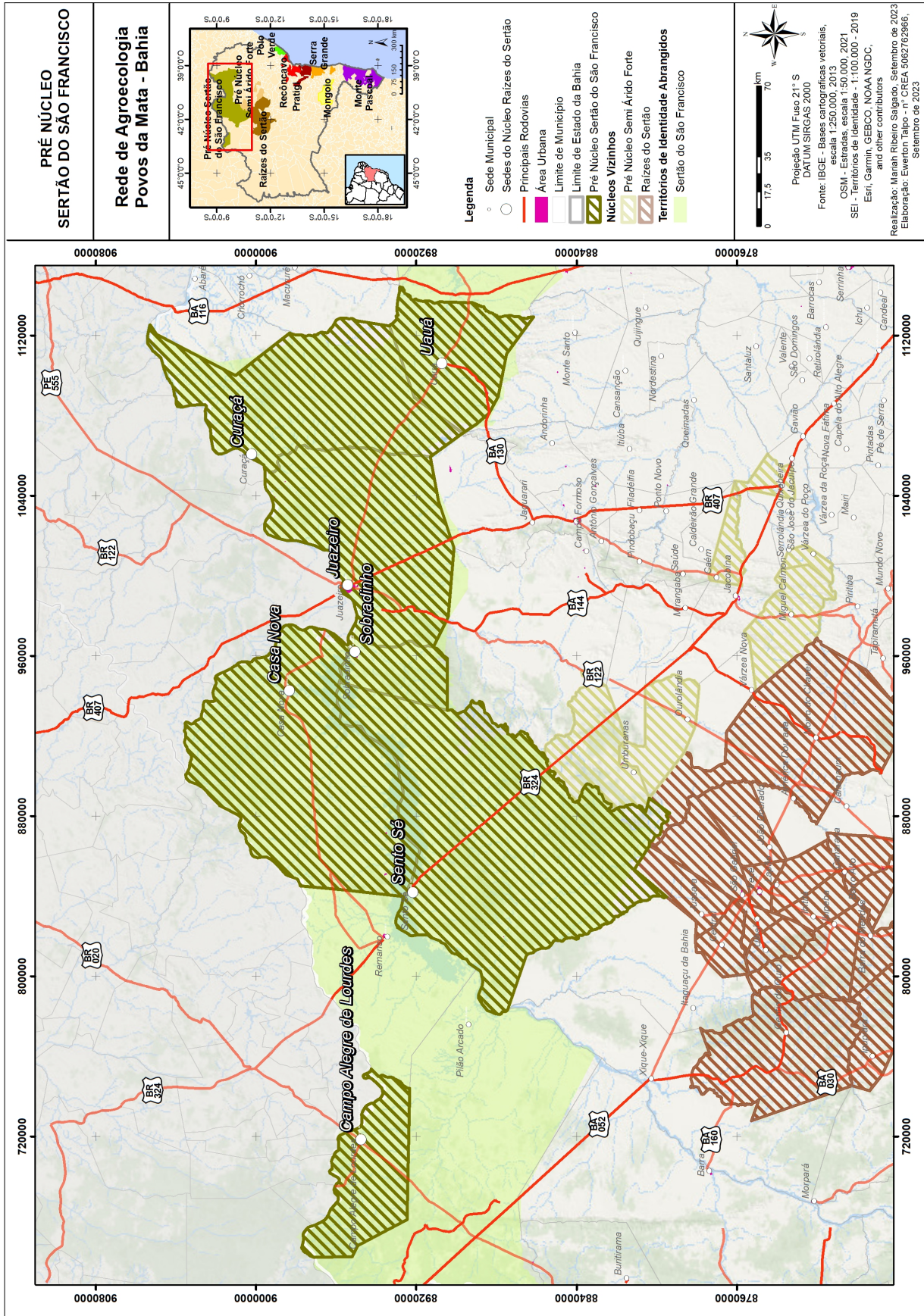
⁷⁴ Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/03_chapada.pdf. Acessado em 31/05/23.

⁷⁵ Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/16_piemonte_diamantina.pdf. Acessado em 31/05/23.

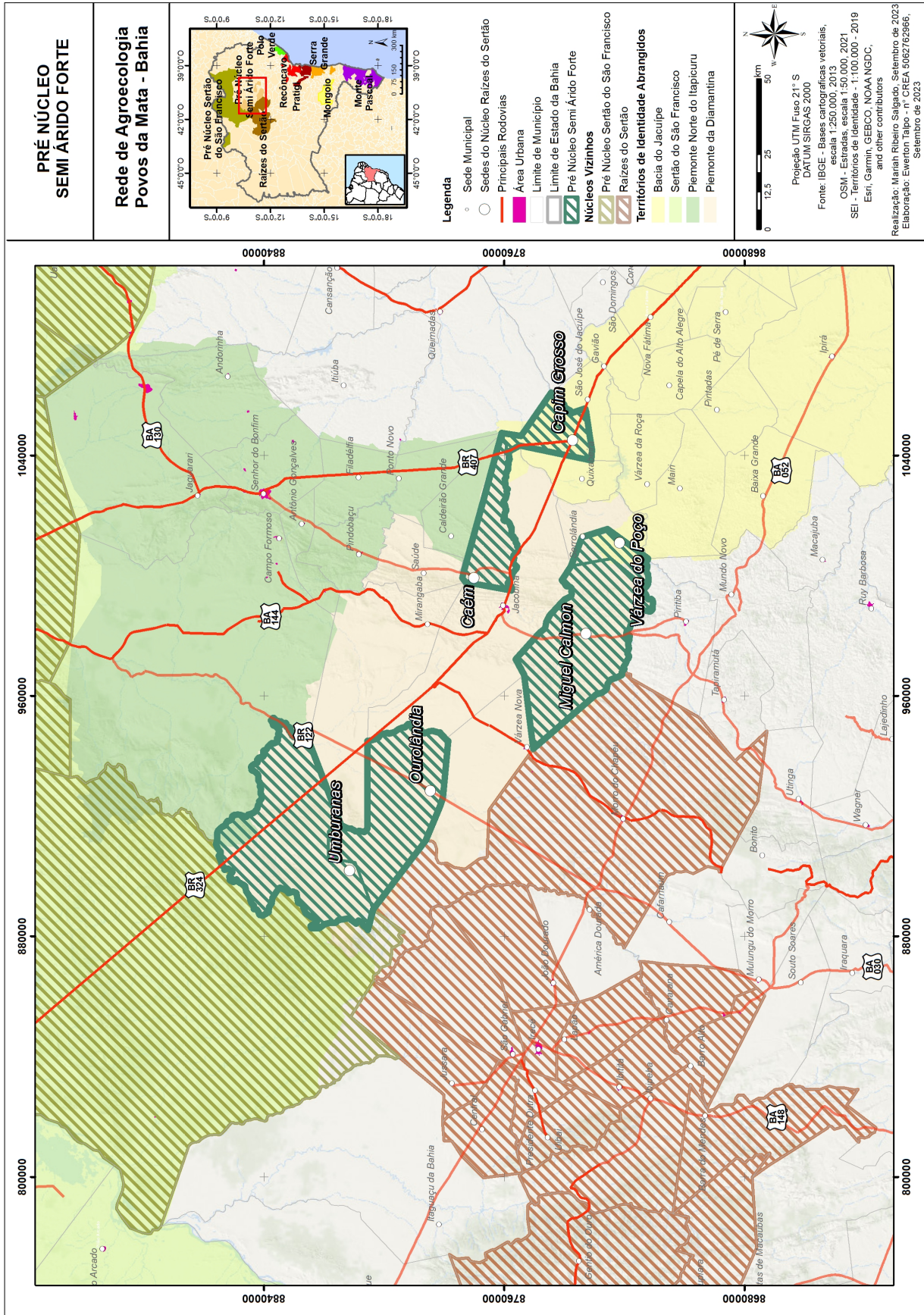
Mapa 4 - Núcleo Raízes do Sertão Set/2023



Mapa 5 - Pré Núcleo Sertão do São Francisco Set/2023



Mapa 6 - Pré Núcleo Semi Árido Forte Set/2023



Núcleo Monte Pascoal

Oficializado em 2017, resultado da desmembração do Núcleo Serra Grande⁷⁶, o Núcleo Monte Pascoal abrange 9 municípios⁷⁷ distribuídos em dois Territórios de Identidade: o TI Extremo Sul, região estratégica por se tratar da divisa dos estados de Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo; e o TI Costa do Descobrimento. Possui 11 grupos com um total de 61 unidades produtivas e 52 CPFs certificados pelo MAPA.

Em entrevista, Tiago Silveira da ONG Mecenias da Vida, relata que o núcleo está enfraquecido atualmente e passa por um momento de desarticulação. No passado os seus agricultores foram beneficiados por programas de apoio à agricultura e desenvolvimento sustentável, recebendo tanto apoio técnico, custeado pelo poder público nas esferas municipais, quanto no sentido de serem receptores de programas de compensação ambiental de empresas de celulose instaladas na região, quando esses programas acabaram os agricultores entraram numa fase de desarticulação.

Costumava ser um núcleo com forte participação indígena, no entanto, segundo Tiago, os povos indígenas do território não tem aptidão para esse perfil de produção de alimentos, com produção de excedentes para comercialização. Ademais, as aldeias estão localizadas nas regiões litorâneas, em geral na “beira da praia”, o que cria condições específicas e limitantes para muitos cultivos, assim, além dos fatores culturais da relação dos povos originários com a terra e a natureza, a localização e contexto ambiental das aldeias são fatores importantes que dificultaram e desestimularam a participação destes na Rede.

Tabela 3 - Perfil do Núcleo Monte Pascoal - Jun/2023

Núcleo Monte Pascoal	
Grupos	11
Unid. Produtivas (UP)	61
UP Certificadas	22
Famílias	61
CPFs certificados	52

⁷⁶ Fonte: <https://povosdamata.org.br/onde-estamos/nucleos-e-pre-nucleos/>. Acessado em 26/04/23.

⁷⁷ Abrange os municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Posto da Mata, Teixeira de Freitas, Caravelas, Prado, Itamaraju, Eunápolis, Cabrália e Porto Seguro.

Tabela 3 - Perfil do Núcleo Monte Pascoal - Jun/2023

Núcleo Monte Pascoal	
Agroindustrias	1
Agroindustrias certificadas	1
Famílias Quilombolas	0
Famílias da Ref. Agrária	35
Entrepósitos	0

Dados fornecidos pela diretoria da Rede de Agroecologia Povos da Mata em Junho de 2023.

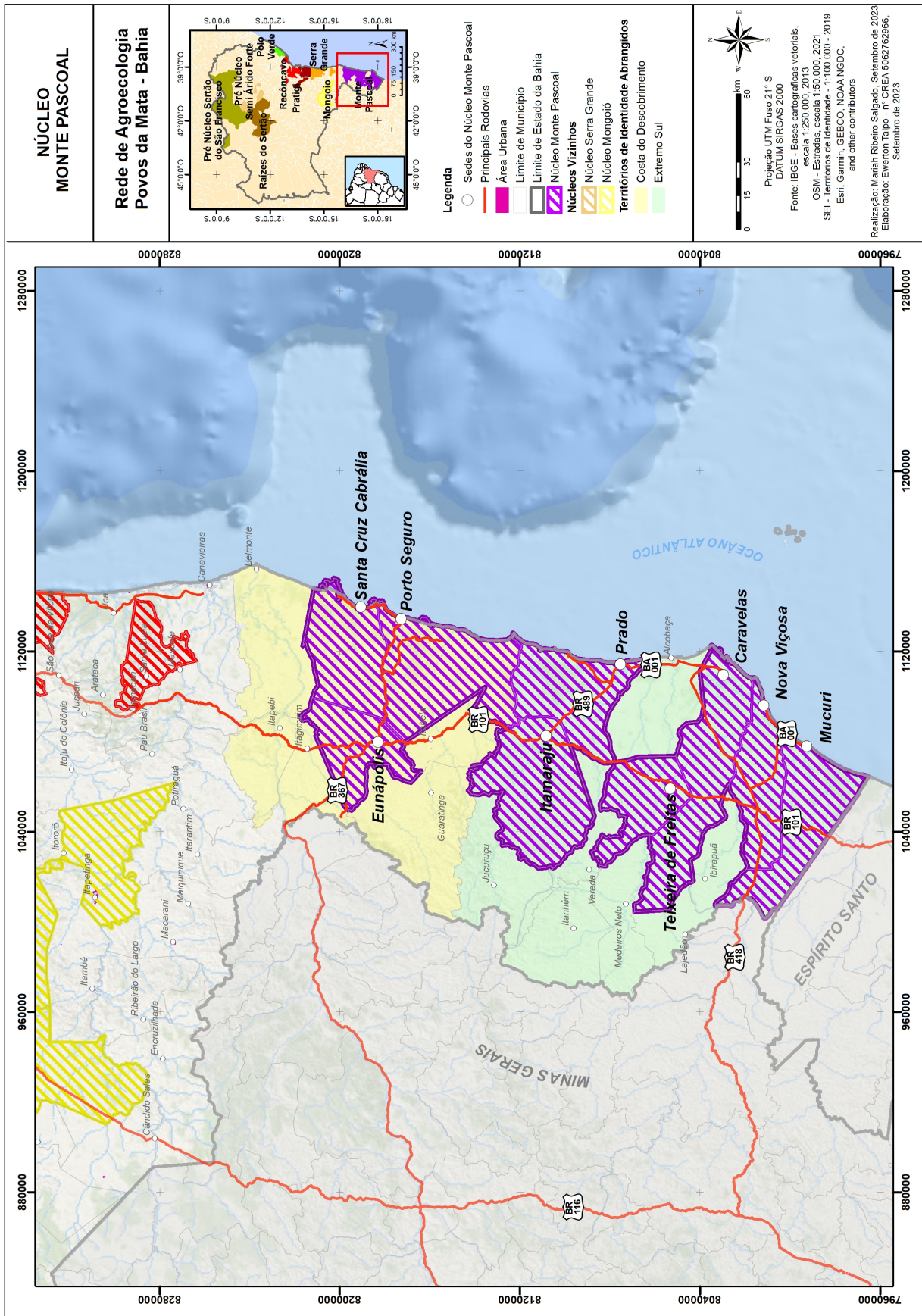
O Território Extremo Sul estende-se por 18.536 km² e faz parte do bioma Mata Atlântica, está inserido na Bacia Hidrográfica do Extremo Sul — área bastante densa em cursos d'água — e conta com uma forte atividade turística devido a "Costa das Baleias"⁷⁸. De acordo com o Censo Demográfico 2022 (IBGE), sua população é de 430.835 habitantes.

O TI Costa do Descobrimento tem destaque histórico por ter sido o primeiro lugar em que chegou a Coroa Portuguesa em 22 de Abril de 1500, o que deixou um lastro histórico no seu conjunto arquitetônico, na resistência indígena e luta pela terra — o território abriga doze aldeias com uma população indígena estimada de 8.500 habitantes⁷⁹. Tem 12.132 km² de extensão (SEI, 2015) e 393.705 habitantes (IBGE, 2022).

⁷⁸ Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/07_extremo_sul.pdf. Acessado em 31/05/23.

⁷⁹ Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/27_costa_descobrimento.pdf. Acessado em 23/06/23.

Mapa 7 - Núcleo Monte Pascoal Set/2023



Núcleo Pratigi

Em 2017, o Núcleo Pratigi, que até então estava sob o guarda chuva do Núcleo Serra Grande, é oficializado e torna-se independente. Passa por um período de crescimento no qual se expande de Marau à Salvador e, em 2020, divide-se em dois: o Núcleo Pratigi e o Pré Núcleo Recôncavo que, como veremos a seguir, oficializou-se em 2021⁸⁰. Formado atualmente por 13 grupos — com 100 unidades produtivas e 225 CPFs certificados pelo MAPA — que se distribuem por quatro Territórios de Identidade: o TI Vale do Jequiçá, TI Litoral Sul⁸¹, TI Médio Rio de Contas e TI Baixo Sul⁸², podemos verificar (Mapa 8) que é neste último onde se reúnem a maior quantidade de grupos de produtores do núcleo.

Tabela 4 - Perfil do Núcleo Pratigi - Jun/2023

Núcleo Pratigi	
Grupos	13
Unid. Produtivas (UP)	100
UP Certificadas	77
Famílias	80
CPFs certificados	225
Agroindustrias	5
Agroindustrias certificadas	5
Famílias Quilombolas	0
Famílias da Ref. Agrária	8 assentamentos
Entrepósitos	0

Dados fornecidos pela diretoria da Rede de Agroecologia Povos da Mata em Junho de 2023.

A região do TI Baixo Sul foi pioneira no processo de ocupação do estado durante o século XVI, tendo sido uma das principais vias de penetração para o interior. Conhecida como

⁸⁰ Fonte: <https://povosdamata.org.br/onde-estamos/nucleo-pratigi/>. Acessado em 26/04/23.

⁸¹ O perfil do TI Litoral Sul foi descrito na seção do Núcleo Serra Grande.

⁸² TI Baixo Sul: Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna e Piraí do Norte.
TI Vale do Jequiçá: Jaguaquara.
TI Médio Rio de Contas: Apuarema, Ipiaú e Nova Ibiá.
TI Litoral Sul: Maraú, Itacaré.

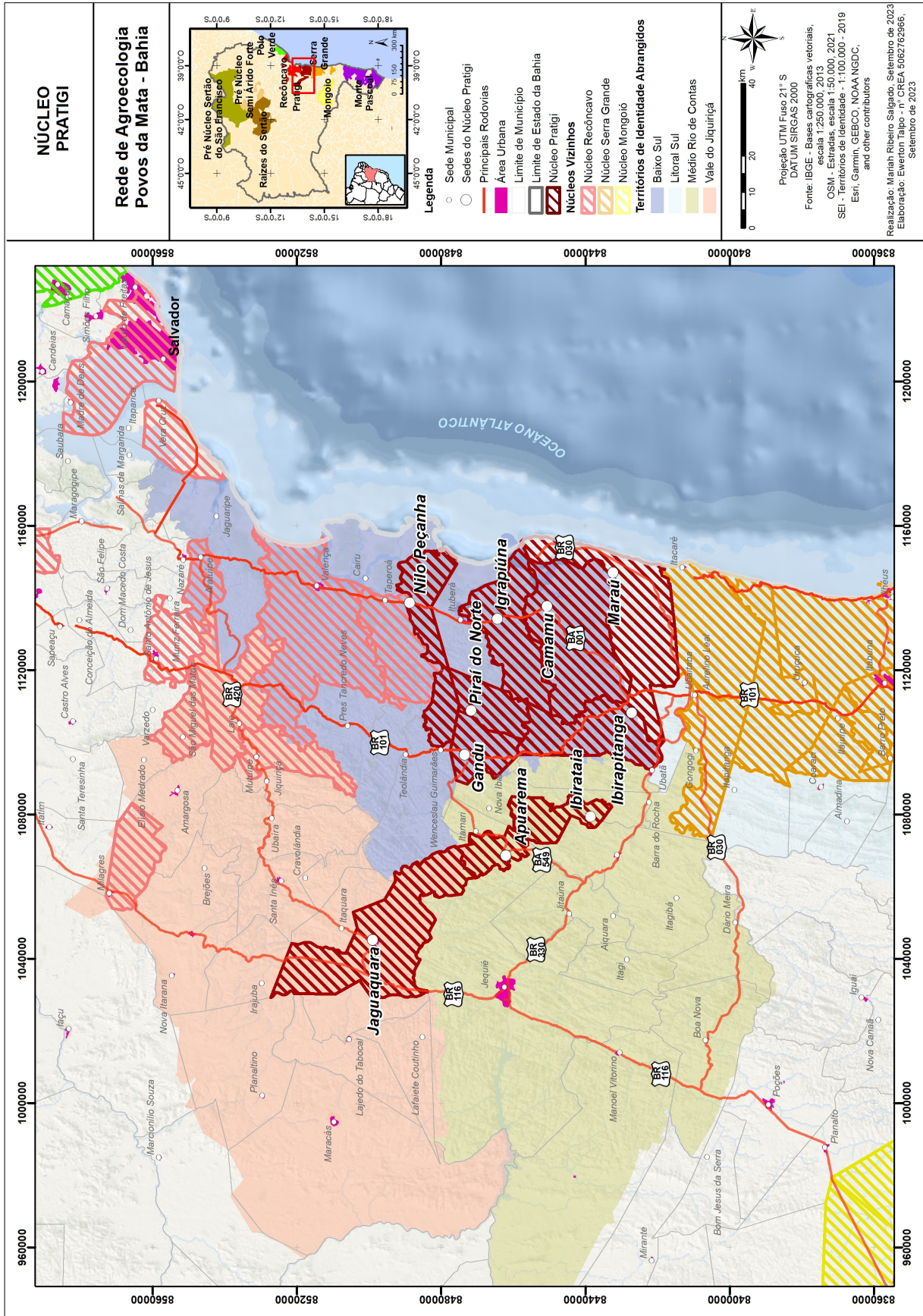
Costa do Dendê, tem um rico patrimônio imaterial proveniente das contribuições culturais indígenas, quilombolas e dos pescadores e marisqueiras tradicionais. De acordo com dados do IBGE de 2011 e do Censo Demográfico 2022, este Território ocupa uma área de 7.695 km², com uma população de 361.362 habitantes.

O TI Médio Rio de Contas remonta suas origens ao período colonial das sesmarias, é composto por 16 municípios que ocupam uma área de 9.881 km² (IBGE, 2011). De acordo com o Censo Demográfico 2022, tem uma população de 352.490 habitantes.

O TI Vale do Jiquiriçá, em grande parte localizado no Centro Sul Baiano, conta com uma área de 10.287 km² e, segundo o Censo Demográfico 2022, tem uma população de 292.946 habitantes. Este Território está inserido em sua maioria na região do Semiárido, com o predomínio do clima subúmido a seco; e nos Biomas Mata Atlântica e Caatinga. Ganha relevância no cenário estadual devido ao grande potencial para a exploração do ecoturismo.⁸³

⁸³ Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/09_Vale_jiquirica.pdf. Acessado em 31/05/23.

Mapa 8 - Núcleo Pratigi Set/2023



Núcleo Recôncavo

O Núcleo Recôncavo foi oficializado no início de 2021. Resultou do crescimento do número de associados e das distâncias geográficas do Núcleo Pratigi que, devido a essas razões, precisou ser dividido⁸⁴. Atualmente é formado por 5 grupos e 20 unidades produtivas, com 31 CPFs certificados. Os seus grupos se distribuem por 11 municípios que abrangem quatro Territórios de Identidade: TI Baixo Sul, TI Vale do Jequiçá, TI Recôncavo e TI Metropolitano de Salvador⁸⁵. Existe uma maior concentração de municípios com presença de grupos deste núcleo no território do Vale do Jequiçá. Este núcleo, junto com o Núcleo Raízes do Sertão, é o único que ainda mantém entrepostos de comercialização vinculados ao circuito da Rede Povos, as duas estações orgânicas estão situadas nos municípios de Salvador e Santo Antônio de Jesus.

Tabela 5 - Perfil do Núcleo Recôncavo - Jun/2023

Núcleo Recôncavo	
Grupos	5
Unid. Produtivas (UP)	20
UP Certificadas	13
Famílias	25
CPFs certificados	31
Agroindústrias	4
Agroindústrias certificadas	2
Famílias Quilombolas	1
Famílias da Ref. Agrária	0
Entrepostos	2

Dados fornecidos pela diretoria da Rede de Agroecologia Povos da Mata em Junho de 2023.

⁸⁴ Fonte: <https://povosdamata.org.br/onde-estamos/pre-nucleo-reconcavo/>. Acessado em 26/04/23.

⁸⁵ TI Baixo Sul: Aratuípe, Valença.

TI Vale do Jequiçá: Amargosa, Mutuípe, Milagres e São Miguel das Matas.

TI Recôncavo: Santo Antônio de Jesus, São Félix.

TI Região Metropolitana: Salvador, Vera Cruz e Mata de São João.

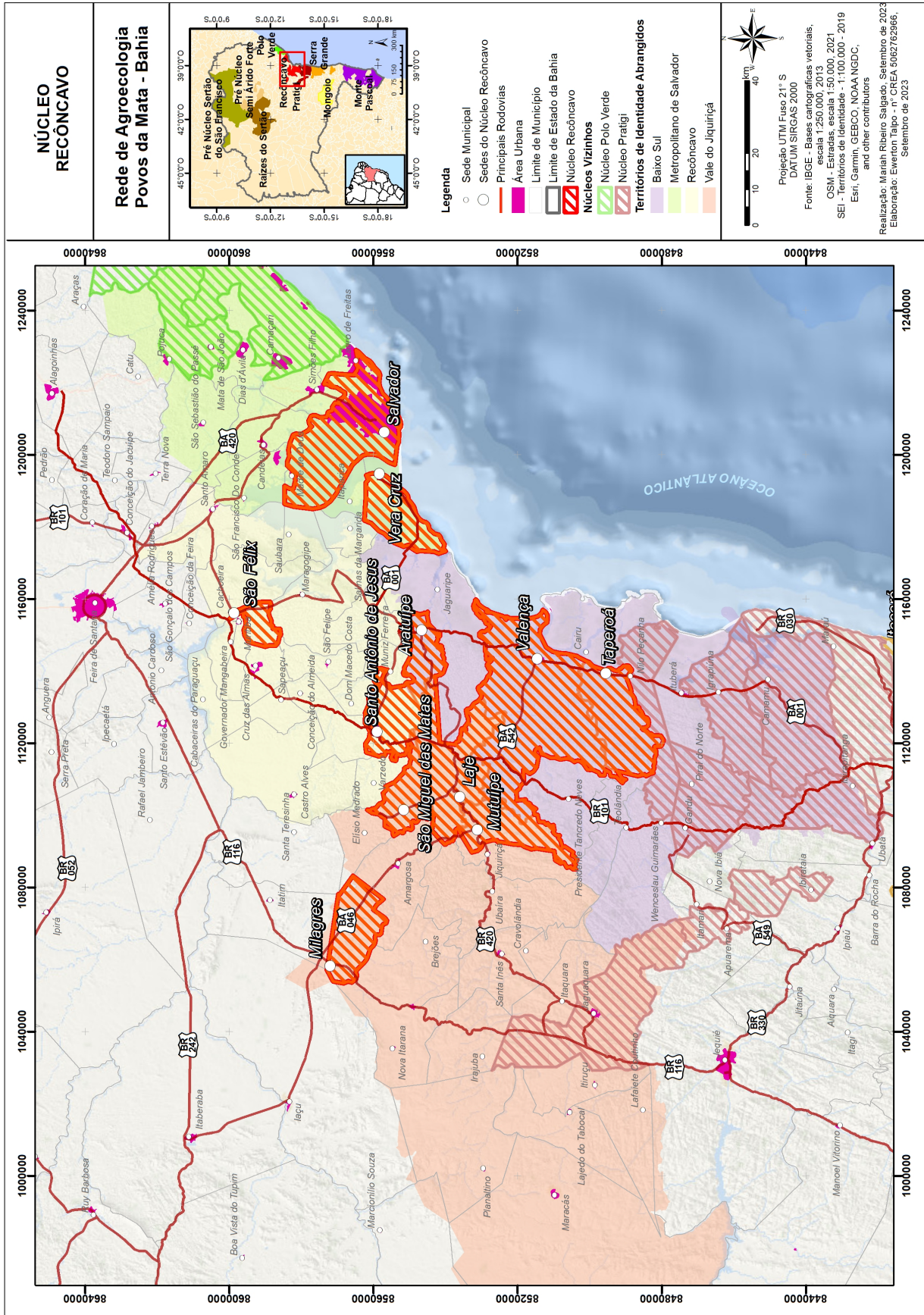
O TI Recôncavo é um dos menores, representa apenas 0,8% território do estado, com uma área de 4.570 km² (IBGE, 2013). Abriga 20 municípios de pequenas extensões territoriais e com índice médio de urbanização, sua importância histórica cultural remonta ao período da colonização portuguesa⁸⁶. É um território bem povoado, com uma população total de 515.168 habitantes segundo dados do Censo Demográfico 2022.

O TI Metropolitano de Salvador concentra 24,15% da população do estado, sendo o território mais povoado e populoso, com uma população de 3.413.481 habitantes (IBGE, 2022), distribuída em 10 municípios que ocupam uma área total de 4.354 km² (IBGE, 2013). Ainda hoje é palco de intenso processo de urbanização e apresenta revelante desigualdade socioeconômica entre os seus municípios. O território abriga a cidade de Salvador, primeira capital do país, e tem grande importância histórica com um rico patrimônio artístico e cultural e estreita “convivência entre as culturas erudita, religiosa e popular”⁸⁷.

⁸⁶ Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/21_reconcavo.pdf. Acessado em 31/05/23.

⁸⁷ Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/26_metropolitano.pdf. Acessado em 31/05/23.

Mapa 9 - Núcleo Recôncavo Set/2023



Núcleo Mongoió

O Núcleo Mongoió foi oficializado em 2021, tem 3 grupos atuantes em 4 municípios⁸⁸ que abrangem dois Territórios de Identidade de forte cultura sertaneja, o TI Médio Sudoeste da Bahia e o TI Sudoeste Baiano⁸⁹. Atualmente, conta com 7 unidades produtivas e 12 CPFs cadastrados no MAPA. Embora, de acordo com dados do site, o número de famílias certificadas já tenha sido 22⁹⁰. O carro chefe desse núcleo é a produção de café orgânico, embora, de acordo com Mara Rubia Ferreira (coordenadora do núcleo em 2023), também produzam hortaliças e estudam a possibilidade de certificar uma unidade produtiva de criação de gado de corte.

A cafeicultura e a pecuária são atividades produtivas fortes na região, no entanto, dentro do modelo de produção convencional. No território do Sudoeste da Bahia a idéia da Rede, do SPG e da Agroecologia é recente e ainda enfrenta bastante resistência entre os agricultores. De acordo com o relato de Mara, faltam recursos e assistência técnica para o núcleo, que ainda não consegue ter o mesmo nível de articulação que alguns núcleos mais antigos. A importância da assistência técnica é uma questão que aparece em diversos momentos do relato dessa produtora, não só na esfera da Rede, mas como uma necessidade em termos de políticas públicas voltadas para a agricultura orgânica.

Tabela 6 - Perfil do Núcleo Mongoió - Jun/2023

Núcleo Mongoió	
Grupos	3
Unid. Produtivas (UP)	7
UP Certificadas	1
Famílias	6
CPF's certificados	12
Agroindustrias	1
Agroindustrias certificadas	1
Famílias Quilombolas	0

⁸⁸ TI Médio Sudoeste da Bahia: Caatiba e Itapetinga.
TI Sudoeste Baiano: Barra do Choça e Vitória da Conquista.

⁸⁹ Encontramos em alguns registros esse território sendo nomeado também como TI Vitória da Conquista. No entanto, optamos por usar a nomenclatura TI Sudoeste Baiano.

⁹⁰ Fonte: <https://povosdamata.org.br/onde-estamos/pre-nucleo-mongoio/>. Acessado em 26/04/23.

Tabela 6 - Perfil do Núcleo Mongoió - Jun/2023

Núcleo Mongoió	
Famílias da Ref. Agrária	0
Entrepósitos	0

Dados fornecidos pela diretoria da Rede de Agroecologia Povos da Mata em Junho de 2023.

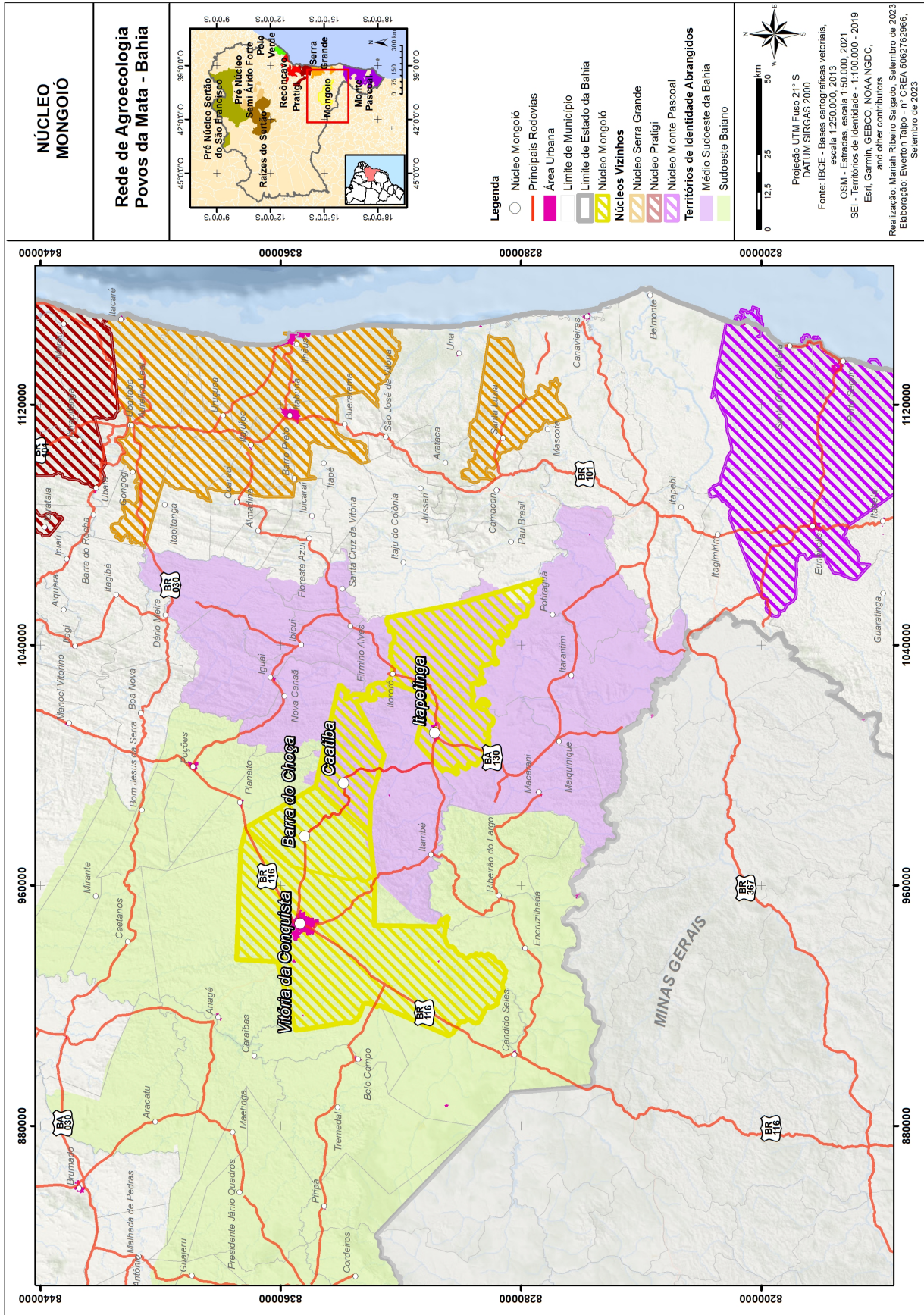
O Território de Identidade Sudoeste Baiano está localizado no centro sul baiano e ocupa uma área de 27.275,6 km² (IBGE, 2011), com uma população de 746.942 habitantes de acordo com dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE). O município de Vitória da Conquista é o polo econômico regional mais importante e o terceiro município mais populoso do estado. A sua formação espacial, social e econômica sofreu grande influência da região norte do estado de Minas Gerais, tendo na implementação de atividades comuns, sobretudo da mineração e pecuária, um fator marcante na sua constituição sociocultural, servindo de elemento de integração regional⁹¹.

As terras do Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia foram povoadas no final do século XIX no contexto da busca de terras propícias para agricultura e pecuária. Contudo, a região está inserida na área de abrangência do Semiárido, pertencendo ao bioma Caatinga, caracterizado pelo clima semiárido e por apresentar solos rasos e pedregosos, o que a torna pouco propícia ao desenvolvimento de culturas agrícolas⁹². O território é formado por 13 municípios em uma área de 11.763 km², segundo dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE), a população totaliza 229.330 habitantes.

⁹¹ Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/20_sudoeste_baiano.pdf. Acessado em 31/05/23.

⁹² “As áreas antropizadas (que tiveram características alteradas pela interferência humana) são constituídas de modo geral por pastagens e policulturas de subsistência. Localmente, há cultivo de cacau cabruca, em Potiraguá, e atividade de silvicultura, em Ibicuí. A porção norte do TI é mais preservada, enquanto que na parte sul predomina atividade pecuária (BRASIL, 1981, 1982; BAHIA, 2013a)”. (Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/08_medio_sudoeste_Bahia.pdf. Acessado em 31/05/23).

Mapa 10 - Núcleo Mongoió Set/2023



Núcleo Polo Verde

O Núcleo Polo Verde é o mais recente, foi formado em 2019 como pré núcleo do Núcleo Raízes do Sertão e se consolidou como núcleo autônomo em 2022. É formado por 5 grupos com 28 unidades produtivas e 49 CPFs inscritos no cadastro do MAPA. Os seus grupos estão presentes em 3 municípios⁹³ localizados no TI Metropolitano de Salvador e no TI Litoral Norte e Agreste Baiano.

Tabela 7 - Perfil do Núcleo Polo Verde - Jun/2023

Núcleo Polo Verde	
Grupos	5
Unid. Produtivas (UP)	28
UP Certificadas	25
Famílias	26
CPFs certificados	49
Agroindústrias	0
Agroindústrias certificadas	0
Famílias Quilombolas	0
Famílias da Ref. Agrária	2
Entrepósitos	0

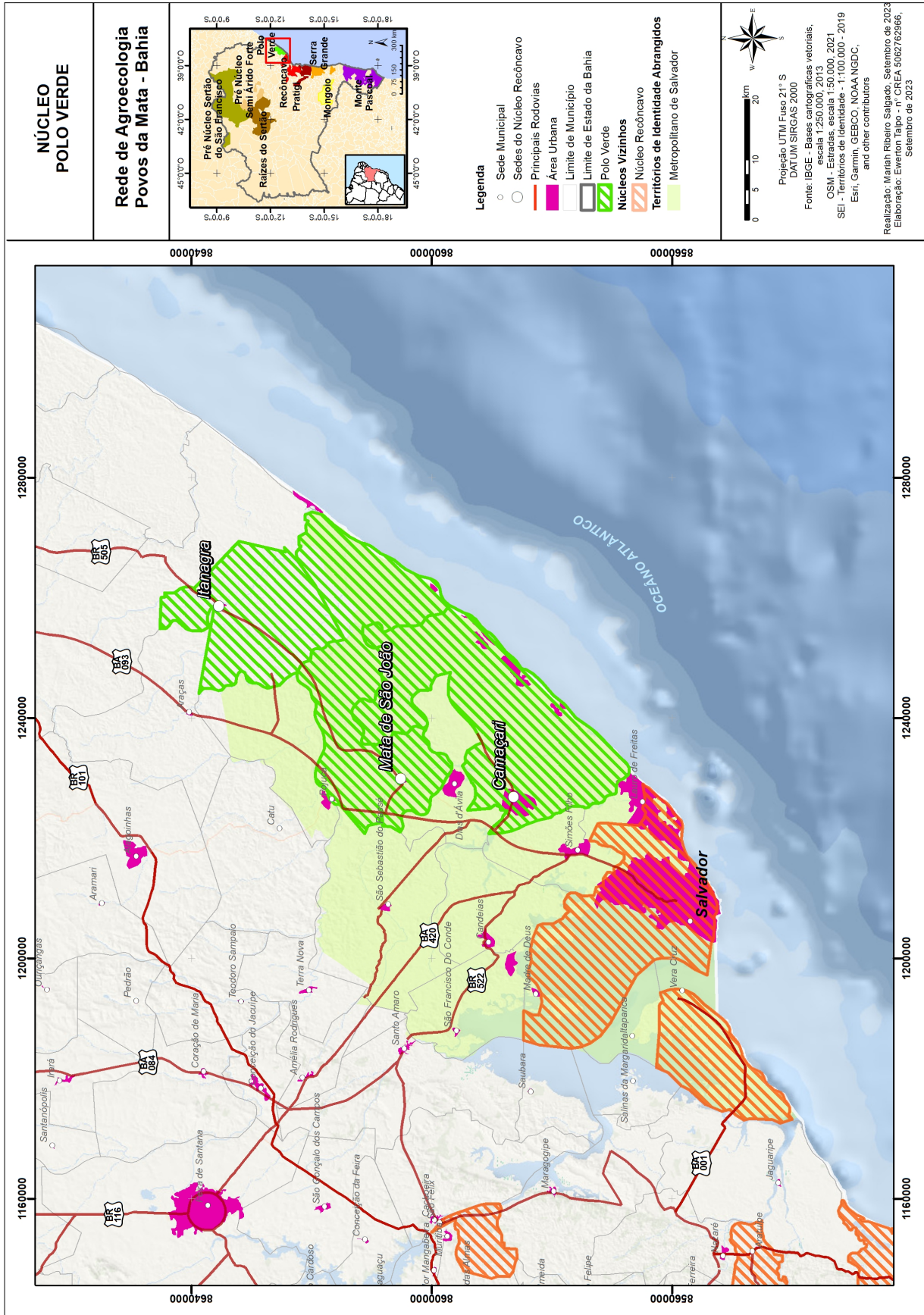
Dados fornecidos pela diretoria da Rede de Agroecologia Povos da Mata em Junho de 2023.

Originalmente o TI Litoral Norte e Agreste Baiano foi majoritariamente habitado pelo povo Tupinambá, os primeiros povoados da colônia consolidaram-se no século XVIII. Hoje é o segundo território com maior número de comunidades quilombolas certificadas, fica atrás apenas do TI Irecê⁹⁴. De acordo com os dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE), tem uma população de 541.330 habitantes, predominantemente urbana, distribuída em 20 municípios que ocupam uma área total de 13.594 km² (IBGE, 2013).

⁹³ TI Metropolitano de Salvador: Camaçari e Mata de São João;
TI Litoral Norte e Agreste Baiano: Itanagra.

⁹⁴ Fonte: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/18_litoral_norte_agreste_baiano.pdf. Acessado em 31/05/23.

Mapa 11 - Núcleo Polo Verde Set/2023



O objetivo deste capítulo foi expor os fundamentos básicos da proposta dos SPGs enquanto ferramentas de controle social e certificação participativa, descrevendo como o seu operacional é organizado na experiência da Rede de Agroecologia Povos da Mata. Junto a isso, apresentamos o mosaico de contextos rurais que formam a Rede, descrevendo o perfil de cada núcleo e localizando-os no território, a partir desse movimento podemos observar a diversidade de contextos sociais rurais que a compõem. As diferenças socioeconômicas, ambientais e culturais entre os territórios de identidade nos quais está presente, marcam profundamente o perfil produtivo e de articulação dos núcleos.

Foi a partir das observações do trabalho de campo e das entrevistas realizadas, que optamos por fazer uma análise comparativa mais aprofundada entre os Núcleos Serra Grande e Raízes do Sertão, este estudo será apresentado a seguir, no terceiro capítulo.

CAPÍTULO III

Estudo de caso:
As experiências do Núcleo Serra Grande e Raízes do
Sertão e os entraves da comercialização

“A gente precisa entender, quando a gente vende o nosso produto, a gente não tá vendendo só o produto. Quando eu vendo um quilo de cenoura, eu tô vendendo a minha terra, eu tô vendendo a minha água, eu tô vendendo a minha história de vida”

Paula Ferreira (Irecê, 2020)

Introdução

A atividade agrícola é essencial para a reprodução das sociedades, ela provê o elemento básico de sustentação da vida humana, o alimento. Entendemos que a agricultura, no sentido de atividade agrícola organizada econômica e socialmente, é a base histórica da economia na sociedade moderna e está dominada pelo modo de produção capitalista (MARX, 2017).

A forma moderna da propriedade fundiária é, em sua constituição histórica, uma forma transformada e determinada pelo capital, suas manifestações no espaço ajudam a explorar os processos históricos diferentes e específicos sem, contudo, negar o seu caráter de categoria histórica. De acordo com Marx (2017), a “propriedade fundiária baseia-se no monopólio de certas pessoas sobre porções definidas do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras”.

“Assim como o modo de produção capitalista em geral baseia-se na expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, na agricultura ele se baseia na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua subordinação a um capitalista, que explora a agricultura visando o lucro.” (MARX, 2017, p. 675)

Através do monopólio da propriedade fundiária, a terra é transformada em mercadoria, sujeita à lógica do lucro e acumulação de capital. O sujeito do campo — frequentemente representado pelos camponeses, comunidades tradicionais e agricultores familiares —, que depende da terra como fonte de subsistência e produção agrícola, por sua vez, é sujeitado às transformações das relações agrárias influenciadas pelo capitalismo no processo de subordinação da renda da terra pelo capital e na expropriação de suas terras.

As categorias terra, trabalho e capital são fundamentais para a geografia agrária, pois elas representam os pilares essenciais para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas no campo

sob o capitalismo, analisando como a produção agrícola é organizada, como a terra é apropriada e utilizada, e como os trabalhadores rurais interagem com os meios de produção.

Diante disso, nosso caminho de análise buscará no presente capítulo compreender as diferenças na articulação das estratégias de comercialização entre o Núcleo Raízes do Sertão, situado no Território de Identidade Irecê; e o Núcleo Serra Grande, localizado no Território de Identidade Litoral Sul. Iniciaremos apresentando o que foi o projeto de comercialização chamado de *circuitos agroecológicos*, para na sequência apresentar uma análise comparativa entre as condições de terra, trabalho e capital específicas da realidade de cada um desses territórios e dos núcleos neles inseridos, a partir da experiência dos Núcleos. A discussão deste capítulo é finalizada com um balanço das diferenças entre as experiências de comercialização dos núcleos estudados e o fracasso do projeto circuitos agroecológicos dentro da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

O projeto “Circuitos Agroecológicos” de comercialização

Para quem vive da agricultura, sobretudo da pequena agricultura familiar, e para aquelas que se interessam pela realidade agrária brasileira, não é um grande segredo que a comercialização é um dos grandes obstáculos enfrentados por pequenas/os agricultoras/es. Certamente não é o único, contudo é muito significativo pensar que para o campesinato e pequena agricultura familiar, o momento do processo produtivo onde se dá a reprodução do capital investido na produção é um grande gargalo.

Diante dessa realidade, muitos movimentos sociais vêm no desenvolvimento de novas estratégias de comercialização, que buscam uma certa autonomia em relação ao mercado convencional, um caminho para trazer justiça e sustentabilidade para quem vive da terra. Na experiência da Rede de Agroecologia Povos da Mata uma dessas tentativas se deu através do “Projeto Circuitos Agroecológicos”, que foi desenvolvido em parceria com o Instituto Ibia, o Taboa - Fortalecimento Comunitário e a Rede Ecovida de Agroecologia.

No contexto da Rede Povos, o Projeto dos Circuitos Agroecológicos tinha como um dos seus objetivos criar circuitos internos de comercialização. Estes realizariam um duplo movimento, por um lado permitiriam o acesso ao consumo de alimentos orgânicos pelos próprios

produtores e produtoras de orgânicos da Rede. Por outro, serviriam de propulsores econômicos, fortalecendo a geração e distribuição de renda entre os seus membros.

Um segundo objetivo importante, relacionado a um movimento mais amplo de comercialização, buscava superar as entressafras através de um abastecimento cruzado entre redes. A intensão era que as Redes pudessem trocar produtos e suprir os seus mercados locais em um movimento de apoio mútuo. Assim, a Rede Ecovida, por exemplo, compraria durante a sua entressafra a cebola da Rede Povos para manter o abastecimento dos seus mercados locais, da mesma forma, enviaria produtos não cultivados na Bahia para os territórios da Rede Povos. Constituíam-se portanto, numa articulação entre núcleos e entre Redes de Circuitos Curtos e Longos de Comercialização, em parceria com associações, cooperativas, transportadoras, comerciantes e grupos de consumidores.

A maneira de operacionalizar os circuitos agroecológicos foi através da criação das chamadas *Estações Orgânicas*, estas correspondiam a pontos de vendas e entrepostos dos núcleos regionais da Rede, gerenciadas coletivamente pelas famílias agricultoras e consumidoras do circuito⁹⁵. A gestão compartilhada das estações era, entre outras coisas, uma maneira de democratizar o acesso aos alimentos agroecológicos e criar, nas palavras da Rede, “uma Rede Solidária de Produção e Circulação de Produtos Orgânicos”⁹⁶. De acordo com o documento *Resultado da avaliação da Rede de Agroecologia Povos da Mata (2020)*, a Rede tinha até aquele momento treze estações orgânicas ativas que formavam o seu circuito agroecológico interno. Ao final desta pesquisa esse número havia caído para quatro, duas no Núcleo Recôncavo e duas no Núcleo Raízes do Sertão⁹⁷.

A articulação do circuito longo tinha sido idealizada contando com a criação de uma estação orgânica na cidade de São Paulo, esta funcionaria como um entreposto da agricultura familiar que faria a ponte entre as diversas Redes de agroecologia do país, além de operacionalizar as vendas para o mercado paulistano. A consolidação da *Estação São Paulo* ocorreu em 2020, foi iniciado com a Rede Ecovida, a Rede Povos da Mata e Orgânicos Sul de

⁹⁵ De acordo com o site oficial da Rede Povos da Mata, as estações eram geridas através de reuniões realizadas periodicamente “onde produtores representantes de suas estações, associações, cooperativas se encontram para tomadas de decisões, alinhamentos, formação de preços, planejamentos, logística e organização das ofertas e demandas.” Fonte: <https://povosdamata.org.br/o-que-fazemos/organizacao-e-comercializacao/>. Acessado em 20/02/22.

⁹⁶ Fonte: <https://povosdamata.org.br/o-que-fazemos/organizacao-e-comercializacao/>. Acessado em 20/02/22.

⁹⁷ As *estações orgânicas* do Núcleo Raízes do Sertão são os entrepostos de comercialização, os quais serão descritos mais adiante, na seção sobre este núcleo.

Minas. Contudo, esse movimento já estava sendo articulado pela Rede Ecovida desde 2017 como estratégia de expandir o seu alcance para novos mercados consumidores. Com a estruturação da Rede Povos e com a atuação de produtores vinculados a ambas as Redes, o projeto dos circuitos se expandiu para a Bahia, foi implantado efetivamente no segundo semestre de 2019.

Figura 3 - Circuitos de circulação e comercialização entre Redes de Agroecologia 2021



Fonte: MUKÁ. *Do solo ao prato 2019-2021: relatório de acompanhamento de resultados e impactos da Muká*. Bahia, Out/2021, p. 47

De acordo com o site da Rede de Agroecologia Povos da Mata, o propósito desse projeto era criar um mercado orientado por princípios que buscavam:

- Prover os agricultores da Rede com alimentos saudáveis produzidos por outros agricultores agroecológicos;
- Encurtar a distância entre produtores e consumidores, estabelecendo relações éticas e solidárias;
- Valorizar os serviços socioambientais gerados;
- Compartilhar os benefícios gerados pelo processo de circulação de mercadorias entre os membros da Rede;
- Cooperar e ter transparência e complementaridade entre os envolvidos no processo;
- Viabilizar o acesso de toda a população aos produtos orgânicos, independente do nível de renda.⁹⁸

Os desafios trazidos pela pandemia de COVID-19, entre 2020 e 2023⁹⁹, resultaram na reelaboração do projeto dos circuitos agroecológicos, que em 2021 se transformou em *Plataforma de Agroecologia Muká*. A plataforma surge da parceria entre a Rede de Agroecologia Povos da Mata, o Taboa Fortalecimento Comunitário e o Instituto Ibi de Agroecologia, com o propósito de fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e agroecológica. Atualmente se apresenta como uma correalização do Taboa e da Rede Povos que desenvolve ações organizadas em cinco eixos temáticos: produção, beneficiamento, comercialização, crédito e certificação. Essa atuação intenciona criar as “condições fundamentais para fortalecer e impulsionar a agroecologia no Brasil, seja no âmbito da infraestrutura, da disseminação do conhecimento ou do fomento às parcerias”¹⁰⁰.

Das ações do eixo comercialização apresentadas em um material da Muká de 2022, constavam a entrega de cinco mil cestas básicas entregues para enfrentamento das enchentes de 2021; participação da feira de orgânicos Bio Brazil Fair em 2022; e aumento da comercialização do cacau de qualidade, fruto da assistência técnica do eixo produção.

O circuito de comercialização interno da Rede Povos que, de acordo com os relatos, foi o mais forte, acontecia no eixo Irecê-Ilhéus. Como veremos a seguir, devido as diferenças do perfil produtivo dos núcleos do litoral em relação ao interior, o volume de produtos era maior no sentido Irecê - Ilhéus, o que gerava diferenças importantes no custo do frete. As relações de comercialização e as estratégias dos núcleos estudados serão analisadas a seguir.

⁹⁸ Fonte: <https://povosdamata.org.br/o-que-fazemos/organizacao-e-comercializacao/>. Acessado em 20/02/22.

⁹⁹ Embora o Brasil tenha começado o retorno a uma certa normalidade por volta do fim de 2021 e início de 2022, a OMS só declarou “o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19” em 5 de maio de 2023. O Brasil e os brasileiros foram, no contexto da pandemia, vítimas do descaso de um governo negacionista do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. (Fonte: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acessado em 04/06/2023)

¹⁰⁰ Fonte: <https://www.muka.org.br/sobre/>. Acessado em 10/08/2023.

O Litoral Sul e o Núcleo Serra Grande, sobreposições do processo histórico de formação da economia do território na proposta de agroecologia da Rede

O Núcleo Serra Grande está situado no Território de Identidade Litoral Sul, também conhecido como *Costa do Cacau*, o contexto histórico da agricultura deste território se reflete no perfil produtivo do núcleo, que tem como carro-chefe a produção da amêndoa do cacau. Este produto é absorvido, majoritariamente, pelas indústrias instaladas no polo industrial moageiro de Ilhéus¹⁰¹. Como veremos, o Litoral Sul não tem tradição na produção de alimentos básicos para a comercialização, embora ainda exista a agricultura de subsistência tradicional, com o cultivo do aipim e a produção da farinha, por exemplo.

De acordo com João Tavares¹⁰², coordenador do núcleo em 2023, aproximadamente 60% das unidades produtivas do núcleo trabalham com a produção da amêndoa do cacau; os 40% restantes produzem banana, mandioca, cupuaçu, coco, açaí e hortaliças — embora esta última em menor quantidade uma vez que, devido ao clima extremamente úmido, esse tipo de cultivo é mais difícil e caro, exigindo do agricultor um investimento maior em infraestruturas como, por exemplo, estufas.

Junto ao contexto histórico do cacau na região, Vitor Hugo¹⁰³ (2023) faz um nexos com a característica de ser uma cultura com um aspecto conservacionista, que dialoga com os princípios da Rede Povos da Mata, uma vez que no cultivo de “cabruca” o cacau é cultivado à sombra da Mata Atlântica, preservando a floresta. Segundo ele, as pessoas entravam na mata, derrubavam algumas árvores, raleavam tudo que estava embaixo e plantavam cacau sob as árvores restantes, o ato de ralar a floresta chamava cabruca, por isso o termo “cacau cabruca”.

¹⁰¹ O pólo industrial moageiro de Ilhéus é um distrito antigo, anterior a grande crise do cacau, quando a costa do cacau era a maior produtora de cacau do mundo. Por estar perto do porto de Ilhéus recebe cacau do Pará, bem como cacau vindo de países africanos. O pólo hoje, ainda é o maior da América Latina e processa 95% do cacau brasileiro. Fonte: <https://www.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/ilheus-sai-em-defesa-do-polo-industrial-moageiro-do-sul-da-bahia-o-maior-da-america-latina/154868>. Acessado em 14/07/23.

¹⁰² João Tavares é o atual coordenador do Núcleo Serra Grande, natural de Ilhéus, provem de uma família que, segundo ele, tem 150 anos de tradição na agricultura daquela região. No início, a produção da família era voltada para o cacau, no entanto, depois da “Vassoura de Bruxa” ele parou com cacau e começou a trabalhar com o açaí, tem uma marca chamada Açaí Alimenta. Conta que já era produtor orgânico quando chegou na Rede Povos da Mata por volta do ano 2018.

¹⁰³ Vitor Hugo é historiador, natural da cidade de São Paulo, ele e a esposa estão há quatro anos no distrito do Japu, município de Ilhéus. Fazem parte do Núcleo Serra Grande, do qual ele é secretário atualmente, também está na coordenação do seu grupo. O casal, além do cultivo de cupuaçu, tem uma agroindústria de beneficiamento da pupoa e da amêndoa do cupuaçu, chamada Morada do Japu.

“A Floresta Ombrófila Densa do bioma Mata Atlântica compõe a vegetação do TI, com seus fragmentos mais preservados na porção leste, entre Maraú e o norte de Ilhéus, e entre o sul de Ilhéus e Canavieiras. O uso mais importante é o sistema agroflorestal, ou seja, o cacau cabrucado, que é o cultivo do cacau associado à Mata Atlântica, especialmente entre Maraú e Mascote. As outras áreas antropizadas têm pastagem, coco-da-baía e pequenas policulturas (BRASIL, 1981, 1982); (BAHIA, 2013a); (IBGE, 2012).” (SEI, 2015, p. 148)

Embora o cultivo tradicional do cacau seja antigo e de fácil manejo, pois em geral funciona na lógica extrativista, são poucos os que conseguem produzir o chamado “cacau de qualidade” ou “cacau fino”, justamente porque o seu processo produtivo envolve um nível mais alto de conhecimento técnico e de controle das etapas de produção, sobretudo da colheita, seleção e fermentação das amêndoas. João Tavares considera a cultura do cacau, no seu formato extrativista, economicamente inviável na região, sobretudo por conta da doença vassoura-de-bruxa. Relata que hoje existe um bom mercado para o cacau de qualidade e que, na sua opinião, essa é a única forma do cacau se viabilizar.

João Tavares (2023)

“Tem um jeito de colher, aí você colhe, não pode ferir o fruto, pra não dar acidez. Depois o cacau passa por um processo de fermentação da amêndoa. A amêndoa fica de cinco a sete dias num coxo, fermentando (...) com a polpa. Aquilo tira a acidez do cacau, melhora a qualidade da semente, entendeu? Aí depois desses cacau de qualidade, eles passam inclusive por uma seleção manual de amêndoas, para tirar as amêndoas murchas, as amêndoas com deformidade, tira tudo, aí faz um cacau e chega a mais de 100% do valor de mercado.”

A produção do cacau fino, nas palavras de João, “significa a viabilidade da fazenda” uma vez que “se hoje o cacau está a 200 e poucos reais uma arroba de 15 quilos, você chegar a 500, já muda a figura”. No entanto, o que esse produtor relata é que a produtividade de cacau na região é muito baixa, situação que teve origem no momento em que a vassoura-de-bruxa devastou a produção de cacau da região.

A doença conhecida como vassoura-de-bruxa é causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa* e provoca deformação, apodrecimento e morte nas partes afetadas dos cacaueiros, afeta tanto o fruto como a árvore fazendo com que a produtividade da lavoura diminua drasticamente. Ela teve um forte impacto na produção e estrutura socioeconômica do sul da Bahia no final da década de 1980, sendo a causa da maior crise já vivenciada no setor cacaueiro no país. De acordo com reportagem de José Tadeu Arantes para a Agência FAPESP, “como

decorrência, o Brasil, que chegou a ser o segundo maior produtor mundial, com safras de mais de 400 mil toneladas de cacau em meados da década de 1980, teve sua produção reduzida para cerca de 100 mil toneladas na década de 2000”.¹⁰⁴

Esta praga foi responsável por mudar a geografia do campo na região, seus impactos foram desastrosos, vitimando a região inteira ao quebrar a base da economia regional, sobraram as ruínas como testemunho. Na esfera econômica a queda de receita agravou a situação de endividamento dos fazendeiros, que já estavam descapitalizados devido à imensa queda do preço do cacau no mercado internacional, o que levou à falência os antes ricos coronéis, como eram chamados os grandes produtores de cacau da região. De acordo com João, muitos produtores “colocaram suas fazendas na reforma agrária” nesse período, “oferecendo” elas para o INCRA, que comprava para fazer os assentamentos. Ao falar desse momento João relata que

João Tavares (2023)

“ (...) empobreceu a região, empobreceu! Uma vez eu falei que foi um dos empobrecimentos mais rápidos da humanidade. Aí depois eu disse "não"... fiquei achando que não, mas eu acho que foi mesmo. Em três anos, dois, três anos, pessoas milionárias estavam pobres. A vassoura de bruxa pegou o fazendeiro descapitalizado. Já pegou dentro de uma crise de preços, de crises climáticas, já pegou dentro de uma crise. Quando a vassoura veio, reduziu a produção em 90%, 80%.”

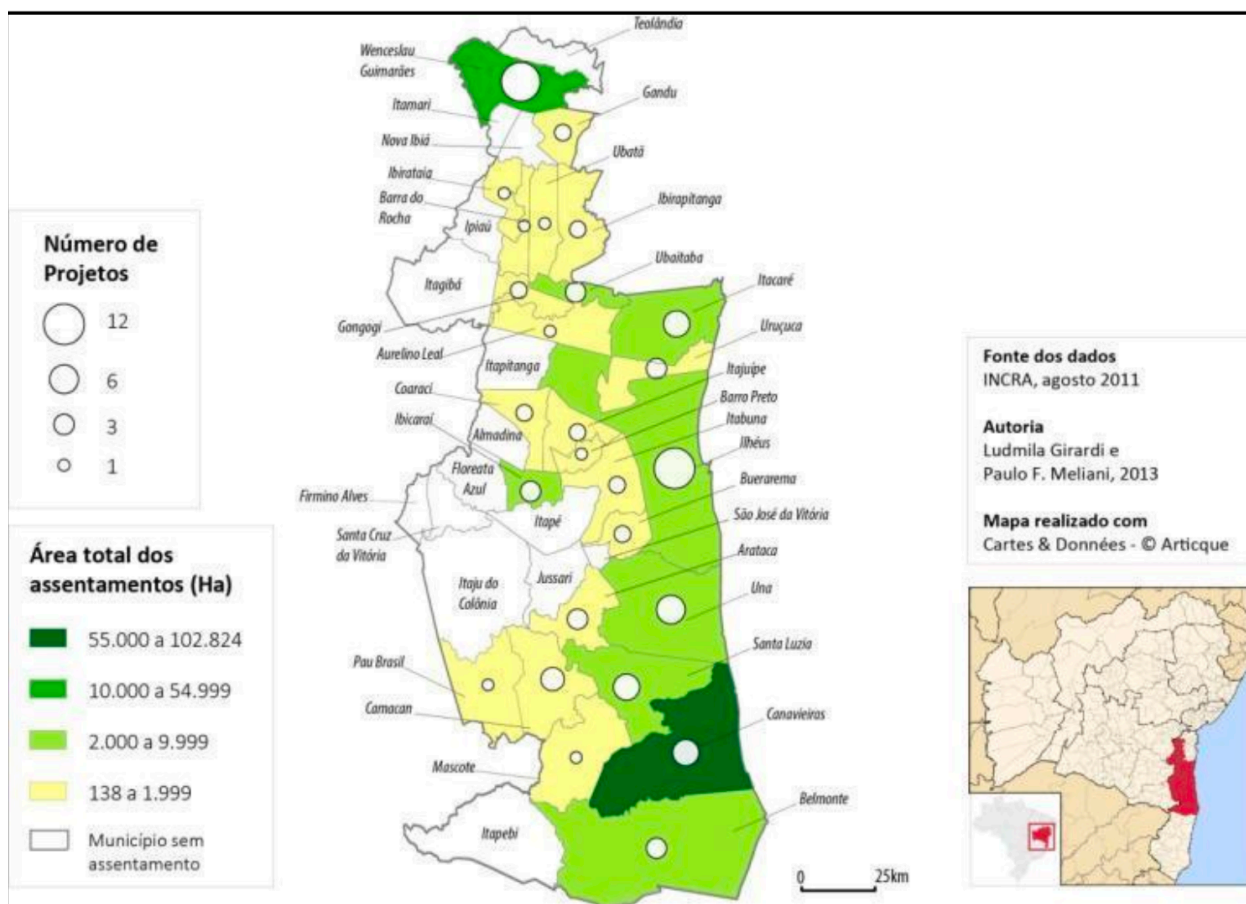
A quebra da economia cacauceira na região foi um evento que marcou a história do cacau na Bahia, as maiores vítimas certamente foram (e continuam sendo) as parcelas mais vulneráveis da sociedade, uma vez que uma característica conhecida do capitalismo é a privatização dos lucros e socialização dos prejuízos. No entanto, arriscamos dizer que o que parece chocar foi o rápido e inequívoco empobrecimento dos coronéis do cacau, da elite baiana.

Do ponto de vista da concentração fundiária, a quebra da economia dos coronéis foi o propulsor da reforma agrária no território. Embora, ao que tudo indica, ela tenha sido instrumentalizada pela elite cacauceira falida, que diminuiu o seu prejuízo vendendo suas terras ao Estado. De acordo com MELIANI (2014), foi a partir do final da década de 1980 que o território viu o início das desapropriações para fins de reforma agrária, estas ocorreram de forma mais numerosa entre 1995 e 2004. Desde então houve, nas palavras deste autor, um certo “encerramento” da reforma agrária dentro do contexto da “Política de Desenvolvimento

¹⁰⁴ Fonte: <https://agencia.fapesp.br/estudo-avanca-no-entendimento-da-vassoura-de-bruxa-doenca-que-derrubou-a-producao-de-cacau-no-brasil/36258/>. Acessado em 01/06/23.

Territorial Rural no Litoral Sul” promovida pelo Estado da Bahia, que passou a focar na capacitação e adequação ao mercado das famílias já assentadas. Podemos observar na **Figura 4** que os municípios litorâneos concentram o maior número de projetos de reforma agrária com os assentamentos com as maiores áreas.

Figura 4 - Número e área por município dos projetos de reforma agrária da Microrregião de Ilhéus-Itabuna.



MELIANI, 2014. In: Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais vol. 03, nº 1. Recife, 2014.

Na esfera social, a destruição das lavouras provocou o desemprego massivo dos trabalhadores antes ocupados nas fazendas. Segundo dados publicados no volume 1 do *Perfil dos Territórios de Identidade* (SEI, 2015), a participação no valor agregado bruto (VAB) da atividade agropecuária no território corresponde à apenas 6% do total, sendo que o cultivo do cacau neste território representa 42,2% da produção do estado, é a principal cultura permanente. Por fim, mas não menos importante, na esfera ambiental o impacto é sentido até hoje, pois o cacau

cultivado no sistema de “cabruca” era um importante fator para a preservação do bioma Mata Atlântica. De acordo com o relato trazido por João, hoje muita gente está derrubando a lavoura para a formação de pasto pra criação de gado.

Curioso notar que, na perspectiva de João Tavares, o que agrava ainda mais essa situação é a falta de políticas públicas agrícolas voltadas para os grandes produtores. João traz essa reflexão com um certo saudosismo da época de ouro do cacau na seguinte passagem:

João Tavares (2023)

“Uma falta assim de uma política agrícola mais... Mais voltada para o social, mas não é o social que nós vemos o governo falando. É o social como todo, incluindo o grande. Porque com a vassoura de bruxas, as fazendas foram desmobilizadas. Então aqueles trabalhadores do campo foram demitidos, foram encher as cidades, inchar as cidades. Aquelas sedes, aquelas casas de trabalhador que o cacau, as roças habitavam muita gente, aquelas fazendas viraram ruínas, as casas se acabaram.

Tem que ter uma política de trazer o homem de volta, do próprio empregador poder empregar e habitar, entendeu?”

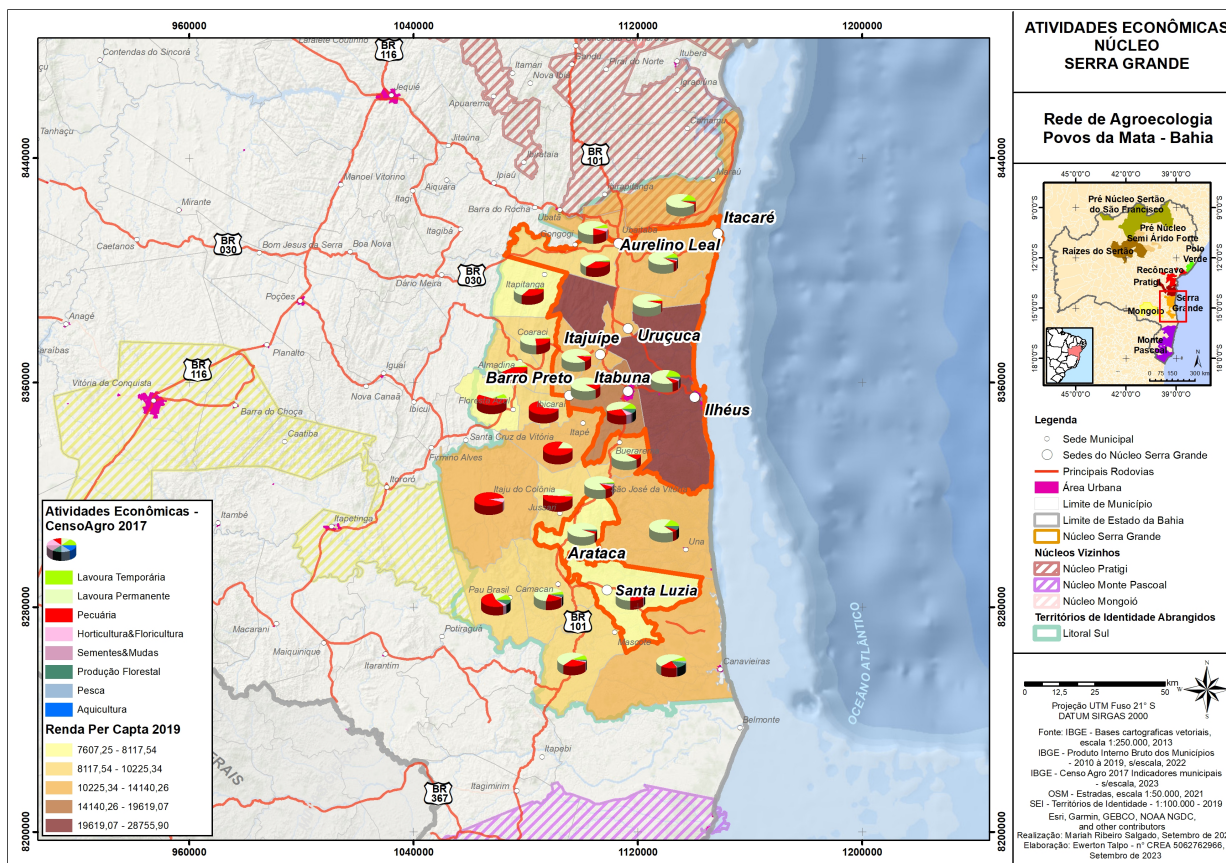
A crise da cacauicultura foi responsável pelo êxodo rural observado por João, uma vez que, a estrutura fundiária do território era caracterizada por uma grande concentração de terras, nas grandes fazendas dos coronéis, e o trabalho era organizado ao redor da mão de obra de meeiros e dos trabalhadores rurais assalariados, uma classe já expropriada dos meios de produção e de capital, sem condições de se reestruturarem dentro do contexto agrário.

O Litoral Sul apresenta uma alta taxa de urbanização o que, inevitavelmente, se reflete na composição do mercado de trabalho. Os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010) mostraram que apenas 1,8% da população economicamente ativa (PEA) do território estava engajada na produção para o próprio consumo, enquanto que 79,1% estava ocupada em outros setores. De acordo com SEI (2015), ao cruzar os dados sobre o grau de urbanização dos municípios e a proporção de pessoas engajadas na produção para o próprio consumo, temos que as maiores taxas destas encontram-se em municípios com as menores taxas de urbanização, o inverso também é verdadeiro. Importante notar que, com exceção de Itabuna e Ilhéus¹⁰⁵ — municípios que polarizam a economia do território e apresentam os rendimentos médios mais elevados —,

¹⁰⁵ “Itabuna e Ilhéus têm o maior peso na composição do total de pessoas ocupadas com rendimento no TI: 30,0% e 25,9%, respectivamente. Os municípios restantes não ultrapassaram os 4,0% de participação no total de empregos formais no território de identidade, demonstrando a concentração também na oferta de empregos” (SEI, 2015, p. 163).

os demais municípios do território apresentam uma média salarial abaixo da média verificada para o estado (SEI, 2015).

Mapa 12 - Atividades econômicas (2017) e Renda Per Capta (2019) do território Litoral Sul - Núcleo Serra Grande



A relação entre a oferta de trabalho no meio urbano e rural também pode ser representada pelo estoque de empregos formais por setor da economia, neste, entre 2001 e 2011, verificou-se uma redução de -0,05% no estoque de empregos formais no setor agropecuário. O setor industrial, por sua vez, registrou um aumento de 66,9%, mas os melhores resultados do período foram vistos no setor de comércio e serviços, que ampliou a oferta de vagas disponíveis em 90,8% (SEI, 2015). Esse perfil pode ser entendido também pelo processo de reestruturação produtiva pela qual as regiões cacauceiras da Bahia tiveram que passar depois que a vassoura-de-bruxa devastou a base de suas economias.

No que se refere às relações de trabalho rural no Litoral Sul, em especial àquele que se desenvolveu no contexto histórico da produção de cacau, identificamos nos relatos de membros do núcleo o que nos parece ser um estigma em relação a “cultura do trabalho” no território, adjetivada como “fraca”. A vocação agrícola do território é focada em culturas perenes como cacau, banana e cupuaçu, tais culturas tem um pé no extrativismo e necessitam de menos trabalho de manutenção quando comparadas às lavouras temporárias, como das leguminosas e hortaliças. Assim, diferença entre essas duas lógicas de trabalho e produção é responsável, na perspectiva dos entrevistados, pela “insistência” de uma parcela grande dos pequenos produtores e produtoras no cultivo do cacau — de acordo com os relatos, estas pessoas estariam fazendo a escolha pela forma mais “branda” de trabalho¹⁰⁶.

Essa percepção vem acompanhada do relato sobre a escassez de mão de obra. De acordo com um entrevistado, com uma mão de obra precarizada, com altos índices de analfabetismo ou semi analfabetismo, com pouco domínio da agricultura e pouca motivação para se aperfeiçoar (devido a baixa remuneração), essa cultura do “não trabalho” é generalizada na região. Segundo ele, a formalização do trabalho é muito difícil, muitos trabalhadores não querem ter vínculo trabalhista com carteira assinada. O mesmo olhar é compartilhado por João Tavares, que acredita que a população fica muito dependente do assistencialismo dos programas sociais do governo e ficam sem interesse em trabalhar, o que é visto como um “freio” para o desenvolvimento econômico do território. Relata que na época da colheita de Açaí tem dificuldades em achar mão de obra e, quando acha, ninguém quer ter a carteira assinada para não perder o acesso aos programas de assistência social do governo.

Todavia, é importante ressaltar que os programas sociais do governo federal são igualmente acessados pelas famílias associadas ao Núcleo Raízes do Sertão, de acordo com uma liderança, entorno de 70% das famílias produtoras acessam programas como o Bolsa Família e o Garantia-Safra. Contudo, isso não aparece como determinante na sua disposição para o trabalho.

No que se refere às unidades produtivas do Núcleo Serra Grande, parece existir três perfis diferentes de produtores: pessoas nativas com pequenas e médias propriedades da agricultura familiar; pessoas de fora da região, inclusive estrangeiras, com propriedades de pequeno e médio porte, frequentemente tem condições de vida que independem da produção agrícola, sendo assim

¹⁰⁶ Os relatos mencionados trazem a caatinga como exemplo contrário de “cultura do trabalho”, de povo arraigado ao trabalho. Fazem uma relação de um certo determinismo geográfico, no qual o extrativismo ligado à cacaucultura, junto à abundância de recursos (água, floresta, pesca, etc) que existe no Litoral Sul teriam moldado uma população que “não se associa muito ao empenho do trabalho”, como caracterizou um dos entrevistados.

mais capitalizadas; e por último os/as herdeiros/as dos coronéis do cacau, famílias tradicionais com grandes propriedades de mais de 200 hectares e mais capitalizadas.

O segundo grupo, composto por gente de fora do estado, parece ser composto por pessoas que se interessam pela agricultura agroecológica e foram para a região com esse propósito. Embora sejam pessoas, em geral, com nível superior completo e outras fontes de renda (que não apenas a produção da terra), se veem como pequenos e pequenas produtores/as da agricultura familiar e atuam com pouca ou nenhuma mão de obra contratada. O terceiro grupo, todavia, representa um resquício da época dos coronéis e, embora tente se reinventar por meio da agroecologia, ainda reproduz as relações sociais de poder próprias da sua constituição histórica, como podemos observar no relato a seguir,

“A outra fazenda que eu fui, que são 220 hectares, é uma mulher super gente boa, que também é neta de um coronel e ela trabalha com meeiros ainda também. Então a galera fala que não é legal e tal, mas ela tenta ter uma condição melhor, pagar de um jeito melhor. A gente verificou toda essa questão.”

Como podemos observar neste relato, os grandes produtores do núcleo herdado não apenas as terras, mas as relações sociais de trabalho de seus pais e avós. Embora o processo de certificação observe a conformidade das relações de trabalho, sendo esta uma bandeira importante da agroecologia, é preciso entender o quanto esse esforço se traduz em mudanças reais nas relações de trabalho no campo.

A visita de olhar externo, pelos procedimentos da Rede, também deve verificar a situação trabalhista nas unidades produtivas, contudo, é preciso ter em mente que tais visitas são, frequentemente, realizadas por outros agricultores e que certas perguntas e temas causam mal estar e constrangimentos¹⁰⁷, por isso, nem sempre são levadas às últimas consequências. Embora não pareça haver uma orientação sistematizada da Associação Povos da Mata em relação a situação dos trabalhadores meeiros, por exemplo, é sabido que a diretoria e outros coordenadores de alguns núcleos não aprovam essa prática. Ao relatar uma visita de olhar externo — em entrevista realizada em meados de 2023 —, uma pessoa relatou que em algumas fazendas esses trabalhadores não têm as “melhores condições” e que são, na sua opinião, mal remunerados.

¹⁰⁷ Esta situação de constrangimento em relação a certos temas surgiu em mais de um relato, tanto em relação à conformidade das relações trabalhistas, quanto em relação à privacidade da contabilidade e registro das movimentações financeiras de compra e venda.

Tabela 8 - Coeficiente de Gini - Bahia, TI Litoral Sul 2000/2010

Tabela 12 – Coeficiente de Gini¹ – Bahia, TI Litoral Sul e municípios do TI – 2000/2010

Região geográfica	2000	2010
Bahia	0,664	0,631
TI Litoral Sul	0,632	0,587
Almadina	0,520	0,534
Arataca	0,479	0,526
Aurelino Leal	0,502	0,533
Barro Preto	0,496	0,513
Buerarema	0,545	0,524
Camacá	0,627	0,566
Canavieiras	0,603	0,490
Coaraci	0,598	0,548
Floresta Azul	0,549	0,469
Ibicaraí	0,615	0,549
Ilhéus	0,642	0,589
Itabuna	0,628	0,576
Itacaré	0,612	0,556
Itaju do Colônia	0,551	0,483
Itajuípe	0,576	0,507
Itapé	0,478	0,480
Itapitanga	0,555	0,445
Jussari	0,478	0,526
Marau	0,703	0,728
Mascote	0,553	0,605
Pau-Brasil	0,560	0,569
Santa Luzia	0,427	0,500
São José da Vitória	0,475	0,461
Ubaitaba	0,571	0,564
Una	0,567	0,519
Uruçuca	0,515	0,494

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010. Resultados da amostra. Cálculos da SEI.

¹ Para o cálculo do Gini, foi utilizado o rendimento domiciliar per capita.

In: SEI. *Perfil dos Territórios de Identidade*. Série territórios de identidade da Bahia, vol. 1, p. 173. Salvador, 2015.

Gráfico 1 - Proporção de população em extrema pobreza - Bahia, TI Litoral Sul 2010

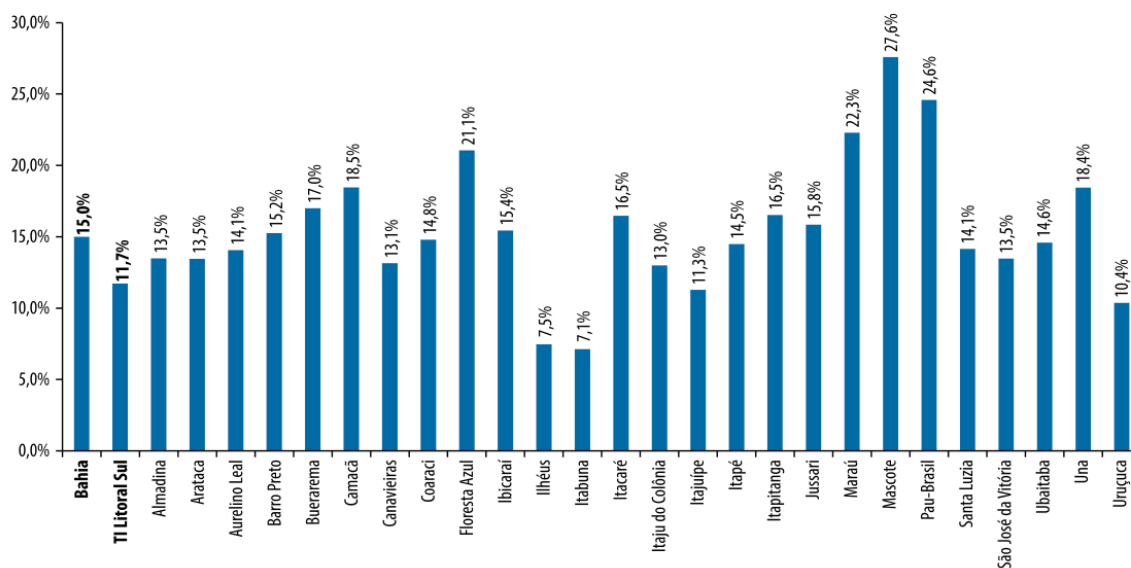


Gráfico 8 – Proporção de população em extrema pobreza – Bahia, TI Litoral Sul e municípios do TI – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Resultados da amostra. Cálculos da SEI.

In: SEI. *Perfil dos Territórios de Identidade*. Série territórios de identidade da Bahia, vol. 1, p. 174. Salvador, 2015.

“Só que é muito difícil você falar isso para o agricultor na hora da visita de olhar externo. Você tem que se perguntar, quanto que é que você paga? Você até consegue fazer essa pergunta. Aí a gente fala, às vezes eu consigo falar, olha, daria para pagar mais um pouquinho, valorizar o trabalho do agricultor e tal. Mas às vezes, dependendo da situação, fica um pouco sensível. Às vezes a própria pessoa foge. Então é isso. Aí a gente faz observações também, na visita de pares: tem oportunidade de melhoria, então uma oportunidade de melhoria a gente pode falar do salário, a gente pode falar de várias coisas. E tem os pontos positivos também, né? Então nessa fazenda de 270 hectares a mulher tinha 10 empregados contratados, com carteira assinada, com plano dentário, tudo certinho. Ela mostrou tudo certinho. E tinha mais dez que eram meeiros, que tinham uma casa para eles dormirem, mas eles não moravam lá.”

Diante do apresentado, nos questionamos se é viável a real transformação das relações de trabalho, uma vez que a relação com a propriedade fundiária se manteve a mesma. Sendo a atividade agrícola e, em especial o campesinato, os piores remunerados na cadeia produtiva capitalista, a forma para a viabilidade econômica de grandes propriedades fundiárias é a exploração do trabalho através da manutenção da sua precarização. É tão costumeiro na sociedade capitalista que o campesinato seja uma classe subalterna, no sentido empregado por TAVARES dos SANTOS (1978), que a exploração do seu trabalho e do seu modo de vida formam a base da reprodução do capital no campo. Sobre a forma de trabalho dos meeiros em uma fazenda do Núcleo Serra Grande,

“No caso dela, ela dava 5 hectares para cada agricultor, porque pelo Sebrae, Embrapa, ou algum desses aí, eu não lembro quem... Ceplac. Algum desses dizia que 5 hectares um agricultor pode cuidar. Eu acho uma loucura, que minha fazenda é 4 hectares e quem cuida é eu, meu companheiro, meu pai e a gente não dá conta. Ainda tem um trabalhador que trabalha duas vezes por semana. Não é muito, né? Se fosse direto seria bem diferente. Mas então, são cinco hectares que ele vai cuidar e o que ele tirar dali vai ser meio pra fazenda e meio pra ele, do que ele vai vender. Como ela vende amêndoa orgânica, então ela vai ganhar mais do que o normal. Então o agricultor já vai ganhar mais por isso, entendeu?”

Em paralelo e concomitante com os resquícios históricos das relações de trabalho do tempo dos coronéis, não tão antigas assim, temos o processo de modernização da agricultura atravessando o trabalho de pequenos e médios agricultores/as, num contínuo movimento de seleção dos agricultores que conseguem se adaptar às exigências do mercado e aqueles destinados à exclusão.

Métodos e ferramentas de administração não costumam estar presentes no leque de habilidades e conhecimentos da maioria das pessoas, na zona rural essa realidade não é diferente. Na Rede Povos da Mata, vimos aparecer nos relatos e em documentos de diagnóstico produzidos

por parceiros da Rede que muitos agricultores tem dificuldade para preencher os documentos exigidos pela OPAC¹⁰⁸. Frequentemente escutamos relatos sobre pessoas que precisam de ajuda ou que prestam ajuda nesses momentos. Ao falar sobre esse assunto, Vitor Hugo diz que, uma coisa que deveria “ser incentivada dentro da rede é tornar o agricultor um administrador de empresa”, que a padronização de planilhas, de formação em administração e de planejamento possibilitaria um “salto de qualidade” para os associados da Rede. No entanto, comenta que as pessoas (agricultores da Rede) “não querem ser administradores, elas não querem ser executivas, elas querem viver, viver no sítio, viver bem, não é? Não quer esquentar a cabeça com esse tipo de coisa”.

É curioso notar como essa “resistência” ao trabalho no território aparece negativamente no relato de diferentes pessoas desse núcleo. Nota-se aqui as diferenças de consciência e prática social em torno da questão do trabalho ao identificarmos, na percepção dessas pessoas, a marca da sua origem socioeconômica — na qual a única solução para atingir a sustentabilidade econômica e trazer prosperidade para a região é tornar da pequena agricultura camponesa (ou familiar) uma empresa familiar.

Observamos neste exemplo o poder das classe dominantes por meio do seu discurso ideológico, no qual a empresa familiar rural aparece como “saída” para o desenvolvimento do campo, saída esta que parte nas necessidades do mercado e não exatamente dos indivíduos. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (1998), ao criticarem a concepção de curso da história que separa “as ideias da classe dominante da própria classe dominante”, tornando-as autônomas, afirmam que a ideologia que domina a sociedade a cada momento histórico, apresenta as relações sociais e materiais de uma época como o *modus operandi* natural da sociedade, como se este contemplasse a todos e fosse a expressão dos interesses de toda uma sociedade. Assim, a organização da agricultura em função das necessidades do mercado aparece na consciência social invertida, como se fosse necessidade das pessoas e não do capital.

¹⁰⁸ In: *Resultado da avaliação da Rede de Agroecologia Povos da Mata*, 2020.

Relações entre o perfil socioeconômico e mercado consumidor do TI Litoral Sul e a produção e comercialização do Núcleo Serra Grande

O mercado consumidor regional é um elemento importante a ser analisado para a compreensão das escolhas de produção das pessoas produtoras do Núcleo Serra Grande. O Litoral Sul se caracteriza por apresentar um grau de urbanização superior à média do estado, segundo dados do documento *Perfil dos territórios de identidade* (SEI, 2015), em 2010, 81,9% dos habitantes do território residiam no meio urbano, sendo um território que apresenta uma alta densidade demográfica.

As maiores cidades do TI são Itabuna, com 186.708 habitantes, e Ilhéus, com 178.703 habitantes¹⁰⁹, atuam como polarizadoras da atividade econômica. Contudo, é necessário pontuar que “o seu dinamismo não repercute em efeitos propulsores para a potencialização da atividade econômica e melhora dos níveis sociais em outros municípios do TI” (SEI, 2015). Assim, os demais municípios do território são caracterizados por apresentar pequenas extensões territoriais, elevadas taxas de pobreza e desigualdade — segundo dados do Censo 2010, a renda média do TI foi calculada em R\$ 847,57 (SEI, 2015) —, o que pode ser verificado a seguir na Tabela 8 do Coeficiente de Gini¹¹⁰ e no Gráfico 1 da Proporção de População em Extrema Pobreza para o TI Litoral Sul.

Diante de um mercado consumidor com baixo poder aquisitivo, Vitor Hugo relata que os produtores do núcleo não se arriscam a produzir alimentos básicos, como leguminosas e hortaliças, uma vez que, devido ao clima regional e o volume de chuvas, esse tipo de cultura requer uma quantidade significativa de capital para investimentos em infraestrutura para se viabilizar, o que conseqüentemente encarece o preço final do produto.

Todavia, para verificar essa correlação entre a capacidade do mercado consumidor local em absorver esse tipo de produto (que compõem a base da alimentação) e o alto custo de produção local (determinado pelo perfil do ecossistema regional e refletido no preço final), seria

¹⁰⁹ Dados do Censo IBGE 2022.

¹¹⁰ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele varia de zero a um, quanto mais próximo de zero, maior é a situação de igualdade; quanto mais próximo de um, maior é o nível de concentração de renda. Embora não exista um valor específico universalmente aceito para considerar um grau de desigualdade como elevado, geralmente, coeficientes de Gini acima de 0,4 ou 0,5 são considerados altos e indicam níveis significativos de desigualdade. De acordo com o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD 2022, o Brasil tem um coeficiente de Gini em 0,489. Até 2020, contudo, o coeficiente do país era 0,533 e o colocava em sétimo lugar entre os dez países mais desiguais do mundo.

importante uma pesquisa mais aprofundada da composição de preço dos produtos que abastecem o TI e do seu local de origem, uma vez que o frete compõem um elemento significativo de acréscimo do preço final do produto. Entender de onde vem os produtos que alimentam a população do território e se esse diferencial a que se refere Vitor Hugo é específico da produção agroecológica orgânica — tanto no sentido dos custos de produção quanto no sentido de preços mais elevados, num movimento de manutenção de um nicho de mercado focado no consumo das classes mais endinheiradas — é uma pesquisa com grande potencial para a compreensão do mercado de orgânicos e os debates acerca do acesso a alimentos saudáveis livres de agrotóxicos.

Uma forma das famílias agricultoras do núcleo conseguirem fazer esse movimento de atender o mercado local e consolidar circuitos mais curtos seria, na visão de Vitor Hugo, adequar a produção à demanda local no que se refere a produtos que vem de fora, de outras regiões, mas que tem grande procura pelo consumidor local — cita como exemplo, o tomate, hortaliças em geral, o coentro, o próprio aipim e sua farinha, o palmito pupunha, o óleo de dendê e a cana de açúcar. O tomate vendido pela Rede na região vem todo de Irecê, o que o torna mais caro do que um tomate produzido localmente. Além da “falta de visão” dos agricultores em relação a culturas promissoras para a região, nas palavras dele, está o alto grau de investimento e trabalho que alguma delas demandam.

Contudo, algumas das culturas acima citadas necessitam de investimento em infraestrutura, como estufas ou maquinário, por exemplo. O que significa que as pessoas produtoras, além de um espírito empreendedor, precisam dispor de algum capital para investir na estruturação da produção. Isso torna-se insustentável num contexto regional de uma agricultora descapitalizada, na qual qualquer processo produtivo muito “custoso” não se viabiliza, uma vez que o mercado consumidor também não consegue absorver produtos mais caros.

Ao falar sobre a comercialização, João Tavares critica a tendencia de alguns produtores em buscar um valor de venda mais alto para os produtos orgânicos, o que restringe a possibilidade de consumo de alimentos orgânicos pelos próprios produtores de orgânicos, fato apontado por ele como uma grande inconsistência desse modelo de produção-circulação de mercadorias. Na sua visão, o selo de orgânico oferece “um acesso diferenciado ao mercado”, diz ele que “se o meu produto está na mesma prateleira do convencional, na mesma qualidade, se o meu tem um selo orgânico, ele vai ser vendido primeiro. É isso que eu busco”.

O perfil do mercado consumidor apresentado também é relevante para entender as estratégias de comercialização escolhidas por alguns produtores do Núcleo Serra Grande, sobretudo aqueles que trabalham no beneficiamento de produtos com maior valor agregado, como é o caso do chocolate. Os circuitos longos de comercialização acabam por ser os que melhor remuneram, pois acessam mercados consumidores com maior poder aquisitivo e com demanda para esse tipo de produto. São, por isso, a forma mais viável economicamente para os produtores com esse perfil, uma vez que a região não consegue absorver esse tipo de produto.

O caso da agroindústria Morada do Japu¹¹¹ é significativo e exemplifica bem essa realidade, uma vez que toda a comercialização dos seus produtos é focada em circuitos longos e muito pouco é comercializado localmente¹¹². Até mesmo os circuitos longos dentro da Rede, como a comercialização com Irecê por exemplo, são insustentáveis economicamente devido aos altos custos de logística e a pequena escala de demanda. Assim, os seus produtos são enviados por frete aéreo, via Ilhéus, para a cidade de São Paulo — o que sai mais barato do que o transporte por caminhão — e de lá são redistribuídos para todo o Brasil.

Todavia, é importante salientar que essa logística de distribuição adotada pela Morada do Japu é mais vantajosa economicamente, em parte porque conta com um entreposto operacionalizado por familiares dos donos, o que facilita e barateia toda a logística. Este pequeno entreposto familiar e informal em São Paulo é o que viabiliza a sustentabilidade econômica da comercialização dos produtos desta agroindústria, o que sinaliza para as oportunidades que o “Estação São Paulo”, proposto dentro do projeto dos circuitos agroecológicos, poderia proporcionar aos agricultores da Rede Povos da Mata como um todo.

Outros desafios relacionados ao pouco amadurecimento da Rede Povos em relação a organização da comercialização também foram relatados. No caso dos circuitos longos internos à Rede, sobretudo entre Irecê e os outros núcleos, no qual havia um desequilíbrio entre a variedade e quantidade de produtos oferecidos pelo Núcleo Raízes do Sertão e o que os outros núcleos conseguiam mandar de volta para Irecê, esses desafios limitaram as possibilidades de comercialização de alguns produtos. Um exemplo mencionado por Vitor Hugo foi o do açaí, um

¹¹¹ Vitor Hugo explica que, na sua unidade produtiva, tudo que é produzido na roça por ele e pela companheira é utilizado no beneficiamento da sua agroindústria Morada do Japu, o casal tem certificação para produção vegetal e para processamento. O carro chefe da produção da família é o cupuaçu, em seguida o cacau e depois a banana, trabalham sobretudo com o processamento da poupa e da amêndoa do cupuaçu.

¹¹² Vitor Hugo relata que chegaram a tentar vender os seus produtos nas lojas e empórios da região, mas que a saída era muito pequena e não compensava.

produto com grande potencial econômico, relativamente barato e acessível, que seria muito bem aproveitado na região de Irecê, uma vez que não é produzido lá. O Núcleo Serra Grande tem uma produção de açaí com grande potencial de produzir açaí em quantidade e com qualidade, embora ainda seja uma atividade atrofiada, no entanto a logística de comercializar um produto que precisa ser refrigerado do começo ao fim, inclusive durante o transporte, inviabiliza atualmente que ele consiga chegar no interior.

A despeito dos desafios externos, o Núcleo Serra Grande enfrenta os seus próprios desafios em relação a organização da comercialização. Embora tenha começado como um núcleo forte (o núcleo “mãe” da Rede), atualmente está enfraquecido pela baixa participação dos seus membros. Segundo o relato de João Tavares, a pandemia foi um fator importante de desarticulação dos produtores, embora, na perspectiva deste entrevistado, seja a própria vocação da região o fator mais relevante dessa falta de participação. Nesse sentido, o entrevistado relaciona a falta de participação dos associados ao núcleo com a cultura do trabalho mencionada anteriormente.

Os circuitos curtos de comercialização dentro do Núcleo Serra Grande, a grande indústria e o “bom consumidor”

A comercialização e escoamento de parte da produção do núcleo acontece atualmente, segundo João Tavares, em pequena escala através de pequenas feiras de produtos orgânicos, da venda em empórios e da venda direta ao consumidor no formato de cestas, dependendo da mobilização individual de cada produtor, sem que haja qualquer organização coletiva. As feiras aparentam, pelo relato dele, estar em declínio por falta de políticas públicas voltadas para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, mesmo em cidades maiores como Ilhéus e Itabuna.

João Tavares (2023)

“(…) é uma falta de política pública. Entende? Porque se tem uma secretaria de agricultura no município e tem ali uns pequenos produtores produzindo e tal, tem que ter um espaço dedicado a eles. As feiras livres, a de Ilhéus, por exemplo, virou uma coisa lastimável. Tem mais boteco dentro da feira do que qualquer outra coisa.”

Todavia, de acordo com o relato de Ayala Baez, existe a intensão, por parte de algumas pessoas do núcleo, de articular feiras orgânicas para o escoamento da produção, todavia, essas iniciativas ainda não tomaram corpo. Esse perfil, aparentemente mais individualizado dos produtores do núcleo, é observado por outros núcleos da Rede e associado à baixa capacidade de organização de saídas coletivas para os desafios da comercialização.

Ayala Baez (2023)

“Por enquanto é isso que os outros núcleos falam do nosso núcleo, que o nosso núcleo é bem individual, que é cada um faz a sua comercialização. Mas a gente tenta, a gente queria, pelo menos eu queria fazer uma feira, tem outras meninas que estavam dentro, a outra secretária que é a Laura Luciene Locatelli, ela tinha vontade de puxar uma feira para poder movimentar e poder ser mais conhecido também na região, que a gente não tem nada, cada um comercializa por ele só. Então, na reunião de núcleo a gente nem tem tempo de discutir, às vezes, a questão da comercialização. Porque tem tantos assuntos a serem discutidos (...)”

Ademais, existe uma loja que comercializa produtos agroecológicos, com e sem certificação, de acordo com João Tavares (2023), o proprietário da loja vai até os produtores, compra os produtos e revende nesse espaço, assumindo os custos da logística e os riscos da venda — “esse cara é meio que a salvação da lavoura” diz ele. No entanto, muitos produtores do núcleo olham para esse sujeito como um “atravessador”, um “intermediário”, o que não é bem visto. João discorda, para ele, o mercado é como uma corrente na qual cada elo tem o seu papel: o produtor produz, o comerciante comercializa, o cara do restaurante processa, o consumidor consome — “cada um agreda um valor no negócio” em suas palavras. Por isso, entende esse sujeito como um elo importante dessa corrente.

Um outro caminho de circuito curto e cooperação dentro do Núcleo Serra Grande se dá através da compra e venda de produtos entre as pessoas associadas, mais frequentemente (até onde foi possível investigar) de matérias primas para as agroindústrias do núcleo¹¹³. Nesse sentido, soubemos da comercialização interna das amêndoas de cacau para produção de chocolate, da mesma forma acontece com as amêndoas do cupuaçu e com a banana, esta última utilizada no beneficiamento do açaí.

¹¹³ De acordo com os dados atualizados, fornecidos pela diretoria da Rede Povos da Mata em Junho de 2023, o Núcleo Serra Grande tem 7 agroindústrias, sendo 5 certificadas (Som das Águas, Alimento da Mata, Tibinoá, Chácara das Sucupiras, Ubá e Morada do Japu), a maioria trabalha com o beneficiamento do cacau e produção do chocolate.

Como exemplo temos o caso da Morada do Japu que, ao beneficiar o cupuaçu criou um mercado que até então não existia¹¹⁴. Como não conseguiam suprir a própria demanda de matéria prima, Vitor Hugo e sua companheira começaram a comprar a fruta de colegas do núcleo que, embora tivessem a planta em suas propriedades, não a exploravam comercialmente em escala. De acordo com Vitor Hugo, isso acabou por movimentar um novo circuito curto de comercialização dentro do núcleo, gerando uma fonte de renda extra que antes não existia.

Como mencionado, essa estratégia também é adotada por outros produtores do núcleo, sobretudo os que trabalham na produção de chocolate, o diferencial da experiência da Morada do Japu é ter começado a girar a comercialização de uma matéria prima cujo potencial econômico ainda é pouco explorado. Segundo Vitor Hugo, esse tipo de circuito curto também acontece entre produtores do Núcleo Serra Grande e Núcleo Pratigi, o que é possível devido à proximidade geográfica e perfil produtivo, a cacauicultura.

Todavia, não é um circuito organizado e planejado intencionalmente, de acordo com Vitor, é algo espontâneo que acontece por articulação e contato direto entre os agricultores que buscam criar esses laços de cooperação — ele mesmo, por exemplo, compra a amêndoa de um colega do seu grupo que produz o chamado “cacau de qualidade”. Esse circuito tem sido positivo no contexto socioeconômico das pessoas associadas uma vez que permite a elas um ganho maior pelo seu produto, que remunere de forma mais justa o trabalho empenhado — ele oferece uma alternativa ao produtor frente à grande indústria de chocolates instalada no pólo industrial moageiro de Ilhéus.

O valor do quilo do cacau no mercado convencional, representado pelas grandes empresas monopolistas do ramo, é por volta de doze reais, segundo Vitor Hugo (2023). Assim, para pessoas produtoras preocupadas em produzir um cacau de qualidade, doze reais não é um valor que remunera esse tipo de produção. Com a comercialização interna da Rede e seus incentivos, o valor desse cacau passa a ser, no mínimo, vinte e três reais o quilo, o dobro do cacau convencional. De acordo com o entrevistado, dentro da Rede hoje não se consegue comprar o quilo do cacau a menos que vinte e três reais, sendo este o piso, o cacau vai ganhando

¹¹⁴ Embora o cupuaçu seja uma fruta muito disseminada na região, estando presente na maioria das propriedades, ela ainda é muito desvalorizada comercialmente pela grande indústria. Recentemente, com o desenvolvimento do *Cupulate* — um produto similar ao chocolate, mas produzido a partir da mistura das amêndoas das duas frutas —, o mercado do cupuaçu está lentamente crescendo, mas ainda com valores muito baixos que não incentivam os agricultores a firmarem uma produção em escala.

valor conforme a qualidade atingida e a capacidade do/a produtor/a de amêndoas de vender para um “bom consumidor”, nas palavras dele.

Quando Vitor Hugo fala de “vender para um bom consumidor”, na verdade ele está falando mais da capacidade de articulação do produtor de encontrar bons canais de escoamento pra sua produção do que do “consumidor” propriamente dito. Assim, produtores “mais esclarecidos, mais espertos”, nas palavras dele, conseguem melhores canais de escoamento — encontram o “bom consumidor”. Enquanto que aquele produtor menos esclarecido e articulado, que não consegue se vincular a circuitos, ou ainda que está em uma localidade mais remota ou mais precária, não irá conseguir agregar tanto valor ao seu produto.

Encontrando ou não o “bom consumidor”, a verdade é que quem trabalha com a venda da amêndoa do cacau sempre encontrará uma forma de escoar a sua produção naquela região, o que varia é justamente o quanto será remunerado pelo seu produto. Dois “bons consumidores” que apareceram nos relatos foram a Cooperativa Cabruca¹¹⁵ e a Dengo¹¹⁶. Esta última é uma marca que pertence a Guilherme Leal, co fundador da Natura, e que está chegando no mercado com uma proposta de redesenhar a economia do cacau no sul da Bahia, capacitando agricultores para a produção do cacau de qualidade e realizando a compra direta, o que permite que uma fatia maior do valor do produto fique com o produtor.

No entanto, de acordo com o relato de Vitor Hugo, esses dois “consumidores” não são tão acessíveis assim, quando olhamos de perto, parece que a habilidade do produtor em “encontrar esses bons consumidores” tem pouco peso no processo de consolidação da parceria comercial. Até onde foi possível apurar, a Cooperativa Cabruca, embora ofereça um bom preço pela amêndoa do cacau, só compra dos próprios cooperados. Enquanto que a Dengo, segundo Vitor, “tem se tornado muito exigente” nos níveis de qualidade da amêndoa, se tornando um canal de escoamento muito específico e restritivo.

Na busca pelos “bons consumidores”, os produtores do núcleo tem procurado outros canais de escoamento promissores. O consumo interno da Rede pelas iniciativas de produção de

¹¹⁵ A Cooperativa Cabruca é uma cooperativa de agricultores orgânicos anterior a Rede Povos, foi uma das primeiras iniciativas de produção de cacau de qualidade orgânico e ecológico do Sul da Bahia. De acordo com o seu site, os seus cooperados são certificados pelo IBD. O seu principal produto é o cacau cultivado no sistema agroflorestal cabruca. Tem sede no município de Ilhéus e é um grupo restrito aos cooperados. Fonte: <https://www.cabruca.com.br/>. Acessado em 14/07/2023.

¹¹⁶ De acordo com o seu site, “a Dengo é uma marca de impacto social que, do cacau ao chocolate, se dedica em construir uma cadeia de negócios mais justa” que “está gerando renda digna para pequenos e médios produtores e preservando a natureza”. Fonte: <https://dengo.com/pt/pages/corporative-sales>. Acessado em 14/07/2023.

chocolate tem aumentado, assim como circuitos mais longos, como os movimentados pelas chocolaterias de outros estados, sobretudo no sul e sudeste — a marca Maré, do Rio de Janeiro, é um exemplo de chocolateria que tem comprado as amêndoas de produtores da Rede Povos da Mata.

Contudo, o mercado convencional ainda faz parte da realidade dos produtores dos núcleos cacauzeiros da Rede Povos. A venda para armazéns e grandes empresas de moagem de cacau instaladas no parque industrial de Ilhéus — empresas como Cargil, Barry Callebaut e OLAM — ocorre, segundo Vitor Hugo, quando produtores/as precisam escoar um cacau de baixa qualidade. Outro motivo para optarem por essa estratégia de venda é possíveis emergências financeira em momentos nos quais não conseguem escoar a produção em outros canais. Nesses casos, a certificação orgânica parece não conferir nenhuma vantagem ou adicional de valor no momento da comercialização, os produtores podem inclusive vender um cacau de qualidade pelo preço abaixo do mercado para essa categoria, pois o agricultor sai com dinheiro vivo na mão.

Ao falar do projeto dos circuitos agroecológicos, Vitor Hugo relata que houve várias fases e tentativas diferentes. Conta que houve a tentativa de se fazer uma feira em Itabuna, as trocas entre núcleos movimentaram bastante produto por um tempo e que existiam quatro estações orgânicas no Núcleo Serra Grande, trabalhavam com a montagem e venda de cestas, além das vendas diretas. A estação orgânica Grapiúna, criada em 2016 em articulação com um grupo de consumidores e localizada no município de Itabuna, é uma delas. As outras estações eram a estação orgânica Taipu de fora, localizada em Maraú; uma em Serra Grande e a do Zé Marfil¹¹⁷, em Ilhéus. Todas elas ainda existem, embora nenhuma faça parte oficialmente dos circuitos da Rede Povos.

Contudo, toda essa estratégia de comercialização “implodiu” nas palavras de Vitor, que conta que tanto circuitos curtos oficiais da Rede quanto os longos praticamente não existem atualmente¹¹⁸. Para ele, a possibilidade de criar circuitos curtos sólidos é viável, mas isso depende da vontade, empenho e criatividade de cada agricultor. Esse movimento dos agricultores

¹¹⁷ José Marfil foi um dos fundadores da Rede Ecovida de Agroecologia e, depois de se fixar na região de Ilhéus, contribuiu para a construção da Rede Povos também. Atuou na construção dos circuitos (curtos e longos) desta.

¹¹⁸ Embora a proposta dos circuitos integrados da Rede tenha fracassado, na prática eles continuam acontecendo. De acordo com o relato de Vitor, o Genildo, que fazia os fretes de Irecê pro Sul e vice-versa, e que foi personagem central da discórdia relatada por todos os entrevistados, ainda tem um rota ativa permanente e semanal que vai até Irecê no Núcleo Raízes do Sertão, passa pelo Núcleo Pratigi e depois desce para a região do Núcleo Serra Grande alimentando as estações e entrepostos de produtos orgânicos.

para viabilizarem esse tipo de comercialização não acontece, segundo o entrevistado, por falta de um espírito empreendedor.

O Território de Identidade de Irecê e a história do Núcleo Raízes do Sertão

O Território de Irecê viu surgir na década de 1980 um movimento de luta e resistência no campo em resposta às transformações promovidas pela Revolução Verde. A proposta da então chamada “agricultura alternativa” nasce como uma das respostas do movimento ambientalista deste território — articulado por ONGs, agricultoras/es e pela sociedade civil.

É nesse contexto em que surge o Grupo de Apoio a Resistência Rural e Ambiental, o GARRA. Uma ONG que incentivava a agricultura alternativa, promovia ações de educação ambiental em escolas e em associações de agricultores, de mobilização da sociedade civil e que fundou a primeira feira de produtos sem veneno no município de Irecê, há quase trinta anos. Esta ONG já não existe, mas a feira sem veneno, a “feira do GARRA”, permanece e é realizada até os dias de hoje aos sábados¹¹⁹. Foi a partir dela que o movimento de agricultura agroecológica se fortaleceu e se consolidou no território, o que, como veremos, foi definitivo para articular a participação de algumas dessas famílias agricultoras na constituição do Núcleo Raízes do Sertão.

Em 2014, com a criação do selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, os produtores agroecológicos ficaram proibidos de vender os seus produtos em feiras orgânicas sem possuir uma certificação reconhecida pelo governo federal. Foi a partir desse impeditivo que os produtores agroecológicos organizados passaram a se articular para viabilizar algum tipo de certificação. Nesse movimento duas frentes de atuação se juntaram e tiveram um papel definitivo, em um lado o engenheiro Edvaldo Reinaldo, que dava assistência técnica para os produtores pela Bahiater (além de dar cursos de agroecologia no TI) e procurava um caminho possível de certificação; no outro Paula Ferreira¹²⁰, agricultora agroecológica que na época trabalhava num projeto de extensão do NEDET da Universidade do Estado da Bahia/

¹¹⁹ Atualmente esta feira é realizada pelo grupo Semear, um dos grupos do Núcleo Raízes do Sertão, composto por famílias que participaram da construção da feira na época do GARRA. Existe também a feira orgânica realizada nas quartas-feiras no município de Irecê, esta surgiu a partir do momento da certificação e é a feira do Núcleo Raízes do Sertão.

¹²⁰ Paula Silva Ferreira é agricultora do grupo Semear e liderança no Núcleo Raízes do Sertão. Com mais de 20 anos de luta e caminhada na produção agroecológica e na articulação do movimento no território, Paula esteve na diretoria da Rede como secretária até Julho de 2023, também já foi coordenadora do seu grupo, assumiu a primeira secretaria do núcleo no momento de sua constituição e também já foi coordenadora do núcleo.

UNEB. Juntos começaram a fazer um cadastro e mobilização dos agricultores orgânicos do TI com o intuito de criar uma OCS.

Foi em um encontro da CPOrg, em Salvador, que Edvaldo conheceu Fabíola e Gustavo, que lhe apresentaram a proposta da Rede de Agroecologia Povos da Mata e o processo de cadastro da OPAC, que estava em curso junto ao MAPA. Ele foi convidado a conhecer melhor a iniciativa e levar essa possibilidade de caminho de certificação para as e os agricultoras/es do território de Irecê. A partir de então começou a aproximação entre Irecê e o movimento da Rede Povos, que até então estava geograficamente circunscrita nos territórios litorâneos do Estado — tanto é que o seu nome inicial era Rede de Agroecologia Povos da Mata Atlântica do Sul da Bahia.

O movimento de articulação em Irecê conseguiu reunir, em 2016, cinquenta e seis agricultores e agricultoras agroecológicos/as e orgânicos em um encontro de dois dias de formação sobre certificação participativa com Fabíola e Gustavo. Os e as agricultores/as garantiram a alimentação do encontro e ratearam as despesas com transporte e diárias do casal. Neste encontro, as/os participantes decidiram se juntar à Rede Povos da Mata e já formaram o Núcleo Raízes do Sertão com seis grupos de famílias produtoras. Já em 2017, cinquenta e uma dessas famílias receberam o primeiro certificado de conformidade orgânica do núcleo, em 2018 esse número subiu para noventa e quatro certificados, em 2019 cento e quatorze certificados foram emitidos, além da certificação da primeira agroindústria do núcleo.

A certificação de conformidade orgânica viabilizada pela participação no SPG da Rede Povos da Mata, na visão de Paula, veio para coroar uma trajetória histórica de luta e resistência dos agricultores e agricultoras agroecológicas do território de Irecê. Ela significou um acréscimo nas relações e possibilidades de comercialização que, para além das feiras orgânicas há tempos realizadas no território, passaram a ser possíveis para fora dele. O que ampliou os canais de escoamento, abrindo novos mercados consumidores.

Em 2020, quando realizamos um trabalho de campo para o território e Irecê, o Núcleo Raízes do Sertão era composto por 14 grupos, somados a eles havia mais 6 grupos do então Pré Núcleo Polo Verde. Atualmente o núcleo é formado por 35 grupos, com 202 unidades produtivas certificadas e 6 agroindústrias, todas com certificação. Estes números atualizados contabilizam os dados dos Pré Núcleos “Semi Árido Forte” e “Sertão do São Francisco”. Ademais, como

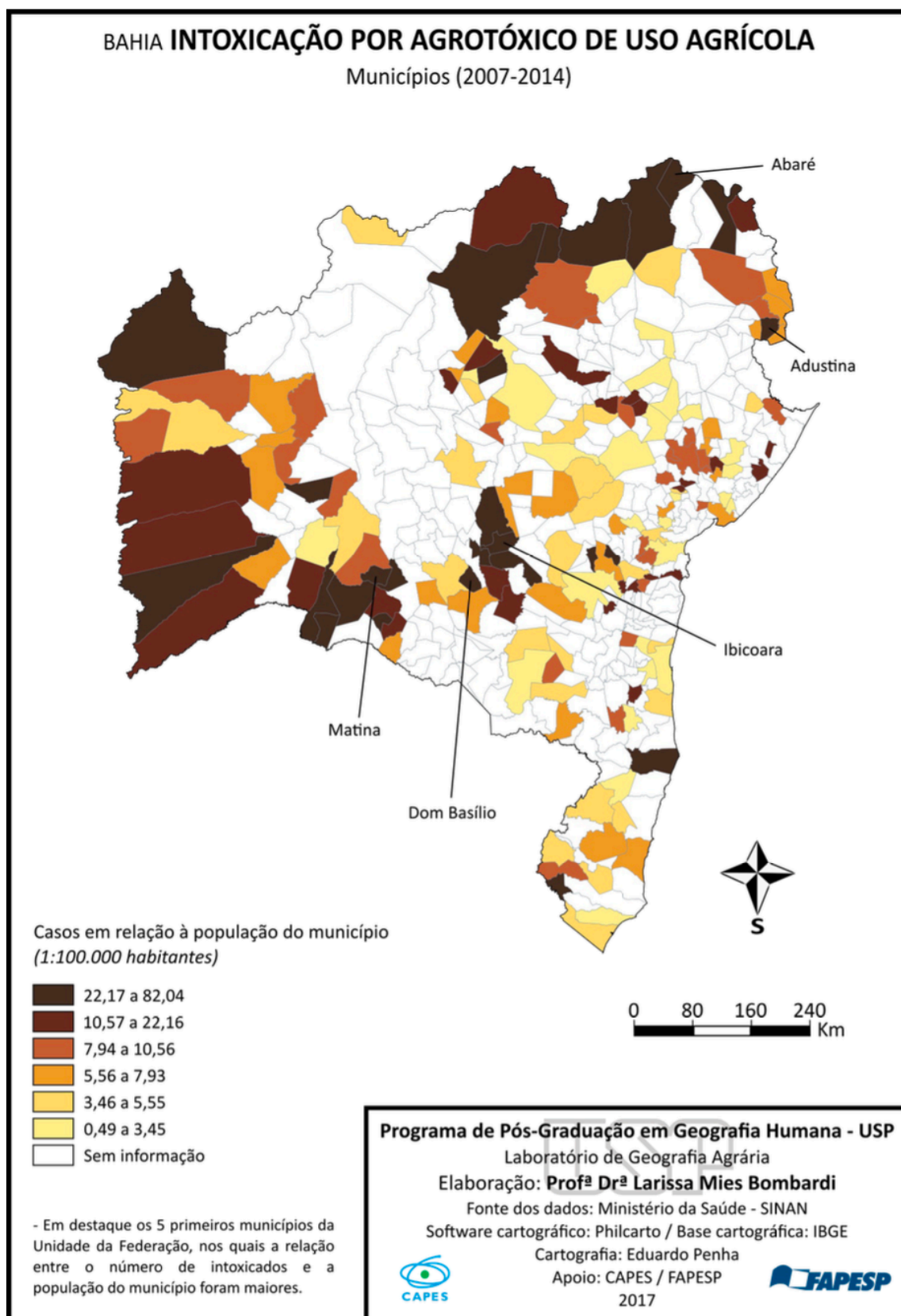
veremos adiante, é um dos únicos núcleos da Rede Povos da Mata com uma organização forte da comercialização.

De acordo com o relato de Paula (2023), o núcleo é formado por “gente que veio pelo amor e pela dor”. Assim, além das pessoas que chegam pelo viés da militância agroecológica, muitas outras, que produziam no formato convencional, decidem fazer a transição para o agroecológico depois de vivenciarem mortes por câncer na família, o que associam ao uso de agrotóxicos nas lavouras.

Segundo dados do atlas do uso de agrotóxicos no Brasil a Bahia foi, entre 2007 e 2014, o estado do Nordeste com a média anual de uso de agrotóxicos mais alta, 54.976 toneladas (BOMBARDI, 2017). Ademais, ainda segundo Bombardi (2017), o estado ocupava o terceiro lugar no número de intoxicações por agrotóxico agrícola, com 722 pessoas intoxicadas, ficando atrás de Pernambuco (1.545 pessoas intoxicadas) e Ceará (1.086 pessoas intoxicadas). O **Mapa 13** ilustra a situação de intoxicação por município e sustenta o relato de Paula, uma vez que alguns municípios do território aparecem com níveis elevados de casos de intoxicação.

Outro perfil de produtor que faz a transição agroecológica, de acordo com Paula (2023), é aquele produtor convencional que cultivava áreas maiores com pivôs de irrigação com água tirada de poço. Esse tipo de cultivo utiliza uma quantidade muito grande de água e, frequentemente, diminui os níveis de água do poço, inviabilizando a irrigação. Assim, muitos são levados a fazer a transição, uma vez que o cultivo agroecológico utiliza uma quantidade de água muito menor. Outra motivação mencionada pela entrevistada é a capacidade de escoamento da produção, com o núcleo cada vez mais consolidado em relação a comercialização, com o apoio de dois entrepostos, a percepção de que o produto orgânico tem mercado e que é uma possibilidade de ganhar dinheiro é um grande atrativo.

Mapa 13 - Bahia Intoxicação por agrotóxico de uso agrícola: municípios (2007 - 2014)



Perfil fundiário, produtivo e socioeconômico do território de Irecê

Atualmente o Núcleo Raízes do Sertão está presente em dois Territórios de Identidade: o TI Irecê, localizado no Centro Norte Baiano; e o TI Chapada Diamantina¹²¹, localizado no Centro Sul Baiano — ambos inseridos no Bioma Caatinga do semiárido¹²². Caracterizados pelo predomínio do clima semiárido, com ocorrências de clima subúmido a seco em algumas regiões desses territórios, apresentam uma vegetação formada por áreas de Caatinga, Cerrado, e Floresta Estacional. No território de Irecê, o uso do solo é destinado, em geral, às policulturas e pastagens, ocorrendo também “cultivos temporários de feijão, milho, mamona e sorgo e policulturas comercial e de subsistência de banana, coco e algodão” (SEI, 2018). O TI Chapada Diamantina, por sua vez, caracteriza-se pela multiplicidade da sua atividade agrícola, na qual podemos encontrar produção de sisal, café, cultivo de batata, feijão, milho e cebola, além das pastagens — presença da policultura comercial e de subsistência, e de culturas temporárias irrigadas em algumas partes do território.

O TI Irecê, popularmente conhecido como “Terra do Feijão”, foi inicialmente habitado pelo povo Tupi e posteriormente colonizado pelos portugueses a partir do desbravamento do rio São Francisco. Teve nos primórdios da exploração da terra as atividades de mineração e pecuária, o desenvolvimento da agricultura ocorreu a partir do surgimento de novos municípios no processo de constituição do território e foi impulsionada pela BA-052, também conhecida como “estrada do feijão” — criada na década de 1970, estende-se de Xique-Xique à Feira de Santana (SEI, 2018).

Apresentando um grau de urbanização inferior à média do estado, o território caracteriza-se por ser pouco urbanizado, com uma parcela importante da população vivendo no meio rural — eram 38,6% da população em 2010 —, Irecê foi o único município que se destacou, apresentando um grau de urbanização de 92,2% no período (SEI, 2018). Em consonância, o setor primário do TI apresentou participação significativa no PIB de 2014, de acordo com SEI (2018), do “total de 20 municípios do território, 13 obtiveram mais de 20,0% de seu VAB derivado do

¹²¹ Resgatando um pouco do que já falamos sobre este TI, para fins de contextualização, ele é fortemente marcado pela história do garimpo de diamante e ouro, a agricultura se desenvolveu a partir do declínio do garimpo. Atualmente destacam-se a cafeicultura e a produção de hortícolas irrigadas (batata inglesa, cebola, alho).

¹²² Todavia, a análise aqui apresentada do Núcleo Raízes do Sertão irá abordar exclusivamente a experiência deste, não incluindo, portanto, a análise dos pré núcleos que hoje o compõe. Ademais, nosso recorte geográfico privilegiará o TI Irecê, uma vez que apenas um grupo de famílias agricultoras está presente no município de Morro do Chapéu, no TI Chapada Diamantina. Por estar geograficamente muito próximo ao TI Irecê entendemos que as relações econômicas estão mais influenciadas por este do que por aquele.

setor primário”. Embora o setor terciário tenha tido maior representatividade na composição do PIB do território (71,2%) em 2014 para todos os municípios do TI, nota-se a importância da agropecuária na dinâmica econômica e social do território de Irecê¹²³.

No que se refere ao perfil da propriedade fundiária do TI Irecê, Paula Ferreira relata que o território é composto, majoritariamente, por pequenos e médios produtores, com pouquíssimos casos de grandes propriedades. Contudo, explica que no contexto das disputas político econômicas do território, os médios produtores são considerados grandes. Diz ainda que, por conta desse perfil fundiário, é dito que o território de Irecê teve uma reforma agrária “natural” o que, para ela, é uma ilusão, visto a quantidade de gente sem terra da região. De acordo com os dados do *Perfil dos Territórios de Identidade* (SEI, 2018), quatro municípios do território abrigavam os projetos oficiais de assentamentos de reforma agrária em 2015 — América Dourada, Itaguaçu da Bahia, São Gabriel e Xique-Xique —, em mais de 90 mil hectares e com capacidade para 1.655 famílias¹²⁴.

A agricultura familiar compõe a base da atividade agropecuária e podemos dizer que a irrigação¹²⁵ é, atualmente, a base da produção agrícola no território. Responsável por modificar significativamente o perfil produtivo do território ao substituir gradativamente o plantio de sequeiro. De acordo com dados de 2015, a lavoura temporária era composta principalmente por mamona (74,9% da produção do estado), tomate (27,1%) e cebola (19,0%). A produção de mandioca também se mostrou relevante, presente na maioria dos municípios, contudo, esta foi inexpressiva em relação ao total do estado, o que aponta para uma provável produção de subsistência (SEI, 2018).

Paula Ferreira (2023),

“Então assim, aqui as cidades do território, por exemplo, Lapão, América Dourada, João Dourado, são grandes produtores de cebola do estado, entendeu?”

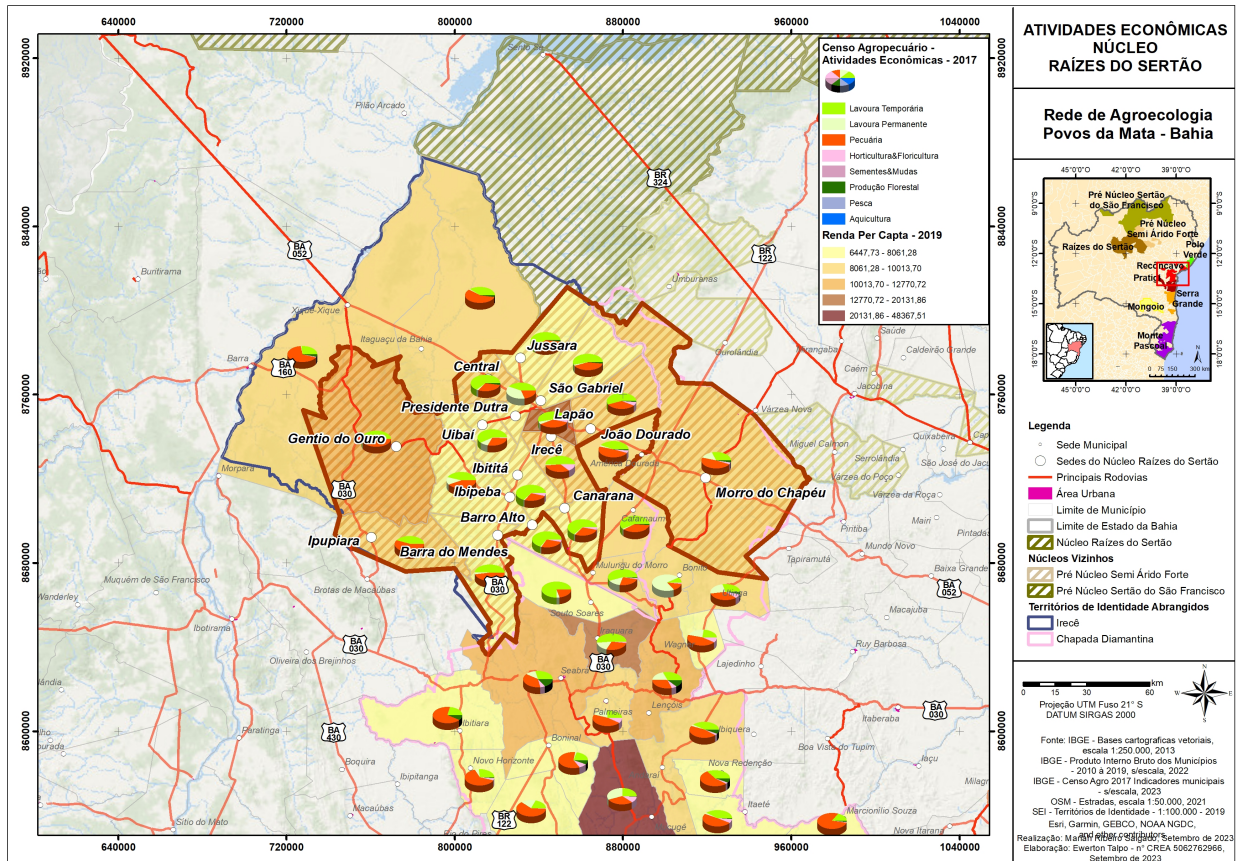
¹²³ “O setor secundário apresentou um peso equilibrado com a agropecuária na distribuição da atividade econômica, respectivamente, 14,0% e 14,8%” (SEI, 2018).

¹²⁴ De acordo com dados do INCRA, 2015.

¹²⁵ “A irrigação é um elemento importante no território, com dois projetos: Mirorós (irrigação de banana, predominantemente), em Ibipeba e Gentio do Ouro, com área irrigável de 2.095 ha, e o Baixio de Irecê, em Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique, com 59.375 ha de área irrigável, com água proveniente do Rio São Francisco e sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).” (SEI, 2018, p. 147).

De cebola, de cenoura, de pimentão, dessas coisas. Só que são grandes produtores juntando o volume de todo mundo e mesmo assim não são esses grandes, são os médios, né? É muita gente que produz, é muita gente que hoje faz irrigação convencional.”

Mapa 14 - Atividades econômicas (2017) e Renda Per Capta (2019) do Núcleo Raízes do Sertão - Territórios de Irecê e Chapada Diamantina



O plantio de sequeiro, modalidade de cultivo adaptado ao semiárido e que não utiliza irrigação, era o modo tradicional de produção no território. Contudo, ao ser substituído pela agricultura irrigada perdeu-se, levando consigo a identidade produtiva do território, que era historicamente conhecido pela produção de feijão e milho. Isto transformou a realidade agrícola e viabilidade econômica da agricultura familiar. De acordo com o relato de Paula Ferreira (2023),

“(…) a maioria aqui é agricultores familiares, que deixaram de produzir o seu modo tradicional de produção e foram investir em perfurar um poço e plantar convencional... que são engolidos aí pelo sistema, porque a produção convencional não tem sido, não tem sido nada fácil. E a região não produz mais de sequeiro, né? Assim, tem dois anos agora que o... o

peçoal começaram a tentar de novo, porque já tinha muito tempo, porque o território de Irecê, ele é considerado... inclusive Irecê, enquanto regional, era considerado o grande produtor de feijão, né? Feijão e milho, só que aí perdeu isso e quando perde essa... essa identidade da produção de sequeiro, ele passa a produzir diversas coisas e aí entra no campo da produção de hortaliças, de olerícolas (...)"

Há no território um sério problema de escassez de água, para a produção agrícola a água utilizada para irrigar as lavouras é a água de poço que tem a característica de ser salobra naquela região. Isso eleva muito o custo da produção agrícola do território. Esta condição também se repete na realidade das famílias agricultoras do Núcleo Raízes do Sertão, que utilizam a irrigação, o diferencial é que ao fazê-lo de forma agroecológica utilizam uma quantidade menor de água e de forma mais racionalizada.

Ademais, o território de Irecê apresenta uma certa homogeneidade entre os seus municípios, sendo Irecê e Xique-Xique os municípios que se diferenciam nas variáveis socioeconômicas analisadas, apresentando índices de desenvolvimento, rendimento e urbanização mais altos. Os demais municípios caracterizam-se por um número reduzido de habitantes, equilíbrio entre as atividades econômicas dos três setores; baixo nível de educação e elevada proporção de trabalhadores em atividades voltadas para o próprio consumo (SEI, 2018). A prática da produção para consumo próprio é mais difundida nos municípios com menores índices de urbanização.

Tabela 9 - Coeficiente de Gini - Bahia, TI Irecê - 2010

Região geográfica	2000	2010
Bahia	0,664	0,631
TI Irecê	0,608	0,564
América Dourada	0,568	0,509
Barra do Mendes	0,541	0,445
Barro Alto	0,481	0,577
Cafarnaum	0,567	0,600
Canarana	0,594	0,498
Central	0,598	0,504
Gentio do Ouro	0,622	0,525
Ibipeba	0,557	0,572
Ibititá	0,532	0,508
Ipupiara	0,621	0,505
Irecê	0,600	0,602
Itaguaçu da Bahia	0,559	0,536
João Dourado	0,539	0,539
Jussara	0,577	0,524
Lapão	0,623	0,527
Mulungu do Morro	0,635	0,496
Presidente Dutra	0,603	0,552
São Gabriel	0,743	0,519
Uibaí	0,544	0,537

(SEI, 2018, p. 165)

Os níveis de concentração de renda, por sua vez, verificáveis através do coeficiente de Gini, demonstram a homogeneidade à qual nos referimos anteriormente. O território manteve-se em melhor estágio do que o estado da Bahia entre os anos de 2000 e 2010. No entanto, embora tenha reduzido o nível de concentração de renda no território para o período, nem todos os seus municípios apresentaram a mesma dinâmica, como é possível de observar na Tabela 9.

No que se refere a proporção de população em situação de extrema pobreza no território de Irecê, esta era mais elevada que a média do estado em 2010: Bahia, 15,0%, TI Irecê, 22,4%. Os dados da amostra do Censo 2010 indicam que o rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas no TI era R\$ 533,66. Esse valor estava muito abaixo do apresentado pelo estado da Bahia, considerando o mesmo período, que era de R\$ 901,85.

“Em 2010, dois municípios apresentavam mais de 30,0% de sua população em situação de extrema pobreza – América Dourada (32,5%) e Gentio do Ouro (31,7%). Outros 16 municípios registravam índices acima de 20,0%. E os menores indicadores, únicos abaixo do patamar de 20,0 p.p., eram os de Irecê (10,0%) e João Dourado (19,3%). Embora a maioria dos municípios tenha apresentado uma elevada proporção de sua população vivendo em extrema pobreza, o índice verificado em Irecê teve um impacto positivo no território, devido à concentração populacional deste município.” (SEI, 2018, p. 166)

Gráfico 2 - População em extrema pobreza - Bahia, TI Irecê - 2010

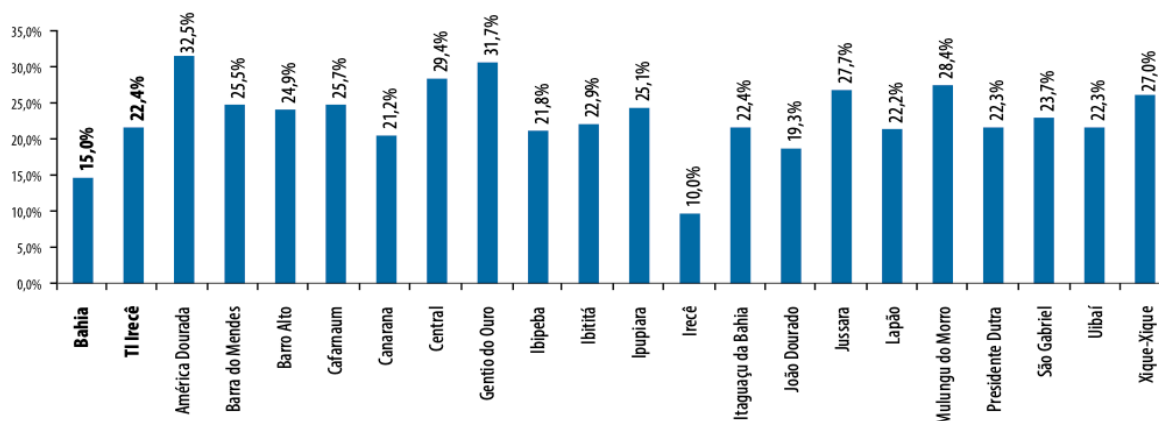


Gráfico 8 – Proporção de população em extrema pobreza – Bahia, TI Irecê e municípios do TI – 2010

Fonte: Censo Demográfico (2011).

(SEI, 2018, p.166)

O Núcleo Raízes do Sertão apresenta perfil similar ao território de Irecê no que se refere ao tipo de propriedade fundiária, sendo formado por pequenas e médias propriedades, bem como ao modo de organização do trabalho produtivo, caracterizando-se pela forte presença da agricultura familiar com o trabalho organizado a partir e ao redor da mão-de-obra familiar, sendo comum a prática de mutirões entre as famílias agricultoras. De acordo com Paula Ferreira, algo em torno de 80% das famílias do núcleo contam apenas com a mão-de-obra familiar, contratando quando necessário, diaristas para ajudar nos momentos de maior intensidade do trabalho — como nas épocas de plantio e colheita. Os 20% restantes têm até um funcionário permanente contratado, o que legalmente não descaracteriza o caráter de agricultura familiar, sendo rara no núcleo a presença de mais de um funcionário permanente contratado.

O “povo da caatinga” é aguerrido ao trabalho, como foram denominados e caracterizados pelas pessoas do Núcleo Serra Grande entrevistadas. Esta característica é frequentemente associada às condições mais exigentes do semiárido, nas quais o cultivo é mais complexo devido à variação da disponibilidade de água e às altas temperaturas, o que também o torna mais custoso quando há necessidade de irrigação. Um outro elemento que pode ser levado em consideração é o tipo de plantas cultivadas, em geral, a agricultura do território tem maior incidência de cultivos temporários, o que demanda um trabalho de manejo contínuo, diferente por exemplo de cultivos perenes como o do cacau.

Contudo, outra forma de olhar para essa característica em relação ao trabalho é pela própria necessidade de reprodução, uma vez que, como vimos, estamos falando de um território mais empobrecido, no qual quem trabalha com a agricultura realmente se sustenta através dessa atividade. Como ressalta Paula Ferreira, quando fala que o sucesso da organização da comercialização do núcleo se dá porque é feito por pessoas que vivem da terra e que, por isso, precisam vender o que produzem.

É curioso notar que, quando refletimos sobre o campesinato e a agricultura familiar, com suas respectivas características, não seria demais afirmar que, em geral, as famílias agricultoras do Núcleo Raízes do Sertão se aproximam muito mais da categoria de campesinato do que da agricultura familiar. Tanto no que se refere ao seu vínculo histórico com a terra, com o seu modo de produção, com as relações de trabalho, enfim, com o seu modo de vida. No entanto, de acordo com Paula, o campesinato como categoria, luta ou modo de vida não se manifesta na consciência

das pessoas do núcleo e tampouco do território, no qual a grande maioria se vê como agricultores familiares.

A comercialização no Núcleo Raízes do Sertão

O TI Irecê apresenta um baixo dinamismo econômico, em 2014 a sua participação no PIB do estado representou 1,3% do total (R\$ 2,9 bilhões), enquanto que o PIB per capita do território foi menos que a metade do verificado na Bahia, tendo sido de R\$ 6.816,61¹²⁶. A economia do território tem forte participação do setor de comércio e serviços, que apresentou para o mesmo ano uma participação no VAB de 71,2%, enquanto os setores de agropecuária e industrial apresentaram, respectivamente, uma participação de 14,8% e 14% no VAB do território (SEI, 2018).

No que tange a comercialização, o Núcleo Raízes do Sertão é o mais organizado dos núcleos da Rede. Atua em diversas feiras do território — inclusive no fomento e organização de novas feiras locais —, participa do PNAE, PAA, vende em circuitos mais longos dentro do estado e conta com o apoio de dois entrepostos, o entreposto de Irecê, que faz a comercialização a granel, e o entreposto de fracionamento da AGROCOOP¹²⁷ no município de Barro Alto.

No contexto do território, as feiras são um importante canal de escoamento da produção agrícola, têm um papel relevante na articulação das estratégias conjuntas de comercialização dos agricultores do núcleo. Além de serem, por si só, um circuito curto de venda direta, as feiras também fomentam um outro tipo de circuito curto, interno ao núcleo, entre produtores. Neste, as famílias que participam de feiras maiores (como a feira oficial do núcleo, realizada às quartas-feira no município de Irecê) costumam comprar parte da produção de seus colegas de grupo/núcleo como estratégia para completar o leque de opções de suas barracas.

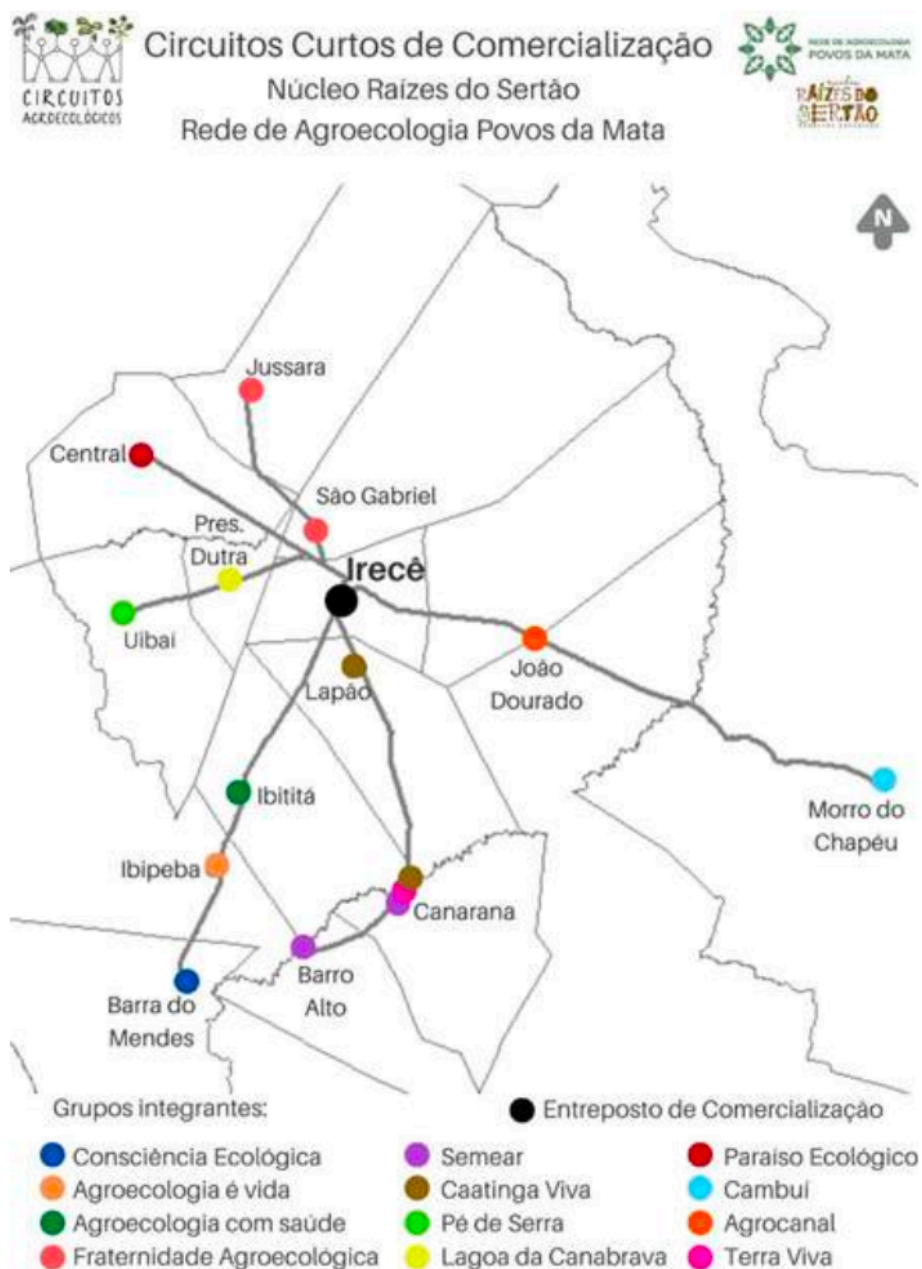
Este tipo de circuito curto (entre produtores) é uma importante ferramenta de apoio mútuo, uma vez que não são todas as famílias produtoras que conseguem participar de feiras ou de feiras grandes — as razões mais comuns são dificuldade em viabilizar a logística de

¹²⁶ De acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2018), o estado da Bahia apresentou um PIB per capita na ordem de R\$ 14.803,95 no ano de 2014.

¹²⁷ A Agrocoop é uma cooperativa de agricultores nascida da agricultura familiar e situada no município de Barro Alto/BA. Embora não tenha nascido da produção orgânica, a cooperativa tem hoje uma quantidade significativa de agricultores certificados e é membro do Núcleo Raízes do Sertão.

transporte e escala de produção pequena.¹²⁸ Um outro tipo de CCC, que vimos acontecer também na experiência do Núcleo Serra Grande, é a venda de produtos primários para beneficiamento nas agroindústrias do núcleo.

Figura 5 - Rotas de comercialização do Núcleo Raízes do Sertão 2021



Fonte: MUKÁ. *Do solo ao prato 2019-2021: relatório de acompanhamento de resultados e impactos da Muká*. Bahia, Out/2021, p. 42

¹²⁸ Em 2020, de acordo com o relato de Paula Ferreira, o Núcleo Raízes do Sertão estava se articulando para que cada grupo tivesse a sua própria feira municipal.

Outro canal de escoamento já consolidado, que está em um meio de caminho entre um circuito curto e um longo¹²⁹, é a parceria com a loja Grão de Arroz, em Salvador, desde 2018. No início o caminhão da loja retirava os produtos na casa de Paula Ferreira, que servia de ponto de entrega para os produtores do núcleo e retirada para o caminhão. Ela, enquanto secretária do núcleo e ponte com a loja naquele momento, ficava responsável por emitir as DTCs. Em 2020, cada produtor já conseguia emitir a sua própria nota fiscal.

Para organizar essas vendas o núcleo criou uma comissão de comercialização, formada pelas pessoas coordenadoras dos grupos. O pedido da loja Grão de Arroz era recebido pela pessoa coordenadora da comissão, e por ela compartilhado no grupo de WhatsApp da comissão. Em seguida, as/os coordenadoras/es dos grupos repassavam o pedido para os agricultores e devolviam para a comissão as ofertas. A partir dessas informações, o coordenador da comissão fazia a divisão das quantidades pedidas pela loja, de forma equitativa, entre as pessoas que ofertaram produtos. O relato de Paula Ferreira (2020) exemplifica como era o funcionamento dessa divisão. Vejamos,

“(…) Aí cada coordenador nosso faz essa oferta, aqui no grupo dos coordenadores. No final, às 18h30, às sete horas, Arno trabalha na lista dividindo todos esses itens, aí ele vai e publica (...) Aí aqui, ó, Arno faz a distribuição:

Abóbora comum, o pedido foi 30 quilos, só a Vanusa ofertou 10 quilos. Abóbora Cabotiá, o pedido foi 30 quilos, Arno ofertou 15 e Wellinton ofertou 15, então foi dividido entre os dois, e assim seguem todos os itens. Tem oferta de todos os grupos e ele sai fazendo o rateio. O pedido é X, vai dividido por agricultor.”

Essa construção da divisão equitativa parece num primeiro olhar adequada e justa, contudo, como disse Paula, nem sempre o que parece justo é justo mesmo. É preciso observar as contradições do processo, para um agricultor que está a 60 quilômetros do local onde o caminhão faz a retirada, não parece tão justo que ele vá entregar apenas 5 kg de abóbora, por exemplo. Esse tipo de contradição que aparece na prática social é normal e precisa ser olhada, no movimento contínuo de criação de tecnologias sociais sustentáveis. À época, Paula (2020) nos relatou que este era um ponto de incoerência da prática do núcleo e que estava sendo debatido.

Em 2023, essa contradição ainda não havia sido superada e as famílias produtoras continuavam responsáveis por organizar a logística de transporte dos seus produtos, agora até o

¹²⁹ Isso porque dentro da discussão de CCC admite-se até um intermediário na relação de compra e venda. Como a venda é realizada direto pra loja, sem outros atravessadores, e dela vai para os consumidores, podemos aceitar que seja um circuito curto do ponto de vista relacional. No entanto, Salvador está a aproximadamente 478km distante de Irecê o que, para o contexto dos territórios do estado é uma distância considerável, não configurando-se como circuito curto do ponto de vista geográfico.

entrepasto de Irecê. Contudo, de acordo com entrevista realizada em Julho de 2023, Paula nos relatou que agora os produtores estão melhor organizados e conseguindo se articular coletivamente para viabilizar esse transporte. O resultado, em alguma medida, é que esse diferencial de localização se dilui no compartilhamento do frete coletivo de produtores próximos uns aos outros.

O ciclo organizacional desse tipo de venda (externa) em 2023 permanecia muito semelhante. Contudo, a ordem mudou, ao invés de fazer a oferta em cima do pedido da loja, agora as famílias agricultoras de todos os 20 grupos do núcleo mandam as suas ofertas para os coordenadores de comercialização. Estas são sistematizadas e enviadas aos clientes, que fazem os seus pedidos. Com os pedidos em mãos, as quantidades são distribuídas equitativamente entre todas as pessoas que ofertaram. Nos casos onde há “déficit” de oferta, isto é, quando a oferta não atende a demanda, há uma segunda chamada para ver quais produtores teriam as quantidades para completar o pedido¹³⁰.

Toda semana saem dois caminhões do entreposto, um abastece a loja Grão de Arroz, que é o cliente mais importante do ponto de vista do volume das compras, o outro leva os pedidos de todos os outros clientes.

Foi a partir das necessidades da logística de comercialização, em conjunto com a sobrecarga de trabalho vivenciada pelas pessoas à frente das funções de coordenação (do núcleo dos grupos e das comissões), secretaria e tesouraria — que, além de serem agricultoras/es, exerciam (e ainda exercem) essas funções de forma voluntária e não remunerada — que o núcleo elaborou a seguinte estratégia organizacional, relatada por Paula (2020):

“O núcleo é quem faz a certificação, todo trabalho da certificação vinculado à Rede Povos. A Associação Raízes do Sertão é quem vai fazer essa questão política no território, captar projeto, ver se tem como a gente fazer parcerias, buscar recursos para instrumentalizar, estruturar, tanto a produção, comercialização, beneficiamento e comercialização, e a cooperativa para realmente comercializar.”

Um dos gargalos para a comercialização naquele momento era a burocracia que envolve todo o processo de compra e venda, desde a emissão de notas fiscais e DTCs, até a organização e envio desses e de outros documentos para os clientes. Percebia-se a necessidade de centralizar

¹³⁰ Isso porque, como a prioridade das famílias agricultoras está primeiro em se alimentar, depois em abastecer os circuitos curtos (feiras, quitandas, *deliveries*, etc.) e por fim abastecer as “vendas externas” (circuitos longos), elas não costumam ofertar na primeira chamada a quantidade total de produtos que têm disponíveis para venda.

essas tarefas e um entreposto possibilitaria isso¹³¹. Assim, o núcleo fundou a Associação Raízes do Sertão e abriu, em meados do primeiro semestre de 2020, o entreposto no município de Irecê. A intenção era que toda atividade comercial saísse do entreposto, desde as vendas para a loja Grão de Arroz, às feiras, circuitos longos de Itabuna-Ilhéus e estação São Paulo, tudo passaria por lá. Ademais, funcionaria também como um ponto de venda de varejo no município.

Devido à impossibilidade legal de uma associação trabalhar com comercialização, foi necessário criar uma cooperativa para gerenciar e operacionalizar essa atividade. Assim, a Cooperativa Raízes do Sertão foi a saída para vencer os obstáculos legais. Embora tenha sido fundada há um ano, a sua legalização ainda está em trâmite na JUCEB, por isso, a cooperativa ainda não está atuando na operacionalização do entreposto.

O entreposto de Irecê surge como um apoio para operacionalizar a comercialização dos produtos do núcleo em todas as suas instâncias e canais de escoamento. Ele não surge, segundo Paula (2020), com o intuito de gerar excedentes, senão de gerar e circular a quantidade necessária de capital para manter a sua operação sustentável e remunerar as pessoas que nele trabalhassem. A proposta inicial era que a logística interna, de buscar a produção nas propriedades, bem como o seu custo, fossem assumidos pelo entreposto. Para viabilizar esse funcionamento o custo de seus serviços seria pago pelos consumidores/clientes, isto é, seria adicionado uma porcentagem em cima do preço dos produtos para que fosse possível criar um capital de giro.

Antes, quem pagava pela logística era a família produtora, assim, se o preço do quilo do tomate era tabelado em cinco reais, por exemplo, na venda interna (repassa de produtos para os colegas) o produtor dava 30% de desconto em cima do valor tabelado, ou seja, recebia R\$ 3,50 pelo quilo do tomate. Nas vendas para Salvador e para o circuito agroecológico Itabuna-Ilhéus o desconto era de 15% em cima do valor da tabela. Com a abertura do entreposto, a proposta era que este assumisse o custo da logística interna, assim, o agricultor passaria a receber a “tabela cheia” — os cinco reais sem nenhum desconto — e o entreposto colocaria em cima do valor do produto uma porcentagem de custeio da sua logística.

No Núcleo Raízes do Sertão a precificação dos produtos é construída coletivamente em reunião. Estabeleceram, desde antes do entreposto, a prática de tabelar¹³² os preços dos produtos,

¹³¹Além da centralização das burocracias, o entreposto seria uma forma de responder à dificuldade vivenciada por muitas famílias agricultoras com a logística de transporte da sua produção. Inicialmente foi pensado em criar uma rota interna na qual o caminhão buscaria os produtos das famílias agricultoras do núcleo e levaria para a sede do entreposto em Irecê.

¹³² A tabela é atualizada anualmente.

adotando um preço único para todos os produtores, o que impede a disputa de preços entre eles e a influência das variações do mercado. Esta prática, embora tenha tido um saldo positivo no médio-longo prazo, também gerou em alguns momentos discordâncias internas. Como saída para os empasses observados em 2019 e 2020 com o processo de abertura do entreposto, chegou-se ao seguinte formato relatado por Paula (2020),

“(...) nós teremos tabela, a gente tem o preço, tem o preço de repasse, que é o preço que a gente repasse para nós agricultores, e tem o preço de venda para fora.

Então nós teremos tabela cheia, como a gente chama, o agricultor vai ter o preço que a gente está considerando que é tabela cheia. Em cima da tabela cheia tem 30% — 30% de quem vende, que era o desconto que era dado. (...) Para o Grão de Arroz, o desconto era 15%; para o circuito também era 15%. Então hoje, acabou isso.

De que medida? O agricultor vai trabalhar, ele vai repassar de 5 reais, ele realmente vai continuar lhe dando 30% de desconto, mas em vez de descontar na tabela, a gente vai acrescentar em cima, ele vai vender o tomate, eu vou pegar seu tomate de 5 reais, vou vender de R\$6,50 lá na feira. Entendeu?

E aí, por exemplo, para o Grão de Arroz (...) a nossa perspectiva agora é não ter mais desconto pro Grão, vai ter desconto pro circuito, mas pro Grão não, na perspectiva de que ele não vai ter mais custo. Porque antes ele gastava com o caminhão rodando para vir pegar, agora ele vai encontrar num lugar só e nós vamos assumir o custo da rodada interna para tentar favorecer mais os nossos agricultores. Porque tem agricultor que deixa de ofertar porque não tem como trazer de lá até onde o caminhão passa.

Então se nós montarmos o circuito interno nosso, o caminhão passando em todos os municípios aí favorece todos os agricultores.”

Contudo, na prática esta proposta ainda não se concretizou por completo. Recentemente o entreposto conseguiu comprar um caminhão, mas este ainda não está operando. Portanto, as famílias produtoras continuam se organizando para realizar o transporte dos produtos até o entreposto. Ademais, o capital que sustenta a operação do entreposto ainda vem de uma porcentagem descontada dos produtores, que atualmente é de 12%. Assim, as pessoas produtoras aguardam a aprovação da Cooperativa Raízes do Sertão para conseguirem colocar em prática a proposta por inteiro, dando início as rotas de logística do caminhão, bem como a transição para o recebimento da tabela cheia e transferência dos custos de operação para os clientes.

Os produtos encaminhados para o entreposto representam o excedente da feira. Assim, a prioridade é o abastecimento das feiras da região, todos os outros canais de venda são alimentados pelo que não é absorvido por elas. Essa postura do núcleo está muito enraizada em seus membros, o que foi percebido durante as entrevistas realizadas ao longo do trabalho de campo em 2020, ela retrata um compromisso social com a soberania alimentar do território. Perspectiva esta que pode ser percebida no relato de Paula, quando explica que o movimento de

vender para o PNAE de Ilhéus foi motivado por uma necessidade do núcleo de se “firmar” dentro da Rede Povos da Mata. No entanto, na visão dela, gastar energia para fornecer alimentos para as escolas de Ilhéus, enquanto as crianças do TI Irecê não tinham acesso aos mesmos alimentos, era um contrassenso.

Os programas de aquisição do governo constituem outro importante canal de escoamento da produção do núcleo. Configuram-se como uma compra certa para as famílias produtoras que, no caso dos orgânicos certificados, recebem um valor mais alto pelo produto. No entanto, é preciso vontade política das gestões municipais para que eles sejam viáveis, em 2020 quando visitamos o núcleo, por exemplo, este vendia seus produtos para o PNAE¹³³ de Ilhéus, pois os governos locais não tinham esses programas organizados e funcionando. De acordo com Paula Ferreira, atualmente, cem agricultores do núcleo estão cadastrados no PAA¹³⁴ (o primeiro PAA orgânico do Território de Irecê), este é entendido como uma forma de, ao vender para o governo, devolver para a própria comunidade — mantendo a coerência do discurso em relação à promoção e fortalecimento da soberania alimentar no TI Irecê, ao fazer com que os produtos circulem localmente.

A venda para circuitos de comercialização mais longos começou a partir da proposta dos *Circuitos Agroecológicos*, articulado pela Rede Ecovida de Agroecologia, em parceria com o Instituto Ibia, o Taboa e a Rede Povos da Mata. Em 2020, a rota de Ilhéus-Itabuna absorvia muitos produtos de Irecê e era realizada quinzenalmente. O circuito com São Paulo, por sua vez, também teve um momento de relevância para os agricultores do núcleo. Ele surgiu como uma oportunidade de negócio para os produtores de Irecê venderem (juntos) um volume maior do que nas feiras, mas essa “oportunidade” não conseguiu subjugar totalmente os princípios do núcleo,

¹³³ “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste no repasse suplementar de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.” (BRASIL, 2009)

¹³⁴ “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.” Fonte: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acessado em 18/06/23.

que continuou priorizando as feiras do território e, em segundo lugar, o circuito da Rede Itabuna-Ilhéus¹³⁵, repassando para São Paulo apenas o excedente¹³⁶.

Contudo, a oportunidade de negócio em escala, possibilitada com a parceria com a estação São Paulo, fez brilhar os olhos de muita gente. Houve quem quisesse focar a produção só na cebola, por exemplo, para poder vender em quantidade. Isto gerou debates internos sobre as prioridades de comercialização do núcleo, mas não só, uma parte dos agricultores mais críticos questionavam se isso seria uma prática agroecológica ou apenas uma monocultura orgânica buscando o seu nicho de mercado. Viam com cautela o avanço da parceria com São Paula, pois entendiam o potencial negativo que ela poderia ter. Ademais, configurava-se numa oportunidade de vender em escala, mas o valor pago pelo quilo dos produtos não seguia a tabela do núcleo, era mais baixo.

De acordo com Paula Ferreira, o núcleo ainda tem agricultores que focam numa produção menos diversificada para conseguir produzir menos itens em maior escala. Contudo, o que diferencia 2020 do momento atual, segundo ela, é que hoje os espaços locais de comercialização estão mais fortalecidos. Além do núcleo ter hoje oito feiras consolidadas, a relação de troca entre produtores e feiras também foi fortalecida, resultando numa circulação maior dos produtos entre as diversas feiras.

Nesse ponto a história nos leva de volta aos entrepostos, hoje o entreposto de Irecê é um ponto chave para o fortalecimento verificado, uma vez que facilitou a logística para as famílias. Ele está certificado como entreposto de distribuição, sendo assim, recebe os produtos das famílias do núcleo e faz o que chamam de “consolidação”. Isto é, quando ele recebe um mesmo produto de diversos agricultores, junta tudo e consolida como um lote, a partir daí ele distribui — não sendo certificado para fazer nenhum tipo de processamento dos produtos que por ali passam.

A atuação do entreposto de Irecê hoje é focada na distribuição para circuitos longos¹³⁷, ou como eles chamam, para as “vendas externas”. Os clientes externos são: o circuito Itabuna-

¹³⁵ Esse circuito era tido como importante porque a intensão era que ele alimentasse prioritariamente as famílias da Rede, que frequentemente tinham que consumir produtos convencionais, fosse por falta de oferta, fosse pelo preços altos dos mercados.

¹³⁶ Paula, em entrevista de 2020, falava “(...) porque a nossa história e a nossa luta é pra, prioritariamente, alimentar nossas famílias, alimentar nossa comunidade, nosso município e depois as outras pessoas.

(...)

Então assim, a venda do circuito para São Paulo é oportunidade. Está sobrando, tem excedente de produção, vamos fazer negócio com São Paulo. Agora fora disso, não tem sobra, a gente não vai tirar nosso produto para mandar para lá.”

¹³⁷ Pelo menos do ponto de vista geográfico.

Ilhéus, as lojas de Salvador, o município de Feira de Santana e outros dentro do próprio estado da Bahia. Contudo, como ponto centralizador, ele possibilita que as famílias que participam das feiras — isto é, responsáveis pela venda direta ao consumidor (circuito curto) — possam organizar, com mais facilidade, a compra dos produtos de colegas para complementarem suas barracas, o que gera um dinamismo econômico maior entre as famílias do núcleo. Todavia, é importante esclarecer que o entreposto não articula essas vendas entre os produtores, isso é feito pelos próprios agricultores com seus pares, mas serve como um ponto de apoio importante por onde passam esses produtos.

Já o entreposto de fracionamento de Barro Alto é fruto da articulação e parceria entre o Núcleo Raízes do Sertão e a AGROCOOP para concorrer ao edital Bahia Produtiva, do Governo do Estado, pela CAR-BA — este visa apoiar o desenvolvimento de infraestruturas produtivas e fortalecer ações relacionadas às questões ambientais. A proposta para este entreposto é que seja responsável por parte dos grupos do núcleo, recebendo suas produções e fazendo o fracionamento, embalagem e rotulagem de tudo, servindo também como ponte com o entreposto de Irecê.

Este entreposto de fracionamento foi certificado pela Rede e só processa produtos orgânicos certificados. Diferentemente do entreposto de Irecê que vende a granel, este recebe os produtos e os fraciona em porções menores, coloca em bandejas e põe a marca, com os selos da Rede de Agroecologia Povos da Mata e o selo de produto orgânico do MAPA¹³⁸. Este tipo de processamento visa a venda em supermercados ou para os programas como o PNAE. Atualmente, por exemplo, embora o entreposto já esteja pronto, ele está funcionando apenas com a merenda escolar para as vendas ao PNAE.

O Núcleo Raízes do Sertão, embora tenha avançado na organização e consolidação dos entrepostos, e com eles na melhoria das operações de comercialização para clientes de fora do território, ainda tem em sua base os circuitos curtos das feiras. Elas tiveram e tem uma influência significativa na coesão do núcleo, atuando não apenas no fortalecimento da comercialização, mas na própria formação e articulação das famílias agricultoras. De acordo com o relato de Paula Ferreira, a feira do GARRA, por exemplo, já nasceu com regimento interno e com coordenação colegiada. Além disso, já tinham a prática de realizar visitas nas propriedades das famílias agricultoras que vendiam na feira, embora não tivessem um roteiro sistematizado, havia ali um

¹³⁸ Ademais é certificado para fazer os “minimamente processados” como é o caso de bandejas com alimentos já picados.

controle social de conformidade. A partir dos relatos colhidos e da realidade observada, essa constituição da feira foi um importante processo de formação política, mas também organizacional, para as famílias agricultoras que participaram desse movimento, o que parece ter criado a coesão e coerência entre o discurso e a prática dos membros do Núcleo Raízes do Sertão. Fato este observável nas falas dos entrevistados, mas também nas práticas do núcleo, na sua articulação para a comercialização e na sua força dentro da Rede.

Os circuitos agroecológicos na experiência da Rede de Agroecologia Povos da Mata

As estratégias de comercialização da Rede de Agroecologia Povos da Mata, bem como as estratégias específicas dos núcleos analisados neste capítulo, formam um emaranhado complexo de relações e de sobreposições de projetos e objetivos. Embora o desenvolvimento histórico dessas ações caminhe em dois sentidos importantes e essenciais para a compreensão dessas estratégias, de um lado no fortalecimento dos circuitos longos de comercialização e cooperação entre redes e, de outro, na consolidação de circuitos curtos e longos internos à própria Rede, nós focaremos nossa observação apenas neste último.

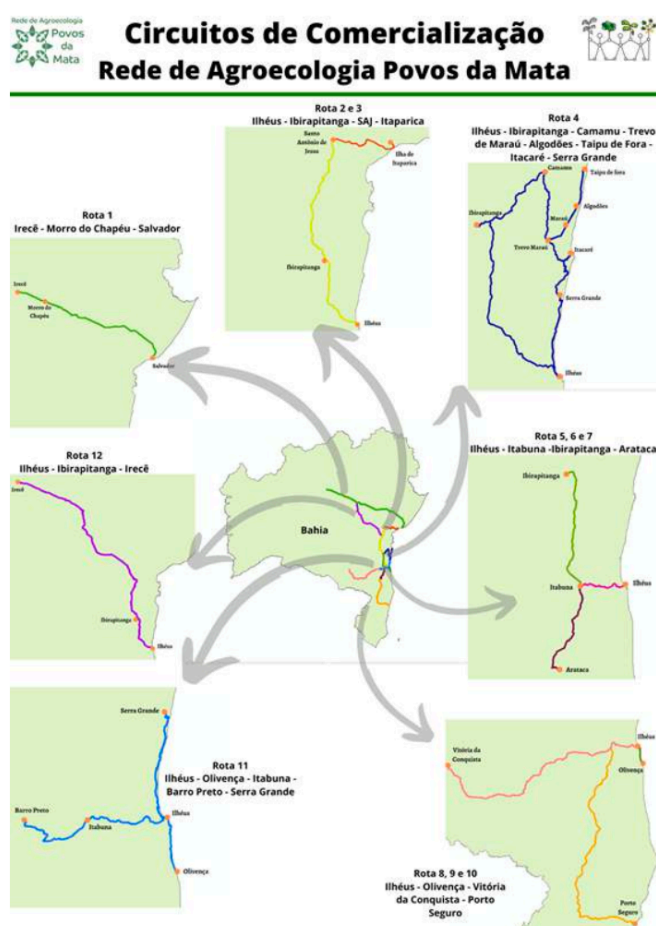
Como vimos na apresentação deste capítulo, o projeto dos *circuitos agroecológicos* foi implementado na Rede Povos em meados de 2019 e no ano de 2021 se transformou na *Muká plataforma de Agroecologia*. Em outubro de 2021 a Muká lançou um documento intitulado “Do solo ao prato 2019-2021: relatório de acompanhamento de resultados e impactos da Muká”, nele os dados coletados em um diagnóstico realizado em 2018, no âmbito do projeto circuitos agroecológicos, foram revisados e comparados com os dados “referentes à evolução do projeto até o ano de 2020”. Este documento, junto com os resumos anuais de atividades para os anos de 2020 e 2021, assim como os relatos das entrevistas, foram os materiais utilizados para desenvolver a discussão desta seção.

A estruturação e consolidação do circuito de comercialização no território de atuação da Rede Povos da Mata ocorreu durante 2019 e 2020, a partir de oficinas realizadas em cada núcleo da Rede que visavam, segundo o relatório de acompanhamento da Muká (2021), “abordar o que é um circuito, como funciona, metodologia de trabalho, as ferramentas utilizadas”. Através da aplicação de uma metodologia participativa nessas oficinas, esta iniciativa buscou compreender as especificidades das realidades comerciais de cada grupo a fim de organizar um levantamento das

possibilidades de oferta e demanda, para realizar um planejamento de produção e abastecimento do circuito.

No decorrer desse processo inicial de formação, os grupos começaram a criar uma rede de estações orgânicas que funcionavam como entrepostos de comercialização. A estruturação das estações envolveu, de acordo com Muká (2021), esforços no sentido da definição de rotas de comercialização, construção das porcentagens de remuneração, desenvolvimento de processos e modos de funcionamento, bem como de estratégias de construção de autonomia das estações. Ademais, as estações que demonstraram maior capacidade de oferta e demanda receberam recursos adicionais para consolidarem as suas estruturas e operações¹³⁹.

Figura 6 - Rotas de comercialização da Rede de Agroecologia Povos da Mata 2021



Fonte: MUKÁ. *Do solo ao prato 2019-2021: relatório de acompanhamento de resultados e impactos da Muká*. Bahia, Out/2021, p. 43

¹³⁹ Do Núcleo Pratigi seis estações do CCR receberam recursos, foram elas: Dandara, Dois Riachões, Santo Antônio de Jesus, Algodões, Salvador e Taipu de Fora. No Núcleo Serra Grande foram quatro: Serra Grande, Ilhéus, Barro Preto e Itabuna/Grapiúna. Por fim, o Núcleo Raízes do Sertão recebeu apoio para a estação Irecê (entrepósito Irecê).

Podemos observar na Figura 6 que o Núcleo Raízes do Sertão atuava em duas rotas, a primeira (Rota 1) entre Irecê e Salvador, passando por Morro do Chapéu; a segunda (Rota 12) acontecia entre Irecê e Ilhéus, passando por Ibirapitanga. O Núcleo Serra Grande, por sua vez, estava envolvido em todas as rotas de comercialização do circuito, com exceção da Rota 1. Contudo, enquanto o Núcleo Raízes do Sertão atuava como fornecedor de produtos, enviando os alimentos lá produzidos para abastecer os outros núcleos da Rede, o Núcleo Serra Grande, através da estação Ilhéus, tinha um papel de entreposto distribuidor, um ponto de conexão entre o semiárido e o litoral. O que podemos verificar no depoimento de Genildo da Silva¹⁴⁰, no qual afirma que “a Estação Ilhéus acaba atuando como um ponto estratégico de conexão entre Irecê, o sul e o baixo sul da Bahia, de onde vêm a linha de produtos dos agricultores da Rede Povos da Mata para serem comercializados” (MUKÁ, 2021).

De acordo com a Muká (2021), em 2020 o circuito comercializou 137.214 quilos de alimentos, o que significou uma movimentação financeira da ordem de R\$ 588.348. Todos os núcleos circulavam os seus produtos dentro do circuito de comercialização da Rede, no entanto, de acordo com os relatos, o Núcleo Raízes do Sertão era o que contribuía com os maiores volumes. Tudo isso culminou no momento de elaboração de um regimento interno do circuito, contudo, de acordo com o documento “Do solo ao Prato”,

“(...) foi iniciada a elaboração de um regimento interno para estabelecer condições, regras, critérios e maneiras de funcionamento do circuito. No entanto, essa construção foi permeada por divergências de ideias, objetivos e entendimento sobre construção, participação e autonomia das estações. Então, a equipe entendeu que o trabalho de formação e estruturação tinha sido realizado e a condução do circuito e a continuidade do processo seriam assumidas pelos envolvidos de forma como entendessem ser a mais pertinente.” (MUKÁ, 2021, p. 40)

A passagem acima demonstra um desalinhamento entre as expectativas dos núcleos e grupos, que estavam articulados na comercialização do circuito de comercialização internos, em relação a forma de comercialização e organização dos circuitos, que aconteceu a despeito do processo de construção dos mesmos e das estações orgânicas que, pelo que foi registrado nos relatórios da Muká, ocorreu de forma participativa. Uma hipótese que levantamos para explicar essa situação é a diferença de perfil produtivo e de pessoas produtoras verificada entre os núcleos

¹⁴⁰ Agricultor e operador logístico do circuito de comercialização em 2021.

— o que gera não apenas necessidades de comercialização diferentes, como abordagens distintas.

Atualmente, dentro do que foi possível investigar¹⁴¹, a comercialização dos antigos circuitos agroecológicos está desmobilizada e passando por um momento de reestruturação, as estações orgânicas que existiam já não são mais vinculadas ao circuito oficial da Rede de Agroecologia Povos da Mata, com excessão dos dois entrepostos do Núcleo Raízes do Sertão e das duas estações orgânicas do Núcleo Recôncavo¹⁴². Embora saibamos que algumas continuam operando, inclusive abastecidas com produtos da Rede Povos, mas de forma independente. Certamente, muitos foram os fatores que trouxeram a Rede até esse momento, mas um evento em especial pareceu ser a gota d'água que deu início as mudanças na forma de operacionalizar a comercialização interna da Rede.

O transporte dos produtos nas rotas de comercialização entre estações era feito inicialmente com os carros particulares das pessoas produtoras da Rede ou com carros alugados. Posteriormente, esse transporte passou a ser operacionalizado por Genildo da Silva, um agricultor de Ilhéus que, segundo relato de Adevandro¹⁴³ (2023), comprou um caminhão e passou a ser o operador logístico do circuito de comercialização da Rede.

Com o avanço bem sucedido da experiência com o CCR, as estações orgânicas começaram a ter demandas por produtos que não eram produzidos pela Rede e, de acordo com Adevandro, foi quando começaram a pegar produtos de produtores de fora da Rede, alguns com certificação, outros com a palavra de que eram produtos agroecológicos. Esse foi o começo da discórdia, pois, ainda segundo o entrevistado, na região tem muita gente que diz ser agroecológico e não é, por isso a Rede na organização dos circuitos e das estações presa pela certificação dos produtos. No entreposto de Irecê, por exemplo, não entra produto sem certificação, nem mesmo aqueles em processo de certificação de produtores do próprio núcleo.

O ponto de inflexão foi quando as pessoas da Rede perceberam que Genildo estava transportando produtos sem certificação junto com os produtos da Rede. Este foi o estopim de um processo que acabou por desligar o agricultor da Rede e interromper o circuito da Rede, por

¹⁴¹ E essa é uma observação importante, uma vez que o alcance desse estudo não conseguiu atender a todos os núcleos com da mesma forma, podendo haver experiências que divergem do que estamos apresentando para os núcleos focados no estudo de caso.

¹⁴² Núcleo Raízes do Sertão: entreposto de Irecê e entreposto da AGROCOOP em Barro Alto. Núcleo Recôncavo: estação Santo Antônio de Jesus e estação Salvador.

¹⁴³ Adevandro é produtor e uma das lideranças do Núcleo Pratiği.

falta de transporte que viabilizasse a logística. Essa decisão foi controversa e, embora todos as pessoas entrevistadas tenham relatado espontaneamente o ocorrido, cada uma o fez de uma perspectiva diferente. Teve quem achasse a decisão da Rede adequada, teve quem achou ela exagerada e injusta.

Desde então, a Rede busca formas de reestabelecer suas rotas de comercialização, pois, na percepção de produtores e produtoras, o circuito era muito bom e contava com muitos locais de venda. Para as famílias produtoras dos núcleos do litoral, cuja organização coletiva da comercialização não é tão forte, o circuito era muito importante, significava um canal de escoamento da produção, quando o circuito foi suspenso não havia um plano para substituí-lo. Ao que parece, as produtoras do litoral sentiram mais o impacto desse processo do que as do Núcleo Raízes do Sertão, uma vez que a comercialização deste é muito organizada em função das feiras do território e da parceria com a loja Grão de Arroz, em Salvador.

CAPÍTULO IV

Campeinato, agricultura familiar e agroecologia no debate sobre a profissionalização da agricultura na reprodução crítica do capitalismo

Introdução

As discussões apresentadas neste capítulo procuram compreender as experiências observadas da Rede de Agroecologia Povos da Mata, dentro do contexto histórico do processo de modernização da agricultura no Brasil. Para isso, serão exploradas as categorias de análise *campesinato* e *agricultura familiar* enquanto formas sociais de produção dentro do capitalismo no contexto específico da Agroecologia. Ademais, a relação dialética entre o novo paradigma social que a ciência agroecológica oferece e a reprodução crítica do capitalismo será parte importante do esforço de análise crítica deste capítulo.

Há, sem dúvida, muita polêmica em torno do conceito de *camponês*, sustentada seja pela divergência de compreensões sobre seu característico processo de trabalho e produção, e as interações entre a produção camponesa e o mercado capitalista; seja pelo viés cultural, dos costumes e tradições específicos das pessoas do campo; ou ainda devido às especificidades históricas da formação dos povos do campo no Brasil.

Nesse contexto, o processo de modernização da agricultura no Brasil, impulsionado pela Revolução Verde (década de 1970) e pela reestruturação produtiva (década de 1980), provocou mudanças profundas na estrutura social do campo brasileiro. Destas surgiram novas formas de luta e representação política, atreladas a um projeto capitalista de desenvolvimento agrícola, a partir do qual cria-se uma nova terminologia conceitual, a da *agricultura familiar*. Esta diz respeito não apenas a uma forma particular de organização do trabalho no campo, carrega consigo as marcas do processo de modernização da agricultura e da ideologia burguesa, com seu modelo de economia neoliberal, e tenciona ainda mais a polêmica em torno da categoria *campesinato*, na disputa pela representação política dos povos do campo.

Interessa-nos compreender quem são esses personagens, *camponês* e *agricultor familiar*, através da análise dos seus respectivos processos sociais de produção e reprodução na sociedade capitalista contemporânea, bem como da análise do discurso ideológico sobre o projeto social e econômico por trás da representação política que cada um desses termos carrega.

Partimos, assim, da discussão realizada por Wanderley (2003) a respeito da perspectiva de modernização da agricultura na década de 1970, que propunha um modelo de desenvolvimento construído sob a lógica das relações industriais; e da análise de Bruno (2016) sobre os mecanismos de dominação simbólica dos discursos da elite agroindustrial sobre a estrutura social no campo. O predomínio dessa retórica elitista no nível político ideológico ao

longo do processo de modernização da agricultura brasileira, diferenciando e opondo a figura do agricultor familiar “vocado” àquela do agricultor familiar “sem condição” (BRUNO, 2016), legitimou, como aponta Wanderley (2003), o modelo da “empresa rural” como “a única forma de produção capaz de superar os seus limites históricos e de assumir o projeto da agricultura moderna que interessa ao conjunto da sociedade brasileira”.

Embasado pela perspectiva sociológica, Tavares dos Santos (1978) parte do suposto que “os homens personificam os processos sociais ao realizarem historicamente o movimento inscrito na própria dinâmica daqueles processos” e afirma, diante disso, que o camponês seria a personificação do seu processo de trabalho. Da mesma forma, podemos estender essa afirmação para o agricultor familiar. Ao concordarmos com a suposição apresentada, ressaltamos a importância do materialismo histórico enquanto método de análise de processos sociais, evitando os romantizar e/ou ontologizar, e atentando para o seu caráter dialético na construção de uma compreensão do seu desenvolvimento histórico. Por isso, nos perguntamos: quem é esse camponês, e esse agricultor familiar, e o que eles personificam hoje?

Entendemos que uma discussão do tema proposto, que abarque a sua complexidade de forma satisfatória, deveria cobrir uma ampla gama de perspectivas teóricas e ramos do conhecimento das Ciências Humanas, conquanto não nos seja possível alcançar neste trabalho tamanha tarefa, focaremos nossos esforços em analisar os aspectos socioeconômicos relativos ao processo de produção dos sujeitos anteriormente enunciados.

Contudo, na tentativa de evitar o que Thompson (1998) denuncia como a ontologização do “homem econômico”, buscamos, mesmo que de maneira sucinta, traçar paralelos com a discussão desse autor sobre os costumes da “cultura popular” tradicional. Fazemos, por isso, coro à crítica contundente tecida por Thompson (1998) quando, ao analisar como a revolução industrial e demográfica inglesa, nos séculos XVIII e XIX, revolucionaram as “necessidades” e destruíram “a autoridade das expectativas baseadas nos costumes”¹⁴⁴, afirma que,

“Como o capitalismo (ou seja, o “mercado”) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século em que essa idéia precisa ser posta em dúvida. Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas

¹⁴⁴ Para Thompson (1998) os elementos da “cultura popular” que distinguem o “tradicional” do “moderno” (em termos socioeconômicos e culturais) são as “necessidades” e as “expectativas”.

pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano. Isso não poderia até nos preparar para uma época em que se dissolvessem as necessidades e expectativas do capitalismo e do comunismo estatal, permitindo que a natureza humana fosse reconstruída sob uma nova forma?” (THOMPSON, p. 23, 1998)

Do ponto de vista socioeconômico e cultural não se trata de negar o camponês em detrimento do agricultor familiar, e vice versa, trata-se antes de desdobrar a dupla questão colocada por Wanderley (2003, p. 44) onde, se considerarmos que há uma “reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos”, então,

“No primeiro caso, deve-se perguntar: a inserção desses camponeses na sociedade moderna não termina por provocar mudanças significativas nos traços característicos do campesinato tradicional? O que muda? No segundo caso – os agricultores que se formam a partir dos estímulos das políticas públicas – não se corre o risco de desconhecer e negar sua própria história? Não seria esta uma história camponesa?” (WANDERLEY, 2003, p. 44)

A importância da discussão proposta fica, assim, evidente: compreender a origem destes atores sociais no Brasil, o camponês e o agricultor familiar, bem como o processo de produção que eles personificam é revelador não apenas de um discurso político ideológico e de um papel social definido, mas também, e sobretudo, dos antigos e novos mecanismos de subordinação da terra e do trabalho (agrícola) ao capital.

Reflexões sobre o campesinato brasileiro e o que ele personifica

A formação do campesinato tradicional brasileiro é analisada por Martins (1981) a partir de três grupos que definem sua origem social no período colonial: índios, mestiços e “brancos deserdados”. As leis do Brasil colônia excluía índios e mestiços do direito à propriedade, ao passo que os brancos tinham seu direito restringido pela lei de herança, o *morgadio*, que “tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro” (Martins, 1981). Assim, para os “deserdados” pelo morgadio mantinha-se ainda o direito e a possibilidade de transformar sua posse em sesmaria. A necessidade de exclusão dessa parcela da sociedade brasileira estava

fortemente ligada ao regime escravista que vigorava nesse período, uma vez que esse “impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar uma economia paralela, (...) já que a concorrência do trabalho livre tornaria economicamente insuportável o trabalho escravo” (MARTINS, 1981, pp. 37/8).

De acordo com Martins (1981), a base fundamental do regime de trabalho escravo é que ele se recriava na circulação, no “comércio escravista”, e não na produção, nas “fazendas escravistas”. Isso por que o escravo era transformado em renda capitalizada, isto é, da parte do fazendeiro significava um capital investido, antecipado, para possibilitar a produção e, da parte do traficante de escravos significava “extrair renda da colônia já antes da produção colonial, ao invés de extraí-la por meio de monopólio e renda territoriais” (MARTINS, 1981, p. 37). Por esse motivo é que o referido autor afirma que a exclusão social, econômica e política do campesinato era determinada “fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão”.

O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão das relações de propriedade não o excluía da propriedade. Ele viveu, durante todo o tempo do escravismo, essa contradição que só se resolveu quando se resolveu a contradição maior representada pelo escravo numa economia capitalista de produção escravista de mercadorias. (MARTINS, 1981, p. 38)

Os camponeses no período colonial podiam ocupar diferentes posições sociais no campo, podendo ser posseiros, isto é, do ponto de vista jurídico, tinham a posse mas não o domínio da terra; sitiantes, que eram agricultores independentes donos de um sítio; ou agregados que, excluídos do direito de propriedade, eram incorporados nas fazendas existentes e submetidos ao pagamento de tributos variados. No que tange estes últimos, Martins (1981) afirma que “os direitos dos camponeses que viviam como agregados só eram reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro”, sendo a luta pelo direito de estar na terra, em verdade, a luta do outro – do fazendeiro.

Com o fim da escravidão e do Império, e o começo da República, cuidou-se de proteger as grandes fazendas de café e o monopólio do poder político pelas oligarquias. A mudança no regime político, de acordo com Martins (1981), *apareceu* para os camponeses como fator

determinante da degradação da sua condição de vida, muito embora, na leitura desse autor, esta tinha pouca relação com aquela, uma vez que o que concretamente determinou tal degradação foram as mudanças a respeito da *posse da terra* juntamente com as mudanças do regime de trabalho promovidas pelo fim da escravatura negra em 1888. Um dos marcos de tais mudanças foi a Lei de Terras de 1850, a qual “proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra” (MARTINS, 1981), em outras palavras, a terra tornada mercadoria¹⁴⁵.

Tais mudanças transformaram as bases da ordem social na República e caracterizam o processo de substituição do trabalho escravo para o trabalho “livre” assalariado, no qual “a questão do campesinato é colocada em novos termos” uma vez que os camponeses são libertados da grande propriedade ao mesmo tempo em que são subjugados a ela. Isto é, são libertados da condição de agregados para se tornarem empregados das fazendas: “a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho (...). O monopólio da classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra” (MARTINS, 1981).

“Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terras, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria.” (MARTINS, 1981, p. 43)

A própria ideia de “campesinato” e “camponês” no contexto brasileiro é moderna e, segundo Martins, é fruto de uma “importação política” realizada pelas esquerdas, em meados do século XX¹⁴⁶, para “dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país os anos cinqüenta” (MARTINS, 1981). Contudo, esse autor aponta para a singularidade da origem do campesinato brasileiro que, diferente do campesinato russo do século

¹⁴⁵ Em complemento “a primeira constituição republicana, de 1891, as terras devolutas são transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais” (MARTINS, 1981, p. 43).

¹⁴⁶ De acordo com Martins (1981), “antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região”, como, por exemplo: *caipiras, caiçaras, tabaréu, cabloco etc.* Os proprietários de terra, antes de serem designados como *latifundiários*, também recebiam denominações específicas, de acordo com a região e atividade desenvolvida: *estancioneiros, fazendeiros, senhores de engenho, seringalistas, etc.*

XIX, não é um estamento e sim uma classe¹⁴⁷, uma vez que aqui ele foi “constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão” (MARTINS, 1981). Nesse sentido o autor problematiza a transposição metodológica mecânica que importa o conceito de “camponês” e aplica-o à uma realidade distinta da população do campo brasileiro, com suas lutas e demandas específicas.

“No nosso caso, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês brasileiro não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações. (...) Tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra.” (MARTINS, 1981, p. 17)

De acordo com Martins, é a partir da necessidade política de unificar as lutas camponesas, de encontrar uma unidade de classe social, que as palavras *camponês* e *latifundiário* entram no discurso e nas representações políticas. Trazem consigo não apenas um novo nome, mas um lugar determinado na estrutura da sociedade, “pretendem ser também a designação de um destino histórico” (MARTINS, 1981). Ademais, esse autor ressalta a importância de se entender os mecanismos econômicos, sociais e políticos que derivam dessa transposição e que levam à *exclusão do camponês do pacto político nacional*.

“Essa exclusão define justamente o lugar do camponês *no* processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a *sua participação nesse processo* – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: *ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu*

¹⁴⁷ Embora Tavares dos Santos (1978) afirme que o campesinato não se caracteriza enquanto classe social, mas como um “componente das classes subalternas da sociedade capitalista”, uma vez que “o conceito rigoroso de classe social pressupõe uma apropriação do trabalho excedente, gerado por uma classe de produtores diretos, por outra classe de não-produtores, no próprio interior do processo de trabalho”.

trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado.” (MARTINS, 1981, p. 25)

Um excluído político e a modernização

O processo de modernização da agricultura foi resultado de um conjunto de transformações nas relações socioeconômicas de produção vivenciadas em todas as partes do mundo. Como vimos no primeiro capítulo, teve início após a Segunda Guerra Mundial e foi orientada, num primeiro momento, pela necessidade de resposta à problemática alimentar do século XX. Esta consistia em achar uma saída para a contradição do aumento dos excedentes invendáveis da produção agrícola nos países industrializados em contraposição ao fenômeno da subalimentação e fome no mundo (Chonchol, 2005).

Dentre as transformações socioeconômicas que caracterizam o processo de modernização acima citado nos interessam, em especial, a Revolução Verde, consolidada na década de 1970, e a reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 1980. Enquanto a primeira constituiu um período de grandes avanços tecnológicos e inovações — como o desenvolvimento de variedades de plantas resistentes a pragas e doenças —, de adoção de práticas agrícolas intensivas em termos do uso de recursos, de mecanização agrícola e do uso generalizado de insumos — como fertilizantes químicos, pesticidas e variedades de culturas de alto rendimento. A segunda marcou uma fase de grandes transformações nas formas de organização do trabalho caracterizadas, principalmente, pela flexibilização e degradação das condições dos trabalhadores rurais.

Ademais, as mudanças promovidas pela reestruturação produtiva da década de 1980 no campo brasileiro afetaram diversas dimensões da sociedade e do espaço rural. A concentração de terras, junto à expansão das fronteiras agrícolas¹⁴⁸, deslocou e marginalizou grandes contingentes da população rural camponesa provocando um forte êxodo rural em direção às áreas urbanas e o aumento da desigualdade social no país. De acordo com Carneiro (2010), “a separação entre cidade e campo no interior de cada país foi equivalente a uma separação global entre países

¹⁴⁸ Para atender à demanda crescente, a reestruturação produtiva incentivou a expansão das fronteiras agrícolas, levando ao aumento do desmatamento de florestas e áreas naturais, à destruição de ecossistemas e aos conflitos de terra e assassinato e expulsão dos povos tradicionais das suas terras (povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses).

centrais, importadores de insumos e matéria-primas, e países periféricos exportadores de *commodities*".

Do ponto de vista dos impactos ambientais, a adoção de monoculturas e práticas intensivas de uso de recursos levou à perda de biodiversidade, com a diminuição da variedade de culturas cultivadas e o risco de extinção de espécies nativas. Não menos importante foi a normatização do uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos¹⁴⁹, causando poluição do solo, contaminação das águas, degradação ambiental e intoxicação humana.

Assim, o processo de modernização da agricultura no Brasil promoveu mudanças significativas na reprodução dos camponeses, sendo um ponto chave de análise para a compreensão das transformações nas relações de produção e reprodução crítica do capitalismo no campo.

De acordo com Wanderley (2003), as discussões na década de 1970 foram construídas por uma perspectiva de modernização da agricultura que propunha um modelo de desenvolvimento sob a lógica das relações industriais. Segundo a autora, o foco estava na constituição de uma "estrutura empresarial" e na "emergência de um proletariado gerado por um mercado de trabalho específico". Ao tratar da "integração das populações camponesas à sociedade englobante" (WANDERLEY, 2003), esta autora ressalta que o processo de modernização da agricultura no Brasil se deu sob a égide das credenciais políticas, isto é, levado a cabo pela elite latifundiária.

"(...) nos anos 70, por ocasião do processo de modernização, os camponeses não foram convocados para participar do projeto de modernização da agricultura sob o argumento tautológico de que eram tradicionais e avessos ao progresso. Ora, os "latifundiários", cuja atividade agrícola sempre teve uma forte marca extensiva e predatória, também não deveriam ter credenciais para assumir tal projeto. As credenciais, no entanto, eram políticas e não necessariamente econômicas e técnicas." (WANDERLEY, 2003, p. 57)

Nesse contexto constata-se, no espaço rural brasileiro, fortes impactos associados à intensificação da precarização do trabalho assalariado na agricultura e a dificuldade de organizações de trabalho de forma coletiva. Muller (2007) elucida:

¹⁴⁹ Esta foi e ainda é também responsável pelo aumento do endividamento rural, no qual pequenos agricultores, diante da necessidade de investir em tecnologia e insumos modernos, tornam-se reféns do pacote produtivo do agronegócio o que gera endividamento desta parcela da força produtiva economicamente enfraquecida.

“Os resultados da fase de modernização e industrialização da agricultura foram perversos do ponto de vista social e ambiental. A concentração da propriedade da terra acentuou-se demasiadamente; o grau de utilização da terra era baixo; houve um crescimento das culturas modernas, com o estrangulamento da produção de alimentos básicos; o setor primário teve queda de participação no montante da economia nacional; o trabalho assalariado no campo cresceu; a disponibilidade de alimentos diminuiu, e seu preço aumentou; aumento da precariedade e sazonalidade do emprego no campo.” (MULLER, 2007, p. 44)

Segundo Wanderley (2003), o campesinato teve o seu lugar social negado (não reconhecido), colocado em um lugar subalterno que exige dele “um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução”. Assim, ao tratar dos mecanismos de dominação simbólica dos discursos da elite agroindustrial sobre a estrutura social no campo, Bruno (2016) expõe que tais discursos impõem uma hierarquização entre “quem é apto ou não a integrar-se produtivamente”. O predomínio da retórica da elite agroindustrial no nível político ideológico ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, diferenciando e opondo a figura do agricultor familiar “vocacionado” àquela do agricultor familiar “sem condição” (BRUNO, 2016), legitimou, como aponta Wanderley (2003), o modelo da “empresa rural” como “a única forma de produção capaz de superar os seus limites históricos e de assumir o projeto da agricultura moderna que interessa ao conjunto da sociedade brasileira”.

Ademais, Bruno (2016) atenta para três momentos históricos importantes no que diz respeito ao processo de modernização da agricultura no Brasil, a saber:

“Um primeiro, identificado como o tempo da agricultura moderna, agregaria três principais grupos sociais: o moderno empresário rural, o agricultor familiar “integrado” e “vocacionado” e os agricultores familiares “sem condição”. Compondo um segundo momento, caracterizado como tempo da agroindústria, teríamos três agriculturas, o agricultor empresarial de mercado, o agricultor familiar orientado pela lógica da empresa-família e o agricultor familiar “marginal”. No terceiro momento, considerado o tempo do agronegócio, o discurso sobre a estrutura social no campo resume-se à presença de dois grupos sociais: o agronegócio e o empreendedor familiar rural.” (BRUNO, 2016, p. 143)

Todavia, Wanderley (2003) ressalta que, embora o desenvolvimento das forças produtivas tenha estabelecido um novo patamar para a agricultura, baseado na modernização e na integração socioeconômica global, isto não resultou na implantação de uma forma social de produção homogeneizada seguindo o modelo empresarial industrial. Enfatiza-se assim, no pensamento desta autora, a importância econômica e social da agricultura familiar como um novo ator

presente na estrutura agrária atual, bem como a importância de compreender este conceito em diálogo com a conceito de campesinato.

A compreensão de agricultura familiar passa, para alguns, como afirma Wanderley (2003), pela sua definição operacional adotada pelo Pronaf¹⁵⁰, enquanto que para outros, ela corresponde a um perfil de agricultor capaz de se adaptar às novas exigências do mercado, “em oposição aos demais ‘pequenos produtores’ incapazes de assimilar tais modificações”.

O campesinato por sua vez é entendido por Wanderley a partir de duas dimensões distintas, mas complementares. Na primeira a autora se baseia em Mendras (1984) ao compreendê-lo como produto histórico de uma *civilização camponesa*, não podendo ser reduzido a uma forma social de produção ou a um tipo de integração com o mercado, uma vez que a sua constituição representaria um conjunto de dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais interdependentes. No entanto, a própria autora insiste em afirmar que o campesinato, dado sua natureza e formação histórica, não está isolado do conjunto da sociedade e define-se justamente “pelo fato de manterem com a chamada ‘sociedade englobante’ laços de integração” (WANDERLEY, 2003), como a relação com o mercado.

A segunda dimensão tratada pela autora se caracteriza por uma visão mais restrita de campesinato, sendo este visto como uma forma social particular de produção baseada na unidade familiar voltada para a reprodução da família. O caráter familiar se expressa então “nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica” (WANDERLEY, 2003). Para esta autora a questão reside na hipótese, por ela defendida, que

“(…) mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais.” (WANDERLEY, 2003, p. 47)

¹⁵⁰ A definição de agricultor/a familiar na Lei nº 11.326, 24 de Julho de 2006, descreve-o como: “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; ([Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011](#))

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.” (BRASIL, 2006)

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acessado em 10/05/2020.

Podemos estabelecer um diálogo entre a noção de *rupturas e continuidades* (WANDERLEY, 2003), e a noção de *relações de reciprocidade* (SABOURIN, 2009) explorada por Rover e Lampa (2013), na qual enfatiza-se a capacidade do campesinato de se reproduzir na sociedade capitalista através do estabelecimento destas relações, entendendo-as “como trocas de responsabilidades mútuas, promovidas a prestações e geradoras de vínculos sociais mais amplos do que aqueles gerados pelas trocas mercantis” (ROVER; LAMPA, 2013).

Para estes autores tais relações têm origem no “patrimônio sociocultural do campesinato”, ainda que este esteja inserido no contexto das transformações relacionais promovidas pelo processo de modernização da agricultura, uma vez que este, segundo Sabourin (2009), não é um processo uniforme e unilinear (ROVER; LAMPA, 2013). A capacidade de articulação das trocas mercantis através de mecanismos de reciprocidade cria, na análise de Sabourin (2009), a coexistência dialética destas duas lógicas, camponesa e capitalista (ROVER; LAMPA, 2013).

Contudo, a pergunta que nos move nesta discussão em particular, para a qual não encontramos respostas, senão novos questionamentos é: não seria essa uma compreensão romantizada da existência, ou resistência, do campesinato no mundo moderno e mais precisamente no campo brasileiro?

Chico de Oliveira (2003), em *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*, ao tratar do subdesenvolvimento como “a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia”, afirmou que a chamada agricultura “atrasada” era a financiadora da agricultura “moderna” e da industrialização no contexto de expansão capitalista brasileira do pós Revolução de 1930¹⁵¹. O que nos instiga a reflexão sobre o quanto, ao tentar positivar a existência de um modo de vida camponês concomitante ao sistema capitalista de produção, não estamos em verdade mascarando a grande violência e exploração que habita a realidade dos sujeitos do campo.

¹⁵¹ Ademais, o autor pontua que “as culturas de subsistência tanto ajudavam a baixar o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades, o que facilitava a acumulação de capital industrial, quanto produziam um excedente não-reinvertível em si mesmo, que se escoava para financiar a acumulação urbana. Um trabalho de Francisco Sá Jr., que surgiu na mesma época, explorava esse *insight* para as específicas condições da agricultura de subsistência do Nordeste.” (OLIVEIRA, 2003, p. 129)

O processo de trabalho camponês

Tavares dos Santos (1978), para chegar ao conceito de *processo de trabalho camponês*, assume como ponto de partida teórico o conceito de *processo de trabalho* – “no sentido de uma utilização social dos elementos simples da atividade produtiva” estes elementos, por sua vez, são definidos por Marx como sendo a *força de trabalho*, o *objeto* e os *meios de trabalho/produção*. O autor propõe que o processo de trabalho camponês “configura-se por uma específica combinação social e técnica dos elementos do processo de trabalho” (TAVARES dos SANTOS, 1978). Nesta combinação surgem elementos que caracterizam e dão especificidade à produção camponesa e ao seu respectivo processo de trabalho, de acordo com o referido autor, são eles: a força de trabalho familiar; as práticas de ajuda mútua; o trabalho acessório do camponês; a força de trabalho assalariada; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção; a jornada de trabalho; e a reprodução simples da produção camponesa.

O trabalho familiar é apontado por inúmeros estudiosos¹⁵² como sendo característica e condição fundamental da produção camponesa e, neste contexto, de acordo com Tavares dos Santos (1978), irá determinar a existência de outras relações de trabalho e produção – seja na forma da ajuda mútua entre as famílias, seja nas formas do trabalho acessório e/ou do assalariado. O autor assinala ainda que a produção camponesa segue a lógica de uma economia mercantil onde o camponês se apresenta como a “personificação da forma de produção simples de mercadorias” (p. 69), isto é, ele é um produtor direto cujo objetivo ao levar o produto do seu trabalho, a mercadoria, ao mercado é realizar o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, vender o que produz para comprar aquilo que consome, mas não produz. Ou seja, no processo produtivo camponês não há acumulação ou reprodução ampliada de capital, há apenas reposição para a reprodução simples.

Nesse contexto, Archetti & Stolen (1975) apresentam uma diferença conceitual interessante entre “camponês” e “farmer”, onde este “é um produtor que combina trabalho doméstico e trabalho assalariado e que acumula capital, o que permite, em um prazo significativo, ampliar o processo produtivo aumentando a produtividade do trabalho” (apud. TAVARES dos SANTOS, 1978, p. 64). Contudo, *farmer* é uma palavra estrangeira que tem seus representantes sociais circunscritos numa realidade material histórica específica (como é o caso,

¹⁵² Para fins de referência bibliográfica, Tavares dos Santos (1978) cita, por exemplo, Louis Perceval, Eduardo P. Archetti e Kristi Anne Stolen.

por exemplo, dos *farmers* estadunidenses). Por isso, nos perguntamos se seria possível comparar e aproximar em significado conceitual o termo *farmer* do termo “agricultor familiar”, uma vez que este último define-se a partir de uma característica (o trabalho familiar) ampla que pode conter uma enorme diversidade de realidades e processos produtivos.

Diante dos dois critérios básicos utilizados anteriormente para caracterizar a produção camponesa – tipo de força de trabalho (familiar) e o tipo de reprodução (simples) – alguns teóricos argumentam que o processo de produção camponês representaria um “modo não capitalista de produção” ou “não tipicamente capitalista”. No mesmo sentido, Tavares dos Santos (1978) caracteriza o camponês como “um personagem não especificamente capitalista”. Esse autor justifica tal perspectiva quando discute, por exemplo, a especificidade da utilização do trabalho assalariado pela produção camponesa, bem como a realização do trabalho acessório pelo camponês, momento em que este vende sua força de trabalho a outrem em troca de salário. Vejamos,

“Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês.

(...)

Da parte do trabalhador assalariado, verifica-se que não é um trabalhador expropriado dos meios de vida e produção, que possuísse apenas a força de trabalho. Ao contrário, é um camponês, proprietário dos meios de vida e produção, vivendo a condição de trabalho acessório, nos momentos em que a amplitude da família o permite.” (TAVARES dos SANTOS, 1978, pp. 43/44)

Frente a isso nos perguntamos se há, na produção camponesa (havendo ou não emprego de trabalho assalariado), geração de sobretalho e de mais-valia¹⁵³? Uma vez que a subordinação do processo produtivo camponês ao capital, o nível de exploração ao qual estão

¹⁵³ A mais-valia (*m*) é a valorização do capital variável (*v*), isto é, se *v* é o valor pago na forma de salário pela força de trabalho empregada na produção de uma mercadoria, o seu tempo de produção representa a soma do “tempo de trabalho necessário” para reproduzir a (mercadoria) força de trabalho, enquanto que a outra parcela gera trabalho excedente, isto é mais-valia – o trabalho excedente não pago ao produtor direto.

submetidos os camponeses, é tão grande que todo o trabalho realizado constitui trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho (familiar) camponesa e para recomeçar o ciclo produtivo seguinte no que tange os elementos necessários para a produção – que compõem o capital constante (c). A exploração do trabalho assalariado, quando necessária, é essencial à reprodução da família contratante, pois sem ela sua produtividade e rendimento ficariam comprometidos, comprometendo toda a reprodução familiar e da unidade produtiva. Contudo, tanto o trabalho da família quanto os salários dos trabalhadores contratados entram na conta como capital variável (v) e, assumindo que o processo produtivo camponês se inicie da mesma forma que o capitalista ($C = c + v$), o resultado é bem distinto, pois, como frequentemente é possível observar, ao invés de termos $C' = (c + v) + m$ continuamos a ter $C = c + v$. Assim que,

“(…) o camponês absorve, através da produção direta dos meios de vida e da utilização extensa de força de trabalho familiar, os rendimentos negativos da sua produção mercantil. Pois, se a família camponesa não apresenta um rendimento monetário para cobrir sequer o valor de sua força de trabalho, na verdade está havendo uma transferência de sobretrabalho para o conjunto do sistema produtivo e uma contribuição à acumulação capitalista.” (TAVARES dos SANTOS, 1978, pp. 66)

A questão do sobretrabalho é elucidada por Tavares dos Santos (1978) a partir da análise da composição do valor do produto camponês, que é superior ao seu preço de produção do mercado – uma vez que este é determinado “em função de uma taxa média de lucro, como expressão da repartição da mais-valia global” (p. 110), enquanto aquele é composto por um “percentual maior de trabalho vivo do que de trabalho cristalizado em produtos” (p. 59). Isto é, o produto camponês contém mais capital variável do que capital constante na composição do seu valor. Por esse motivo, temos que

“(…) no momento em que a mercadoria produzida pelo camponês realiza-se no mercado, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho do camponês retorne a este sob a forma de dinheiro. Acontece que o valor extraordinário cristalizado no produto do camponês, como consequência da maior utilização de força de trabalho – que poderia teoricamente se plasmar em rendimento e renda territorial do próprio camponês – converte-se em um sobretrabalho que será apropriado pelo capital industrial.” (TAVARES dos SANTOS, p. 110, 1978)

Já a propriedade privada da terra aparece para o camponês como possibilidade de autonomia através do controle do processo de trabalho; tornando-se um produtor de mercadorias

o camponês, supostamente, alcança as condições para o sustento da família. No entanto, a terra transformada em mercadoria está em posição de subordinação ao mercado, o que evidencia “como o capital é o determinante do processo de trabalho camponês” (TAVARES dos SANTOS, 1978), e como ver na propriedade privada da terra a possibilidade de autonomia é, em verdade, uma marca do discurso ideológico burguês.

Entendemos que no capitalismo, o conceito de campesinato identifica um grupo social com uma história passada e futura de super exploração do trabalho¹⁵⁴, esta é a condição comum que possibilita a compreensão de realidades agrárias culturalmente distintas ao redor do mundo sob esse mesmo prisma. Assim, não são os seus traços culturais, mas sim sua determinação histórica, como afirmou Martins (1990), de miseráveis, explorados, excluídos da possibilidade de acumular capital e distintos dos outros explorados por serem produtores diretos, donos nos meios de produção. Unidos pela subordinação, sujeitados como todos os outros, embora produtores.

A ideia de “autonomia”, no que se refere à produção camponesa e sua reprodução, aparece, assim, enquanto ilusão. Nesse sentido, diante do debate apresentado acerca do campesinato e da agricultura familiar, talvez seja exatamente a compreensão, mesmo que inconsciente, da subordinação a qual o campesinato está predestinado que faça brilhar ainda mais forte a promessa de prosperidade da agricultura familiar. Podemos entender a agricultura familiar, enquanto conceito, como fruto da demagogia burguesa, expressão resultante do processo de modernização da agricultura num movimento de profecia auto realizada.

Enquanto disfarça as contradições e a violenta exploração do trabalho camponês no capitalismo, o conceito de agricultura familiar oferece uma válvula de escape, a ilusão de um sujeito do campo autônomo, livre para conquistar o seu lugar ao sol enquanto moderno agricultor familiar empreendedor. A ideologia enquanto ferramenta de controle social realiza a ética burguesa do trabalho na consciência do camponês “na medida em que ele necessariamente precisa legitimar subjetivamente sua situação de proprietário independente das condições do próprio trabalho, diante da dominação avassaladora do modo de produção capitalista” (TAVARES dos SANTOS, 1978). Paula Ferreira (2023), ao falar da percepção das pessoas produtoras agrícolas do território de Irecê, nos dá um exemplo desse processo,

¹⁵⁴ Nos referimos aqui especificamente a história do campesinato dentro da economia capitalista.

“A região é uma região da agricultura familiar, como a gente vem também desse processo de formação, de não ter movimento social no território, a gente não vê muita discussão de camponês, sabe?

Assim, se identifica muito com os agricultores familiares com traços de camponês, mas essa categoria [campesinato], por exemplo, em todo o processo nosso da discussão não aparece no território (...)”

No campo das disputas de representação política e projeto de sociedade, a Agroecologia surge, como vimos, em resposta às mudanças ocorridas na dinâmica do mercado agroalimentar ao longo do processo de modernização da agricultura. Ela propõe um resgate dos conhecimentos ancestrais dos povos tradicionais (camponeses, ribeirinhos, quilombolas e povos originários) como forma de promover uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental e social. Contudo, embora busque fazer frente à vários princípios da lógica capitalista, ela é o resultado de um processo histórico determinado pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista e como tal não está livre das suas contradições. Portanto, a seguir faremos o exercício de compreende como as estratégias da agroecologia, sua relação com o campesinato e com a agricultura familiar, assim como suas contradições se apresentam a partir da observação da experiência da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Das contradições I - Agroecologia na esteira da profissionalização da agricultura e de seus sujeitos

Enquanto novo paradigma socioeconômico, Caporal e Costabeber (2009) problematizam que a Agroecologia, apesar de estar relacionada às agriculturas ecológicas, não deve ser reduzida apenas a um modelo de agricultura, uma vez que isso reduziria o seu potencial como enfoque científico baseado em premissas filosóficas e políticas “alternativas” que buscam a transformação das relações sociais. Assim, igualmente necessário é problematizar as contradições que emergem da Agroecologia no seu campo prático, bem como no político-filosófico.

Embora proponha uma valorização e maior proximidade com os conhecimentos ancestrais da agricultura — isto é, ao saber-fazer dos povos originários, quilombolas, camponeses e ribeirinhos —, a Agroecologia no manejo dos agroecossistemas, como afirmam os seus teóricos, também se baseia na aplicação de novos conhecimentos e tecnologias e, neste sentido, contribui para o processo de profissionalização da agricultura e do camponês, bem como

do seu “equivalente” moderno, o agricultor familiar. Enquanto “novo paradigma social”, a Agroecologia não consegue romper com o determinante histórico do processo capitalista de inovação tecnológica — uma vez que está inserida num sistema socioeconômico hegemônico, ela é igualmente determinada por seu processo histórico material.

Como enfatiza Wanderley (2003), a introdução de novas tecnologias na produção agrícola, o seu processo de modernização, causou profundas mudanças nas relações sociais que estruturam o mundo rural tradicional – este processo impõe o *tempo abstrato* do mundo industrial em oposição ao *tempo diferenciado* do campo, associado às vicissitudes da natureza. Esta autora, ao problematizar a profissionalização do camponês, consequência do processo de modernização da agricultura, afirma que,

“O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica.” (WANDERLEY, 2003, p. 46)

Ao pensar na questão da qualificação técnica do trabalhador rural em relação aos novos modelos produtivos propostos e construídos pelo movimento agroecológico não podemos ignorar, como aponta Harvey (2011), que a exigência de novos requisitos de qualidade de trabalho criam tensões no mercado de trabalho. De acordo com este autor, a “produção da precariedade crônica por meio da desqualificação e requalificação é apoiada pelo desemprego tecnologicamente induzido” (HARVEY, 2011). O que nos leva à questão levantada por Bruno (2016) sobre a figura do *agricultor familiar orientado* em contraposição à do *agricultor familiar marginal*, onde “integração e exclusão são faces de um mesmo processo e se complementam na relação que as negam”, daí conclui que a existência do primeiro reafirma a exclusão do segundo.

O Núcleo Serra Grande traz um exemplo interessante do processo descrito no parágrafo anterior, no qual, ao mesmo tempo em que tem como associado da Rede uma fazenda administrada por uma pessoa formada em Engenharia de Alimentos, apresentada como “sócia”

do proprietário que mora em Salvador¹⁵⁵; tem também agricultores nativos com baixo grau de escolaridade que, embora certificados pela Rede, tiram o seu sustento do trabalho assalariado realizado em outras unidades produtivas que não as suas.

Vemos nessa composição a reprodução de uma elite agrária capitalizada, que mantém uma hegemonia do poder econômico e reafirma o que Bruno (2016) chamou de “o tempo do agronegócio”¹⁵⁶, no qual o agronegócio, formado pela elite agrária nacional, através da sua atuação, admite apenas a figura do *empreendedor familiar rural*, subjugando e excluindo a figura do *agricultor marginal*. Todavia, esse processo de exclusão não é necessariamente literal, uma vez que esse agricultor marginal¹⁵⁷ tem um importante papel dentro do modo de produção capitalista, ele barateia, através da sua agricultura de substância, o custo da reprodução da força de trabalho no campo e nas cidades (OLIVEIRA, 2003), como já foi mencionado.

Ademais, outros relatos apresentados no capítulo terceiro desta dissertação, mostraram que a compreensão de uma parte dos membros desse núcleo em relação ao trabalho positiva a profissionalização das famílias agricultoras do núcleo — promovendo a sua capacitação no que se refere à gestão financeira-administrativa de suas propriedades, no caminho de torna-las empresas familiares rurais. A mesma percepção não aparece nos relatos das pessoas entrevistadas no Núcleo Raízes do Sertão, nos quais a profissionalização do agricultor não foi mencionada em nenhum contexto. Contudo, é certo que o processo de profissionalização do agricultor está presente também no núcleo do TI Irecê, uma vez que é parte do modo capitalista de produção no seu momento atual.

Interessante notar na diferença entre os dois contextos citados que, enquanto no primeiro a profissionalização aparece no discurso, na ideologia dos produtos que já estão incorporados na lógica da empresa familiar, em contraposição àqueles que seguem vivendo numa “cultura do não trabalho”, como foi chamada pelos entrevistados. No segundo, esta profissionalização parece acontecer pela necessidade do trabalho em si, de realiza-lo, de viabilizar a reprodução das

¹⁵⁵ A fazenda em questão é descrita como uma grande propriedade da época dos “coronéis do cacau”, “tocada” pelos herdeiros (netos). Produz pupunha e cacau, tem uma agroindústria certificada pela Rede que também presta serviço para outros associados que trabalham com o beneficiamento do cacau, mas que não têm condições de montar suas próprias unidades de processamento certificadas. Escoa a produção para Salvador.

¹⁵⁶ “No terceiro momento, considerado o tempo do agronegócio, o discurso sobre a estrutura social no campo resume-se à presença de dois grupos sociais: o agronegócio e o empreendedor familiar rural.” (BRUNO, 2016)

¹⁵⁷ Figura que engloba o campesinato tradicional, assim como pequena agricultura familiar descapitalizada.

famílias, e não tanto como discurso ideológico interiorizado — como meta expressa de uma forma empresarial de organização do trabalho familiar.

A reestruturação produtiva foi tão bem sucedida em implementar a lógica agroindustrial no campo que, em algumas regiões do estado onde o agronegócio tem raízes mais profundas, como nos territórios do Núcleo Mongoió¹⁵⁸, é difícil encontrar agricultores/as e trabalhadores/as rurais que acreditem que a agroecologia, enquanto técnica produtiva, é eficaz e viável. O principal cultivo permanente da região onde está inserido este núcleo é o café, em especial o município de Barra do Choça — cuja participação na produção de café do TI Sudoeste Baiano foi da ordem de 51,9% em 2012 (SEI, 2015). No entanto, de acordo com o relato de Mara Rubia Ferreira (2023), existem apenas duas produções orgânicas no TI — a dela, certificada pela Rede Povos e uma outra, cuja certificação é feita por empresa de auditoria — o restante dos cultivos de café é tudo convencional.

De acordo com o relato de Mara (2023), a adaptação da mão de obra ao formato da agricultura agroecológica é muito difícil, por se tratar de uma região que não tem um movimento de agroecologia e de produção orgânica fortes, todo o contexto social está inserido na lógica da produção convencional com uso de agrotóxicos. Consequentemente, existe pouca possibilidade de formações técnicas para a produção orgânica agroecológica. Mesmo tendo conseguido trazer Ernst Götsch, referência em agrofloresta hoje no Brasil, para dar um curso sobre SAFs em sua fazenda, ainda assim percebe uma resistência grande dos trabalhadores rurais acostumados com as práticas de plantio convencionais.

Mara Rubia Andrade Ferreira (2023),

“É difícil trabalhar com o pessoal da zona rural, que já tem aquela coisa ali do convencional. E o fato de ser mulher também, eu acredito que me deixa numa situação um pouco mais difícil ainda, na hora de passar algumas coordenadas, o que eu já acho meio absurdo. Infelizmente, na zona rural, o machismo é forte. E aí, quando você ainda chega com essa coisa de cuidar da terra, cobrir o solo, a pessoa acha meio... que está perdendo tempo e não vai a lugar nenhum com aquilo ali.”

¹⁵⁸ TI Sudoeste Baiano (também conhecido com TI Vitória da Conquista) e TI Médio Sudoeste Baiano. O município de Vitória da Conquista tem grande importância em toda a região do sudoeste do estado, é o terceiro maior município em número de habitantes da Bahia. Sua influência se dá pela diversidade e pelo dinamismo do setor de comércio e serviços em Vitória da Conquista, que serve também de entreposto na malha rodoviária federal. (SEI, 2015)

Diante deste cenário, a idéia de uma Rede de Agroecologia e de um SPG é algo muito novo e embrionário, que ainda não conquistou muitos corações nos territórios deste núcleo. De acordo com o relato de Mara Rubia Ferreira, faltam recursos e assistência técnica para impulsionar o Núcleo Mongoió — assistência técnica não apenas na esfera da Rede Povos da Mata, mas como uma necessidade em termos de políticas públicas que foquem especificamente a produção de alimentos orgânicos.

A demanda por políticas públicas direcionadas especificamente para a produção agroecológica e orgânica também apareceu em outros relatos, o que nos faz pensar que é possível traçar um paralelo entre o agronegócio e a agroecologia com a ideia de Harvey (2011) de “produção de uma precariedade crônica” (HARVEY, 2011). No qual o primeiro, por ser a prática de uma elite agrária detentora de grande poder econômico e político, dita as regras da legislação e consegue articular para si grandes benefícios e incentivos, fazendo com que as leis atuem a seu serviço. Enquanto que a segunda ocupa um lugar nas políticas agrária e ambiental quase que acessório, onde precisa se adaptar à leis criadas a partir das demandas do mercado e não da realidade e necessidade dos produtores.

Das contradições II - a certificação orgânica, a comercialização e a Lei na seleção do empreendedor familiar rural

No movimento de afirmar-se *alternativa* ao modo de produção capitalista e à sua lógica, a Agroecologia propõe a construção social participativa de conhecimentos e técnicas capazes de criar novos modelos de desenvolvimento, mais sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2009). Contudo, o caráter participativo anunciado não a livra da contradição que emerge do processo de profissionalização do campesinato, tampouco a tecnologia aplicada em prol de um modelo “mais sustentável de desenvolvimento” escapa das contradições colocadas pela reprodução do capitalismo.

Em relato sobre a sua experiência dentro da Rede de Agroecologia Povos da Mata, Gustavo Grando (2023), ao falar das mudanças de rumo nas estratégias e na militância em relação a produção agroecológica, certificação e comercialização, feitas por dele e por sua companheira Fabiola Ribeiro, além de um grupo de agricultores parceiros, conta que o que os

motivou a se desvincular da Rede e abrir mão da certificação e do selo¹⁵⁹ foi a percepção de que a Rede, de alguma forma, estava deixando em segundo plano o que seria os principais aspectos filosóficos e sociais da Agroecologia e se curvando às determinações do mercado através das exigências legais-burocráticas do Estado.

Na unidade produtiva desse casal, por exemplo, trabalham com o sistema de produção agroflorestal, no qual todo o processo de manejo e plantio envolve também a produção dos próprios insumos, como o adubo proveniente de podas trituradas. Contudo, de acordo com Gustavo, para que eles conseguissem a certificação orgânica desse tipo de manejo era necessário mandar para análise os adubos por eles produzidos, o que era inviável do ponto de vista econômico¹⁶⁰. Aponta a contradição que se cria quando, para se certificar uma produção agroecológica, comprar todos os insumos de fora (de um produtor já certificado) torna-se “mais fácil” do que produzi-los na própria unidade produtiva¹⁶¹. A contradição reside no fato de que para a Agroecologia a sustentabilidade e auto-suficiência dos agroecossistemas são princípios importantes.

Nesse contexto, existe uma desproporcionalidade muito grande do que é exigido do produtor orgânico em relação ao que é exigido do produtor convencional. Não existe hoje na legislação uma responsabilização e fiscalização da produção convencional — que é a modalidade que mais polui e contamina o meio ambiente e as populações humanas — com a mesma rigidez que existe para a produção orgânica. Assim, todo o ônus da devastação ambiental acaba por recair não sobre os seus perpetradores, mas sobre quem se propõe a adotar uma prática agroecológica. De acordo com Gustavo (2023),

“Desses todos anos trabalhando com certificação, a gente percebeu que a limitação que o ministério, cada vez mais dificultando, impossibilitando as relações, era só preocupação com certificação e não com formação, educação, outras coisas. Então as redes... Isso até com a Rede Ecovida aconteceu, com a Rede Povos da Mata, era tudo preocupação com auditoria, “não tá nada errado”, exigências assim, excluindo pessoas...”

¹⁵⁹ E consequentemente da possibilidade de comercializar a sua produção como orgânica nos mercados onde a certificação é uma exigência, como por exemplo as vendas para os programas de aquisição de alimentos do governo dentro da categoria de orgânico — que remunera melhor o produtor. Ademais, ficam impossibilitados de participar de circuitos de comercialização longos e fora dos circuitos entre Redes de agroecologia, como os que abastecem as redes de supermercados ou lojas especializadas em produtos orgânicos.

¹⁶⁰ Esta exigência da legislação é feita mesmo quando a unidade produtiva está localizada em um contexto de ausência de cultivos convencionais nos seus arredores. O que, de acordo com Gustavo, era o caso dele e de Fabíola.

¹⁶¹ Essa situação é um “beco sem saída” para o/a produtor/a uma vez que, no contexto de uma unidade produtiva pequena tanto comprar insumos de fora, quanto pagar para mandar os seus próprios para análise e certificação, torna a produção economicamente insustentável.

Daí a gente viu nesse tempo que o processo não tava andando legal. E a gente fez até umas reuniões com o Ministério, com algumas pessoas e falou “— olha, nossa posição é essa”. Porque as pessoas vão acatando e vai ficando tipo um nicho de mercado só, sabe?

Você não tem, digamos, exponencialmente o crescimento, só tem redução. Você começa, cresce e diminui, assim, porque as exigências são muitas.

Se quem jogasse veneno tivesse tanta exigência assim ia até parar de produzir, porque para produzir certificado assim é muita coisa, isso não estava de acordo com a realidade. E muita gente da Rede acatando isso, mas como... e colocando em cima dos outros, tirando. Então a gente falou “não, esse não é o nosso processo”, por mais que a gente seja... iniciou a Rede, criou ela, no processo com todo mundo (...).”

Essa rigidez das regras e normativas que regulam a produção orgânica no país é incorporada nas práticas e normativas do próprio SPG, em parte porque é a lei e não se pode escapar dela e em parte, na visão de Gustavo, porque as pessoas estão tão focadas em conseguir e manter a certificação, garantindo assim um nicho de mercado, que não questionam a legislação definida pelo Estado. Esse movimento acaba por resultar num controle muito forte da Rede, cuja consequência é a exclusão de quem não consegue chegar nos critérios estabelecidos¹⁶². De acordo com o entrevistado, algumas famílias produtoras deixaram a Rede devido a burocracia e por não conseguirem alcançar esses critérios, embora, segundo ele, mantivessem uma produção agroecológica em suas unidades produtivas. Para ele o SPG deveria ser uma forma de contestar essa direção que está sendo tomada pela legislação, uma ferramenta social capaz de trazer a lei mais para a realidade do produtor, que trabalhasse em seu benefício.

Ao entrarmos no campo do mercado, a certificação é "vendida" como algo que pode potencializar a comercialização, por garantir credibilidade para quem compra, por abrir as portas do nicho de mercado dos orgânicos, institucionais ou não. De acordo com Rover e Lampa (2013) a “abertura de espaços de comercialização é um dos principais entraves para a ampliação da produção de base ecológica”, sendo a construção social de mercados, de forma politicamente orientada, uma disputa de paradigmas dentro da cadeia produtiva. Este entrave é vivenciado por grande parte dos pequenos produtores agrícolas, sobretudo daqueles que se encaixam no perfil do produtor “marginal”, não se restringindo apenas à produção de base ecológica.

A capacidade de escoamento da produção é vista pelos autores como algo imprescindível para a expansão da produção agroecológica. Contudo, é possível perceber na experiência da

¹⁶² Faz-se importante ressaltar aqui que as vezes não conseguir chegar nesses critérios significa que eles inviabilizam economicamente a atividade do produtor. Por exemplo, a área de amortecimento, de barreira de contaminação entre a divisa da propriedade e o local da produção não pode ter nenhuma planta de produção, caso contrário você não consegue vender nada da sua produção por risco de contaminação.

Rede Povos que o selo por si só não garante a venda, o que o faz é a capacidade do produtor em conseguir viabilizar canais de escoamento viáveis para a sua realidade específica (achar o “bom consumidor”) ou, como vimos no parágrafo anterior, a sua capacidade de construção social de mercados. Sobre esse ponto, entrevistados dos diferentes núcleos concordam que, um dos grandes desafios das pessoas agricultoras que vivem da terra hoje é ter que se ocupar não “apenas” de plantar, cuidar e colher, mas também de operacionalizar toda a parte de comercialização¹⁶³.

Na experiência de Gustavo e Fabíola, para viabilizar economicamente o empreendimento foi preciso abrir mão da certificação. Embora na prática a produção deles continue sendo agroecológica e orgânica, foi mais vantajoso deixar de ser certificado do que se adequar às normativas da Rede de Agroecologia Povos da Mata e do MAPA.

Gustavo (2023),

“É porque o selo vai trazer credibilidade pro consumidor que ele tá no mercado, ele não tá nesses circuitos curtos, entendeu? Então assim, pra quem quer o mercado pra vender... Walmart, Carrefour, Pão de Açúcar tal... ele não vai poder fugir do selo, porque o vínculo que ele tem com o consumidor é o selo. Nem é vínculo, tipo, está ali, é credibilidade. (...)

Porque quem tá no circuito curto, a relação do consumidor ou, pelo menos, o agricultor, com quem faz a rota, com o grupo de consumidor, a gente não precisa de selo, né? A gente tem que mostrar, conhecer, visitar, tá? Então isso é muito mais credibilidade, né? E se é um circuito, digamos, curto, mas ele vem, por exemplo, do sul pra cá, a gente chama de circuito curto porque a gente conhece o agricultor de lá... se reúne, faz reunião, você está se conversando, então você está junto, está criando um processo junto.”

Embora tenham aberto mão da certificação, o casal e o grupo de agricultores com os quais trabalham, afirmam que se mantem fazendo o controle social de conformidade orgânica, construindo junto aos consumidores a rastreabilidade dos produtos, o que Gustavo chamou de *blockchain*¹⁶⁴. Essa rastreabilidade acontece inclusive nos circuitos mais longos geograficamente, entendidos por eles como curtos do ponto de vista relacional uma vez que, embora venham do Sul do país e tenham uma pegada de carbono maior, são produtores que se

¹⁶³ No que se refere a experiência de participação de uma SPG, os relatos trazem que, em cima do que já é um desafio, soma-se uma sobrecarga de trabalho extra para aquelas pessoas que participam ativamente do funcionamento da Rede Povos da Mata nos cargos de coordenação e afins. Além do trabalho realizado nesses cargos ser voluntário, ou seja, não remunera o/a agricultor/a, ele ocupa o tempo daquela pessoa que, ao invés de estar dedicando-o para a sua atividade fim (a agricultura), dedica uma parcela significativa do seu tempo nos afazeres do SPG.

¹⁶⁴ O termo *blockchain* no contexto das cadeias de produção é utilizado para falar do rastreio do movimento de produtos ao longo da cadeia de suprimentos, garantindo autenticidade e transparência.

conhecem, conhecem os processos de produção uns dos outros e atuam em cooperação para o fortalecimento mútuo. Isso é repassado para os consumidores no processo de construção de relações de confiança e credibilidade entre produtores e consumidores no momento da venda direta.

Enquanto Gustavo entende o selo orgânico como um elemento que traz credibilidade para aqueles consumidores que estão inseridos majoritariamente em circuitos longos (das compras em grandes redes de supermercado), sendo menos importante no que diz respeito à comercialização em circuitos curtos — devido a maior proximidade entre produtor e consumidor —, Paula percebe o selo como uma conquista, uma “coroação” e reconhecimento de um trabalho de luta e conscientização que vem sendo realizado há anos pelo movimento de agroecologia do TI Irecê e que teve sim impactos positivos na inclusão das famílias agricultoras nos circuitos curtos e longos de comercialização.

Verifica-se que a experiência do Núcleo Serra Grande diverge daquela vivenciada pelos agricultores do Núcleo Raízes do Sertão, a análise comparativa desses dois núcleos nos permite ver os dois lados de uma mesma moeda. De um lado, o primeiro apresenta, como foi descrito no capítulo terceiro, uma maior dificuldade para organizar estratégias de comercialização coletivas, cada agricultor se organiza individualmente para conseguir escoar a sua produção, aqueles com mais recursos¹⁶⁵ conseguem melhores clientes, os com menos permanecem presos a um ciclo histórico de fragilidade econômica.

De acordo com o relato de Ayala Baez, muitos produtores entram na Rede achando que o selo orgânico abrirá automaticamente as portas do mercado e da comercialização. Embora seja verificável que o selo permite agregar mais valor ao produto, ele não resolve a operacionalização da comercialização em si. A frustração das expectativas de venda no caso do Núcleo Serra Grande foi, segundo a entrevistada, um dos motivos de saída de famílias agricultoras do núcleo. Tais expectativas, de que o núcleo “entregasse” mais no que se refere à comercialização, eram alimentadas também pelo fato deste núcleo ter a maior anuidade da Rede¹⁶⁶. No entanto, como

¹⁶⁵ Aqui usamos a palavra “recurso” de forma ampla, significando não apenas recursos financeiros, mas também sócio culturais, como níveis de escolaridade, histórico familiar, lugar de origem, entre outros.

¹⁶⁶ Cada núcleo tem uma anuidade própria, definida internamente, como vimos no capítulo segunda desta dissertação. A anuidade da Rede é definida em Assembléia e o seu valor é igual para todos os seus núcleos, atualmente esta taxa é R\$140. O/a agricultor/a do Núcleo Serra Grande paga R\$210 de anuidade do núcleo, ao todo é um montante anual da ordem de R\$350. A título comparativo, a anuidade do Núcleo Raízes do Sertão é R\$ 40,00.

podemos ver no trecho a seguir, Ayala (2023) ressalta que o propósito da Rede de Agroecologia Povos da Mata é ser um OPAC e não uma rede de articulação de comercialização.

“(…) qualquer produto que você tiver em mão, você tem que saber vender. A Rede de Agroecologia é certificadora, então ela só certifica o seu produto, não quer dizer que vai solucionar a sua parte de venda. Então a gente entrou achando que talvez ia conseguir vender mais fácil, mas mesmo assim você tem que correr atrás do seu empreendimento.”

De fato, em seus documentos oficiais, como o regimento interno e o seu estatuto social, o propósito expresso da Rede de Agroecologia Povos da Mata é a certificação participativa e não a comercialização. Situação que não impede a organização autônoma das/os produtoras/es para buscarem uma forma de comercialização coletivamente mais vantajosa. Este parece ser o caso das famílias produtoras do Núcleo Raízes do Sertão, que vem crescendo expressivamente nos últimos anos e cuja capacidade de organização da comercialização impressiona. No caso desse núcleo a relação selo-comercialização parece até se inverter, a obtenção do selo nem sempre é o chamariz, o que muitas vezes faz crescer os olhos é a capacidade das famílias do núcleo de garantirem a venda de suas produções. Para quem vive da terra e do que nela produz a comercialização é um ponto chave.

Ainda no que se refere à comercialização ou melhor, a um momento anterior, mas imperativo para que ela ocorra dentro do que rege a lei brasileira, observamos que as normativas acerca das normas sanitárias de empacotamento e rotulagem, nos níveis municipais, estaduais e federais são limitantes de práticas que fazem parte dos princípios da Agroecologia e não condizem com a realidade da pequena agricultura familiar. Um exemplo, relatado por Gustavo (2023) a seguir, é o das embalagens, cujas determinações legais muitas vezes são um impeditivo para a comercialização, seja porque estão num padrão inalcançável para alguns produtores, seja porque a legislação não permite formas de embalagem mais ecológicas.

“A gente não quer usar plástico, por exemplo, pra entregar. A gente quer vender a granel com saco de papel, né? Tipo o nosso espaço aqui, eu tô falando do nosso, da gente, eu não posso generalizar (...) Aí se você pegar, por exemplo, se cai a fiscalização você não pode vender um quinto de feijão num pacote de papel.

Você tem que vender no plástico, rotulado, na norma, o selo, com o teu design ali, descrito que não precisa da Anvisa. Meu, é uma burocracia que cai pra um cara alfabeto lá no meio do mato, que nunca conseguiu estudar... Ele tem que saber da Anvisa, tem que saber 'não sei o que', tem que saber se tem certificação. Nossa, tipo, para agricultor pequeno familiar isso aí está sendo altamente inviável. Aí, a gente precisa do quê? ONG para trabalhar projeto,

milhões, técnico, muitas vezes não sabe direito e o cara perde certificação... Nossa! leva três, quatro anos para acessar, né?”

Essa realidade legislativa e a burocratização dos processos pesa ainda mais para os pequenos produtores agroecológicos que, além de terem que seguir toda uma normativa rígida para a produção, quando querem conseguir a certificação, também tem que dominar procedimentos de embalagem e rotulagem que dependem da contratação de mão de obra especializada, como a consultoria de técnico, um engenheiro de alimentos ou nutricionista, um designer e assim por diante. Assim, mesmo que a certificação via o processo de um SPG seja mais barata que a por auditoria externa, o processo como um todo fica muito custoso e inviável economicamente, tanto porque requer dinheiro quanto porque requer do produtor muito tempo de trabalho fora da sua atividade fim e de conhecimentos que ele não domina.

De acordo com Gustavo (2023),

“Então a certificação... ela é para o mercado, acho que mais distante, ela vale, acho que é credibilidade. Agora, para circuitos curtos, assim, eu vejo que o caminho é se unir. E aí, por causa de todo esse desafio, a certificação ela tira o contato do agricultor com o consumidor, porque mesmo no SPG, porque ele tá preocupado nas normas, ele tem que ir lá ver a barreira dele, ele tem que estar nas reuniões discutindo norma de punição, punição é muito, várias punições... então ele vai se perdendo nisso e não consegue estar ali, visitando o consumidor, alavancando isso. Porque são produtores familiares, não são empresas, pra ter um setor lá de comunicação, outro setor de vendas. Não existe isso, o mesmo cara que está plantando tem que estar vendendo (...)”

Na medida que é o mercado que dita as regras do jogo, isto é, continua sendo em torno das necessidades dele que a legislação que regula a produção, processamento e embalagem é elaborada, nos parece que tais estratégias possam ser uma tentativa de saída interna do próprio capitalismo, algo parecido com a ideia do *ajuste espacial* do Harvey. Uma resposta que se apresenta como alternativa, mas que acaba por realizar as relações capitalistas de produção e reprodução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados do século passado, Josué de Castro (1967) escreveu em seu livro *Geografia da fome* que “a fome coletiva é um fenômeno social” generalizado e geograficamente universal. Em 2023, num mundo pós pandemia de COVID-19 e diante de uma guerra entre dois importantes países produtores de *commodities* agrícolas, não deixa de ser impressionante como essa afirmação continua verdadeira. Podemos afirmar que, os impactos da pandemia no mundo reacenderam o debate sobre a fome ao escancarar a fragilidade dos avanços percebidos nas três décadas anteriores. As previsões para o futuro apresentam um cenário global ainda mais trágico, com piora no índices de fome, insegurança alimentar e desnutrição, é esperado que quase 600 milhões de pessoas no mundo sofram de desnutrição crônica até 2030 (FAO, 2023).

As situações de fome vivenciadas hoje no mundo, e no Brasil, em conjunto com o contexto político econômico global, atualizam a problemática alimentar do século XX apresentada no início deste trabalho, reforçando as críticas ao atual regime alimentar em que vivemos, o corporativo. No contexto desse debate, mobilizamos a noção de soberania alimentar enquanto perspectiva fundamental para o combate à fome no mundo, entendendo-a como caminho capaz de provocar mudanças sistêmicas significativas através da autodeterminação dos povos, criando relações socioeconômicas de prosperidade e abundância para todas as pessoas, condizentes com as suas realidades e especificidades socioculturais.

Enquanto a noção de soberania alimentar aparece como bandeira dos movimentos sociais pela alimentação mais radicais nas esferas mais amplas do debate público e da disputa política, a agroecologia aparece como ferramenta através da qual essa luta pode se materializar no espaço e na sociedade. No campo da ciência, através da construção de um arcabouço científico que dê sustentação às idéias revolucionárias dos movimentos sociais, bem como no campo prático da ação, enquanto conjunto de práticas concretas na agricultura e em outras atividades da reprodução social.

É neste contexto que a experiência da Rede de Agroecologia Povos da Mata, pioneira em certificação participativa no estado da Bahia, se apresenta como um movimento social através do qual é possível observar as contradições que emergem da teoria e prática dos movimentos da agroecologia em sua interação com o mercado e sociedade capitalista. Assim, a decisão em se

fazer uma análise comparativa entre os núcleos Serra Grande¹⁶⁷ e Raízes do Sertão foi tomada baseada no entendimento — construído a partir do trabalho de campo, das entrevistas e dos materiais analisados — que as experiências desses dois núcleos nas relações de produção, certificação e comercialização exemplificam, em alguma medida, tais contradições.

No caso do Núcleo Serra Grande, vimos que a história da formação das relações sociais de produção no seu território, mesmo depois da decadência da economia do cacau, deixou marcas profundas que perpetuaram antigas ordens sociais de propriedade fundiária, relação de trabalho e acumulação de capital, modernizando o antigo sistema dos coronéis. Como anuncia a máxima de Giuseppe Lampedusa, *tudo deve mudar para que tudo fique como está*.

Observamos que o perfil dos produtores deste núcleo é caracterizado pela forte presença de pessoas estrangeiras, de fora do território e de fora do país que, ao que tudo indica, são mais capitalizadas e com outras fontes de renda, que não apenas a atividade agrícola. Algumas das suas unidades produtivas caracterizam-se por serem grandes propriedades de herdeiras/os dos coronéis do cacau. Junto a isso observamos, nos relatos colhidos, um baixo grau de engajamento das pessoas associadas, tanto no que diz respeito às funções de gestão do SPG, quanto no sentido de uma articulação coletiva da comercialização.

Ademais, percebemos nos relatos um alinhamento com a visão de agricultura familiar moderna de Abramovay, a qual Marques (2008) faz a crítica, na qual a ênfase é dada ao espírito empreendedor desse “novo” sujeito do campo. Nota-se na percepção das pessoas ouvidas uma grande frustração em relação a “cultura do trabalho” do território, que é vista como atrasada e como um obstáculo para o desenvolvimento da economia regional. O que nos remete a pergunta: seria esse incomodo o reflexo da relação conflituosa entre um campesinato nativo, com suas especificidades históricas, e uma nova formação de agricultores familiares orientados pela visão neoliberal da atividade agrícola?

Estas percepções, junto ao perfil produtivo do núcleo — ainda muito orientado pela produção e beneficiamento do cacau —, nos levam ao questionamento de se as dificuldades de articulação coletiva de novos e melhores canais de escoamento para todas as pessoas, seria a manifestação de um espírito de competição interna, a partir do qual o produtores e produtoras

¹⁶⁷ Todavia, é importante ressaltar que as nossas observações acerca da experiência deste núcleo foram realizadas a partir da análise de documentos e dados, mas sobretudo, a partir das entrevistas realizadas com pessoas agricultoras que ocupavam algum cargo na gestão do núcleo ou da Rede. Portanto, sublinhamos que a ausência de trabalho de campo para este núcleo implicou, sem dúvida, em uma perda significativa na capacidade da análise por nós realizada. Sendo assim, nossas percepções são fruto da interpretação do mosaico criado através dos relatos e documentação, o que certamente não engloba as nuances da realidade, perceptíveis apenas quando se vai a campo.

estariam no mercado enquanto concorrentes. Isso nos leva a pensar que, na experiência deste núcleo, o SPG pode estar sendo usado como forma de alcançar maiores vantagens comerciais, a partir do selo de certificação orgânica, na disputa de nichos de mercado de alto poder aquisitivo. Uma vez que, como vimos, a população local do território não é o público alvo da venda desses produtos, devido ao seu baixo poder aquisitivo relatado e observado nos dados do IBGE.

No que se refere aos produtores e produtoras do Núcleo Serra Grande com capital para certificar suas produções por meio de empresas de auditoria externa, nos parece que a sua existência no contexto de um SPG explicita o movimento de captura e apropriação capitalista das tecnologias e estratégias de resistência dos movimentos sociais. Não dizemos aqui que o façam de forma consciente e maquiavélica, necessariamente, mas sim que, a forma de relação social através da qual atuam no mundo é reveladora da sua classe social. Realizam-se como expressão de uma elite agrária que se aproveita de sistemas participativos socialmente construídos para baratear o seu custo de produção.

Assim, nossas investigações indicam que é preciso estarmos atentas às contradições e ao jogo de forças que elas revelam dentro do sistema capitalista. No caso, entendemos que a agroecologia pode ter um papel antagônico na disputa dos projetos políticos de regime alimentar, por um lado, atuando como força “contra revolucionária”¹⁶⁸, na medida que resgata técnicas, práticas e saberes dos povos tradicionais do campo, rompendo, até certo ponto, com a modernização (literalmente) tóxica da Revolução Verde. Por outro, em alguns contextos, reitera o processo de profissionalização do campesinato imposto pelo capitalismo, e de seleção e exclusão dos/as produtores/as vocacionados através da submissão e adesão ao aparato legal do Estado, organizado, em última instância, pelo e para o mercado.

Assim, quando Marx e Engels (1998) invertem a noção Hegeliana e afirmam que é a sociedade civil que cria o Estado, e não o contrário, eles expõem — a partir da análise da formação social das ideologias — o Estado como defensor dos interesses de uma classe dominante e não dos interesses comuns da sociedade. Explicitando dessa maneira que o Estado se impõe enquanto comunidade dos homens, mas como comunidade ilusória pois, por detrás das

¹⁶⁸ Importante ressaltar que o uso do termo “contra revolucionário” é mais costumeiro para se referir a movimentos conservadores de direita. No entanto, de forma mais ampla, o termo pode ser aplicado a qualquer pessoa ou movimento que se opõe ativamente a uma revolução, seja qual for a posição em que se encontra dentro do espectro político. É neste último que se encontra o nosso uso do termo.

aparências ideológicas, ele aparece necessariamente como órgão de dominação das classes dominantes¹⁶⁹.

“Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época. (...) Forja-se a ilusão histórica de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe, mas de ideias abstratas como as de honra e lealdade (na sociedade aristocrática) e as de liberdade e igualdade (na sociedade burguesa)”. (MARX e ENGELS, 1998, p. XXXII)

Por esse viés, nos parece que, a agroecologia enquanto ciência absorve o *campesinato* enquanto fonte de saberes preciosos, mas é com (a ideia concretizada do) o *agricultor familiar* que ela parece se associar na prática. O que nos levanta a questão: ao adotar o conceito de agricultura familiar em detrimento de campesinato¹⁷⁰, estaria a agroecologia se deixando mediar pela ideologia e projeto político da classe a qual pretende fazer frente? Tal mediação poderia ser compreendida como a subversão e apropriação das idéias revolucionárias dos movimentos sociais pelo capitalismo?

A agroecologia na forma de simples cartilha técnica de produção agrícola ecológica não parece conseguir alcançar a potencialidade de transformação que ela, sob uma perspectiva científica holística, se propõe a fazer. Ao falhar em transpor a crítica social, dos seus ramos mais politizados, para a ação na realidade concreta — mantendo a base das relações sociais de produção capitalista inalteradas — transforma-se em um diferencial tecnológico que atua, como vimos no decorrer desta pesquisa, como uma ferramenta de seleção e exclusão dos sujeitos adaptados e adaptáveis (ou não) às determinações do mercado e de profissionalização do campesinato.

De acordo com Harvey (2011), as escolhas de tecnologias e formas organizacionais mediam, no capitalismo, as relações entre capital e trabalho, e entre capital e natureza, daí o

¹⁶⁹ “A fim de evitar sua dissolução pelas contradições de classe, a sociedade civil deve se condensar no Estado e se apresentar enquanto Estado. Isto é, enquanto ilusão de um interesse comum sobreposto às contradições de classe e capaz de encobrir a dominação de uma classe sobre as outras. A força multiplicada decorrente da cooperação entre os homens gera um poder social que adquire a forma do Estado e aparece a estes homens não como poder deles próprios, porém como poder alienado, à margem dos homens e fora do alcance do seu controle.” (MARX e ENGELS, 1998, p. XXXI)

¹⁷⁰ Que carrega consigo uma história relacionada “às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo” (MARQUES, 2008)

fetiche capitalista pela tecnologia — como resultado temos o constante incentivo ao dinamismo organizacional e tecnológico¹⁷¹. Segundo este autor, a concorrência é o mecanismo que libera as inovações das restrições e do controle regulatório; o fluxo permanente de inovações se dá “simplesmente porque os capitalistas com os processos de trabalho mais eficientes, eficazes e produtivos obtêm lucros mais elevados do que o resto” (HARVEY, 2011). Nesse sentido, a agroecologia, quando cooptada pela ideologia das classes dominantes¹⁷², tornar-se apenas um diferencial técnico qualitativo no processo de *green washing* do capitalismo.

Por outro lado, assim como uma semente jogada em solo fértil germina com facilidade, a agroecologia nas mãos do campesinato — assim como dos movimentos sociais de luta e resistência ao capitalismo — talvez tenha mais chances de promover as transformações que propõem. Esta afirmação é possível de ser feita quando, a partir da abordagem do materialismo histórico, entendemos que “a essência do homem é o conjunto das relações sociais. A conformação corpórea natural é condição necessária do ser homem. Não é condição suficiente. A humanização do ser biológico específico só se dá dentro da sociedade e pela sociedade.” (MARX e ENGELS, 1998). Portanto, aquilo que distingue os indivíduos humanos é a sua produção dos meios de vida, condicionados ao seu corpo e a sociedade¹⁷³. Assim, de acordo com Marx e Engels (1988) o ponto de partida da história não é a Ideia, ou qualquer conceito, pois “não é a consciência que determina a vida (...), senão a vida é que determina a consciência”¹⁷⁴.

A experiência do Núcleo Raízes do Sertão, até onde foi possível observar, se mostrou um campo fértil para a agroecologia na medida em que a mobilização e formação daquelas famílias começou pela base, dialogando com a experiência de vida delas. Ao que tudo indica, foi no movimento de organização coletiva, em comunidade, que as famílias produtoras construíram

¹⁷¹ “‘A indústria moderna’, observa Marx em *O Capital*, ‘nunca vê ou trata a forma existente de um processo de produção como definida. Sua base técnica é, portanto, revolucionária, enquanto todos os modos de produção anteriores eram essencialmente conservadores.’ (HARVEY, 2011, p. 78)

¹⁷² Cada vez mais unidas na fusão entre a elite agrária e burguesia urbana industrial; entre agricultura e capital fictício, incorporados pelo agronegócio.

¹⁷³ “(...) o que são coincide com sua produção, tanto com o que produzem quanto com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção”. (MARX e ENGELS, 1998)

¹⁷⁴ Em diálogo com essa premissa, não deixa de ser importante considerar que, do ponto de vista dos indivíduos — daqueles que usam ferramentas sociais coletivas apenas para alcançar maiores vantagens competitivas, aumentando com isso os seus rendimentos privados —, ao participarem do exercício participativo de construção de ferramentas sociais coletivas no bojo dos movimentos agroecológicos, acabem por compartilhar de uma realidade comum capaz de provocar uma real mudança de consciência social. O quanto esse potencial educativo e construtivo da agroecologia será suficiente para proteje-la da apropriação capitalista ficará para a história revelar.

uma história de atuação política no campo junto aos movimentos ambientalistas, na busca de práticas sustentáveis de produção agrícola.

Embora as pessoas produtoras deste núcleo não se reconheçam como campesinato, identificando-se como agricultores e agricultoras familiares e, apesar de entendermos que não nos cabe dizer com o que devem se identificar, nos intriga pensar na possibilidade dessa identificação nos revelar mais sobre o sucesso do discurso demagógico de um certo modelo de desenvolvimento rural, do que de fato sobre o perfil social do grupo observado. No qual a figura do agricultor familiar fala da promessa de uma prosperidade econômica moderna, onde a violência e desigualdade desse “desenvolvimento” capitalista não aparecem. Ademais, ao aparecer como “agricultura familiar”, essa promessa permite ao campesinato uma possibilidade de identificação imediata, na medida que utiliza-se de uma característica fundamental dessa classe, a forma do trabalho, familiar.

Todavia, ao observarmos, nos relatos colhidos, a marcada importância dada à noção de soberania alimentar das famílias desse núcleo — onde a ordem de prioridade de abastecimento foi descrita (por todas as pessoas com as quais conversamos) sempre como sendo a família, a vizinhança, o território e, havendo excedentes, os circuitos longos dentro do estado e depois fora dele — percebemos que existe aqui a presença de um elemento fundamental da organização da produção camponesa que, para além do trabalho familiar, baseia-se no uso como valor (MARQUES, 2008).

Foi na experiência de comercialização do Núcleo Raízes do Sertão onde melhor observamos as potencialidades dos circuitos curtos de comercialização. Tanto no sentido da busca por uma soberania alimentar no território, quanto no sentido de promover uma melhoria das condições de vida das famílias produtoras do núcleo. A organização coletiva da comercialização, através da venda direta nas feiras agroecológicas, é anterior à adesão dessas famílias à Rede Povos da Mata, todavia, a certificação orgânica da produção, possibilitada pela participação no SPG, trouxe benefícios importantes para a capacidade de escoamento da produção. Ela abriu as portas dos programas de aquisição de alimentos com melhor remuneração, além de ter aberto também a porta dos circuitos longos.

Essa capacidade de comercialização do núcleo é hoje o chamariz que atrai novas famílias para uma transição agroecológica e produtores agroecológicos consolidados para a organização em rede. Tal capacidade tem feito do Núcleo Raízes do Sertão um dinamizador do movimento

agroecológico e do SPG da Rede Povos da Mata na macro região onde atua, sendo ele o responsável por articular, nos territórios próximos, a formação e realizar a capacitação dos novos pré núcleos consolidados e em formação. Assim, nos parece que a consolidação dos CCC do núcleo funciona como uma estratégia fundamental para fortalecer a organização das famílias produtoras em rede, além de ser responsável por possibilitar o acesso a alimentos de qualidade — sem veneno e cujo processo de produção busca ter um impacto positivo no ecossistema local — a uma população de médio e baixo poder aquisitivo, “correndo por fora” dos nichos de mercado *gourmetizados*.

Todavia, enquanto a experiência do Núcleo Raízes do Sertão na construção social de mercados através dos CCC, com ênfase no seu aspecto de proximidade relacional, aparece como uma possibilidade de sistema agroalimentar alternativo (mais justo e solidário), ela está circunscrita em um contexto territorial formado por pequenos municípios. Torna-se importante investigar com mais profundidade como se viabilizam os CCC nas grandes cidades e, como esta escala de urbano pressiona o seu funcionamento num momento histórico onde a sociedade em geral, e as grandes metrópoles em particular, tiveram o seu modo de consumo monopolizado pelas grandes redes de supermercado¹⁷⁵.

No contexto das grandes cidades, os produtos orgânicos e agroecológicos aparecem em sua maioria restritos a um “nicho de mercado” específico, acessível através das redes de supermercado e limitado a uma classe com maior poder aquisitivo. A diferença nos preços dos produtos orgânicos e convencionais é grande, tornando o acesso aos primeiros um privilégio para poucos. Por isso, nos parece importante compreender a formação de preço dos produtos orgânicos em contraposição aos produtos convencionais, quais fatores justificam essa diferença; qual o peso do custo da certificação orgânica na formação do preço final; até que ponto o processo de certificação contribui para a subordinação da renda da terra ao capital?

175 “(...) para além dos próprios domínios, as grandes redes acabam por moldar as relações de consumo em outros espaços. Com o termo ‘supermercado’ descrevemos um modelo de consumo que tem o supermercado como espaço simbólico e prático, mas não só. Trata-se de um sistema ideológico de valores forjado a partir da segunda metade do século passado que acaba por influenciar outras modalidades de varejo alimentar, como feiras, açougues e mercadinhos. E que acaba por influenciar relações e condutas sociais, como o próprio papel do consumo em nossas vidas, a frequência e aquilo que comemos. É parte de um conjunto maior de crenças e estratégias políticas econômicas. Tem como ponto fulcral o menor custo possível. A partir desse pressuposto, reestrutura um grande conjunto de relações, tendo como consequência a exclusão ou o enfraquecimento de pequenos agricultores e fabricantes; a assimetria de poder entre fornecedores e fabricantes; a assimetria de poder entre fornecedores e varejistas; a sonegação de direitos trabalhistas e de obrigações fiscais e tributárias; a desigualdade na qualidade do alimento de ricos e pobres; o incentivo ao uso de ingredientes baratos que resultam em produtos inerentemente nocivos à saúde.” (MATIOLI e PERES, 2020, p. 18)

Por fim, o conceito de agricultura familiar e o projeto político que o produziu parecem se revelar como estratégia de submissão do campesinato, uma vez que este conceito generaliza a figura de um agricultor familiar moderno e empreendedor para uma realidade agrária formada por um campesinato diverso. Através dessa manobra semântica ele subordina também a renda da terra ao capital ao criar políticas públicas voltadas para um “sujeito” mobilizado pelo mercado, o agricultor familiar. A exclusão reiterada e intencional do campesinato, assim como a subordinação da renda da terra, se realizam através da tentativa de enquadrar o campesinato numa lógica que não lhe pertence, esse movimento é planejado para fracassar, é parte da engrenagem do processo de seleção do campesinato. Afinal, se todas as famílias camponesas virassem empresas familiares rurais bem sucedidas, o que seria da elite agrária e do agronegócio?

Políticas públicas de apoio a pequena agricultura familiar e regulamentação são de extrema importância para a realidade rural, não se trata aqui de diminuir o seu papel ou de negá-lo. Contudo, retomando a noção apresentada anteriormente, na qual o Estado aparece enquanto ferramenta de manutenção dos interesses da classe dominante e, portanto, propagador da sua ideologia¹⁷⁶, devemos manter em mente que leis e regulamentações formuladas para servir o mercado só submetem ainda mais o campesinato. Nesse sentido, os movimentos sociais da agroecologia tem um papel importante na formulação de propostas legislativas que sirvam ao campo, que sejam feitas em função das necessidades e possibilidades de camponeses, quilombolas, ribeirinhos e povos originários. Cobrar da classe política essa mudança é papel da sociedade civil.

Do ponto de vista ambiental, a humanidade precisa urgentemente que todos os processos produtivos se tornem sustentáveis ecologicamente. Sobretudo a produção de alimentos, responsável “direta e indiretamente por boa parte das mudanças climáticas que ameaçam a humanidade” (MATIOLI e PERES, 2020). Contudo, na perspectiva das relações sociais de trabalho e produção dentro do capitalismo, ainda é preciso fazer a crítica e pressionar por mudanças reais. Uma vez que o discurso da sustentabilidade, assim como a agroecologia, são frequentemente utilizados para mascarar a violência intrínseca ao processo de produção e reprodução do capital.

176 “Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política.” (Marx e Engels, 1998)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular/ASPTA, 2012. 400 p.
- BAUDRILLARD, J., *La société de consommation: ses mythes, ses structures*. Paris: Gallimard, 1970.
- BLACKBURN, S., *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOMBARDI, L. M. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Européia*. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.
- BRANDÃO, C. R. *O afeto da terra*. Unicamp, Campinas, 1999.
- BRASIL. Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.
- _____. Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.
- _____. Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.
- _____. Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.
- BRUNO, R. *Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil*. In: Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, ano 24, vol. 1, abr/set 2016, pp. 142-160.
- CANUTO, J. C. *Mitos sobre Agroecologia*. Cadernos de Agroecologia, vol. 6, no. 2. Fortaleza - CE, 2011.
- CAPORAL, F. R. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas*. Brasília: 2009. 30 p.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília: Gervásio Paulus, 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural*. In: ETGES, V. E. (Org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. EDUSC, Santa Cruz do Sul, 2002.
- CARNEIRO, H. S. *Estudos sobre alimentação: entre saberes da vida cotidiana e impasses agroindustriais*. Revista Agrária, Nº 17, São Paulo, 2010, pp. 93-103.
- CASTRO, J. de. *Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou aço*. 10ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1967.

- CHONCHOL, J. *A soberania alimentar*. Estudos Avançados vol. 19, nº 55. São Paulo: USP, 2005, pp. 33-48.
- DRINKWATER, L. E.; JANKE, R. R.; ROSSONI-LONGNECKER, L. *Effects of tillage intensity on nitrogen dynamics and productivity in legume-based grain systems*. Nature, 396: 262-265, 1998.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural-urban continuum*. Roma, FAO, 2023. 316 p.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. *Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present*. Sociologia Ruralis, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2ª ed., Editora Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2000.
- GUZMÁN, E. S. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. In: *Agroecologia – Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa, 2005, pp. 101-132.
- GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Expressão Popular, São Paulo, 2005.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Trad. de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011
- _____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.
- _____. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1996.
- HECHT, S. *A evolução do pensamento agroecológico*. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. 2011. *Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation?* In: *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 38, n. 1, pp. 109-144, Londres, Routledge, 2011.
- IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LAMINE, C. *Settling shared uncertainties: local partnerships between producers and consumers*. Sociologia Ruralis, Wageningen, v. 145, n. 4, pp. 324-345, 2005.
- LUTZENBERGER, J. A. *O absurdo da agricultura*. Estudos Avançados – Dossiê Desenvolvimento Rural, vol.15, no. 43. São Paulo - SP, 2001
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARCELINO, L.; MAZALLA NETO, W. *Diálogos entre a agricultura tradicional quilombola e a agroecologia: enriquecimento agroflorestal como estratégia de resistência em comunidades de Eldorado - SP*. In: BERGAMASCO, S. M. P. P. et al (org.). *Agroecologia e educação do campo (Volume 1)*. Campinas: Átomo, 2019. 540 p.

- MARQUES, M. I. M. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. In: Revista NERA, ano 11, Nº 12. Presidente Prudente, 2008 (pp. 57–67).
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. 9ª ed. revista ampliada, São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Vol II. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, 1ª ed. São Paulo: Boi Tempo, 2017.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MATIOLI, V.; PERES, J. *Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade*. São Paulo: Elefante, 2020.
- MEIRELLES, L. *Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais*. Revista Agriculturas vol.1, nº 0, 2004, pp. 11-14. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/v1-n0-seguranca-alimentar-a-agricultura-familiar-aponta-o-caminho/soberania-alimentar-agroecologia-e-mercados-locais/>
- MELIANI, P. F. *Políticas públicas e produção do espaço no sul da Bahia: análise da situação por município dos projetos de reforma agrária na microrregião de Ilhéus-Itabuna*. In: Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais vol. 03, nº 1. Recife, 2014.
- MORUZZI MARQUES, P. E. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 17 (2): pp. 78-87, 2010.
- MUKÁ. *Do solo ao prato 2019-2021: relatório de acompanhamento de resultados e impactos da Muká*. Bahia, Out/2021. Disponível em: <https://www.muka.org.br/relatorios/dados-indicadores/>.
- _____. *Colheita 2020: resumo anual de atividades*. Bahia, Fev/2021. Disponível em: <https://www.muka.org.br/relatorios/dados-indicadores/>.
- _____. *Colheita 2021: resumo anual de atividades*. Bahia, Abril/2022. Disponível em: <https://www.muka.org.br/relatorios/dados-indicadores/>.
- MULLER, A. L. *A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos*. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado de Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. Edição eletrônica. São Paulo: Boitempo, 2003.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- REDE DE AGROECOLOGIA POVOS DA MATA. *Resultado da avaliação da Rede de*

Agroecologia Povos da Mata. Bahia. Coord. Larissa Boing, Bahia, 2020. Disponível em: <https://povosdamata.org.br/rede/resultado-da-avaliacao-da-rede-de-agroecologia-povos-da-mata-de-certificacao-participativa/>.

- RETIÈRE, M. I. H. *Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas*. Dissertação de mestrado, USP-ESALQ, 2014.
- RIGOTTO, R. (Org.). *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe-CE*. Fortaleza: Edições UFC/Expressão Popular, 2011.
- ROVER, O; LAMPA, F. *Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade*. In: Revista Agriculturas vol. 10, nº 2, junho de 2013.
- SALGADO, M. R. *O consumo tecendo relações entre produtor agrícola e consumidor na cidade de São Paulo*. Pesquisa de iniciação científica realizada sob orientação da Profª Drª Valéria de Marcos no departamento de geografia da USP. São Paulo, 2012.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI. *Perfil dos Territórios de Identidade*. In: Série territórios de identidade da Bahia, vol. 1, Salvador: SEI, 2015.
- _____. *Perfil dos Territórios de Identidade*. In: Série territórios de identidade da Bahia, vol. 2, Salvador: SEI, 2016.
- _____. *Perfil dos Territórios de Identidade*. In: Série territórios de identidade da Bahia, vol. 3, Salvador: SEI, 2018.
- SHIVA, V. *Monoculturas da mente*. São Paulo: Gaia, 2003.
- SILIPRANDI, E. *É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje?* In: Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 02, nº 04, Porto Alegre, out./dez. 2001.
- SILVA, B. J. da. *Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar?* Dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.
- SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. - São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. *O que é economia*. Ed. Brasiliense, 1989.
- SMITH, Neil. *Uneven Development: nature, capital, and the production of space*. 3ª ed. Athens, Geogia: The University of Georgia Press, 1990.
- SOUZA, A. B.; FORNAZIER, A.; DELGROSSI, M. E. *Sistemas Agroalimentares Locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar*. Ambiente & Sociedade. São Paulo - SP, v. 23, p. 1-20, 2020.
- TAVARES dos SANTOS, J. V. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São

Paulo, Companhia das Letras, 1998 (Introdução e pp. 150-202).

VIVAS, E., *Uma nova agricultura pelos grupos de consumo*. Artigo publicado no sítio web Ecodebate em Agosto de 2012. Fonte: <http://www.ecodebate.com.br/2012/08/13/uma-nova-agricultura-pelos-grupos-de-consumo-artigo-de-esther-vivas>.

WANDERLEY, M. N. B. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades*. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, ano 21, out/2003 a mar/2004, pp. 42-61.

Sites consultados

- <https://povosdamata.org.br/>
- <http://www.cultura.ba.gov.br/>
- <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>
- <https://agencia.fapesp.br/>
- <https://censo2022.ibge.gov.br/>
- <https://www.cabruca.com.br/>
- <https://dengo.com/>
- <https://www.ilheus.ba.gov.br/>
- <https://www.taboa.org.br/>
- <https://infovis.sei.ba.gov.br/demografia/>
- <https://transforma.fbb.org.br/>
- <https://www.conab.gov.br/>
- <https://www.planalto.gov.br/>
- <https://www.muka.org.br/>

Entrevistas realizadas

Entrevista de Gabriela Mazzamati, realizada em 30 de Abril de 2019, São Paulo/SP.

Entrevista de Paula Ferreira, realizada em 07 de Janeiro de 2020, Barro Alto/BA.

Entrevista de Fabiano, realizada em 07 de Janeiro de 2020, Canarana/BA.

Entrevista de Eudes, realizada em 08 de Janeiro de 2020, Povoado Lagoa Funda, Barro Alto/BA.

Entrevista de Arnou, realizada em 08 de Janeiro de 2020, Irecê/BA.

Entrevista de Márcio, realizada em 09 de Janeiro de 2020, São Gabriel/Ba.

Entrevista de Paula Ferreira, realizada em 21 de Janeiro de 2021, online, Barro Alto/BA.

Entrevista de Gustavo Grando, realizada em 09 de Junho de 2023, online, Maraú/BA.

Entrevista de João Tavares, realizada em 14 de Junho de 2023, São Paulo/SP.

Entrevista de Rubens, realizada em 15 de Junho de 2023, São Paulo/SP.

Entrevista de Adevandro, realizada em 15 de Junho de 2023, São Paulo/SP.

Entrevista de Mateus Ferreira, realizada em 15 de Junho de 2023, São Paulo/SP.

Entrevista de Ayala Baez, realizada em 16 de Junho de 2023, São Paulo/SP.

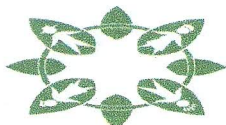
Entrevista de Mara Rubia Andrade Ferreira, realizada em 17 de Junho de 2023, São Paulo/SP.

Entrevista de Victor Hugo, realizada em 23 de Junho de 2023, online, Ilhéus/BA.

Entrevista de Paula Ferreira, realizada em 21 de Julho de 2023, online, Barro Alto/BA.

Entrevista de Tiago Tombini da Silveira, realizada em 27 de Julho de 2023, online, Itacaré/BA.

ANEXOS



PRIMEIRA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO POVOS DA MATA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA.

Art. 1º – A Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, fundada aos 16 dias do mês de Julho de dois mil e quinze, é uma associação organizada na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com área de atuação em todo o território nacional, regida por seu estatuto social e por demais disposições legais vigentes. Com sede no município de Ilhéus, Bahia.

Parágrafo 1º - A Associação tem caráter organizacional e educacional, sem cunho partidário, com finalidade independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

Parágrafo 2º - A denominação Associação Povos da Mata de Certificação Participativa é decorrente da Rede de Agroecologia Povos da Mata e deve se orientar pelas Plenárias de Núcleos e pelos Encontros Ampliados.

Parágrafo 3º - Poderão ser criadas subsedes onde se fizerem necessárias para atendimento dos objetivos da Associação.

Parágrafo 4º - Compõem a Associação Povos da Mata de Certificação Participativa pessoas físicas e jurídicas, organizadas em grupos e articulados em Núcleos Regionais.

Art. 2º – A associação no desenvolvimento de suas atividades observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Art. 3º – A Associação Povos da Mata de Certificação Participativa tem sua atuação orientada por seu Estatuto Social, Regimento Interno, Manual de Procedimentos e pelas deliberações de suas Assembleias Gerais, buscando atender aos objetivos para os quais foi constituída.

Art. 4º – Finalidades da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa são:

- I. Promover a Cultura e Agroecologia;



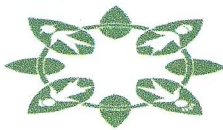
- II. Promover os Sistemas Agroflorestais e Cabruca de Produção;
- III. Constituir os Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica da Rede de Agroecologia Povos da Mata;
- IV. Assumir a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas no Sistema Participativo de Garantia da qualidade orgânica da Rede de Agroecologia Povos da Mata, conforme legislação vigente;
- V. Realizar atividades educativas, socioculturais, ambientais e de cidadania;
- VI. Realizar atividades de conservação, preservação, recuperação e manejo sustentável do Agroecossistema e do meio-ambiente;
- VII. Realizar atividades de acompanhamento técnico, consultoria, extensão rural, para transição e conversão para os sistemas orgânicos de produção;
- VIII. Promover a igualdade de oportunidades e direitos entre homens, mulheres e jovens e a defesa dos direitos humanos;
- IX. Promover o desenvolvimento sustentável e solidário;
- X. Planejar, estruturar, implantar e validar projetos de pagamento por serviços ecossistêmicos.

Art. 5º - Para alcançar seus objetivos, a Associação Povos da Mata de Certificação Participativa poderá firmar acordos, convênios, parcerias e contratos, assim como filiar-se a outras entidades estaduais, nacionais e internacionais, desde que não comprometa sua autonomia, integridade e poder de decisão.

Capítulo III – Do Patrimônio

Art. 6º – O patrimônio da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa é constituído pelas contribuições dos sócios, pelas doações que vier a receber, bem como pelos recursos advindos de acordos, convênios, contratos, termos de parceria, eventos e outras formas de cooperação que impliquem em recebimentos financeiros.

Parágrafo Único – A Associação Povos da Mata de Certificação Participativa poderá constituir um fundo para aplicação no custeio de seus serviços, podendo a Assembléia Geral constituírem outros fundos específicos dispondo sobre a sua formação, utilização e liquidação.



Art. 7º - Todos os recursos sob administração da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa deverão ser aplicados inteiramente na realização de seus objetivos, sendo vedada qualquer distribuição entre seus sócios e/ou diretores de eventuais excedentes operacionais ou não operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, sendo proibida, outrossim, a remessa de numerário para fora do país.

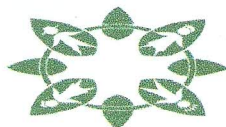
Art. 8º Os bens móveis e imóveis somente poderão ser alienados, mediante prévia autorização da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação.

Art. 9º – Em caso de dissolução, prevista no capítulo VII, da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a entidade congênere sem fins lucrativos devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou a uma entidade pública.

Capítulo IV – Da prestação de contas

Art. 10º - A prestação de contas da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, observará:

- a) os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade;
- b) a publicidade por meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Associação, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, Receita Federal, dívida ativa da união, estadual e municipal;
- c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação de recursos objeto de Termos de Parceria;



d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo V – Dos(as) Associados(as)

Seção I – Da Admissão

Art. 11º – Podem ser associados(as) pessoas físicas e jurídicas, membros da Rede de Agroecologia Povos da Mata. A aprovação da filiação deverá ser atestada pelo Núcleo Regional ao qual o potencial associado(a) integrará.

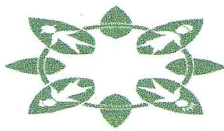
Parágrafo 1º – O Núcleo é a unidade funcional da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa. É entendido como o espaço de articulação que reúne os membros em uma determinada região.

Parágrafo 2º – Esta matéria deverá ser regulamentada no Regimento Interno.

Seção II – Da Exclusão e Afastamento

Art. 12º – A exclusão de associados(as) ocorrerá somente mediante justa causa nas seguintes situações:

- a) Por morte, dissolução ou incapacidade civil não suprida;
- a) Quando desrespeitadas a legislação vigente, o Estatuto Social, Regimento Interno e Manual de Procedimentos ou decisões registradas em atas ou cadernos de normas, devendo a decisão ser tomada pela comissão de avaliação e referendada pela coordenação da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa.
- b) Quando o associado(a) levar a Associação Povos da Mata de Certificação Participativa à prática de atos judiciais para o cumprimento de obrigações por ele contraídas.



Parágrafo 1º – O associado(a) tem direito à ampla defesa, ao contraditório e ao recurso junto ao conselho de recursos ou na Assembleia Ordinária ou Extraordinária subsequente à sua notificação.

Parágrafo 2º – Cessa em caso de morte, dissolução ou incapacidade civil do associado(a), os direitos e deveres do mesmo.

Art. 13º – O afastamento voluntário do associado(a) dar-se-á:

- a) A pedido do próprio interessado, por escrito, em ofício encaminhado a coordenação geral e após aprovação desta.
- b) Por abandono, o que será caracterizado por ausência das atividades da associação por dois anos.

Seção III – Dos Direitos e Deveres

Art. 14º – São direitos do associado(a):

- a) Votar e ser votado para os cargos previstos;
- b) Participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, discutindo e votando todos os assuntos que nelas forem tratados;
- c) Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações, sobre as atividades da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- d) Consultar todos os livros e documentos da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa.
- e) Usufruir dos serviços que a Associação Povos da Mata de Certificação Participativa poderá oferecer, tais como: avaliação da conformidade orgânica, formação, participação em eventos e outros benefícios.
- f) Convocar os órgãos deliberativos mediante proposta de 1/5 (um quinto) dos associados.



Art. 15º – São deveres do associado(a):

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- b) Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- c) Zelar pelo bom nome da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- d) Defender o patrimônio e os interesses da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- e) Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno e Manual de Procedimentos;
- f) Comparecer por ocasião das eleições;
- g) Votar por ocasião das eleições;
- h) Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome providências;
- i) Contribuir para o bom êxito da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, participando de todas as atividades referentes ao Sistema Participativo de Garantia de Conformidade orgânica, cumprindo as normas e demais decisões estabelecidas pela mesma;
- j) Participar das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, discutindo e votando todos os assuntos que nelas forem tratados;

Art. 16º – Os associados(as) não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações, de qualquer natureza, contraídas pela Associação Povos da Mata de Certificação Participativa.

Seção IV – Das Penalidades

Art. 17º - O Comitê de Verificação realizará visitas para acompanhamento do cumprimento das penalidades e correção das não conformidades e registrará o constatado em documento próprio. No caso do não cumprimento das medidas



corretivas e sanções, a Comissão de Avaliação aplicará as penalidades previstas abaixo:

a) Caso o grupo e/ou as Comissões de Avaliação da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa confirmem a posição de descumprimento de normas serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Interrupção imediata do certificado e do uso do selo;

II- Advertência e encaminhamento de orientação à família/grupo/empreendimento acionado para modificações nos procedimentos;

III - Sugestão para que família/grupo/empreendimento participe de processos de capacitação em agroecologia;

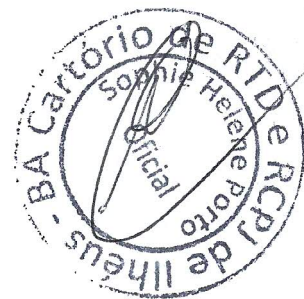
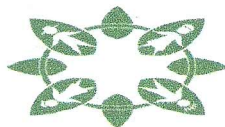
IV - A família/grupo/empreendimento que tenha sido desqualificado na avaliação de conformidade poderá solicitar à CAN nova avaliação, após período hábil para voltar a cumprir as normas;

V - Os responsáveis pelas avaliações questionadas não poderão participar das decisões em relação à análise dos recursos;

b) Se a família, o processador ou comerciante não mostrar interesse em sanar as não conformidades num prazo de trinta dias, o grupo deve pedir por escrito à CAN a suspensão do integrante, sob pena de, se não o fizer, todo o grupo ser igualmente penalizado;

c) A reincidência no descumprimento de normas da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa será avaliada caso a caso pelo grupo ou Comissão de Avaliação do Núcleo, que decidirá pela suspensão por 90 dias ou ainda, pela exclusão da família, grupo ou núcleo;

Parágrafo 1º. Nos casos de exclusão previstos no caput deste artigo, o grupo deverá comunicar ao OPAC, encaminhando cópia da ata da reunião em que a decisão foi tomada, no **prazo máximo de sete dias.**



Capítulo VI – Dos Órgãos Diretivos

Art. 18º – A Associação Povos da Mata de Certificação Participativa será constituída pelos seguintes órgãos:

- I. Assembleia Geral;
- I. Coordenação Geral;
- II. Conselho Fiscal;
- III. Comissões de Avaliação (dos Núcleos e da Associação);
- IV. Conselhos de Recursos;
- V. Comissão Técnica

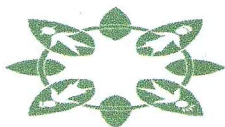
Seção I – Da Assembleia Geral

Art. 19º – A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa e será convocada, pelo presidente ou por 1/3 dos associados, mediante edital fixado na sede social da Associação, com antecedência mínima de 30 dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem convocou.

Art. 20º – Os associados se reunirão em Assembléia Geral, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 21º – Compete à Assembléia Geral Ordinária deliberar sobre:

- a) A eleição e posse dos membros da Coordenação Geral, do Conselho Fiscal, e do Conselho de Recursos;
- b) A fixação do valor da contribuição dos associados;
- c) A aprovação dos relatórios, balanços e contas da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- d) A criação, destino e liquidação de fundos;
- e) Decisão sobre outros assuntos de relevante interesse da Associação



Povos da Mata de Certificação Participativa;

Parágrafo 1º – A Assembléia Geral Ordinária deliberará com a presença de metade mais um dos seus associados em primeira convocação e em segunda e última convocação com número mínimo de dez associados presentes.

Art. 22º – Compete à Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre:

- a) A aprovação do Regimento Interno e dos regulamentos dos conselhos e comissões que venham a ser criados;
- b) A destituição de membros da Coordenação Geral, do Conselho Fiscal, da Comissão de Avaliação e do Conselho de Recursos.
- c) Alteração de estatuto.
- d) A dissolução da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa e, neste caso, a nomeação dos liquidantes e pagamento das respectivas contas.

Art. 23º – A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo presidente(a), pelo Conselho Fiscal, ou através de requerimento de pelo menos 1/5 do quadro social.

Parágrafo 1º – A Assembléia Geral Extraordinária somente deliberará sobre os assuntos constantes na ordem do dia, não podendo tratar de assuntos gerais.

Parágrafo 2º - A Assembléia Geral Extraordinária deliberará com a presença de metade mais um dos seus associados, em primeira convocação e em segunda e última convocação, trinta minutos mais tarde, com número mínimo de dez associados presentes.

Parágrafo 3º – Para fins de modificação do Estatuto, destituição de administradores e do Conselho Fiscal, exige-se o voto de 2/3 dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo a Assembléia deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Seção II – Da Coordenação Geral



Art. 24º – A Coordenação Geral será composta pelo presidente(a); secretário(a) geral; tesoureiro(a); e coordenadores das Comissões de Avaliação dos Núcleos.

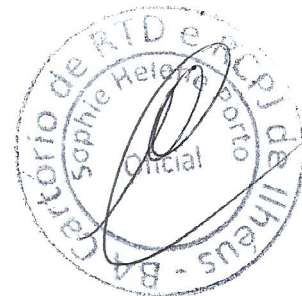
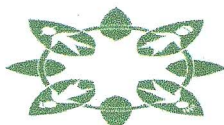
Art. 25º - Os cargos da Coordenação Geral e do Conselho Fiscal terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito duas vezes, com renovação mínima de 1/3 de seus membros.

Art. 26º – Compete à Coordenação Geral:

- I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outros regulamentos devidamente aprovados;
- II. Propor à Assembléia Geral o valor dos recursos destinados a cobrir as despesas operacionais da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- III. Coordenar o desenvolvimento de programas e atividades específicas da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- IV. Apresentar à Assembléia Geral Ordinária, o relatório de atividades e as contas de sua gestão;
- V. Encaminhar, cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- VI. Firmar acordos, contratos, convênios e parcerias;
- VII. Interpretar o presente Estatuto e resolver os casos omissos;
- VIII. Convocar a Assembleia Geral;
- IX. A aprovação de novos sócios;

Art. 27º – Compete ao Presidente(a):

- I. Representar oficial e juridicamente a Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- II. Assinar, junto com o tesoureiro(a), cheques, ordens de pagamento, alienação de bens ou outras atividades de igual natureza;
- III. Convocar e dirigir as Assembleias Gerais e reuniões da Coordenação Geral;
- IV. Propor projetos e firmar acordos, contratos, termos de parceria e



convênios, após análise da Coordenação Geral;

Art. 28º – Compete ao Secretário(a) Geral:

- I. Responder por todas as atividades de secretaria geral;
- II. Elaborar atas;
- III. Responsabilizar-se em nome da Coordenação Geral pela guarda de valores e documentos da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- IV. Substituir o(a) Presidente(a) em seus impedimentos.

Art. 29º – Compete ao Tesoureiro(a):

- I. Executar as decisões tomadas pela Assembléia Geral e pela Coordenação Geral;
- II. Assinar, junto com o presidente, cheques, ordens de pagamento, alienação de bens ou outras atividades de igual natureza;
- III. Elaborar orçamentos solicitados pela Coordenação Geral ou pela AGO;
- IV. Apresentar balancetes anuais à Assembléia Geral Ordinária, bem como auxiliar na prestação de contas junto ao Conselho Fiscal.

Seção III – Do Conselho Fiscal

Art. 30º – O Conselho Fiscal será formado por três membros, por um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por uma vez, com renovação de 1/3 (um terço) de seus membros, reunindo-se no mínimo uma vez por ano ou quando necessário.

Art. 31º – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Fiscalizar todas as atividades financeiras da Associação Povos da



Mata de Certificação Participativa;

- II. Emitir parecer sobre o balanço anual e submetê-lo a Assembleia Geral.
- III. Requisitar ao tesoureiro(a), a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação Povos da Mata de Certificação Participativa.

Art. 32º – Os membros de Coordenação Geral e do Conselho Fiscal não receberão nem um tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, salvo o ressarcimento de despesas para participação das atividades demandadas pela associação.

Seção IV – Das Comissões de Avaliação

Art. 33º – As Comissões de Avaliação serão os órgãos responsáveis pela avaliação da eficácia, eficiência e efetividade do processo de avaliação da conformidade orgânica e emissão e assinatura do Certificado de Conformidade Orgânica.

- I. Cada Núcleo deverá constituir uma Comissão de Avaliação, denominada Comissão de Avaliação do Núcleo;
- II. A Comissão de Avaliação do Núcleo será composta por dois integrantes de cada grupo;
- III. A Associação Povos da Mata de Certificação Participativa por sua vez terá sua Comissão de Avaliação.

Art. 34º – A Comissão de Avaliação da Associação será composta pelos coordenadores(as) das Comissões de Avaliação dos Núcleos.

Parágrafo Único – Cada Comissão de Avaliação elegerá dentre seus membros o seu Coordenador(a) e Relator(a).



Art. 35º – Compete à Comissão de Avaliação dos Núcleos:

- I. Avaliar a qualidade dos serviços e dos processos de produção, beneficiamento e comercialização de produtos;
- II. Emitir pareceres conclusivos sobre a avaliação da conformidade orgânica dos membros da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa que assim o solicitarem;
- III. Emitir o Certificado de Conformidade Orgânica, que deverá ser assinado pelo Coordenador da Comissão de Avaliação do Núcleo;
- IV. Organizar e atualizar, bem como manter arquivados ao longo do tempo os cadastros dos agricultores(as), e suas organizações e interessados na avaliação da conformidade.

Art. 36º – Compete à Comissão de Avaliação da Associação:

- I. Revisar e propor à Assembleia Geral adequações e atualizações periódicas do Manual de Procedimentos Operacionais e Normas Técnicas da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- II. Atuar na mediação de contraditórios nos pareceres das Comissões de Avaliação dos Núcleos;

Seção V – Do Conselho de Recursos

Art. 37º – Compete ao Conselho de Recursos decidir e emitir parecer sobre as apelações dos solicitantes da avaliação da conformidade e outros interessados.

Art. 38º – O Conselho de Recursos é composto por dois representantes (um titular e um suplente), excluindo os membros das Comissões de Avaliação. Serão eleitos em assembleia geral.

Parágrafo Único – O Conselho de Recursos elegerá dentre os seus membros o seu Coordenador(a) e Relator(a).

Art. 39º – As decisões do Conselho de Recursos serão tomadas por maioria simples dos presentes em suas reuniões ordinárias, sendo que o quorum mínimo para as reuniões é de 1/3 dos integrantes do conselho.

Seção VI – Da Comissão Técnica



Art. 40° – A Comissão Técnica é o órgão responsável para avaliar a qualidade da produção que está sob processo de certificação orgânica.

Art. 41° – A Comissão Técnica é composta por, no mínimo, 3 (três) membros, todos eleitos em Assembléia Geral pelos associados em pleno cumprimento de seus direitos e deveres, com mandato de dois anos, permitida uma reeleição, com renovação mínima de 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo Único – A Comissão Técnica elegerá dentre os seus membros o seu Coordenador.

Art. 42° – A Comissão Técnica reunir-se-á sempre que necessário, sendo que as decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Art. 43° – Compete à Comissão Técnica:

- I. Revisar e propor à Assembléia Geral adequações periódicas das Diretrizes para Obtenção da Qualidade Orgânica dos Produtos;
- II. Avaliar tecnicamente, a qualidade dos processos de produção e beneficiamento de alimentos e produtos;
- III. Emitir pareceres, acerca dos processos, para o Conselho de Certificação.

Capítulo VII – Da Dissolução, Capital Remanescente, das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 44° – Associação Povos da Mata de Certificação Participativa só poderá ser dissolvida pela Assembléia Geral Extraordinária, devidamente convocada para tal fim, com a presença mínima de 50 % + 1 dos associados (as) e com voto favorável de 75% dos presentes.

Art. 45° – Em caso de dissolução, atendidos os encargos e responsabilidades já assumidas e respeitadas as cláusulas específicas de convênios, acordos, termos de parceria e contratos em vigor, os bens remanescentes serão destinados à entidade congênera, legalmente constituída, a ser definida pela Assembléia Geral Extraordinária de Dissolução conforme consta no art. 9°.

Art. 46° – O Regimento Interno será aprovado por Assembléia Geral Extraordinária.



Coordenação Geral *ad referendum* da Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 47º – Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos de acordo com a lei e as deliberações da Coordenação Geral *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária.

Capítulo VIII – Das Disposições Finais

Art. 48º – Este Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 10 de Novembro de 2017 às 15 horas, passando a vigorar, a partir de seu registro em cartório.

Ilhéus, dia 10 de Novembro de 2017.



Tatiane Botelho da Cruz

Tatiane Botelho da Cruz
Presidente(a)

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE ILHÉUS-BA
presentado no dia 24/06/18 Registro e apontado
o Protocolo nº de Ordem 5508
Registrado sob nº de ordem 5445
no livro A: Av. Reg. 4850
Ilhéus, 12 de junho de 2018

Marisane Silva Mendes

Marisane Silva Mendes (Advogada)

Ana Luísa Clement Bacil
OFICIAL SUBSTITUTA

OAB/BA 14.069

1º-TABELIONATO DE NOTAS DE ILHÉUS - BA
Vivian B. Cabral Carvalho - Tabelião
Rua Antônio Lavigne de Lemos, 27 - Centro
Contato: (73) 3231-7280/ 98816-0303 - contato@cartoriodelheus.com.br
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) assinatura(s) de
TATIANE BOTELHO DA CRUZ, V.P. ...
Em testemunho: *Flavienne C. de Souza Pereira* da verdade.
06/06/2018, Ilhéus / BA
FLAVIENNE C. DE SOUZA PEREIRA - ESCRIVENTE
Emol. R\$ 2,06 Tx. Fiscal R\$1,47, FECOM R\$0,03 PGE R\$0,06
Def. Pub. R\$0,06

1º-TABELIONATO DE NOTAS DE ILHÉUS - BA
Serviço de Autenticidade
Tabelião de Notas de Ilhéus - Bahia
Ato Notarial nº de Registro
2389.AB161053-3
Consulte o site em www.tba.ba.br/autenticidade

Flavienne C. de Souza Pereira
Escrivente Autorizada
1º Tabelionato de Notas
Ilhéus - BA

Manual de procedimentos operacionais para a avaliação da conformidade orgânica na Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

O presente manual tem por finalidade definir a forma pela qual será avaliada a conformidade da produção orgânica dos membros da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, assim como detalhar a documentação que deverá ser gerada durante o processo de avaliação da conformidade, definindo a(os) responsável(is) pela sua guarda e posse.

I) Procedimentos básicos para obtenção do Certificado de Conformidade Orgânica:

- a) Ser membro da Rede de Agroecologia Povos da Mata;
- b) Se declarar conhecedor do Estatuto, Regimento Interno, Manual de Procedimento e Normas Técnicas da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- c) Manifestar o interesse em aderir ao SPG, através de um requerimento assinado;
- d) Apresentar os dados cadastrais solicitados pelo OPAC e, no caso de fornecedores, também os dados e informações da unidade de produção controlada;
- e) Apresentar Plano de Manejo e Conversão Orgânico e Termo de Compromisso no qual o produtor afirma que conhece e atende as regras de funcionamento do SPG, e atesta ciência e cumprimento da regulamentação da produção orgânica.
- f) Passar por um processo de verificação de conformidade que envolva no mínimo uma revisão por seus pares;
- g) Ter o(s) processo(s) de verificação e avaliação de conformidade homologado pela Comissão de Avaliação do Núcleo (CAN) ao qual pertence;

§ 1 Os membros do sistema deverão registrar em documento próprio a aceitação do interessado como membro do SPG, assinando com o mesmo um contrato de adesão.

II) Detalhamento dos procedimentos para solicitação do certificado de conformidade orgânica e cadastramento no cadastro nacional de produtores orgânicos

- a) A família agricultora, o processador que tiverem interesse em pedir ou renovar o certificado de conformidade orgânica e cadastramento no cadastro nacional de agricultores orgânicos devem iniciar o processo solicitando a visita de verificação de conformidade em reunião do seu grupo. Esta solicitação vem acompanhada de um **Plano de Manejo e Conversão Orgânico** e um **Termo de Compromisso**, no qual o produtor atesta **ciência e cumprimento da regulamentação da produção orgânica**.
- b) O grupo faz uma primeira avaliação se o solicitante está apto para receber a visita. Caso negativo, o solicitante receberá, por escrito, uma justificativa da negativa com os pontos a serem resolvidos para poder haver nova solicitação. Caso positivo, o representante do grupo levará a solicitação para a reunião ordinária da Comissão de

Avaliação do Núcleo. Todo este processo deve ser registrado no livro ata do grupo e a solicitação à Comissão de Avaliação do Núcleo deve ser feita em documento próprio, registrando qual o escopo(s) solicitado(s); A família produtora deve manter um Caderno de Campo atualizado, constando identificação do produtor e da unidade de produção, ficha de controle de aquisição de insumos e controle de aplicação de insumos.

- c) Após o representante levar a solicitação ao núcleo, este deve convocar a Comissão de Avaliação do Núcleo que terá prazo de 60 (sessenta) dias para constituir o Comitê de Verificação para realizar as visitas. Poderá participar da visita de verificação, qualquer integrante da Comissão de Avaliação do Núcleo que tenha passado por processo de formação, podendo ser agricultor de outro grupo, técnico ou consumidor;
- d) A família deve indicar no Cadastro da Unidade Produtiva e/ou Agroindústria, todos os membros da família que serão cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos;
- e) Cabe ao representante do grupo solicitante providenciar condução dos integrantes da comissão às unidades de produção, processamento e acompanhá-los por todas as visitas;
- f) O Certificado de Conformidade Orgânica tem a validade de um ano, a partir da data de sua emissão;
- g) Para a renovação da validade do Certificado de Conformidade Orgânica é necessário novo processo de avaliação da conformidade, a ser realizado antes de seu vencimento.
- h) Se a família agricultora iniciar o cultivo orgânico em propriedade em pousio por mais de dois anos além de já terem recebido capacitações em Sistemas Orgânicos de Produção, então não há necessidade de entrar em período de conversão.

III) Detalhamento dos procedimentos para a realização das visitas de verificação da conformidade orgânica

§ 1 “As avaliações da conformidade visam promover ações de natureza preventiva que garantam o cumprimento dos regulamentos da produção orgânica; identificar as não conformidades; assessorar os fornecedores para a resolução das não conformidades e para o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos e promover a troca de experiências entre os participantes”.

- a) As visitas de verificação da conformidade orgânica serão realizadas por um Comitê de Verificação definido pela Comissão de Avaliação do Núcleo (CAN) após conhecer o Plano de Manejo Orgânico;
- b) Os integrantes do Comitê de Verificação utilizarão o(s) roteiro(s) de verificação específico(s) para o(s) escopo(s) solicitado(s) para fazer a verificação de conformidade;
- c) As visitas de verificação da conformidade orgânica deverão ser realizadas no mínimo uma vez ao ano, no grupo. No intervalo entre essas visitas, as reuniões dos grupos ou visita de pares serão consideradas mecanismos de controle social;

- d) Os responsáveis pela verificação da conformidade deverão, durante as visitas, ter acesso a todas as instalações, aos registros e documentos das unidades de produção e a qualquer área de produção não orgânica, quer da própria unidade ou das demais que, por propriedade ou outros vínculos, estiverem relacionadas com a atividade verificada.

§ 2 As visitas de que trata o **caput** deste artigo deverão ser previamente preparadas, a fim de que os envolvidos disponham de informações suficientes para a realização das mesmas, devendo ainda:

I - Seguir um roteiro que identifique os itens a serem verificados;

II - Seguir procedimentos objetivos e não discriminatórios; e

III- Emitir relatórios de visita que abranjam os requisitos pertinentes ao regulamento técnico da produção orgânica e aos critérios do SPG.

- e) As visitas de verificação poderão ser feitas por amostragem e, neste caso, o número de visitas não deve ser menor que a raiz quadrada do número de fornecedores no grupo.
- f) O OPAC deverá estabelecer um prazo para que todas as unidades de produção de cada grupo sejam visitadas em função dos riscos identificados.
- g) O OPAC poderá realizar visitas de verificação, sem aviso prévio, como complementação às visitas agendadas.
- h) Nas visitas de pares, poderá haver a participação de outras partes que representem diferentes interesses, como consumidores e técnicos.
- i) A visita de pares deve ser registrada e assinada em documento contendo informações quanto ao cumprimento da regulamentação da produção orgânica e constará em ata de reunião dos membros.
- j) O mesmo roteiro utilizado para a visita de verificação, poderá ser utilizado nas visitas de pares;
- k) Para as atividades cujas avaliações forem mais complexas, como cultivos ou criações de vários ciclos produtivos durante o ano, processamento em estabelecimentos com produção paralela, deverá ser estabelecida pelo OPAC uma sistemática de realização de um número maior de visitas de verificação, durante o período de produção.
- l) Após as visitas, o Comitê de Verificação dará seu parecer sobre a avaliação da conformidade. Nesta reunião deverão participar obrigatoriamente representantes de todas as famílias integrantes do grupo, o fornecedor visitado e os representantes do Comitê de Verificação que fizeram as visitas. Esta reunião deve ser registrada no livro ata que será assinada por todos os membros do grupo;
- m) No caso da visita de pares em unidade de produção, que possui Certificado de Conformidade, onde se constatar o descumprimento do regulamento da produção orgânica, o grupo solicita à Comissão de Avaliação uma visita de verificação.
- n) Os representantes do Comitê de Verificação relatarão as não conformidades que tenham encontrado e, junto com o grupo, acordarão as medidas e os prazos necessários para sanar tais não conformidades, que serão registradas no livro ata;
- o) Caso não haja não conformidades, os integrantes do Comitê de Verificação darão parecer de aprovação às famílias e processadores, através do Documento de Aprovação/Renovação da Conformidade Orgânica;

- p) Caso haja não conformidades, os integrantes do Comitê de Verificação condicionarão a aprovação das famílias às soluções das não conformidades ou planejamento das soluções;
- q) Após esta reunião de avaliação, os integrantes do Comitê de Verificação repassarão à Comissão de Avaliação o Documento de Aprovação/Renovação da Conformidade Orgânica;
- r) O coordenador da CAN emitirá, se aprovada a família, o Certificado de Conformidade Orgânica, assinado, numerado e com validade de 1 ano, e encaminhará à Coordenação Geral a solicitação da inclusão do(s) solicitante(s) no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. O número do certificado deve ficar registrado no cadastro do solicitante.

IV) Detalhamento dos procedimentos para denúncias de não conformidade

- a) As denúncias devem ser encaminhadas diretamente para o grupo ou para o núcleo do correspondente grupo;
- b) O grupo será sempre a primeira instância para verificação, análise e tomada de procedimentos para correção de possíveis não conformidades;
- c) Caso o grupo não se sinta capaz de solucionar o problema, deve solicitar a ajuda da Comissão de Avaliação do Núcleo (CAN), que analisará as medidas a serem tomadas;
- d) Caso o grupo seja omissivo a possíveis não conformidades de seus membros, a CAN adotará sanções e penalidades sobre todo o grupo;
- e) Em denúncias não solucionadas pela Comissão de Avaliação do Núcleo deverá ser acionada a Comissão de Recursos da Associação;

V) Detalhamento dos procedimentos para aplicação de sanções e penalidades

§ 1. O Comitê de Verificação realizará visitas para acompanhamento do cumprimento das penalidades e correção das não conformidades e registrará o constatado em documento próprio. No caso de não cumprimento das medidas corretivas e sanções, a Comissão de Avaliação aplicará as penalidades previstas abaixo:

- a) Caso o grupo e/ou as Comissões de Avaliação da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa confirmem a posição de descumprimento de normas serão adotados os seguintes procedimentos:
 - I - Interrupção imediata do certificado e do uso do selo;
 - II- Advertência e encaminhamento de orientação à família/grupo/empreendimento acionado para modificações nos procedimentos;
 - III - Sugestão para que família/grupo/empreendimento participe de processos de capacitação em agroecologia;
 - IV - A família/grupo/empreendimento que tenha sido desqualificado na avaliação de conformidade poderá solicitar à CAN nova avaliação, após período hábil para voltar a cumprir as normas;
 - V - Os responsáveis pelas avaliações questionadas não poderão participar das decisões em relação à análise dos recursos;

- b) Se a família, o processador ou comerciante não mostrar interesse em sanar as não conformidades num prazo de trinta dias, o grupo deve pedir por escrito à CAN a suspensão do integrante, sob pena de, se não o fizer, todo o grupo ser igualmente penalizado;
- c) A reincidência no descumprimento de normas da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa será avaliada caso a caso pelo grupo ou Comissão de Avaliação do Núcleo, que decidirá pela suspensão por 90 dias ou ainda, pela exclusão da família, grupo ou núcleo;

§ 2. Nos casos de exclusão previstos no caput deste artigo, o grupo deverá comunicar ao OPAC, encaminhando cópia da ata da reunião em que a decisão foi tomada, no **prazo máximo de sete dias**.

VI) Detalhamento dos Procedimentos para a análise de recursos e reclamações

- a) O produtor/família/grupo/empreendimento penalizado poderá recorrer da decisão junto ao Conselho de Recursos do OPAC num prazo de trinta dias contados a partir da data da reunião que definiu as correções/penalidades.
- b) O recurso deverá ser encaminhado de forma escrita e assinada pelo produtor/família/grupo/empreendimento penalizado;
- c) O Conselho de Recursos terá um prazo de trinta dias para a avaliação do recurso impetrado pelo produtor/família/grupo/empreendimento.
- d) No caso do Conselho de Recursos ratificar a decisão da Comissão de Avaliação, o produtor deverá adotar as medidas corretivas e cumprir as penalidade (s) eventualmente impostas, sendo esta ratificação registrada no livro ata do Conselho de Recursos.
- e) No caso do Conselho de Recursos não ratificar a decisão da Comissão de Avaliação o produtor deverá cumprir, se for o caso, as medidas corretivas e penalidades determinadas por esse Conselho, sendo esta não ratificação registrada no livro ata do Conselho de Recursos.
- f) No caso em que o produtor não recorra no prazo de trinta dias, a Comissão de Avaliação aplicará as penalidades previstas;
- g) A Comissão de Avaliação realizará visitas para acompanhamento do cumprimento das penalidades e correção das não conformidades e registrará o constatado em documento próprio.

VII) Procedimentos relativos às análises laboratoriais;

A Comissão de Verificação no momento de suas visitas de verificação poderá solicitar análises laboratoriais nos seguintes casos e mediante os seguintes critérios:

- a) **Análise de Água.** A solicitação de amostragem para análise microbiológica de água será feita nos casos de:

I - Utilização na pós-colheita de frutas e vegetais e na fabricação de produtos processados;

II - Irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película;

III - Criação natural e/ou intensiva (aquicultura de espécies destinadas à alimentação humana);

IV - À dessedentação de animais.

A análise de água será dispensada em caso do fornecedor apresentar documento atestando a utilização de fornecimento de água oriunda de serviços públicos de abastecimento.

b) **Análise de insumos para agricultura orgânica.** Sempre que houver um processo de Avaliação da Conformidade de insumos, será requisitada a amostragem para análise de metais pesados e/ou substâncias proibidas pela regulamentação vigente.

c) **Análises de resíduos químicos ou por substâncias proibidas pela regulamentação da agricultura orgânica,** em produtos, no solo, ou na água, serão requisitados quando o OPAC ou a visita de verificação, detectarem riscos de contaminação.

d) **Análise de produtos geneticamente modificados;**

I - Em Unidades Produtoras de sementes e mudas cujas variedades já possuem produção através de transgenia no mercado;

II - Quando o OPAC ou a visita de verificação constatar riscos de contaminação oriundos do entorno da unidade de produção ou de outra fonte;

Procedimentos para coleta de amostras:

- As coletas de amostras serão realizadas na presença do Fornecedor ou de seu representante, o qual assina a ficha de coleta devidamente identificada.
- As amostras serão constituídas em três exemplares dos quais uma ficará sob responsabilidade do Grupo a que a unidade de produção esteja vinculada. As outras duas devem ser encaminhadas para análises.
- As análises devem ser executadas por laboratórios oficiais ou credenciados por órgãos oficiais de âmbito federal e, no caso de inexistência de credenciamento, a aprovação dos laboratórios deverá ser submetida ao MAPA. A natureza das análises será decidida pelo OPAC de acordo com o risco específico para cada caso.
- Os resultados das análises serão enviados ao OPAC que enviará cópia ao Grupo associado e ao Fornecedor.
- Qualquer contestação dos resultados das análises deve ser feita ao OPAC no prazo Máximo de 15 dias a contar da data de recebimento dos mesmos pelo Fornecedor;
- No caso de contestações, poderão ser utilizadas as amostras conservadas pelo Grupo como contra-análise;
- As contra-análises serão enviadas pelo OPAC a um segundo Laboratório, escolhido pelo Fornecedor ou pelo OPAC, de acordo com a regulamentação federal da Agricultura Orgânica. Na ocorrência de resultados contraditórios será adotado o que favorece o Fornecedor;
- Os custos decorrentes da realização de análises, despesas de remessa, gerenciamento e interpretação de resultados, serão de responsabilidade do Fornecedor ou do grupo a que ele esteja vinculado.

VIII) As seguintes informações, registros e documentos a família produtora deverá manter na unidade de produção:

- 1) O Plano de Manejo e Conversão Orgânico;
- 2) Caderno de Campo, com as tabelas de aquisição e uso de insumos;
- 3) Controle de compra e aplicação de insumos para processamento de produtos de origem vegetal e animal para controle interno da produção e qualidade do produto orgânico.
- 4) Notas fiscais de entrada e recibos de terceiros,
- 5) Declarações de Transação Comercial,
- 6) Certificado de Conformidade Orgânica emitido pela Comissão de Avaliação do Núcleo;
Se for o caso deverá ainda manter:
- 7) Documento de solicitação de recurso contra parecer da avaliação;
- 8) Registro da decisão do conselho de recurso;
- 9) Documento atestando correções;
- 10) Documento cancelando certificado;
- 11) Documento de exclusão de membro do SPG.

IX) As seguintes informações, registros e documentos deverão estar em posse do grupo:

- 1) Ata que defina os membros do grupo, sua participação na Rede de Agroecologia Povos da Mata e seu desejo de participar da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- 2) Atas com o registro das visitas de Verificação da Conformidade Orgânica aos seus membros, contendo os requisitos pertinentes ao regulamento técnico da produção orgânica e aos critérios do SPG;
- 3) Roteiro de visita de pares;
- 4) Controle da participação dos membros nas reuniões de grupo;
Se for o caso deverá ainda manter:
- 5) Registro de denúncia;
- 6) Documento de registro das medidas e penalidades aplicadas;
- 7) Documento de exclusão de membro do SPG;
- 8) Documento de exclusão de grupo do SPG;

§ 1. Durante todas as etapas do processo de Avaliação da Conformidade, o OPAC assegurará, por meio das reuniões regulares, que cada fornecedor membro do grupo no SPG terá:

- I - Acesso às versões atualizadas dos regulamentos técnicos aplicáveis;
- II - Descrição completa dos processos de avaliação da conformidade e recursos, em linguagem acessível;
- III - Documentos atualizados que comprovem, por escrito, a situação da conformidade da unidade de produção controlada; e
- IV - Direito a cópias dos relatórios de verificação da conformidade e de qualquer outra documentação relacionada à avaliação da conformidade, fornecidas, no mínimo, anualmente.

X) As seguintes informações, registros e documentos deverão estar em posse do Núcleo:

- 1) Cópia da ata onde consta a solicitação de adesão do grupo à OPAC;
- 2) Ata da reunião da Comissão de Avaliação;
- 3) Declaração de Transação Comercial;

Se for o caso deverá ainda manter:

- 4) Documento de registro de penalidades a ser aplicada ou de medidas corretivas das não conformidades assinado solidariamente pelos membros do grupo e comissão de avaliação;
- 5) Documento de solicitação de recurso;
- 6) Registro da decisão do conselho de recurso;
- 7) Documento cancelando certificado;
- 8) Documento atestando correções;
- 9) Registro de reavaliação das penalidades;
- 10) Registro de denúncia;
- 11) Documento de registro das medidas e penalidades aplicadas.

XI) As seguintes informações, registros e documentos deverão estar em posse da OPAC - Associação Povos da Mata de Certificação Participativa:

- 1) Ata (s) que defina (m) os membros do grupo, sua participação na Rede Povos da Mata e seu desejo de participar da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa;
- 2) **Contrato de Adesão**, atestando ciência e cumprimento da regulamentação da produção orgânica;
- 3) O parecer sobre a avaliação da conformidade elaborado pelo Comitê de Verificação;
- 4) Cadastro da unidade produtiva e agroindústria;

Se for o caso deverá ainda manter:

- 5) Documento de registro de penalidades a ser aplicada ou de medidas corretivas das não conformidades assinado solidariamente pelos membros do grupo e comissão de avaliação;
- 6) Registro da decisão do conselho de recurso;
- 7) Documento advertindo, suspendendo, cancelando ou excluindo fornecedor;
- 8) Documento atestando correções;
- 9) Registro de reavaliação das penalidades;
- 10) Registro de denúncia
- 11) Documento de registro das medidas e penalidades aplicadas

XII) O roteiro de visita de verificação está anexo a este Manual, bem como as Normas de Produção Relativas a cada escopo. Itens mínimos do plano de manejo orgânico;

O processo de conversão pode ser complexo, exigindo mudanças nas práticas de campo, na gestão da unidade de produção agrícola, no planejamento, e filosofia. Os seguintes princípios podem servir como linhas mestras orientadoras:

- a) Mover-se de um manejo de nutrientes, cujo fluxo passa através do sistema, para um manejo baseado na reciclagem de nutrientes, como uma crescente dependência em relação a processos naturais, tais como a fixação biológica do nitrogênio e as relações com micorrizas;
- b) Usar fontes renováveis de energia, em vez das não renováveis;
- c) Eliminar o uso de insumos sintéticos não renováveis oriundos de fora da unidade produtiva, que podem potencialmente causar danos ao ambiente ou à saúde dos produtores, ou consumidores;
- d) Quando for necessário, adicionar materiais ao sistema, usando aqueles que ocorrem naturalmente, em vez de insumos sintéticos manufaturados;
- e) Manejar de forma integrada pragas, doenças e ervas adventícias;
- f) Estabelecer combinações mais apropriadas entre padrões de cultivo e o potencial produtivo e as limitações físicas da paisagem agrícola;
- g) Usar uma estratégia de adaptação do potencial biológico e genético das espécies de plantas agrícolas e animais às condições orgânicas da unidade produtiva, evitando modificar o ambiente para satisfazer as necessidades das culturas e animais;
- h) Enfatizar a conservação do solo, água, energia e recursos biológicos;
- i) Incorporar a ideia de sustentabilidade a longo prazo no desenho e manejo geral do agroecossistema

XIII) Como instrumentos de rastreabilidade os fornecedores deverão utilizar um bloco de registro de venda / saída de produtos, em duas vias, contendo no mínimo:

- a) Data da saída do produto;
- b) Tipo de produto;
- c) Quantidade do produto expedido;
- d) Lote ou outro tipo de identificação em caso de processados;
- e) Referência ao documento fiscal, quando aplicável;
- f) Destino do produto;
- g) Notas fiscais de entrada;
- h) Recibos de terceiros;
- i) Declarações de Transação Comercial e
- j) Certificados de Conformidade Orgânica.

XIV) Na emissão das declarações de transação comercial, emitidos pelo OPAC ou pelos fornecedores sob seu controle, devem constar os seguintes itens:

- a) O nome do vendedor;
- b) O nome do comprador;
- c) A data de venda;
- d) A data de sua emissão;
- e) Descrição clara dos produtos, sua quantidade e, quando relevante, a qualidade e a época de produção ou colheita;
- f) Números de lote e outros tipos de identificação (marcas) dos produtos;
- g) Referência ao documento fiscal de venda;
A indicação do OPAC responsável pela garantia de conformidade do produto;

- h) A declaração da unidade de produção e de comercialização de que o produto foi produzido de acordo com os regulamentos técnicos aplicáveis; e
- i) Informações sobre controle de matérias-primas.
- j) Os produtos expedidos da unidade de produção deverão ser acompanhados de uma via deste registro;
- k) A segunda via deverá permanecer na unidade de produção;

§ 1. As unidades de produção deverão prestar contas ao OPAC sobre as DTCs por elas emitidas a cada 6 meses.



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de
Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

CADASTRO E TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu _____ manifesto o interesse de ingressar na Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, por meio do grupo _____, Núcleo _____.

Declaro ainda conhecer Estatuto, Regimento Interno, Manual de Procedimento da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, além das regras de funcionamento do Sistema Participativo de Garantia (SPG) do uso dos selos do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa.

1. Identificação do representante da família a ingressar no OPAC
1.1 Nome:
1.2 CPF:
1.3. DAP:
1.4 RG:
1.5 Endereço:
1.6 Bairro:
1.7 Município:
1.8 Estado:
1.9 CEP:
1.10 Telefone:
1.11 E-mail:

2. Identificação da localização da unidade de produção
2.1. Nome da Unidade Produtiva:
2.2 Endereço:



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO PARA O SISTEMA DE PRODUÇÃO ORGÂNICO DADOS GERAIS DA UNIDADE PRODUTIVA

I. DADOS PESSOAIS

Nome do(a) agricultor(a):	
Núcleo:	Grupo:
Local, data	

II. DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO:

Descreva a sua unidade de produção (conte sobre o histórico de manejo da sua área, diga se houve uso de insumos químicos, queimadas e informações que achar importante).

Anexar cópia do CEFIR/CAR ao plano de Manejo, caso exista.



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

III- CROQUI DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

1. Faça um desenho (mapa/croqui) de sua unidade de produção.

Observações a respeito deste desenho:

Separe as áreas de acordo com o tipo de cultivo/atividade, dando um número para cada uma das parcelas.

Identifique cursos d'água, nascentes, represas, florestas, áreas de preservação permanente, instalações e benfeitorias.

Neste mapa é importante que você localize a sua unidade de produção em relação à de seus vizinhos. Assim sendo: identifique as áreas localizadas ao redor da sua unidade de produção e indique se elas são produção convencional, se em transição, se em conversão ou se forem ecológicas.

Se você tem mais de uma unidade de produção (ou área arrendada) faça o croqui de cada uma delas (use um plano de manejo para cada uma).



IV- DETALHAMENTO DO CROQUI

Atividades desenvolvidas e suas respectivas áreas em hectares:

Descrição da área	Área ocupada (ha)	Nº parcela
Hortas		
Cultura anual (milho, feijão, aipim)		
Agrofloresta (SAF)		
Cabruca		
Pomar de frutas		
Quintal produtivo		
Pastagem		
Florestas (nativas)		
Plantio florestal		
Reserva Legal		
Área de Preservação Permanente		
Tanques para produção de peixes (Represa)		
Nascentes		
Rios		
Casas e instalações		
Áreas alagadas		
Capoeira		
TOTAL DA ÁREA:		



V- MANEJO DA VEGETAÇÃO NATIVA, PROTEÇÃO DAS ÁGUAS E FAUNA

1. Os rios, córregos, encostas e nascentes estão protegida? () SIM () NÃO
2. Qual tipo de proteção? () mata nativa () agrofloresta () outros _____
3. Caso desprotegidos, qual o plano de restauração da vegetação nativa do entorno dos rios, córregos, encostas e nascentes?

4. Há circulação de animais silvestres na propriedade? () SIM () NÃO
Quais?

5. Há animais silvestres em gaiola ou presos? () SIM () NÃO

VI - MANEJO DO RESÍDUO (LIXO) NA UNIDADE DE PRODUÇÃO

1. Qual o destino do lixo seco produzido na unidade de produção?
() queima () coleta seletiva () enterra
() leva para lixão () reutiliza
2. Qual o tratamento/destino dos efluentes líquidos na unidade de produção?
Esgoto (vaso sanitário)

Águas cinzas (pia, lavanderia, chuveiro)

VII- QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

1. Qual é a relação de quem trabalha na unidade de produção:
() familiar () parceria () CLT () outra: _____
2. No caso de contratação de mão-de-obra, os trabalhadores possuem boas condições de trabalho? Estes são remunerados de forma adequada? Possuem contrato de trabalho formalizado?



3. No caso de acidentes de trabalho de que forma a família se responsabiliza pelo trabalhador?
4. As crianças e adolescentes freqüentam regularmente a escola?
() SIM () NÃO

O trabalho na unidade de produção compromete de alguma forma o desempenho e a permanência destes na escola?

VIII – ANIMAIS DOMÉSTICOS

1. Há presença de animais domésticos na unidade de produção?
() SIM () NÃO
2. É respeitado o bem estar animal? (Sombra, disponibilidade de água, alimentação e abrigo)
() SIM () NÃO
3. Há riscos de contaminação da produção por meio da alimentação transgênica?
() SIM () NÃO
Se sim, qual medida é tomada para evitar os riscos de contaminação?

4. Como é feito o controle de zoonoses? _____



**PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO PARA O SISTEMA DE
PRODUÇÃO ORGÂNICO
ESCOPO DE PRODUÇÃO PRIMÁRIA VEGETAL**

I. DADOS PESSOAIS

Nome do(a) agricultor(a):	
Núcleo:	Grupo:
Local, data	

I- USO DO SOLO E DOS RECURSOS

1. Qual a situação da propriedade em relação à produção orgânica vegetal?
 - Toda a propriedade já é orgânica
 - A propriedade está em transição (ainda usa insumos proibidos)
 - A propriedade está em conversão (já parou de usar insumos proibidos e está aguardando o período exigido pela IN 46 MAPA)
2. Como promove a biodiversidade de culturas na propriedade?
 - Cultivos consorciados (mais que uma cultura no mesmo espaço)
 - Rotação de culturas (cultivo alternados no mesmo espaço ao longo do tempo)
 - Manejo do mato e alternância de capinas
 - Ausência de fogo
 - Adubação verde
 - Adubos orgânicos
 - Plantio de flores e outros cultivos que mantêm o equilíbrio do sistema
 - Cultivos diversificados em faixas ou aleias
 - Quebra-ventos ou barreiras vegetais
 - Sistemas agroflorestais
 - Outros: _____
3. Que práticas são utilizadas para conservar seu solo?
 - Faixas vegetativas



- Plantio em curva de nível
- Terraceamento (degraus em terrenos inclinados para evitar perda de solo e erosão)
- Plantio direto (sobre a palhada)
- Cobertura de solo com matéria orgânica
- Outra (s): _____

4. Quais os principais riscos de contaminação da sua produção orgânica?

- Cultivos transgênicos nos arredores
- Uso de insumos químicos proibidos nos arredores
- Contaminação por pulverização de áreas vizinhas
- Contaminação dos cursos ou reservatórios de água
- Enxurrada
- Insumos externos contaminados
- Outro (s): _____
- Não há riscos de contaminação

5. Caso haja riscos de contaminação, como pretende diminuir ou eliminar esses riscos na sua propriedade?

6. Qual a fonte de água utilizada?

- Mina própria ou nascente ou olho d'água
- Cisterna
- Açude
- Mina fora da propriedade
- Rio ou riacho
- Canais coletivos de irrigação
- Água subterrânea – Qual? _____
- Outro (s) _____

7. A unidade de produção utiliza irrigação?

- SIM NÃO

Qual é a origem das águas utilizadas para irrigação?

8. Há risco de contaminação para sua água?



() SIM () NÃO

Qual(is)? _____

II – INSUMOS E MANEJO UTILIZADO

1. Qual a origem das sementes e mudas orgânicas utilizadas na unidade de produção?
() trocas () próprias () compradas

2. Faz uso de sementes e mudas não orgânicas () SIM () NÃO
Caso utilize sementes não orgânicas, descreva o percentual: _____%

OBS: Descreva com detalhamento no caderno de campo aquisição das sementes e mudas!

3. O que utiliza para adubação/fertilização do sistema produtivo?

No caso de uso de esterco de criações convencionais e resíduos não ecológicos, que tratamento é dado a estes antes de serem utilizados?

4. O sistema produtivo apresenta desequilíbrio (ataque com insetos, fungos, bactérias ou vírus nas plantas)? () SIM () NÃO
Quais medidas são tomadas? Preencha no quadro a seguir.

Desequilíbrio	Produto usado ou manejo	Onde e quando aplicado	Origem do produto utilizado	Composição



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

**Associação Povos da Mata de
Certificação Participava**

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

5. Quais as principais ervas indicadoras/plantas espontâneas que ocorrem nas áreas de cultivo?

6. Como você faz o manejo e controle dessas plantas espontâneas?
 Roçada Capina manual Pastoreio Adubação verde
 Sombreamento Consumo alimentício
 Outros: _____



Nome do(a) agricultor(a):	
CPF:	Nome da Unidade:
Núcleo:	Grupo:
Local, data	

III – ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO ANUAL

Liste os principais tipos, quantidades aproximadas e época de colheita dos produtos produzidos ecologicamente em sua unidade de produção, que são comercializados (não precisa listar o que é consumido pela família).

Tipos de produto	Quantidade aproximada (kg)
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participava

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	
41.	
42.	



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

**Associação Povos da Mata de
Certificação Participava**

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

43.	
44.	
45.	
46.	
47.	
48.	
49.	
50.	
51.	
52.	
53.	
54.	
55.	

Área total de produção orgânica (hectares) _____



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

IV - TERMO DE COMPROMISSO DA FAMÍLIA AGROECOLÓGICA

Nós, abaixo assinados, afirmamos que as informações contidas neste plano são verdadeiras e nos comprometemos a cumprir o proposto, reconhecendo que podemos perder o Certificado de Conformidade Orgânica e o direito ao uso dos selos do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, de acordo com as normas e disposições legais vigentes. Declaramos ainda conhecer as regras de funcionamento do Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Comprometendo-nos, também, a buscar esclarecimentos, quanto as técnicas e produtos duvidosos ou proibidos junto à Comissão de Avaliação da Conformidade do Núcleo Regional antes de praticá-las.

Local: _____

Data: ____/____/____

Nome dos integrantes da família	Assinatura



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

PLANO DE MANEJO DA AGROINDÚSTRIA PARA O SISTEMA DE PRODUÇÃO ORGÂNICO ESCOPO PROCESSAMENTO VEGETAL

I. DADOS CADASTRAIS:

Nome do(a) agricultor(a):	
Núcleo:	Grupo:
Nome da Agroindústria:	CNPJ:
Tipo de Licença: () MAPA () SIM () Licença de Funcionamento Prefeitura () SIF () ANVISA () SISBA () Outro: _____	
Processamento vegetal ()	Processamento animal ()
Local, data	

II. DESCRIÇÃO DA AGROINDÚSTRIA:

1. Descreva a sua unidade de produção (histórico, localização, produção, tratamento dos resíduos e efluentes, entre outros)



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

III. PRODUTOS PROCESSADOS

Descreva o tipo de produto e o volume processado/ano em Kg e/ou litros.

	Produtos	Volume por ano em kg ou litros
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

V. SEGREGAÇÃO

a) Na agroindústria ocorre o processamento de produtos não orgânicos?

Sim () Não ()

Quais produtos?

b) Como é feita a separação dos produtos orgânicos e dos convencionais na fabricação?

c) Na fabricação de produtos orgânico é utilizado algum ingrediente não orgânico?

Não? () Sim? ()

Quais são os produtos não orgânicos?



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

d) Qual a porcentagem de produtos não orgânico para cada produto processado:

Produtos Processados		% de produtos não orgânico
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

VI. LIMPEZA E DESINFECÇÃO

a) Quais produtos são utilizados para a limpeza e higienização dos equipamentos, vasilhames e de instalações? *Consulte a lista de produtos permitidos para limpeza e higienização no anexo3 da IN 17/2014/ MAPA*

b) Quais produtos são utilizados na limpeza e desinfecção dos alimentos?

c) Algum dos produtos não são biodegradáveis, ou causam algum prejuízo ao meio ambiente ou a saúde do manipulador?

Sim () Não () Qual a porcentagem? ()

d) Quais aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia são utilizados no processamento?

e) Como é feito o controle de insetos na área de processamento?



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

c) Como são guardados os produtos e alimentos no estoque?

IX. COMERCIALIZAÇÃO

a) Qual o percentual de venda dos produtos nos mercados listados abaixo: %

Tipos de mercado	Percentual
Grupos de consumidores/ cestas ou sacolas	
Feiras Livres	
Como matéria-prima para agroindústria	
Para intermediários	
Mercado Institucional PNAE e PAA	
Circuito da Rede Povos	
Outros (lojas de produtos naturais, cooperativas, supermercados, CSA, etc)	
TOTAL	

b) Quais os tipos de embalagens utilizadas (bioembalagens, papelão, vidros, etc.)?

X. TERMO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR ORGÂNICO

Nós, abaixo assinados, afirmamos que as informações contidas neste plano são verdadeiras e nos comprometemos a cumprir o proposto, reconhecendo que podemos perder o Certificado de Conformidade Orgânica e o direito ao uso dos selos do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, de acordo com as normas e disposições legais vigentes. Declaramos ainda conhecer as regras de funcionamento do Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Comprometendo-nos, também, a buscar esclarecimentos, quanto às técnicas e produtos duvidosos ou proibidos junto à Comissão de Avaliação da Conformidade do Núcleo Regional antes de praticá-las.

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

Nome dos integrantes da família	Assinatura



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

**Associação Povos da Mata de
Certificação Participava**

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

CADERNO DE CAMPO PARA CONTROLE INTERNO DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA VEGETAL E QUALIDADE DO PRODUTO ORGÂNICO

CADERNO DE CAMPO – Safra: Ano 20...../20.....

Identificação do(a) Agricultor(a):

Nome:

Núcleo:

Nome do Grupo:



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

**Associação Povos da Mata de
Certificação Participava**

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

CADERNO DE CAMPO PARA AGROINDÚSTRIA

Identificação do(a) Agricultor(a)/Agroindústria:

Nome do(a) Processador(a):

Nome da Unidade:

Núcleo:

Nome do Grupo:



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

**Associação Povos da Mata de
Certificação Participativa**

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

III. FICHA TÉCNICA DO PRODUTO E CONTROLE DE RASTREABILIDADE

Data	Produto	Quantidade total produzida	Lote do Produto

Ingrediente	Quantidade	Lote	Fornecedor

Data	Produto	Quantidade total produzida	Lote do Produto

Ingrediente	Quantidade	Lote	Fornecedor



<p>6. É observada a ocorrência de fauna silvestre na unidade produtiva? () Sim () Não Se sim, quais?</p> <p>a) Existe algum animal silvestre preso? () Sim () Não</p>
<p>7. Para onde é destinado o lixo seco (garrafas, plástico) da unidade de produção? () Coleta Seletiva () Outros _____</p>
<p>8. Para onde são destinados os resíduos orgânicos domésticos? () Compostagem () Outros _____</p>
<p>9. Como são tratadas as águas cinzas (pia, chuveiro, lavanderia)?</p>
<p>10. Como é tratado o esgoto?</p>
<p>11. Há animais domésticos na unidade de produção? Quais?</p> <p>a) Qual o manejo sanitário (instalações, vacinas, controle de verminoses)?</p> <p>b) Qual a alimentação?</p> <p>c) É respeitado o bem estar dos animais? (sombreamento, disponibilidade de água e alimentos, confinamento, abrigo, etc)</p>
<p>12. Onde armazena insumos agrícolas e ferramentas?</p> <p>a) Utiliza local adequado e identificado () Sim () Não</p> <p>b) Faz separação de produtos e ferramentas da Agricultura orgânica de outros? () Sim () Não</p> <p>c) Os produtos armazenados possuem rótulo ou identificação? () Sim () Não</p>



QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO – Solicitar Caderno de Campo

1. Como está a frequência do membro desta unidade produtiva nas reuniões do grupo? (*Conforme cap III art 11o. - Regimento Interno*)
2. Algum outro membro da família ou da unidade produtiva participa das reuniões de grupo e no manejo da unidade produtiva? Quem?
3. Os registros das atividades desenvolvidas na propriedade estão sendo feitos no *Caderno de Campo*? (Verificar notas fiscais, DTC-Declaração de Transação Comercial, recibos e anotações em gerais)
4. A família consome os produtos provindos da sua propriedade? () Sim () Não
5. A família consome os produtos provindos dos demais membros da Rede? () Sim () Não
6. A família faz controle dos custos da unidade de produção? (Caderno de Campo ou outro controle) () Sim () Não. Por que? _____
7. Como a família comercializa a produção?
 - a) Dentro da Rede:
() Estações Orgânicas da Rede Povos da Mata () Circuitos da Rede Povos da Mata
() Feiras Orgânicas () Grupos/cooperativa de consumo
 - b) Fora da Rede Povos da Mata:
() Feiras Convencionais () Lojas () Mercado convencional () Eventos
() Mercado institucional (PNAE, PAA, etc) () Venda direta ao consumidor
() Grupos/cooperativa de consumo/CSA* () _____
*Comunidade que Sustenta a Agricultura
 - c) Toda a produção é vendida como certificada orgânica? () Sim () Não
 - d) O certificado faz diferença para a venda de seus produtos?



e) A família observou incremento na renda após a participação na Associação Povos da Mata de Certificação Participativa?

8. Quem trabalha na unidade produtiva?

Nome	Idade	Nº de horas de trabalho por semana	Frequenta a escola?	Relação de trabalho: família, contratado(a), diarista, parceiro(a), meeiro(a)...

a) Há contrato formal de prestação de serviços? () Sim () Não

Se sim, qual o tipo? () CLT () Contrato de Parceria

b) O bem estar dos trabalhadores é respeitado?

Providos de EPIs () Sim () Não

Horas de descanso () Sim () Não

Contribui com o INSS () Sim () Não

A remuneração respeita o piso da categoria () Sim () Não

c) No caso de acidentes de trabalho de que forma a família se responsabiliza pelo trabalhador?



PRODUÇÃO PRIMÁRIA VEGETAL

<p>1. As sementes e/ou mudas utilizadas na unidade de produção são: () Próprias () trocadas () compradas () convencionais () orgânicas Descrever, caso não sejam orgânicas, porcentagem: Verificar as informações no caderno de campo.</p>
<p>2. Quais são os planos para a produção própria ou aquisição de sementes e mudas orgânicas?</p>
<p>3. Os equipamentos utilizados na produção orgânica são exclusivos para este fim? () Sim () Não. Faz lavagem dos materiais, implementos e ferramentas? () Sim () Não</p>
<p>4. Há erosão do solo? Sim () Não () a) Se sim, como é feito o controle? () Rotação de culturas () cobertura morta () cobertura verde () plantio direto () balizamento em curva de nível () quebra ventos () terraceamento () controle de enxurradas () outro _____</p>
<p>5. Quais as práticas adotadas para a recuperação e a manutenção da fertilidade do solo? () Rotação de culturas () cobertura morta () cobertura verde () roçadas () Calagem () uso de EM (microorganismos eficientes) () biocalda () adubação verde com leguminosas () práticas biodinâmicas () pó de rocha () outros _____</p>
<p>6. Quais as práticas adotadas para a manutenção da saúde das espécies cultivadas?</p>



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

Pontos Positivos

Oportunidades de melhoria



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

Não conformidades

Não conformidades	Solução	Prazos para adequação

Parecer conclusivo*

*Conforme as normas e procedimentos estabelecidos pela Rede de Agroecologia Povos da Mata, além da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e seus dispositivos complementares.



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participava

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

Assinaturas

Olhar externo:

Nomes dos integrantes do Comitê de Verificação	Grupo	Núcleo



**ROTEIRO DA VISITA DE VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE
ORGÂNICA
ESCOPO PRODUÇÃO PROCESSADA VEGETAL E ANIMAL**

Data da visita: ____/____/____	<input type="checkbox"/> Visita de Pares	<input type="checkbox"/> Olhar Externo
Nome do(a) agricultor(a):		
Nome da Unidade:	CNPJ:	
Núcleo:	Grupo:	
Vencimento do Certificado:		

<p>1) Em que fase se encontra a unidade de processamento?</p> <p><input type="checkbox"/> Orgânica certificada</p> <p><input type="checkbox"/> Ecológica, ainda não certificada</p> <p><input type="checkbox"/> Conversão (adequações com prazos estabelecidos)</p> <p><input type="checkbox"/> Unidade com produção paralela</p> <p>a) Se em conversão qual o tempo necessário para certificação?</p>
<p>2) Possui alvará sanitário? Qual órgão?</p> <p>Número do registro: _____</p> <p>Validade do registro: _____</p> <p>a) Possui licença ambiental? Qual validade?</p> <p>b) Possui alvará de funcionamento? Qual a validade?</p>
<p>3) Qual o escopo?</p> <p><input type="checkbox"/> Processamento vegetal <input type="checkbox"/> Processamento animal</p>
<p>4) Origem da matéria-prima:</p> <p><input type="checkbox"/> matéria – prima orgânica própria: % _____</p> <p><input type="checkbox"/> matéria – prima orgânica de terceiros: % _____</p> <p><input type="checkbox"/> matéria – prima não orgânica: % _____</p>



5) Método de controle de procedência de matéria-prima de terceiros:

- DTC – declaração de transação comercial nota fiscal
 Certificado Orgânico outros: _____

6) Na agroindústria ocorre a processamento de produtos não orgânico? Como é feita a separação dos produtos orgânicos dos não orgânicos na fabricação?

7) Na fabricação de produtos orgânicos é utilizado algum ingrediente não orgânico? Qual?

8) Descreva abaixo os produtos orgânicos processados, a porcentagem de produtos não orgânicos para cada produto processado, quantidade produzida real e capacidade de produção anual. *Caso não caiba na planilha preencher no verso.*

	Produtos	Unidade	% de produtos não orgânico	Quantidade produzida/ano	Capacidade de produção/ano
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					
8.					
9.					
10.					



9) Qual o mecanismo de controle de estoques? (Validade de matéria prima e dos produtos)

10) Quais aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia são utilizados no processamento?

11) Como é realizada a higienização dos **equipamento, vasilhames e instalações**, utilizados no processamento? A unidade tem POP (Procedimento Operacional Padrão)?
Consulte o anexo 3 da IN 17/2014/MAPA

a. Em caso de produção paralela, como são os procedimentos para higienização dos equipamentos, vasilhames e instalações?

12) Quais produtos são utilizados na limpeza e desinfecção dos **alimentos**?

13) Algum dos produtos de limpeza e higiene não são biodegradáveis, ou causam algum prejuízo ao meio ambiente ou a saúde do manipulador?



14) Como é feito o controle de insetos na área de processamento?

15) Como é feito o controle de insetos na área de estoque?

16) Quais os tipos de embalagens utilizadas (biodegradáveis, compostáveis, plásticos, vidros, caixa de papel, etc.)?

17) Como é feito o tratamento e o qual o destino dos efluentes da unidade de processamento?

- fossa séptica
- filtro de evapotranspiração
- círculo de bananeiras
- biodigestor
- rede pública de esgoto
- outros: _____

a. Qual o tratamento e qual o destino do resíduo orgânico degradável?

b. E dos resíduos inorgânicos (plástico, vidros, papel, etc.) ?

c. Existe emissão de algum poluente atmosférico ou queima de combustíveis fósseis? O que é feito para amenizar impactos negativos?



18) Como a família comercializa a produção?

a. Dentro da Rede:

- Estações Orgânicas da Rede Povos da Mata Circuitos da Rede Povos da Mata
 Feiras Orgânicas Grupos/cooperativa de consumo

b. Fora da Rede Povos da Mata:

- Feiras Convencionais Lojas Mercado convencional Eventos
 Mercado institucional (PNAE, PAA, etc) Venda direta ao consumidor
 Grupos/cooperativa de consumo/CSA* _____

*Comunidade que Sustenta a Agricultura

c. Toda a produção é vendida como orgânica? Sim Não

d. O certificado faz diferença para a venda de seus produtos?

e. A família observou incremento na renda após a participação na Associação Povos da Mata de Certificação Participativa?

19) Quem trabalha na unidade produtiva?

Nome	Idade	Nº de horas de trabalho por semana	Frequente a escola?	Relação de trabalho: família, contratado(a), diarista, parceiro(a), meeiro(a)...

a. Há contrato formal de prestação de serviços? Sim Não

Se sim, qual o tipo? CLT Contrato de Parceria

b. O bem estar dos trabalhadores é respeitado?

Providos de EPIs Sim Não

Horas de descanso Sim Não

Contribui com o INSS Sim Não

A remuneração respeita o piso da categoria Sim Não

c. No caso de acidentes de trabalho de que forma a família se responsabiliza pelo trabalhador?



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

Pontos Positivos

Oportunidades de melhoria



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

Não conformidades

Não conformidades	Solução	Prazos para adequação

Parecer conclusivo



REDE DE AGROECOLOGIA
POVOS DA MATA

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

OPAC cadastrada no MAPA sob nº 28
CNPJ 24.282.823/0001-15

Assinaturas

Olhar externo:

Nomes dos integrantes do Comitê de Verificação	Grupo	Núcleo